**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL**

MARCUS VINICIUS DA SILVA LUNGUINHO

**VERBOS AUXILIARES
E
A SINTAXE DOS DOMÍNIOS NÃO-FINITOS**

**SÃO PAULO
2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL**

MARCUS VINICIUS DA SILVA LUNGUINHO

**VERBOS AUXILIARES
E
A SINTAXE DOS DOMÍNIOS NÃO-FINITOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Semiótica e Lingüística Geral

Orientadora: Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão

**SÃO PAULO
2011**

Folha de aprovação

MARCUS VINICIUS DA SILVA LUNGUINHO

VERBOS AUXILIARES E A SINTAXE DOS DOMÍNIOS NÃO-FINITOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Esmeralda Vailati Negrão
Orientadora
Departamento de Linguística

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes
Departamento de Linguística
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar
Instituto de Estudos da Linguagem
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Marcello Modesto dos Santos
Departamento de Linguística
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi
Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Esmeralda Vailati Negrão, por tudo. Pela orientação segura, dedicada e, pelo mais importante: por sempre acreditar em mim e na minha capacidade. Obrigado pelo carinho, atenção, e dedicação, me ensinando a ser cada vez mais parecido com ela: uma pesquisadora consciente, que gosta do que faz; uma pesquisadora que admira os fatos da língua com entusiasmo, e os analisa com seriedade e objetividade. Obrigado, Esmeralda, por ter entrado em minha vida e me fazer apaixonar pela ciência.

Agradeço ao Prof. Dr. David Pesetsky, meu supervisor quando do meu estágio de Doutorando no exterior, por tudo, pelos atendimentos, pela atenção a mim dispensada e pela disponibilidade de discutir o meu trabalho.

Agradeço aos professores Jairo Nunes e Marcello Modesto, pela leitura atenta e pelos comentários no Exame de Qualificação.

Aos professores do DL, Ana Muller, Ana Scher, Cristina Altmann, Elaine Grolla, Esmeralda Negrão, Evani Viotti, Jairo Nunes, Marcelo Ferreira, Marcello Modesto, Marcos Lopes e Raquel Santos, por todos os cursos e ensinamentos a mim transmitidos durante esses quatro anos de doutorado.

Aos professores Jairo Nunes, Juanito Avelar, Marcello Modesto e Sérgio Menuzzi, por prontamente terem aceitado o convite para compor a comissão examinadora desta tese.

A minha querida família de São Paulo, meus amigos da USP, que abriram a porta de suas vidas e me acolheram com muito carinho: Indaiá Bassani, Helena Rozário, Aline Garcia, Paula Armelin, Julio Barbosa, Rafael Minussi, Leonor Simioni, Rerisson Cavalcante, Fabiana Baldin Lopes, Alexandre Bueno, Vitor Nóbrega, Roberlei Bertucci, Fernanda Rosa. Agradeço a todos do fundo do meu coração por tudo: pelas conversas, pelas risadas, pelas parcerias acadêmicas e por estarem lá quando eu precisei.

Agradeço, muitíssimo, ao amigo Julio Barbosa, pela força e por responder ao chamado para me ajudar nos momentos decisivos da tese.

Aos meus amigos de Brasília, Carol Aguiar, Carol Cardoso, Paulo Medeiros, Leia Silva e Deborah Oliveira, pelo carinho e pela preocupação.

Aos meus pais e minhas irmãs, o meu maior tesouro nessa vida. Muito obrigado, pelo amor e pela compreensão em relação à minha ausência. Amo muito vocês.

Agradeço às seguintes agências de fomento sem cujo apoio financeiro eu não poderia ter levado a cabo o projeto dessa pesquisa: FAPESP (processo número 2007/58451-7), CAPES (Programa de Doutorando no País com Estágio no Exterior 2369-09-5) e CNPq (processo número: 141923/2007-5).

Resumo

LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva (2011) *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

Esta tese oferece uma análise para os verbos auxiliares em geral e para os auxiliares do português em particular. A nossa proposta é a de caracterizar universalmente os verbos auxiliares como uma classe de elementos verbais que apresentam as seguintes propriedades: pertencem à categoria verbal, apresentam um traço verbal não-valorado [uV], não atribuem papel temático e compõem, juntamente com o verbo principal, um mesmo domínio oracional. A presença do traço [uV] na estrutura dos verbos auxiliares tem como consequência o fato de esses verbos selecionarem uma projeção verbal como complemento. Dentro dessa projeção estará o alvo que vai valorar esse traço não-interpretável por meio da operação *Agree* (Chomsky 2000, 2001). A postulação dessas quatro propriedades nos permitiu a derivação de critérios de auxiliaridade, uma reinterpretação dos critérios comumente propostos na literatura. Com esse trabalho, chegamos a uma lista de oito critérios necessários e suficientes para a definição de um verbo como auxiliar no português. Da aplicação desses critérios resultou a composição dos membros da classe dos verbos auxiliares do português: *ser*, *ter*, *estar* e *ir*. Para a análise das passivas, foi adotado o sistema de derivação por *smuggling*, sugerido por Collins (2005) e o auxiliar *ser* foi analisado como um verbo funcional que valoriza o traço [perfectivo] do particípio passivo. Apontamos para a existência de um outro tipo de passiva, as passivas não-canônicas, que apresentam como traço característico a presença do verbo auxiliar *ter*. Argumentamos que esse verbo é um produto computacional que resulta da combinação dos traços do auxiliar *ser* com os traços do núcleo funcional v^* . Na análise dos auxiliares *ter* perfectivo e *estar* progressivo, adotamos uma postura decomposicional, tal como proposta por Kayne (1993), que deriva esses verbos a partir da incorporação de elementos preposicionais aos traços de um verbo auxiliar abstrato. Com isso, temos três verbos auxiliares que resultam da computação sintática: o auxiliar passivo *ter*, que é a realização dos traços [$v_{SER} v^*$], o auxiliar perfectivo *ter*, que realiza os traços [$v_{AUX} P_{DEPOIS}$] e o verbo auxiliar progressivo *estar*, cujo conjunto de traços inclui [$v_{AUX} P_{DENTRO}$]. Por fim o auxiliar *ir* é tratado como um núcleo modal que, em combinação com os traços do núcleo T, gera a interpretação de futuro.

Palavras chave: domínios não-finitos, futuro, passivas, perfeito, Programa Minimalista, progressivo, sintaxe dos verbos auxiliares.

Abstract

LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva (2011) *Auxiliary verbs and the syntax of non-finite domains*. Doctoral Dissertation. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

This dissertation puts forward an analysis of auxiliary verbs in general, and of Portuguese auxiliary verbs in particular. The proposal is to universally characterize auxiliary verbs as a class of verbal elements which (i) belong to the verbal category ; (ii) have a unvalued verbal feature [uV] ; (iii) do not assign theta roles ; and (iv), together with the main verb, compose one single phrasal domain. The presence of [uV] guarantees that the auxiliary verb will select a verbal projection as its complement, within which is the target that will value the uninterpretable [uV] feature by means of the operation *Agree* (Chomsky 2000, 2001). The four characteristics proposed to describe auxiliary verbs allowed for the derivation of criteria of auxiliaryity, a reinterpretation of the criteria usually discussed in the literature. Eight necessary and sufficient criteria define an auxiliary verb in Portuguese. The composition of THE Portuguese auxiliary class with its four members – *ser*, *ter*, *estar* and *ir* – resulted from the application of these eight criteria. Passives were analysed by means of the *smuggling* system, proposed by Collins (2005) and the auxiliary *ser* was considered to be a functional verb which values the [perfective] feature of the passive participle. A non-canonical passive was found to co-exist with canonical passives, one which shows the auxiliary *ter*. We argue that *ter* is the computational product of features of the auxiliary *ser* with features of the functional node v^* . For the analysis of perfective *ter* and progressive *estar*, we have adopted a decompositional view along the lines of Kayne (1993), which derives these verbs from the incorporation of prepositional elements to the features of an abstract auxiliary verb. So, three of the Portuguese auxiliary verbs result from syntactic computation: passive *ter* is the manifestation of the features [$v_{SER} - v^*$]; perfective *ter* is the manifestation of the features [$v_{AUX} - P_{DEPOIS}$]; and progressive *estar* includes the features [$v_{AUX} - P_{DENTRO}$]. And the auxiliary verb *ir* is treated as a modal head, which, when combined with features of the head T, generate a future reading.

Keywords: non-finite domains; future; passives; perfective; Minimalist Program; progressive; syntax of auxiliary verbs.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I	4
As propriedades dos verbos auxiliares:	
O sistema de verbos auxiliares do português brasileiro	
1.1 Da caracterização dos verbos auxiliares na Teoria Gerativa	4
1.1.1 A análise clássica de Chomsky (1957, 1965): a constituição de um objeto de estudo	5
1.1.1.1 A questão dos auxiliares como verbos principais	8
1.1.1.2 A questão de AUX como uma categoria universal	9
1.1.2 Os verbos auxiliares na Teoria de Princípios e Parâmetros	9
1.1.2.1 Os verbos auxiliares e a teoria X-Barra	9
1.1.2.1.1 O estatuto sintático dos verbos auxiliares	10
1.1.2.1.2 Classes e subclasses de verbos auxiliares	12
1.1.2.2 Os verbos auxiliares e a teoria temática	13
1.1.3 O Programa Minimalista e os traços dos verbos auxiliares na computação	15
1.2 As propriedades dos verbos auxiliares	16
1.3 Os verbos auxiliares do português: um desafio teórico e empírico	26
1.3.1 Os verbos auxiliares nas gramáticas tradicionais	26
1.3.2 Além da abordagem tradicional: os critérios de auxiliaridade	27
1.3.3 Os verbos auxiliares do português brasileiro	28
1.4 Conclusões preliminares	40
 Capítulo II	 42
Os auxiliares <i>ser</i> e <i>ter</i> e as passivas do português:	
Passivas canônicas, passivas não-canônicas e <i>smuggling</i>	
2.1 As passivas do português: dois tipos, dois auxiliares	42
2.2 O verbo <i>ser</i> e a estrutura das passivas canônicas	45
2.2.1 Características do auxiliar passivo <i>ser</i>	45
2.2.1.1 A ordem fixa na sentença	45
2.2.1.2 A defectividade morfológica	45
2.2.2 Características do particípio passado passivo	47
2.2.2.1 A restrição argumental	47
2.2.2.2 A concordância- ϕ	48
2.2.3 O agente da passiva	49
2.3 Um tratamento modular para as passivas	50
2.3.1 A perspectiva de Princípios e Parâmetros	50
2.3.2 De Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista	52
2.3.2.1 A proposta de Chomsky (2001): <i>Agree</i> em passivas	52
2.3.2.2 A proposta de Collins (2005): a abordagem <i>smuggling</i>	53
2.4 A derivação das passivas canônicas do português	56
2.4.1 Passivas com agente manifesto	57
2.4.2 Passivas com agente implícito	60
2.4.3 Consequências da proposta	62
2.4.3.1 As propriedades do verbo auxiliar <i>ser</i> : ordem e defectividade	62
2.4.3.2 Reinterpretando a restrição argumental	64
2.5 Passivas não-canônicas do português: descrição e análise	69

2.5.1 Características próprias das passivas não-canônicas do português	70
2.5.1.1 A linearização do argumento interno em relação ao particípio	70
2.5.1.2 A natureza da categoria vazia na posição do possuidor	71
2.5.1.3 O alçamento do possuidor: licenciamento e interpretação de afetação	73
2.5.2 A natureza do verbo <i>ter</i> e a derivação das passivas não-canônicas	77
2.5.2.1 Sobre a natureza do verbo <i>ter</i>	78
2.5.2.2 A derivação das passivas não-canônicas	80
2.6 Conclusões preliminares	82

Capítulo III 84

O verbo auxiliar *ter* e a estrutura do perfeito

3.1 O perfeito e sua constituição	84
3.1.1 Características do verbo auxiliar perfectivo <i>ter</i>	85
3.1.1.1 O paradigma defectivo	85
3.1.1.2 A ordem fixa de <i>ter</i> na sentença	86
3.1.1.3 A inexistência de restrições de seleção	87
3.1.2 Características do particípio passado perfeito	87
3.1.2.1 Invariabilidade morfológica	87
3.1.2.2 Manutenção das propriedades de valoração de Caso	88
3.2 Kayne (1993): interligando sentenças possessivas e sentenças no perfeito	90
3.2.1 A sintaxe das sentenças possessivas	90
3.2.2 Das sentenças possessivas às sentenças no perfeito	92
3.2.2.1 O padrão do inglês: <i>have</i> generalizado	93
3.2.2.2 O padrão do italiano: a seleção de auxiliares HAVE e BE	95
3.3 A sintaxe do perfeito em português	97
3.3.1 Decompondo o auxiliar perfectivo <i>ter</i> : $v_{AUX} + P_{DEPOIS}$	97
3.3.1.2 Evidências em favor da postulação de P_{DEPOIS} na estrutura do perfeito	101
3.3.1.2.1 Parametrizando a incorporação: as realizações de P	101
3.3.1.2.1.1 O galês e a preposição/partícula aspectual	101
3.3.1.2.1.2 O hiberno-inglês e as estruturas do perfeito	103
3.3.1.2.2 Reflexos morfológicos	106
3.3.1.2.3 Síntese	108
3.3.3 A sintaxe do domínio participial	109
3.3.3.1 O particípio como uma projeção AspP	110
3.4 Sobre a não-uniformidade dos particípios em português	114
3.4.1 O movimento do verbo e a interação dos particípios com advérbios	114
3.4.2 A forma e a distribuição dos particípios: particípios duplos e inovadores	120
3.4.3 A questão da concordância	126
3.5 Conclusões Parciais	132

Capítulo IV 134

O auxiliar *estar* e a estrutura do progressivo

A hipótese de P_{DENTRO}

4.1 O verbo auxiliar <i>estar</i> e a estrutura do progressivo	134
4.1.1 Características do auxiliar <i>estar</i>	135
4.1.1.1 O paradigma morfológico pleno	135
4.1.1.2 Ordem fixa de <i>estar</i> na sentença	135
4.1.1.3 As restrições de seleção	136
4.1.2 Características do domínio não-finito	137
4.1.2.1 A variação entre o português brasileiro e o português europeu	137

4.1.2.2 A invariabilidade morfológica	138
4.1.2.3 Manutenção das propriedades temáticas e de valoração de Caso	139
4.2 Derivando o verbo auxiliar <i>estar</i> e o domínio não-finito	140
4.2.1 Sobre a natureza do verbo auxiliar <i>estar</i>	140
4.2.2 A composição do verbo auxiliar <i>estar</i> : a sintaxe de P _{DENTRO}	142
4.2.3 Evidência translinguística: a base locativa	146
4.2.4 A sintaxe do domínio não-finito	148
4.2.5 Derivando a variação: progressivos em português brasileiro e português europeu	152
4.3 Uma área de variação no português brasileiro: a ordem entre <i>ter</i> e <i>estar</i>	155
4.3.1 A organização da gramática ₁ : a restrição sintática	156
4.3.2 A organização da gramática ₂ : restrições semânticas e morfológicas	157
4.4 Conclusões parciais	161
 Capítulo V	 163
O verbo auxiliar <i>ir</i> e a articulação de núcleos sintáticos	
5.1 Da expressão da futuridade em português: variação e gramaticalização	164
5.2 Características do verbo <i>ir</i> auxiliar	166
5.2.1 O paradigma morfológico	166
5.2.2 A ordem fixa em relação a outros verbos auxiliares	167
5.2.3 A ausência de restrições de seleção	167
5.2.4 Sobre a ambiguidade: futuro e movimento	168
5.3 Análises anteriores	169
5.3.1 Lunguinho (2005)	170
5.3.2 Ferreira (2009)	170
5.3.3 Discussão das propostas	171
5.4 Uma nova proposta: articulando núcleos sintáticos e a interpretação do futuro	173
5.4.1 Resolvendo problemas	176
5.5 Consequências da proposta	180
5.5.1 A natureza modal de <i>ir</i>	180
5.5.2 Iteração de verbos <i>ir</i>	182
5.6. Implicações para o futuro morfológico	183
5.6.1 Os traços de <i>woll</i>	187
5.7 Sobreposição de futuros	189
5.8 Conclusões parciais	193
 Considerações Finais	 196
 Referências Bibliográficas	 199

Introdução

O objetivo desta Tese é apresentar uma análise para os verbos auxiliares do português brasileiro. Como sabemos, verbos auxiliares são verbos que se combinam com a forma não finita de um outro verbo para exprimir os mais variados conceitos, tais como tempo, modo, aspecto, voz.

O interesse por esses verbos surgiu da observação de que a literatura não apresenta uma proposta coerente que nos permita enxergá-los como constituindo uma classe coerente e definida tanto em termos de sua natureza categorial e também em relação ao tipo de complemento que selecionam. Assim, quatro questões norteiam a pesquisa:

- 1) Quais as propriedades que definem um verbo auxiliar?
- 2) Existem verbos auxiliares em português?
- 3) Se existem, quais são os verbos que integram a classe dos verbos auxiliares do português?
- 4) Como se caracteriza a derivação desses verbos?

Para responder a essas questões a pesquisa vai buscar apoio na Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1986; Chomsky & Lasnik 1991) em sua versão conhecida como Programa Minimalista (Chomsky 1993, 1995 e trabalhos posteriores).

A primeira questão é a mais importante de todas, pois ela fornece a caracterização da auxiliaridade. Em outras palavras, ela tratará do que faz um verbo auxiliar ser um verbo de comportamento especial dentro da classe verbal.

Seguindo a literatura minimalista, segundo a qual a computação sintática é guiada por traços dos itens lexicais, a principal hipótese a ser defendida nesta tese é a de que um verbo auxiliar é uma categoria em cuja estrutura morfológica consta um traço não-interpretável (Kelly 2006, Roberts & Biberauer 2008, 2010). Assumiremos com Roberts & Biberauer (2008, 2010) que esse traço é um traço verbal [*u*V] cuja presença faz com o que o auxiliar se combine com um outro verbo capaz de checar esse traço. O mecanismo que vai ser responsável pela checagem do traço [*u*V] do auxiliar é o mecanismo de *Agree*: o auxiliar atua como uma Sonda e o verbo que está em seu complemento é o Alvo; nessa relação, o auxiliar tem seu traço checado e o Alvo tem os seus traços valorados. O resultado de *Agree* entre o

auxiliar e o Alvo se manifesta morfologicamente na forma não-finita que aparece no Alvo (Chomsky 1957, 1965).

A segunda questão é a de saber se existem, em português, verbos auxiliares. Essa questão é pertinente tendo em vista que já houve na literatura uma proposta de negar a existência da classe dos auxiliares em português.

A terceira questão é, por sua vez, dependente da segunda. Como mostraremos no decorrer desta tese, existe evidência em português para a postulação de uma classe de verbos auxiliares. Argumentaremos que o comportamento desses verbos, bem como o seu inventário, podem ser definidos com base em critérios de auxiliaridade precisos. Para definir esses critérios, a base vai ser o conjunto de características que definimos como propriedades dos verbos auxiliares. Definido o conjunto de diagnósticos de auxiliares aplicados ao português, aplicaremos esses diagnósticos e proporemos uma interpretação restritiva dos mesmos, ou seja, uma interpretação na qual um verbo vai poder ser definido como auxiliar se e somente se observar todos esses diagnósticos. Dessa forma acreditamos ser possível delimitar a classe dos auxiliares sem ser necessário recorrer a definições gradientes como verbos semi-auxiliares.

Definidos os verbos que compõem a classe dos auxiliares do português apresentamos as características de sua derivação e do domínio não-finito selecionados por eles.

Organização da Tese

Esta tese se apresenta dividida em cinco capítulos. No **capítulo 1**, apresentamos a definição de auxiliar que adotamos neste trabalho, as propriedades que caracterizam o sistema de auxiliares do português, bem como o inventário de auxiliares que deriva da definição de auxiliares proposta.

No **capítulo 2** nosso foco são as propriedades do auxiliar passivo *ser*. Mostraremos que existem dois tipos de sentenças passivas em português e que cada um desses tipos se correlaciona com um tipo de verbo auxiliar: um deles é o auxiliar *ser*, usado nas passivas canônicas, e o outro é *ter*, usado nas passivas adversativas. Para a análise desses dois tipos de passivas, vamos adotar a proposta de Collins (2005), em termos de *smuggling*.

O **capítulo 3** é uma análise do auxiliar perfectivo *ter*. A nossa hipótese central é a de que esse auxiliar pode ser analisado como a combinação de dois componentes: um verbo auxiliar abstrato e uma preposição abstrata. Da combinação desses dois elementos resultam as características, tanto desse auxiliar, bem como da construção de perfeito.

O **capítulo 4** é, de certa forma, uma extensão do capítulo 3, uma vez que a mesma hipótese decomposicional para *ter* vai ser aplicada na análise do auxiliar *estar*. Na nossa análise as sentenças progressivas envolvem três componentes: um auxiliar abstrato, uma preposição abstrata e um domínio não finito. O verbo auxiliar *estar* vai ser definido como o produto da incorporação desse verbo abstrato nessa preposição abstrata.

Por fim, o **capítulo 5** vai tratar do auxiliar de futuro *ir*. Esse verbo vai ser analisado como um núcleo de um verbo modal *woll*, que combinado com o núcleo funcional Tempo, vai derivar a interpretação de futuro, associada às sentenças com o verbo *ir* do português.

Seguem os cinco capítulos as considerações finais em que sumarmos os resultados desta tese, destacamos a contribuição que eles oferecem para a pesquisa na área e discutimos as possibilidades de análise futura.

Capítulo I

As propriedades dos verbos auxiliares

O sistema de verbos auxiliares do português brasileiro

Neste capítulo, temos três objetivos que são: descrever as propriedades que caracterizam os verbos auxiliares como uma classe especial de verbos, delimitar um conjunto de critérios de auxiliaridade relevantes para o português brasileiro e definir o seu inventário de verbos auxiliares. Na seção 1.1, apresentamos um resumo de como os verbos auxiliares foram e vêm sendo tratados dentro da Teoria Gerativa. Nosso percurso vai focalizar dois momentos da reflexão sobre esses verbos: partiremos da análise clássica de Chomsky (1957, 1965) e dos debates que a ela se seguiram, até chegarmos à caracterização desses verbos na Teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão mais recente, conhecida como o Programa Minimalista. Na seção 1.2, propomos uma caracterização para os verbos auxiliares. Segundo a nossa hipótese, os verbos auxiliares apresentam quatro propriedades definidoras: a) natureza verbal, b) presença de um traço verbal não-valorado [uV], c) impossibilidade de atribuição de papel temático e d) formação de um único domínio oracional com o verbo principal. Na seção 1.3 abordamos o problema dos verbos auxiliares em português brasileiro. Argumentaremos em favor da existência de uma classe de verbos auxiliares nessa língua. Para a delimitação do seu inventário, partimos das propriedades definidas na seção 1.2 e derivamos oito critérios de auxiliaridade que serão considerados nesta tese. Da aplicação desses critérios chegamos ao sistema de verbos auxiliares do português brasileiro. Como veremos, o inventário de auxiliares do português brasileiro é restrito e se compõe de apenas quatro verbos: *ser*, *ter*, *estar* e *ir*. Com esse resultado, respondemos as duas primeiras perguntas que norteiam esta tese.

1.1 Da caracterização dos verbos auxiliares na Teoria Gerativa

Nesta seção, apresentamos o tratamento dispensado aos verbos auxiliares em dois momentos da Teoria Gerativa: na Teoria Padrão (Chomsky 1957, 1965) e na Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981), incluindo aqui o Programa Minimalista (Chomsky 1995). Ao fazer isso, temos dois objetivos: um deles é mostrar como os verbos auxiliares se constituíram como um objeto de estudo dentro dessa teoria e o outro é extrair dos trabalhos apresentados propriedades que sejam essenciais para a definição dos verbos auxiliares.

1.1.1 A análise clássica de Chomsky (1957, 1965): a constituição de um objeto de estudo

O primeiro trabalho sobre os verbos auxiliares na Teoria Gerativa é a descrição apresentada em *Syntactic Structures* e retomada mais tarde, com pequenas alterações, em *Aspects of the Theory of Syntax*.

Em Chomsky (1957: 39), são apresentadas as regras abaixo, responsáveis pela introdução dos verbos auxiliares na sintaxe:

- (1) (i) $\text{VERBO} \rightarrow \text{AUX} + \text{V}$
 (ii) $\text{V} \rightarrow \text{hit, take, walk, read, etc.}$
 (iii) $\text{AUX} \rightarrow \text{C (M) (have + en) (be + ing)}^1$
 (iv) $\text{M} \rightarrow \text{will, can, may, shall, must}$

$$(2) \quad (i) \quad \text{C} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} S, \text{ no contexto NP}_{\text{SINGULAR}} \text{ —} \\ \emptyset, \text{ no contexto NP}_{\text{PLURAL}} \text{ —} \\ \text{passado} \end{array} \right\}$$

- (ii) Assumindo que *Af* se refere a qualquer um dos afixos (*passado*, *S*, $\emptyset$, *en*, *ing*) e assumindo que *v* simboliza qualquer M ou V, ou *have* ou *be* (isto é, qualquer elemento não afixal no sintagma VERBO), então:

$$\text{Af} + v \rightarrow v + \text{Af} \# \quad (\text{o símbolo } \# \text{ é interpretado como fronteira de palavra}).$$

- (iii) Substitua + por #, exceto no contexto $v - \text{Af}$. Inserir # no início e no final.

Como vemos em (1i), o constituinte VERBO se reescreve como dois constituintes obrigatórios, o nóculo AUX e o nóculo V. O nóculo V se reescreve como qualquer verbo lexical, conforme (1ii). O nóculo AUX é uma categoria que pode se reescrever como os morfemas de tempo/concordância, representados por C, como os verbos modais, simbolizados como M, e como os auxiliares *have* (perfeito) e *be* (progressivo). A ausência de parênteses no símbolo C deve ser entendida como indicação de que o único constituinte de AUX realmente obrigatório é o constituinte C, cujos membros são selecionados com base na regra (2i).

¹ Em Chomsky (1965) a regra de AUX aparece descrita como (ii), em que Tempo corresponde aos morfemas de tempo e concordância e Aspecto corresponde aos elementos (*have+en*) e (*be+ing*) de (i):

- (i) $\text{AUX} \rightarrow \text{C (M) (have+en) (be+ing)}$ (Chomsky 1957: 111)
 (ii) $\text{AUX} \rightarrow \text{Tempo (M) (Aspecto)}$ (Chomsky 1965: 107)

O sistema proposto conta ainda com a regra (2ii), denominada *Affix Hopping*, cujo papel é ordenar os afixos em relação aos verbos.

O auxiliar da passiva (*be+en*) tem estatuto diferenciado no modelo, pois ele é introduzido como parte da Transformação Passiva, cuja descrição é fornecida abaixo (Chomsky 1957: 43,112):

(3) Transformação passiva: opcional

Análise estrutural: NP – AUX – V – NP

Mudança estrutural: $X_1 - X_2 - X_3 - X_4 \rightarrow X_4 - X_2 + be + en - X_3 - by + X_1$

Vejamos a aplicação dessas regras na derivação de uma sentença do inglês (extraída de Chomsky 1957: 39-40):

(4) a. The man has been reading the book.

b. the + man + VERBO + the + book

c. the + man + AUX + V + the + book regra (1i)

d. the + man + AUX + read + the + book regra (1ii)

e. the + man + C + have + en + be + ing + read + the + book regra (1iii)

f. the + man + S + have + en + be + ing + read + the + book regra (2i)

g. the + man + have + S # be + en # read + ing # the + book regra (2ii)

h. # the # man # have + S # be + en # read + ing # the # book # regra (2iii)

O constituinte VERBO em (4b) foi reescrito como AUX + V em (4c), seguindo a instrução da regra (1i). Em (4d), o símbolo V é reescrito como *read*, segundo (1ii). No passo (4e), a partir da regra (1iii), os elementos C, *have + en* e *be + ing* são selecionados para reescrever AUX. Em (4f), o símbolo C foi reescrito como S, em conformidade com a restrição contextual em (2i): C se reescreve como S diante de um NP_{SINGULAR}. A etapa (4g) da derivação exemplifica a aplicação tripla de *Affix Hopping*, que leva ao rearranjo dos afixos em relação aos verbos. Dessa forma, o afixo S se desloca em relação ao verbo *have*, o afixo -en se desloca para a direita do auxiliar *be* e o afixo -ing se desloca para a direita do verbo *read*. Após o deslocamento dos afixos, o símbolo # (fronteira de palavra) é inserido, para mostrar que o verbo e o afixo a sua direita formam uma palavra. Ao final, são inseridos outros símbolos de fronteira de palavra para delimitar todas as palavras da sentença.

Voltando nossa atenção para os verbos auxiliares e sua descrição, as regras que envolvem o constituinte AUX revelam seis propriedades dos auxiliares do inglês. A regra (1i) apresenta duas delas: a) a sua natureza verbal, captada pelo fato de AUX e V reescreverem a mesma categoria, VERBO, e b) a ordem relativa entre os auxiliares e o verbo lexical, que é o verbo auxiliar antecede o verbo lexical.

A regra (1iii) descreve mais três propriedades dos verbos auxiliares do inglês: a sua natureza diferenciada, o seu ordenamento rígido e a dependência morfossintática que eles instauram.

O estatuto dos auxiliares como uma classe diferenciada dentro dos verbos é apresentado de duas maneiras. A primeira delas leva em conta a categoria que domina verbos principais e verbos auxiliares que é V e AUX, respectivamente. A segunda diz respeito à maneira como cada um desses itens é introduzido na sintaxe: os elementos de AUX são introduzidos pelas regras (1iii) e (1iv), enquanto os elementos de V são introduzidos pela regra de inserção lexical (1ii)².

O ordenamento rígido entre os auxiliares é captado pela sua disposição na regra de reescrita de AUX: em qualquer sentença do inglês em que haja auxiliares, a ordem entre esses verbos deve ser verbo modal – verbo *have* – verbo *be* progressivo.

Outra propriedade dos auxiliares que a regra (1iii) mostra é que esses verbos instauram uma relação de dependência morfossintática em relação à forma do verbo imediatamente seguinte, por exemplo, sempre que os modais aparecerem em uma sentença, eles vão exigir que o verbo seguinte esteja em sua forma “nua” (*bare*), o auxiliar *have* e o auxiliar passivo *be* exigem que a forma do verbo seguinte seja um particípio, já o auxiliar progressivo *be* exige um gerúndio. A dependência morfossintática já é dada na regra (1iii), para os modais, *have* e *be* (progressivo), tendo em vista que esses auxiliares e os afixos que eles exigem são introduzidos na derivação como um constituinte descontínuo (*have* + *en*), (*be* + *en*), (*be* + *ing*).

A última propriedade dos auxiliares é o fato de eles e o verbo principal constituírem um único domínio oracional. Isso é consequência de AUX e V reescreverem o mesmo constituinte, VERBO, que é um dos constituintes da oração.

Com *Syntactic Structures* e *Aspects of the Theory of the Syntax* constitui-se um objeto de investigação (os verbos auxiliares) e uma primeira proposta de análise para esse objeto se apresenta. Essa primeira abordagem dos auxiliares vai se tornar tanto referência para o seu

² O auxiliar passivo é introduzido de maneira diferente dos verbos lexicais. Como vimos, ele é introduzido como parte da Transformação Passiva, apresentada em (3).

estudo posterior, quanto fonte de debates que surgirão mais tarde no âmbito da teoria. Nas duas subseções seguintes, apresentamos duas questões sobre os verbos auxiliares que essa proposta suscitou na literatura subsequente.

1.1.1.1 A questão dos auxiliares como verbos principais

Um dos debates que a proposta de Chomsky (1957, 1965) gerou teve a ver com o uso dos símbolos V e AUX na formulação das regras responsáveis por inserir verbos auxiliares e verbos lexicais na derivação. Conforme essas regras, os auxiliares eram inseridos como elementos do nóculo AUX e os verbos principais eram introduzidos como elementos de V.

Ross (1969) fez uma crítica à proposta de análise dos auxiliares apresentada em *Syntactic Structures* por entender que o uso de símbolos diferentes significava que a proposta atribuía estatuto diferenciado para auxiliares e para verbos principais. Se auxiliares e verbos principais constituíam classes diferentes de verbos, a previsão era a de que eles se comportassem de maneira diferenciada.

Para avaliar se essa previsão se confirmava, o autor analisou o comportamento dos auxiliares e dos verbos principais e mostrou, com base em argumentos de natureza sintática, que não havia justificativa empírica para a separação entre auxiliares e verbos principais, pois os auxiliares exibiam o mesmo comportamento que os verbos principais. Com base nesse resultado, Ross rejeitou a proposta de *Syntactic Structures* e propôs que a melhor análise para os verbos auxiliares é aquela que os trata como verbos principais, ou seja, como verbos que são dominados por um VP não por AUX. A diferença entre auxiliares e verbos principais seria definida no Léxico, pelo traço [$\pm$ AUX]: verbos principais teriam a especificação [+V, -AUX], e os verbos auxiliares seriam marcados com os traços [+V, +AUX].

A proposta de Ross ficou conhecida pelo nome de *proposta dos verbos auxiliares como verbos principais* e foi, implícita ou explicitamente, adotada em vários trabalhos subsequentes (Pullum & Wilson 1977, Emonds 1978, Akmajian, Steele & Wasow 1979, Schachter 1983 entre outros), sendo influente até hoje.

Chomsky (1972) responde à crítica de Ross, afirmando que a análise que esse autor rejeitou, na realidade, não fazia distinção entre auxiliares e verbos principais. Segundo Chomsky, nas regras sintagmáticas propostas, o símbolo V fazia, de fato, referência apenas aos verbos lexicais/principais, mas, na formulação de *Affix Hopping*, a pretensa diferença entre os dois tipos de verbos se dissolvia, pois ambos eram incluídos na mesma classe denotada pelo símbolo *v* (ver regra (2ii), acima). Ou seja, verbos auxiliares e verbos lexicais/principais tinham comportamento idêntico em relação à aplicação de *Affix Hopping*.

A contribuição de Ross para o estudo dos auxiliares foi chamar a atenção para possíveis semelhanças entre esses verbos e os verbos principais. Como veremos mais adiante, o debate iniciado por esse autor ainda persiste na Teoria Gerativa.

1.1.1.2 A questão de AUX como uma categoria universal

Um segundo debate que a análise de Chomsky gerou no domínio dos verbos auxiliares teve relação com o estatuto da categoria AUX na Gramática Universal. O fato de essa categoria ser introduzida por meio de uma regra sintagmática fez muitos linguistas pensarem que ela fosse uma categoria de natureza universal. Steele (1978), Akmajian, Steele & Wasow (1979) e Steele *et al.* (1981) assumiram a hipótese de que AUX fosse uma categoria universalmente disponível para as línguas, mas que não precisava estar necessariamente presente em todas elas. Além disso, eles caracterizaram AUX com um constituinte que se distinguia de outras categorias pelo seu comportamento sintático e por exprimir as noções de tempo, de aspecto e de modalidade. Evidências em favor dessa hipótese vêm desses trabalhos, além de Jelinek (1983) e Rudin (1983). A proposta de AUX ser uma categoria universal é combatida em trabalhos como Kaisse (1981), Pullum (1981), Gazdar, Pullum & Sag (1982), Reuland (1983) e Seuren (1983).

1.1.2 Os verbos auxiliares na Teoria de Princípios e Parâmetros

A Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981) traz uma nova concepção para a arquitetura da Gramática. A nova perspectiva que essa teoria instaura nos estudos linguísticos é a visão da Gramática Universal não mais como um conjunto de regras específicas para construções específicas, mas como um conjunto de princípios universais e parâmetros variáveis. Além disso, na abordagem de Princípios e Parâmetros, a noção de construção deixa de ter um estatuto privilegiado, passando a ser apenas um artifício mnemônico. O que denominamos construção, nessa teoria, passa a ser o resultado da interação dos diversos módulos ou subteorias que compõem a gramática. Dois desses módulos serão descritos nesta seção, tendo em vista a sua importância para a caracterização dos verbos auxiliares: a Teoria X-Barra e a Teoria Temática.

1.1.2.1 Os verbos auxiliares e a teoria X-Barra

O abandono das regras de estrutura sintagmática teve impacto imediato na maneira como estrutura oracional é construída. Para derivar a estrutura da oração, a Teoria de

Princípios e Parâmetros não emprega mais esse tipo de regras, mas conta com uma teoria construtora de estrutura: a teoria X-Barra. Cabe a essa teoria fornecer um esquema estrutural fixo, gerado a partir de princípios que captam relações básicas contraídas pelos elementos formadores dos constituintes das sentenças:

Inicialmente, o esquema X-Barra era restrito às categorias lexicais propostas por Chomsky (1981): nome, verbo, adjetivo e preposição. O que esse esquema prevê é que um item pertencente a uma dessas quatro categorias, abreviadas pela variável X, pode se combinar com um complemento e um especificador. Quando um núcleo X se combina com um complemento, esse núcleo projeta como um nível intermediário (um nível X-Barra); quando esse nível intermediário se combina com um especificador, o conjunto projeta um nível sintagmático, máximo, XP.

O que o esquema estrutural X-Barra fornece são as possibilidades de estruturação de um constituinte. Se todas as posições do esquema vão ser preenchidas ou não, vai depender apenas das propriedades lexicais do núcleo X. O que é importante para a teoria X-Barra é a presença de um núcleo, que vai definir a forma final do esquema estrutural, pois um sintagma é a projeção sintática das propriedades lexicais de seu núcleo.

1.1.2.1.1 O estatuto sintático dos verbos auxiliares

Restringindo a nossa atenção ao domínio verbal, podemos dizer que os verbos lexicais/principais ocupam a posição de núcleo do esquema X-Barra e projetam um VP. O que dizer dos verbos auxiliares? Tendo em vista que não há mais um nódulo AUX para inseri-los na derivação, como esses verbos são introduzidos na estrutura?

Para Jackendoff (1977), Emonds (1978), Napoli (1989), Sawada (1991) e Cann (1993), os auxiliares *have* e *be* funcionam como especificadores do VP. Já para Culicover (1976), Emonds (1976, 1985), Akmajian, Steele & Wasow (1979), Baker (1981), Lapointe (1980), Gazdar, Pullum & Sag (1982), Falk (1984), Zagana (1988) e Pollock (1989), esses verbos são tratados como núcleos. Essas duas propostas são apresentadas abaixo:

(6) A sintaxe dos auxiliares

<i>Auxiliares como especificadores</i>	<i>Auxiliares como núcleos</i>
<pre> graph TD VP --> AUX VP --> Vp[V'] Vp --> V Vp --> comp["(complemento)"] </pre>	<pre> graph TD VP1[VP] --> VAUX[V_AUX] VP1 --> VP2[VP] VP2 --> spec["(especificador)"] VP2 --> Vp[V'] Vp --> V Vp --> comp["(complemento)"] </pre>

Com o avanço da teoria, algumas mudanças são incorporadas e vão se refletir no tratamento dos verbos auxiliares. A primeira mudança vem com Chomsky (1986), ao generalizar a teoria X-Barra também para as categorias funcionais. Isso impulsionou o estudo da porção funcional da estrutura sintática e, com o decorrer da pesquisa, novas categorias funcionais foram sendo propostas.

A segunda mudança veio com a adoção da hipótese do sujeito interno a VP (Koopman & Sportiche 1991), que fez com que a análise dos auxiliares como especificadores de VP deixasse de ser viável, pelo fato de essa posição ser reservada para a inserção do argumento externo dos verbos transitivos e inergativos.

Como consequência, a questão sobre o estatuto sintático dos verbos auxiliares volta à discussão. Como não podem mais ser tratados como especificadores, a única saída para os verbos auxiliares é ser inseridos como núcleos. Dado que existem dois tipos de núcleos sintáticos, os lexicais e os funcionais, a questão agora é saber a qual desses tipos de núcleos os auxiliares correspondem.

Em relação aos modais do inglês, sua morfologia defectiva e aspectos de sua sintaxe têm sido usados como critérios para analisá-los como o núcleo I(nflection)/T(ense), ou o núcleo de um sintagma modal (ModP), ou ainda um núcleo aspectual. O que importa, no caso desses verbos, é que eles estão associados a uma projeção funcional alta na derivação³.

As propostas para os verbos *be* progressivo e *have* perfectivo variam. Em algumas análises, esses verbos continuam como núcleos lexicais que projetam um VP, mas, em outras, eles são uma projeção de um sintagma de natureza aspectual. O verbo auxiliar *be* passivo, por sua vez, tem sido tratado como um verbo lexical que projeta um VP ou um núcleo funcional

³ Iatridou & Zeijlstra (2010) desafiam essa análise para os modais e, com base na relação de escopo entre esses verbos e a negação, propõem que eles sejam gerados como um núcleo lexical (V).

Voice. Algumas dessas possibilidades de análise são apresentadas abaixo, assim como seus proponentes:

(7) As projeções dos verbos auxiliares do inglês

Auxiliares	Núcleo que projeta	
modais	I/T	Chomsky (1981, 1986)
	Mood	Baker (1981), Cinque (1999, 2006), Cormack & Smith (2002), Ernst (2002), Butler (2003), van Gelderen (2003), Schütze (2003)
	Asp	van Gelderen (2003)
	V	Iatridou & Zeijlstra (2010)
have perfectivo	V	Baker (1981), Zagona (1988), Pollock (1989), Cowper (1995)
	Asp	Ouhalla (1991), van Gelderen (2003)
	Perf	van Gelderen (1997), Ernst (2002), Butler (2004, 2005)
be progressivo	V	Baker (1981), Zagona (1988), Pollock (1989), Cowper (1995)
	Asp	van Gelderen (2003)
	Prog	van Gelderen (1997), Ernst (2002), Butler (2004, 2005)
be passivo	V	Cowper (1995)
	Voice	van Gelderen (1997), Ernst (2002)

Como vemos, o estatuto categorial dos verbos auxiliares do inglês varia na literatura. Os modais são quase unanimemente tratados como verbos de natureza funcional, enquanto os outros auxiliares são analisados ora como verbos lexicais ora como verbos funcionais.

1.1.2.1.2 Classes e subclasses de verbos auxiliares

Estudando a história do futuro românico, Roberts (1992, 1993) propôs a existência de três subclasses de verbos auxiliares que se diferenciam em termos de sua caracterização sintática e morfológica.

O primeiro critério de diferenciação é sintático e, segundo ele, existem auxiliares que são diretamente inseridos em núcleos funcionais da estrutura oracional e auxiliares que nascem como núcleos lexicais: no primeiro caso, estamos diante de auxiliares funcionais e, no segundo, estamos perante auxiliares lexicais.

O segundo ponto da proposta do autor e, que é, de certa forma, uma inovação, é a proposta de uma subdivisão dentro da classe dos verbos auxiliares funcionais que leva em conta as características morfológicas dos auxiliares dessa classe. Segundo a proposta do autor, existem auxiliares funcionais que se comportam como morfemas livres e que são caracterizados como núcleos de nível zero (X^0) e auxiliares funcionais que se comportam

como morfemas presos, elementos de natureza afixal (de nível X^{-1}), marcadores de tempo e concordância.

Krapova (1999) também divide o sistema de auxiliares do búlgaro em duas classes, os auxiliares lexicais e os auxiliares funcionais, em uma análise semelhante à de Roberts (1991). Para a autora (1999: 67), os auxiliares lexicais se caracterizam por estarem listados no Léxico e por não apresentarem diferenças categoriais em relação aos verbos lexicais, ou seja, todos são verbos. Existem, no entanto, três propriedades que distinguem auxiliares lexicais de verbos lexicais. A primeira delas é a de que os auxiliares lexicais não entram em relações temáticas nem com o verbo principal/lexical nem com os argumentos desse verbo. Essa propriedade tem um reflexo sintático, pois faz com que esse tipo de verbo auxiliar seja introduzido na derivação em uma posição externa à projeção do predicado da sentença, isto é, o verbo lexical. A segunda diferença é de natureza lexical: os auxiliares lexicais são marcados no Léxico com o traço [+AUX]. A terceira diferença tem a ver com a projeção desse tipo de auxiliar na sintaxe: os auxiliares lexicais estão relacionados a uma projeção de natureza verbal, um AuxP. Os auxiliares funcionais, por sua vez, são diretamente inseridos em núcleos funcionais e sua função básica é ser o suporte de traços morfológicos. Como uma classe, os auxiliares funcionais podem ser morfemas livres e presos.

1.1.2.2 Os verbos auxiliares e a teoria temática

A teoria temática ou Teoria- θ é um dos módulos da Gramática (assim como a Teoria X-Barra) que trata da relação entre os predicados e seus argumentos. Tomemos os exemplos abaixo como exemplificativos dessa relação:

- (8) a. A menina comeu uma maçã.
b. O vendedor deu o troco ao comprador.
c. A casa caiu.

As orações em (8) se estruturam a partir dos verbos *comeu*, *deu*, e *caiu*, respectivamente. Cada um desses verbos tem exigências de combinação com certos constituintes para formar uma oração bem-formada em português: *comer* exige dois participantes, o verbo *dar* seleciona três participantes, e o verbo *cair*, por sua vez, exige apenas um participante. As palavras que descrevem certas cenas e que selecionam participantes para juntos comporem uma sentença são os predicados. Os participantes implicados pelo significado dos predicados recebem o nome de argumentos. Traduzindo para

os nossos exemplos, temos que *comer* em (8a) é um predicado que seleciona dois argumentos, o predicado de (8b) é *dar*, que seleciona três argumentos, e, o de (8c), é o verbo *cair*, que é um predicado que seleciona um só argumento.

Os predicados também atribuem papéis semânticos aos seus argumentos, isto é, papéis que eles vão desempenhar na cena descrita pelo predicado. Esses papéis são chamados de papéis temáticos. Assim, no exemplo (8a), *comer* atribui o papel de agente a [*a menina*] e o de tema a [*uma maçã*]. Em (8b), *dar* atribui o papel de agente ao argumento [*o vendedor*], o de tema para [*o troco*] e o de alvo ao argumento [*o comprador*]. Em (8c), *cair* atribui papel de tema a [*a casa*]. Podemos resumir essas informações sobre os argumentos selecionados por esses predicados e os papéis temáticos atribuídos por eles na grade temática a seguir:

- (9) a. *comer*: (DP_{AGENTE}, DP_{TEMA})
b. *dar*: (DP_{AGENTE}, DP_{TEMA}, PP_{ALVO})
c. *cair*: (DP_{TEMA})

A teoria temática pode ser usada para caracterizar os verbos auxiliares na medida em que é uma característica desses verbos não selecionar argumentos e, conseqüentemente, não ser atribuidores de papéis temáticos (Guéron & Hoekstra 1988; Pollock 1989; Dobrovie-Sorin 1990, 1993; Avram 1994a, 1994b; Haegeman 1994; Radford 1997; Roberts 1997a, 1997b, 1998; Haider 2005). Disso se conclui que os argumentos que ocorrem em uma sentença em que existem verbos auxiliares não são selecionados por esses verbos, mas pelo verbo principal. Vejamos:

- (10) a. A menina tinha comida uma maçã.
b. O vendedor vai entregar o troco ao comprador.
c. A casa está caindo.

Como havíamos visto mais acima, os argumentos presentes nas sentenças em (10) são selecionados pelos predicados *comer*, *dar* e *cair* e deles recebem os seus papéis temáticos. Os auxiliares não são responsáveis pela seleção argumental nem pela atribuição temática da sentença.

O fato de os verbos auxiliares se combinarem com verbos que não selecionam argumentos, como os meteorológicos, pode ser usado como evidência em favor de sua caracterização como verbos não atribuidores de papel temático:

- (11) a. Tinha chovido a noite toda.
b. Vai ventar muito à tarde.
c. Já está nevando!

1.1.3 O Programa Minimalista e os traços dos verbos auxiliares na computação

Com o Programa Minimalista (Chomsky 1993, 1995a), outras mudanças são introduzidas na teoria. Uma dessas mudanças é a concepção dos itens lexicais como conjuntos de traços (formais, semânticos e fonológicos) e a visão da computação sintática como produto da interação dos traços formais dos itens lexicais com o Sistema Computacional. O esquema X-Barra perde sua utilidade e as projeções sintáticas vão se dar conforme um sistema de *Bare Phrase Structure* (Chomsky 1995b). Nesse novo quadro, a questão que se coloca para os verbos auxiliares é saber que tipo de traços esses verbos trazem para a computação.

Comumente os auxiliares são analisados como verbos que não trazem nenhuma informação para a sentença em que se encontram, e o seu papel é apenas o de ser suporte de categorias gramaticais como tempo, modo, número e pessoa. Essa é a postura encontrada Chomsky (1995a), para quem os verbos auxiliares são verbos gramaticais sem nenhum conteúdo semântico e que, por conta disso, são apagados em Forma Lógica (LF). Koopman (1984) e Emonds (1985) já analisavam os auxiliares como a mera realização de traços gramaticais.

Roberts (1998) também compartilha dessa visão e traça a distinção entre verbos auxiliares e verbos lexicais nos seguintes termos: auxiliares são apenas coleções de traços formais ao passo que os verbos lexicais são constituídos por traços formais, apresentam conteúdo inerente, além de atribuírem papéis temáticos.

Guéron (2004) enfatiza a importância de analisar os auxiliares como itens portadores de traços, tendo em vista que diferenças entre verbos auxiliares também refletem diferenças em seus conjuntos de traços.

A ideia de serem os auxiliares verbos que não contribuem com nenhum traço semântico para a computação tem sido usada para repensar o lugar desses verbos gramática. Por exemplo, Kayne (1993) argumenta que o verbo *have*, em seu uso possessivo e auxiliar, não existe no Léxico como um primitivo. Para esse autor, essas duas instâncias de *have* são formadas na sintaxe a partir da combinação de núcleos mais primitivos (especificamente uma preposição e uma cópula abstratas)⁴.

⁴ Para mais detalhes sobre a proposta de Kayne (1993), ver a seção 3.2 do capítulo 3.

Outra maneira de analisar os auxiliares, baseada nos pressupostos da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993) tem sido assumir que eles são verbos inseridos após a computação sintática, quando não há a possibilidade de os traços gramaticais serem realizados no verbo principal. Nesse caso, os auxiliares são vistos como elementos morfológicos *default*, que são inseridos como um último recurso para salvar a derivação (Ouhalla 1991, Schütze 2003, Cowper 2010, Bjorkman 2011).

1.2 As propriedades dos verbos auxiliares

Nosso objetivo nesta seção é apresentar a concepção de verbos auxiliares que será adotada neste trabalho. Para tanto, partiremos das propostas apresentadas na seção anterior, combinando-as com o quadro teórico que embasa a nossa pesquisa, que é a versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1993, 1995a e trabalhos subsequentes).

Começamos apontando que os auxiliares são elementos que pertencem à categoria dos verbos, isto é, são itens portadores dos traços [+V, -N] como especificação categorial. Essa é a sua primeira propriedade.

Esses verbos têm como segunda propriedade o fato de não serem atribuidores de papéis temáticos. Como vimos acima, essa é uma das propriedades mais marcantes dos auxiliares. Poderíamos tentar ligar essa propriedade ao fato de os verbos auxiliares (e os núcleos funcionais em geral) não apresentarem conteúdo lexical/descritivo (Abney 1986, 1987). Por não apresentarem esse tipo de conteúdo, os auxiliares não descrevem cenas e, portanto, não podem selecionar DPs como argumentos nem atribuir papéis temáticos, como já vimos acima.

A terceira propriedade dos verbos auxiliares é a de, juntamente com o verbo lexical, comporem o mesmo domínio oracional.

As propriedades elencadas acima, apesar de necessárias, não são suficientes para definir os verbos auxiliares, pois elas não são capazes de diferenciar um verbo auxiliar como *estar* do verbo *estar* copulativo, que vemos nos exemplos abaixo:

- (12) a. A Maria está chorando.
b. A Maria estava bonita.

Nos dois casos, *estar* se comporta como um verbo, exibindo os morfemas de modo-tempo e as marcas de concordância com o sujeito. Além disso, os dois tipos de *estar* não atribuem papéis temáticos⁵. Por fim, nos dois casos, há apenas uma oração. Esses fatos apontam para a necessidade de apresentarmos mais uma característica dos auxiliares que possa distingui-los de verbos principais/lexicais e de verbos copulativos. Para tanto, vejamos os dados abaixo:

- (13) a. O céu escureceu.
b. O céu ficou escuro.
c. O céu tinha escurecido.
d. O céu tinha ficado escuro.

Os verbos lexicais/principais e os copulativos podem ser os únicos elementos verbais em uma sentença, conforme vemos em (13a) e (13b), ao contrário dos verbos auxiliares, que não podem. Para uma sentença com um verbo auxiliar ser gramatical, ela precisa ter outro verbo, além do auxiliar. Essa é a quarta propriedade dos verbos auxiliares que os define como uma classe distinta dos verbos lexicais e dos verbos copulativos: o fato de os auxiliares se combinarem apenas com (projeções de) verbos.

Segundo Chomsky (2008: 139), para que um item lexical entre na computação sintática e se concatene⁶ com um objeto sintático já presente, esse item deve ter um traço que permita a concatenação. Em conformidade com essa exigência da operação concatenar, vamos propor que os auxiliares entram na derivação com um traço de natureza verbal (Kelly 2006; Biberaruer & Roberts 2009). Adotaremos ainda, com base em Biberaruer & Roberts (2009), que o traço que os auxiliares trazem para a derivação é um traço verbal não-valorado [*uV*], cuja presença os força a se concatenar sempre com um constituinte que seja uma projeção verbal ou contenha uma projeção verbal.

Essa proposta apresenta duas consequências imediatas. A primeira delas é a caracterização dos verbos lexicais como elementos que apresentam o traço [*iV*]. A segunda é que os auxiliares passam a ter características tanto de verbos quanto de itens funcionais. Na qualidade de verbos, os auxiliares apresentam um paradigma morfológico verbal: eles exibem

⁵ Existe discussão se os verbos copulativos atribuem papéis temáticos ou não. Rapoport (1987) e Baker (2003) analisam esses verbos como elementos vazios que não atribuem papel temático, já Lohndal (2006) assume que os verbos copulativos podem atribuir papel temático em composição com o seu complemento. No texto, assumiremos que verbos copulativos não atribuem papel temático.

⁶ Traduziremos o termo *Merge* como concatenação.

concordância-φ (número e pessoa) com o sujeito, podem receber os morfemas de tempo e modo e podem aparecer em formas não-finitas. Como itens funcionais, os auxiliares selecionam sempre um único tipo de complemento, que é uma projeção verbal, além de não atribuírem papéis temáticos.

Poderíamos nos perguntar se a presença do traço [*uV*] na estrutura dos verbos auxiliares poderia estar, de alguma maneira, correlacionada à falta de papéis temáticos.

A resposta é negativa e dois são os motivos que a justificam. Primeiro, observando a classe dos verbos lexicais, podemos perceber que, apesar de os membros dessa classe serem portadores do traço [*iV*], isso não significa que todos eles necessariamente tenham de atribuir papéis temáticos. Há verbos que não atribuem papel temático, como os verbos meteorológicos, e, no entanto, não deixam de ser verbos lexicais.

O comportamento dos verbos copulativos nos fornece a segunda justificativa. Esses verbos não atribuem papel temático, nem selecionam projeções verbais como complementos. Conforme a nossa proposta, se a seleção rígida dos auxiliares se deve à presença do traço [*uV*] na sua estrutura, o fato de os verbos copulativos não se concatenarem com projeções verbais é indicativo de que eles não apresentam o traço [*uV*] em sua estrutura de traços, o que nos leva a caracterizá-los como itens portadores do traço [*iV*], da mesma forma que os verbos lexicais/principais.

Esses dois argumentos nos levam a não equacionar o traço [*uV*] dos auxiliares com a ausência de papéis temáticos. O caso dos verbos meteorológicos indica que existem verbos que possuem o traço [*iV*], mas que não apresentam papéis temáticos. Já o caso dos verbos copulativos serve para mostrar que existem verbos que possuem o traço [*iV*], mas que não apresentam conteúdo lexical nem papéis temáticos. Com isso, chegamos à seguinte tipologia:

(14) Tipologia de verbos

Tipos de verbos	Traço [V]	Papel temático	Complementos
Auxiliares	[<i>uV</i>]	---	XP [+verbal]
Cópulas	[<i>iV</i>]	---	XP [-verbal]
Verbos lexicais	[<i>iV</i>]	✓	DP, CP, TP
		---	---

A tipologia acima divide os verbos em dois grupos, o daqueles que apresentam traço [*uV*] e daqueles que apresentam o traço [*iV*]. Os auxiliares têm o traço [*uV*] e isso vai fazer com que eles se concatenem com projeções verbais. As outras classes de verbos não apresentam essa restrição quanto à natureza dos seus complementos.

O segundo elemento da tipologia acima é a presença de papéis temáticos. Os verbos auxiliares e os verbos copulativos não são atribuidores de papéis temáticos, enquanto que os verbos lexicais podem ou não ser atribuidores de papel temático.

Com essa caracterização, os verbos copulativos ficam na intersecção entre verbos auxiliares e verbos lexicais/principais. Por não atribuírem papel temático, elas se aproximam dos verbos auxiliares. No entanto, por poderem ser os únicos verbos em uma sentença, eles se assemelham aos verbos lexicais. Isso pode explicar o porquê de verbos copulativos se gramaticalizarem como verbos auxiliares (Kuteva 2001, Lohndal 2009). Assumindo a proposta aqui apresentada, o processo de gramaticalização desses verbos envolve apenas a mudança no seu traço [V], que deixa de ser interpretável e passa a ser não-interpretável.

Passemos agora a apresentar como se dá a relação entre o auxiliar e o seu complemento verbal. Adotando o sistema de valoração de traços por *Agree* (Chomsky 2000, 2001), quando um auxiliar entra na derivação, o seu traço [*u*V] funciona como uma sonda em busca de um alvo. Encontrado um alvo portador do traço [*i*V], a operação *Agree* ocorre e o traço do auxiliar é valorado:

A ordem rígida entre o verbo auxiliar e o verbo lexical (em línguas como o português) também é prevista por essa análise em termos de *Agree*. Para que essa operação ocorra, a sonda deve c-comandar assimetricamente o alvo. Se no caso dos auxiliares, o alvo é o verbo lexical, ele deve ser c-comandado pelo auxiliar (que é a sonda). Essa estrutura ao ser linearizada no componente fonológico vai resultar na ordem linear [verbo auxiliar – verbo lexical].

Assumindo que a valoração do traço [*u*V] do auxiliar se faz mediante *Agree*, o auxiliar tem um espaço de busca limitado: ele apenas enxerga aquela porção do seu domínio de complemento que está disponível para a computação, tendo em vista a Condição de Impenetrabilidade da Fase:

(16) Condição de Impenetrabilidade da Fase

- HP é uma Fase com núcleo H
- β é o domínio de H
- α é a fronteira da Fase

Sendo H o núcleo de uma Fase, o seu domínio não é acessível a operações fora dessa Fase. Apenas H e sua fronteira são acessíveis a essas operações.

(adaptado de Chomsky 2000: 108, Chomsky 2001: 13)

Exemplifiquemos essa restrição com a derivação em (17), na qual o auxiliar seleciona um XP como complemento e essa projeção XP é uma Fase:

Nesse caso, a operação *Agree* entre o traço [uV] do auxiliar e o traço [iV] do verbo lexical não vai poder ocorrer porque o verbo lexical faz parte do domínio da Fase XP e, portanto, não se encontra acessível para operações fora dessa Fase (no nosso caso, a operação de *Agree* entre o auxiliar e o verbo lexical). Nessa situação, o traço do auxiliar fica sem valor e assim chega às interfaces, levando a derivação ao fracasso.

Contudo, se o verbo lexical se mover para X, a operação *Agree* pode ocorrer, pois o verbo se encontra no núcleo da Fase, que encontra-se disponível para operações computacionais:

Até aqui estudamos a relação de licenciamento do traço $[uV]$ do auxiliar em sentenças com apenas um verbo auxiliar. Sentenças com mais de um verbo auxiliar parecem ser um desafio, porque, nesses casos, há duas possibilidades de valoração para o traço dos auxiliares, dependendo de qual é o elemento tomado como alvo da operação *Agree*. Essas duas possibilidades de valoração são apresentadas abaixo:

(19) Possibilidades de *Agree* na presença de mais de um verbo auxiliar

a. <i>Agree</i> múltiplo com um único alvo	b. <i>Agree</i> com alvos distintos
<p>Aux₂P</p> <p>Aux₂ [uV]</p> <p>Aux₁P</p> <p>Aux₁ [uV]</p> <p>ZP</p> <p>...V... [iV]</p>	<p>Aux₂P</p> <p>Aux₂ [uV]</p> <p>Aux₁P</p> <p>Aux₁ [uV]</p> <p>ZP</p> <p>...V... [iV]</p>

Para podermos escolher entre as derivações, será necessário analisarmos um outro fenômeno que está intimamente relacionado com a seleção do complemento verbal dos auxiliares: a dependência morfosintática que se caracteriza pela imposição de uma dada forma não finita por parte do auxiliar ao verbo imediatamente seguinte, como vemos nos exemplos abaixo:

- (20)
- a. Os turistas estão viajando.
 - b. Os turistas tinham viajado.
 - c. Os turistas vão viajar.
 - d. Amanhã por essas horas os turistas já vão ter viajado.
 - e. Amanhã por essas horas os turistas vão estar viajando.

O auxiliar *estar* se combina com um gerúndio, o auxiliar *ter* com um particípio e o auxiliar *ir* com um infinitivo. Essa propriedade dos verbos auxiliares os aproxima mais uma vez de elementos funcionais, tais como os complementadores oracionais, cuja presença faz o verbo da oração encaixada aparecer flexionado e sua ausência faz com que esse verbo apareça não-flexionado:

- (21)
- a. A Maria fingiu que estava doente.
 - b. *A Maria fingiu que estar doente.
 - c. A Maria fingiu estar doente.
 - d. *A Maria fingiu estava doente.

A relação de dependência morfossintática que se verifica no domínio dos verbos auxiliares tem duas características. A primeira delas é fato de envolver a estrutura sintática, pois o mecanismo de dependência morfossintática leva em consideração relações de c-comando: o auxiliar c-comandante influencia a forma do verbo (auxiliar ou não) c-comandado. A segunda característica da dependência morfossintática é o seu caráter local, no sentido de um auxiliar afetar a forma do verbo imediatamente seguinte (Chomsky 1957, Emonds 1976, Williams 1994, Biberauer & Roberts 2009). A terceira propriedade é que essa relação ocorre uma única vez. Essas características são ilustradas abaixo:

- (22) C-comando
- a. O João vai estar sendo interrogado amanhã.
 - b. *O João indo estado ser interrogado.
- (23) Localidade
- a. O João tem estado trabalhando muito.
 - b. *O João tem estando trabalhado muito.

(24) Aplicação única

- a. Amanhã os turistas amanhã já vão ter partido.
- b. *Amanhã os turistas já vão ter partir.

Se tomarmos a relação de dependência morfossintática como reflexo da valoração do traço [uV] do auxiliar, essas características podem ser facilmente derivadas. Já dissemos que a relação de *Agree* entre o auxiliar e o verbo principal está sujeita aos efeitos da Condição de Impenetrabilidade da Fase. Essa relação também está sujeita a questões de localidade entre a sonda e o alvo:

(25) *Agree*: restrição de localidade

Uma sonda α estabelece *Agree* com um alvo β se e somente se:

- a) α c-comanda β e
- b) Não existe um outro alvo γ que é não distinto de α , em termos de traços formais, tal que γ c-comanda β e α c-comanda γ .

(adaptado de Chomsky 2000: 122)

Em outras palavras, a sonda α só vai poder estabelecer *Agree* com o alvo β se não houver um outro alvo γ mais próximo de α e cujos traços sejam compatíveis com os de α .

Se localidade é uma noção crucial para a definição das relações de *Agree* entre uma sonda e um alvo e se é verdade que a valoração do traço [uV] dos auxiliares é um tipo de *Agree*, já podemos decidir qual das duas possibilidades em (19) é a que de fato ocorre. A relação de *Agree* entre a sonda Aux_2 e V em (19a) é bloqueada pela intervenção de Aux_1 que, nessa configuração, está mais próximo de Aux_2 e funciona como um alvo não-distinto de Aux_2 em seus traços formais.

Sendo assim, a única derivação possível é (19b), pois nela as restrições de localidade são respeitadas. Ilustremos como ficam as relações de valoração que envolvem os auxiliares presentes na sentença (22a), repetida abaixo:

(26) a. O João vai estar sendo interrogado amanhã.

O esquema de valoração acontece da seguinte maneira. Primeiramente o auxiliar *ser* estabelece *Agree* com o verbo *interrogar*. Como resultado dessa operação, o traço [uV] do auxiliar é valorado e o alvo é licenciado com a forma de particípio passado. A seguir entra o auxiliar *estar* na derivação e estabelece *Agree* com o traço recém-valorado do auxiliar *ser*. Da mesma forma que aconteceu antes, o traço [uV] de *estar* é valorado e o auxiliar *ser* é licenciado com a forma de gerúndio. Por fim, o auxiliar *ir* é inserido na derivação e ativa *Agree* com o traço do verbo *estar*. Como consequência, o traço verbal de *ir* é valorado e *estar* recebe os traços referentes à forma de infinitivo.

Como este trabalho se insere na perspectiva minimalista, segundo a qual os traços são os elementos essenciais para a computação sintática, é importante também decompor as tradicionais formas não-finitas que são licenciadas em decorrência de *Agree* com verbos auxiliares em traços mais primitivos. Em um trabalho anterior (Lunguinho 2006b), propus que essas formas se distribuem por dois planos. O primeiro plano é o do modo, que vai dividir as formas não-finitas em [realis] e [irrealis]. O infinitivo é a forma não-finita que tem traço [irrealis], enquanto o gerúndio e o particípio são formas com traço [realis]. A diferença entre o gerúndio e o particípio coloca em evidência o plano do aspecto, o segundo plano em que as formas não-finitas se distribuem: o gerúndio é a forma verbal portadora do traço [imperfectivo] e o particípio é a forma não-finita portadora do traço [perfectivo]. Como os traços aspectuais [perfectivo] e [imperfectivo] implicam, no português, o traço modal [realis], não vai ser necessário fazer referência a esse traço modal quando estivermos tratando dos traços aspectuais. Com essa análise, chegamos à seguinte caracterização dos traços que compõem as formas não-finitas do verbo do português:

(27) Traços das formas não-finitas do português (Lunguinho 2006b: 467)

Formas não-finitas	Traços	
	Modo	Aspecto
Infinitivo	[<i>irrealis</i>]	-
Gerúndio	[<i>realis</i>]	[imperfectivo]
Particípio	[<i>realis</i>]	[perfectivo]

Com base nessa proposta, as formas não-finitas que os auxiliares selecionam passam a ser a realização de um traço aspectual ou modal que os auxiliares valoram como efeito colateral da operação *Agree* que estabelecem com um verbo para a valoração do seu traço [*uV*]. O esquema abaixo é a versão completa da operação *Agree* que acontece com os verbos auxiliares:

(28) *Agree* no domínio dos verbos auxiliares: versão completa

Como vemos, o primeiro passo da operação *Agree* entre o auxiliar e a forma verbal X (auxiliar ou verbo lexical) é a valoração do traço [*uV*] do auxiliar. Como efeito colateral dessa relação, o auxiliar licencia uma forma não-finita para o verbo com o qual estabeleceu *Agree*. Se ele valorar um traço modal com valor [*irrealis*], esse traço vai ser realizado pelo infinitivo no componente morfológico. Se o traço valorado for de natureza aspectual, haverá dois valores possíveis para ele: [perfectivo], que vai ser realizado pela morfologia de particípio passado, e [imperfectivo], que vai ser realizado pela morfologia de gerúndio.

Apresentadas as propriedades dos verbos auxiliares, nosso objetivo na próxima seção é apresentar como essas propriedades permitem derivar os critérios de auxiliaridade e os verbos que trataremos nesta tese como os representantes da classe dos verbos auxiliares do português.

1.3 Os verbos auxiliares do português: um desafio teórico e empírico

Um dos primeiros problemas que se apresentam para a análise de um tópico com os verbos auxiliares se relaciona com a própria existência da classe. Existe uma classe de verbos auxiliares em português? Se existe, quais são as características de seus membros?

Nossos objetivos nesta seção são: argumentar em favor da existência da classe de verbos auxiliares em português, descrever as suas características e apresentar o seu inventário. Antes, porém, na subseção 1.3.1, faremos um breve percurso sobre como os verbos auxiliares são analisados nas gramáticas tradicionais do português, na subseção 1.3.2, descrevemos brevemente a proposta dos linguistas que se voltaram à descrição e à análise dessa classe em português, e, finalmente, na subseção 1.3.3, apresentaremos a nossa análise.

1.3.1 Os verbos auxiliares nas gramáticas tradicionais

Todas as gramáticas tradicionais do português admitem a existência de um conjunto de verbos que elas denominam de *verbos auxiliares*. O problema com o qual nos deparamos é que, apesar de todas essas gramáticas assumirem a existência dessa classe de verbos, não existe uma definição clara do que vem a ser um verbo auxiliar. Aliada a essa dificuldade inicial está o fato de não haver uma descrição das propriedades desses verbos. Os auxiliares são comumente caracterizados como verbos que se combinam com outro verbo (não-flexionado) para formar a voz passiva analítica ou as conjugações perifrásticas (tempos compostos, locuções verbais, perífrases verbais).

Mas, se não há uma definição explícita de verbos auxiliares, que procedimentos as gramáticas tradicionais usam para tratar um verbo como auxiliar ou não?

Os trabalhos que se voltaram a responder essa pergunta (entre eles, Tavares de Macedo 1972, Pontes 1973, Lobato 1975, Serrone 1992, Gonçalves 1996) são unânimes em afirmar que a conceituação dos verbos auxiliares não se faz mediante critérios explícitos. O que há é uma mistura de critérios de natureza variada, entre eles, critérios semânticos, morfológicos, sintáticos e diacrônicos. Além dessa quantidade variada de critérios, um outro fator complicador é que existem diferentes interpretações para um mesmo critério, o que leva a diferentes análises. Esse cenário tem como resultado imediato uma lista variável de critérios e de verbos auxiliares. A esse respeito, Lobato (1975) resume:

(...) sob o rótulo de *verbo auxiliar*, tanto as gramáticas escolares quanto os trabalhos mais recentes classificam um número divergente de unidades: trata-se, ora de um sistema fechado de número variável de

elementos nunca coincidentes, ora de um sistema aberto de número ilimitado de elementos.

O problema do inventário dos auxiliares não é o único que surge após uma análise desse processo. Revendo o assunto, a linguística moderna se dá conta de sua complexidade e observa que a multiplicidade de critérios de que dispõe o linguista está na base das divergências entre as diferentes análises.

(Lobato 1975: 27, 29)

Abaixo, apresentamos uma lista, elaborada a partir do levantamento feito por Pontes (1973) e Lobato (1975) em gramáticas tradicionais do português, que ilustra o problema do inventário dos verbos auxiliares:

(29) O inventário dos verbos auxiliares nas gramáticas tradicionais

-
- 1) *Ir*
 - 2) *Parecer*
 - 3) *Ser*
 - 4) *Supor*
 - 5) *Ter, haver*
 - 6) Aspectuais: *acabar de, andar, começar a, continuar, costumar, estar, pôr-se a, terminar de, tornar a, viver, voltar a ...*
 - 7) Causativos: *deixar, fazer, mandar*
 - 8) De consecução: *conseguir, lograr*
 - 9) De tentativa (ou de esforço): *atrever-se a, buscar, ousar, pretender, tentar*
 - 10) *Dicendi*: *contar, dizer, falar*
 - 11) Modais: *dever de, dever, poder, ter de, ter que*
 - 12) Sensitivos: *ouvir, sentir, ver*
 - 13) Volitivos: *desejar, precisar (de), querer*
-

Em resumo, a situação presente nas gramáticas tradicionais no que se refere aos verbos auxiliares é a seguinte: a) não há uma definição explícita dessa classe de verbos; b) não existe acordo sobre a natureza, o número e a correta interpretação dos critérios de detecção de auxiliares; c) verifica-se a inclusão de um grande número de verbos na classe dos auxiliares.

1.3.2 Além da abordagem tradicional: os critérios de auxiliaridade

Na tentativa de estabelecer com mais rigor a classe dos verbos auxiliares do português, os linguistas voltaram a sua atenção ao estudo dessa classe e começaram a propor critérios que permitissem, com mais segurança, delimitar os verbos pertencentes à classe dos auxiliares. Entre os trabalhos que apresentaram critérios mais rígidos de delimitação de auxiliares, podemos citar Tavares de Macedo (1972), Pontes (1973), Lobato (1975), Longo (1990, 1998), Serrone (1992), Gonçalves (1996), Gonçalves & Costa (2002), Longo & Campos (2002), entre outros.

Os critérios de auxiliaridade geralmente propostos para o português são os seguintes:

(30) Critérios de auxiliaridade

-
- 1) Impossibilidade de complementação finita
 - 2) Ausência de flexão no infinitivo
 - 3) Impossibilidade de advérbios com valores temporais diferentes
 - 4) Sujeito único
 - 5) Ausência de restrição de seleção quanto ao sujeito
 - 6) Correspondência entre sentenças ativas e passivas
 - 7) Impossibilidade de seleção de DP objeto
 - 8) Impossibilidade de negação do domínio não-finito
 - 9) Ausência de restrições de seleção quanto ao tipo aspectual do predicado
 - 10) Ausência de forma imperativa
 - 11) Impossibilidade de substituição do domínio não-finito por clítico demonstrativo
 - 12) Subida do clítico
-

A proposta de critérios de auxiliaridade constituiu sem dúvida um avanço no estudo dos verbos auxiliares tanto do ponto de vista de suas características intrínsecas quanto do ponto de vista de seu inventário. Esses critérios nos forneceram, pela primeira vez, uma ferramenta explícita para detectar os auxiliares do português. Todavia, uma questão que esses critérios colocam para a análise dos auxiliares tem a ver com os procedimentos para a identificação dos membros dessa classe. Mais uma vez voltamos à questão do diagnóstico dos verbos auxiliares: como se identifica um auxiliar em vista dos critérios apresentados?

Uma primeira resposta é a de que um verbo será um auxiliar se e somente se observar todos os critérios de auxiliaridade propostos. Se não observar pelo menos um deles, não poderá ser tratado como auxiliar.

Uma segunda resposta seria considerar a auxiliaridade um conceito de natureza escalar e os verbos auxiliares como elementos que se distribuiriam em um contínuo de auxiliaridade. Nesse caso, a medida de avaliação seria o número de critérios satisfeitos: quanto mais critérios são satisfeitos, mais auxiliar um verbo será, quanto menos critérios satisfeitos, menos auxiliar o verbo em questão será.

Na subseção seguinte, retomaremos as propriedades que definem um verbo como auxiliar e, com base nelas, definiremos os critérios de auxiliaridade que usaremos para diagnosticar os verbos que analisaremos como os verbos auxiliares do português brasileiro.

1.3.3 Os verbos auxiliares do português brasileiro

Como propusemos na subseção 1.2 deste capítulo, as quatro propriedades abaixo definem um verbo como auxiliar:

(31) Propriedades dos verbos auxiliares

-
- 1) São categorias verbais [+V, -N]
 - 2) Apresentam um traço [*u*V]
 - 3) Não atribuem papel temático
 - 4) Constituem, juntamente com o verbo lexical, um único domínio oracional
-

Apresentadas as propriedades dos auxiliares, o nosso objetivo nesta subseção vai ser derivar critérios de auxiliaridade para o português a partir das propriedades listadas em (32). Essa ideia em si não é nova, pois Lobato (1975) e Gonçalves (1996) já a usaram em seus trabalhos. O que nós faremos de novidade é derivar mais explicitamente de onde vêm os critérios de auxiliaridade e explicamos o porquê de eles terem a formulação que têm.

Do ponto de vista da aplicação dos diagnósticos para identificação de verbos auxiliares, como os nossos critérios são diretamente derivados das propriedades gerais dos auxiliares em (32), assumimos como posição que, para um verbo ser classificado como auxiliar, ele deve satisfazer todos os critérios propostos.

Começamos com a propriedade formal dos auxiliares que é a presença do traço não-valorado [*u*V] na sua estrutura de traços. Essa propriedade vai ser a chave para entendermos quatro critérios de auxiliaridade propostos na literatura: a) a seleção de complemento único, b) a impossibilidade de complementação finita, c) a inexistência de flexão no infinitivo (para as sequências cujo auxiliar seleciona um infinitivo) e d) a impossibilidade de advérbios com valores temporais diferentes.

Descrevamos a seleção de complemento único dos verbos auxiliares. De acordo com a nossa análise, os verbos se dividem em dois grupos: os auxiliares, que apresentam o traço [*u*V] em sua estrutura de traços, e os verbos lexicais/principais e os verbos copulativos, que apresentam a contraparte valorada desse traço, ou seja, [*i*V]. Como o traço dos auxiliares precisa ser valorado, segue-se que esses verbos só vão poder se concatenar com projeções verbais que contenham um verbo lexical ou um verbo copulativo, porque nessas projeções estará o verbo cujo traço [*i*V] vai valorar o traço não-interpretável do auxiliar.

A restrição que impede que os auxiliares tenham como complemento um CP finito deriva das restrições de localidade que regem a operação *Agree*, que é responsável pela valoração do traço [*u*V] do auxiliar. Sendo um CP finito uma Fase (cf. Chomsky 2001) e, tendo o auxiliar que valorar o seu traço [*u*V], ao selecionar um CP finito como complemento, não haverá meios de esse traço ser valorado, pois as únicas regiões desse CP que estarão disponíveis para a computação são o núcleo C e o seu especificador, regiões essas em que não

há um verbo que possa servir como alvo para a operação *Agree*. O esquema abaixo ilustra essa situação:

(32) Impossibilidade de CP finito

O fato de não existir uma camada CP no complemento dos auxiliares do português tem como resultado uma outra cadeia de propriedades que são usadas como critérios de auxiliaridade: a impossibilidade de haver flexão no infinitivo e a impossibilidade de advérbios com valores temporais diferentes poderem aparecer nas sentenças com verbos auxiliares.

Um infinitivo flexionado é uma forma não-finita que se associa a um núcleo funcional T portador de um conjunto completo de traços- ϕ (número e pessoa). Segundo a argumentação de Chomsky (2007, 2008), os traços- ϕ que aparecem em T não são intrínsecos a esse núcleo, mas são traços do núcleo funcional C e que são passados desse núcleo para T. Ou seja, para que T tenha traços- ϕ , ele deve herdá-los de C. Com base nessa argumentação e, tendo em vista que o domínio não-finito que os auxiliares selecionam não pode ser um CP, pela razão já apresentada acima, a conclusão a que chegamos é a de que, se um auxiliar selecionar um domínio infinitivo, esse domínio não poderá apresentar flexão, pois não há nele o núcleo C responsável por transferir os seus traços- ϕ para T⁷.

A segunda característica que se segue da impossibilidade de um CP finito como complemento dos auxiliares é a impossibilidade de termos advérbios com valores temporais distintos na oração. Se não há um núcleo C no domínio não-finito encaixado a um verbo auxiliar, toda a sentença está sob o escopo de uma mesma Fase CP que vai definir apenas um domínio temporal. Mesmo no caso de o auxiliar selecionar um TP como complemento, esse TP não-finito será sempre dependente do tempo da matriz. É a existência de apenas um

⁷ Isso se o domínio infinitivo selecionado pelos auxiliares for da categoria T. Se não for, temos mais uma razão para excluir os infinitivos flexionados da posição de complemento de um verbo auxiliar.

domínio temporal que vai explicar o porquê da impossibilidade de ocorrência de advérbios com valores temporais distintos nas sentenças com verbos auxiliares.

Com esses resultados, chegamos à seguinte conclusão: dos critérios de auxiliaridade aqui analisados, dois podem ser tratados como critérios primários de detecção de auxiliares e dois são derivados. Os critérios primários são a seleção de complemento único e a impossibilidade de complementação finita. A impossibilidade de flexão no infinitivo (selecionado por alguns auxiliares) e a impossibilidade de advérbios com especificação temporal diferente são critérios derivados do critério de impossibilidade de um CP finito como complementos dos auxiliares.

Vejamos como os verbos candidatos a auxiliares de (29) se comportam em relação aos dois critérios de auxiliaridade primários definidos nessa seção. O primeiro critério a ser testado é a seleção de complemento único, segundo o qual um verbo auxiliar seleciona apenas um tipo de complemento, um complemento não-finito de natureza verbal:

(33) *Ir*

- a. O meu amigo vai viajar amanhã.
- b. *O meu amigo vai a viagem amanhã.

(34) *Parecer*

- a. A Maria parece estar triste.
- b. *A Maria parece a tristeza.

(35) *Ser*

- a. O trabalho foi elogiado.
- b. *O trabalho foi elogio.

(36) *Supor*

- a. Eu suponho ter acertado a questão 3.
- b. *Eu suponho o acerto da questão 3.

(37) *Ter e haver*

- a. Todos tinham lido o conto.
- b. *Todos tinham a leitura do conto.
- c. Todos haviam lido o conto.
- d. *Todos haviam a leitura do conto.

(38) *Aspectuais*

- a. Os vizinhos acabaram / terminaram de discutir.
- b. Os vizinhos acabaram / terminaram a discussão.
- c. Os vizinhos andam / estão / vivem discutindo.
- d. *Os vizinhos andam / estão / vivem a discussão.
- e. Os vizinhos começaram a discutir.
- f. Os vizinhos começaram a discussão.
- g. Os vizinhos continuam discutindo.
- h. Os vizinhos continuam a discussão.
- i. Os vizinhos costumam discutir.
- j. *Os vizinhos costumam a discussão.
- k. Os vizinhos puseram-se a discutir.
- l. Os vizinhos puseram-se à discussão.
- m. Os vizinhos tornaram / voltaram a discutir.
- n. Os vizinhos tornaram / voltaram à discussão.

(39) *Causativos*

- a. O policial fez a multidão sair do local.
- b. *O policial fez a saída da multidão do local.
- c. O policial mandou a multidão sair do local.
- d. *O policial mandou a saída da multidão do local.

(40) *De consecução*

- a. O ladrão conseguiu pular o muro.
- b. *O ladrão conseguiu o pulo do muro.

- (41) De tentativa
- a. Todos tentaram acalmar a mulher.
 - b. *Todos tentaram a calma da mulher.
- (42) *Dicendi*
- a. O Pedro disse ter se preocupado à toa com os alunos.
 - b. *O Pedro disse a preocupação à toa.
 - c. O Pedro comentou ter se preocupado à toa com os alunos.
 - d. *O Pedro comentou a preocupação à toa.
- (43) Modais
- a. A Maria pode chegar hoje.
 - b. *A Maria pode chegada.
 - c. A Maria deve chegar hoje.
 - d. *A Maria deve chegada.
 - e. A Maria tem que / tem de chegar hoje.
 - f. *A Maria tem que / tem de chegada hoje.
- (44) Sensitivos
- a. Eu os vi brigando.
 - b. Eu vi a briga deles.
- (45) Volitivos
- a. O gato quer comer algo.
 - b. O gato quer comida.
 - c. O gato precisa comer algo.
 - d. O gato precisa de comida.

O critério de seleção de complemento único automaticamente exclui da classe de possíveis candidatos a auxiliares aqueles verbos que aceitam se combinar tanto com complementos de natureza verbal quanto com complementos de natureza nominal. Dessa forma, os aspectuais *acabar de*, *começar a*, *continuar*, *pôr-se a*, *terminar de*, *tornar de*, *voltar a*, os verbos sensitivos e os volitivos são excluídos da lista de possíveis auxiliares.

Passemos a investigar como se comportam os verbos restantes em relação ao critério de impossibilidade de complementação finita:

(46) *Ir*

- a. O meu vizinho vai se candidatar a prefeito.
- b. *O meu vizinho vai que se candidate a prefeito.

(47) *Parecer*

- a. A menina parece estar doente.
- b. A menina parece que está doente.

(48) *Ser*

- a. A criança foi beijada pelos avós.
- b. *A criança foi que beijou pelos avós.

(49) *Supor*

- a. Nós supomos ser feriado aqui.
- b. Nós supomos que seja feriado aqui.

(50) *Ter e haver*

- a. O Sol tinha nascido.
- b. *O Sol tinha que nasceu.
- c. O Sol havia nascido.
- d. *O Sol havia que nasceu.

(51) *Aspectuais*

- a. Os meninos andam cantando
- b. *Os meninos andam que cantam.
- c. Os meninos costumam cantar.
- d. *Os meninos costumam que cantam.
- e. Os meninos estão cantando.
- f. *Os meninos estão que cantam.⁸

⁸ Para os falantes que aceitam (51f), essa sentença tem uma leitura intensificativa do tipo ‘os meninos estão cantando muito’, que não é a leitura que tem a sentença (51e).

- g. Os meninos vivem cantando.
- h. *Os meninos vivem que cantam.

(52) Causativos

- a. O Paulo fez a Maria se calar.
- b. O Paulo fez com que a Maria se calasse.
- c. O Paulo mandou a Maria se calar.
- d. O Paulo mandou que a Maria se calasse.

(53) De consecução

- a. O meu pai conseguiu consertar o carro.
- b. O meu pai conseguiu que consertassem o carro.

(54) De tentativa

- a. Eu tentei fazer o melhor de mim.
- b. Eu tentei que eles fizessem o melhor de si.

(55) *Dicendi*

- a. As pessoas disseram ter visto um disco voador.
- b. As pessoas disseram que tinham visto um disco voador.
- c. As pessoas comentaram ter visto um disco voador.
- d. As pessoas comentaram que tinham visto um disco voador.

(56) Modais

- a. Vocês podem ler em voz alta.
- b. *Vocês podem que leiam em voz alta.
- c. Vocês devem ler em voz alta.
- d. *Vocês devem que leiam em voz alta.
- e. Vocês têm que / têm de ler em voz alta.
- f. *Vocês têm que / têm de que leiam em voz alta.

Da aplicação desse critério de análise, excluímos *parecer*, *supor*, os verbos causativos, os de consecução, os de tentativa e os *dicendi* da lista de potenciais auxiliares. Essa lista fica,

portanto, restrita aos seguintes candidatos a verbos auxiliares em português: os aspectuais (*andar, costumar, estar e viver*), *ir, ter e haver, ser* e os modais.

A terceira propriedade apresentada em (31) está por trás de quatro dos critérios de auxiliaridade propostos na literatura: a) existência de sujeito único, b) ausência de restrição de seleção quanto ao sujeito, c) correspondência entre ativas e passivas e d) impossibilidade de seleção de DP objeto⁹.

A existência de sujeito único resulta do fato de auxiliares serem verbos que não atribuem papel temático (externo). Sendo assim, quando combinados com um verbo que selecione um argumento que precise se deslocar para a posição de sujeito, os auxiliares não vão impedir esse movimento e, consequentemente, a sentença vai ter apenas um sujeito.

A ausência de restrições de seleção quanto ao sujeito também está relacionada ao fato de auxiliares não atribuírem papel temático externo. Se não fazem esse tipo de seleção, os auxiliares podem co-ocorrer com qualquer tipo de sujeito, desde que esse sujeito seja licenciado pelo verbo lexical da sentença.

A correspondência entre ativas e passivas é uma outra propriedade que também deriva da não-atribuição de papel temático externo por parte dos auxiliares. Quando apassivamos o verbo lexical presente no domínio não-finito selecionado por um auxiliar, não se notam diferenças na interpretação dos argumentos, ou seja, os papéis temáticos que os argumentos tinham na ativa se mantêm na passiva.

A impossibilidade de seleção de um DP objeto também se correlaciona com a impossibilidade de atribuição de papel temático. Auxiliares selecionam um único argumento e esse argumento é de natureza verbal, nunca nominal, como já vimos anteriormente.

Para avaliarmos quais verbos de (29) (que ainda não foram excluídos pelos critérios anteriores) podem ser auxiliares, vamos testá-los em relação à propriedade de correspondência entre sentenças ativas e sentenças passivas:

(57) *Ir*

- a. O Pedro vai comprar um carro novo.
- b. Um carro novo vai ser comprado pelo Pedro.

⁹ Esse critério também pode ser visto como consequência da seleção única de complemento.

(58) *Ser*

- a. As crianças comeram o bolo de chocolate.
- b. O bolo de chocolate foi comido pelas crianças.

(59) *Ter e haver*

- a. A Maria tinha lido jornal.
- b. O jornal tinha sido lido pela Maria.
- c. A Maria havia lido o jornal.
- d. O jornal havia sido lido pela Maria.

(60) Aspectuais

- a. O repórter andava escrevendo a matéria.
- b. A matéria andava sendo escrita pelo repórter.
- c. O repórter costumava escrever a matéria.
- d. A matéria costumava ser escrita pelo repórter.
- e. O repórter estava escrevendo a matéria.
- f. A matéria estava sendo escrita pelo repórter.
- g. O repórter vive escrevendo a matéria.
- h. #A matéria vive sendo escrita pelo repórter.

(61) Modais

- a. A Marta pode comprar esse carro.
- b. Esse carro pode ser comprado pela Marta.
- c. A Marta deve comprar esse carro.
- d. Esse carro deve ser comprado pela Marta.
- e. A Marta tem que / tem comprar esse carro.
- f. Esse carro tem que / tem de ser comprado pela Marta.

Esse critério mostra que, da nossa lista de verbos candidatos a auxiliares, o verbo aspectual *viver* é excluído. Os demais verbos continuam como candidatos a auxiliares.

Passemos ao diagnóstico relativo à impossibilidade de negação do domínio não-finito. Esse critério é uma consequência da quarta propriedade apresentada em (31), a de que o verbo auxiliar e o verbo principal constituem um único domínio oracional (Gonçalves 1996, Boye 2005). Havendo uma única oração, há lugar para apenas uma negação sentencial, que vai se

referir a todo o conjunto formado pelo auxiliar mais a forma não-finita. Avaliemos como os verbos que ainda não foram excluídos da lista de prováveis auxiliares se comportam frente a esse diagnóstico:

(62) *Ir*

- a. Os turistas não vão chegar hoje.
- b. *Os turistas vão não chegar hoje.

(63) *Ser*

- a. O João não foi visto pelos amigos.
- b. *O João foi não visto pelos amigos.

(64) *Ter e haver*

- a. O dinheiro não tinha sumido.
- b. *O dinheiro tinha não sumido.
- c. O dinheiro não havia sumido.
- d. *O dinheiro havia não sumido.

(65) *Aspectuais*

- a. O Manuel não anda reclamando da vida.
- b. O Manuel anda não reclamando da vida.
- c. O Manuel não costuma reclamar da vida.
- d. O Manuel costuma não reclamar da vida.
- e. O Manuel não está reclamando da vida.
- f. *O Manuel está não reclamando da vida.

(66) *Modais*

- a. O João não pode ir à reunião do filho.
- b. O João pode não ir à reunião do filho.
- c. O João não deve ir à reunião do filho.
- d. O João deve não ir à reunião do filho.
- e. O João não tem que / tem ir à reunião do filho.
- f. ?O João tem que / tem de não ir à reunião do filho.

Com o critério da negação, excluímos da lista de possíveis verbos auxiliares todos os aspectuais (com exceção do verbo *estar*) e os modais.

Os demais critérios presentes em (30) não vão ser tomados como diagnósticos de identificação de auxiliares pelas razões que vamos mencionar abaixo.

A ausência de restrições de seleção quanto ao tipo aspectual do predicado não parece ser um critério definidor de auxiliares, mas antes um diagnóstico para sabermos quanto de sua semântica original um verbo auxiliar conserva. Como verbos auxiliares são elementos que se gramaticalizam (Roberts 2007, Roberts & Roussou 2003), esse critério poderia ser usado para definir graus de gramaticalização dentro da classe dos auxiliares. Como ele não atua de maneira a separar verbos auxiliares de verbos não auxiliares não vai ser usado por nós como um critério de auxiliaridade.

A ausência da forma imperativa não pode ser tomada como um critério isoladamente. Essa característica parece estar inserida em um contexto maior de caracterização de verbos auxiliares segundo o qual esses verbos têm tendência a apresentar paradigmas morfológicos defectivos. Por ser apenas uma tendência e não uma propriedade geral e definidora da classe dos auxiliares, como aquelas que propomos em (31), a defectividade vai ser descartada como possível critério de auxiliaridade.

A impossibilidade de substituição do domínio não-finito pela forma pronominal demonstrativa não vai poder ser usado para depreensão de auxiliares em português brasileiro, pelo fato, já apontado por Lobato (1975) e Cyrino (1993, 1994), de o clítico demonstrativo de 3ª pessoa, que é a base do critério, não existir mais na gramática dessa língua.

Por fim, a subida do clítico também vai ser um critério rejeitado porque o português brasileiro perdeu a possibilidade de instanciar a subida dos clíticos, como apontam os estudos diacrônicos de Pagotto (1991, 1993), Cyrino (1993, 1994) e Reis (2011).

Com isso, chegamos à seguinte lista de critérios de auxiliaridade: a) impossibilidade de complementação finita, b) ausência de flexão no infinitivo, c) impossibilidade de advérbios com valores temporais distintos, d) sujeito único, e) ausência de restrição de seleção quanto ao sujeito, f) correspondência entre sentenças ativas e passivas, g) impossibilidade de seleção de DP objeto e h) impossibilidade de negação do domínio não-finito. Esses diagnósticos são os únicos que são derivados diretamente das propriedades dos auxiliares propostas em (31).

Utilizando uma metodologia restritiva de interpretação desses critérios, segundo a qual um auxiliar deve observar todos os oito critérios, chegamos à delimitação dos membros da classe dos verbos auxiliares do português brasileiro. Essa classe é composta por quatro verbos: a) o auxiliar *ser* formador das passivas, b) os auxiliares *ter* e *haver*, c) o auxiliar *estar*

e d) o auxiliar *ir*. Como se vê, a classe de auxiliares do português brasileiro tem um inventário reduzido, o que se espera de uma classe de elementos funcionais.

Em termos fonológicos, eles também compartilham uma outra característica que é a de serem verbos monossilábicos no infinitivo. À primeira vista, essa caracterização poderia ser errônea, se considerarmos os verbos *haver* e *estar*, que são nitidamente dissilábicos. No entanto, se atentarmos para o fato de que o verbo *haver* não é mais usado como auxiliar em português brasileiro e para o fato de que *estar* (em todos os seus usos, inclusive como auxiliar) vem sendo realizado como *(es)tar* no português brasileiro coloquial (cf. Mendes 1999), a hipótese de o sistema de auxiliares do português ser composto por verbos monossilábicos no infinitivo se sustenta.

Nos capítulos seguintes, apresentaremos a análise sintática para cada um desses quatro verbos que compõem o sistema dos verbos auxiliares do português brasileiro.

1.4 Conclusões preliminares

Neste primeiro capítulo, definimos as propriedades que caracterizam um verbo como pertencente à classe dos auxiliares e delimitamos o inventário de verbos auxiliares do português.

Em relação às propriedades dos verbos auxiliares, propusemos, com base na literatura, que esses verbos apresentam quatro características. A primeira delas é a sua natureza verbal, representada pela especificação categorial [+V,-N]. Em termos de traços, os auxiliares são analisados, com base em Biberauer & Roberts (2009), como itens que trazem para a derivação um traço verbal não-valorado [*uV*]. A necessidade de valorar esse traço vai forçar esses verbos a se combinar com projeções de natureza verbal, pois somente nelas é que os auxiliares vão encontrar um alvo ativo capaz de valorar o seu traço verbal não-valorado. Outras duas propriedades dos auxiliares são a sua incapacidade de atribuir papel temático e o fato de eles constituírem, juntamente com o verbo lexical, um único domínio oracional.

Com base nessas propriedades essenciais dos auxiliares, partimos para a caracterização do sistema de auxiliares do português. Inicialmente propusemos como hipótese que o português brasileiro possuía uma classe de verbos que poderia ser denominada de verbos auxiliares. Em seguida, motivamos critérios de auxiliaridade que refletissem as propriedades que definimos como essenciais de um verbo auxiliar. O resultado foi a delimitação de um conjunto de oito critérios para a delimitação de verbos auxiliares em português. Da aplicação desses critérios a um conjunto de verbos tradicionalmente analisados como auxiliares nas gramáticas tradicionais, resultou um sistema de auxiliares composto por

quatro membros que poderiam ser denominados de verbos auxiliares do português brasileiro: *ser*, *ter*, *estar* e *ir*. Além de serem os únicos verbos que responderam positivamente a todos os diagnósticos de auxiliaridade, esses verbos ainda compartilham uma propriedade fonológica que é o serem verbos monossilábicos no infinitivo.

Os resultados alcançados neste capítulo já fornecem a resposta para duas perguntas iniciais que motivam esta tese, quais sejam, a da existência de uma classe de verbos auxiliares em português e a da delimitação dos seus membros. Como dissemos, mostramos que existe uma classe de verbos auxiliares em português e que essa classe se caracteriza por apresentar quatro verbos.

Capítulo II

O auxiliares *ser* e *ter* e as passivas do português

Passivas canônicas, passivas não-canônicas e *smuggling*

Neste capítulo, tratamos do domínio dos auxiliares que servem à formação das passivas em português. A hipótese a ser defendida é a de que existem em português dois tipos de verbos auxiliares passivos que integram a estrutura de dois tipos diferentes de passivas: um deles é o auxiliar *ser*, usado nas passivas canônicas, e o outro é *ter*, usado nas passivas que aqui denominaremos de passivas não-canônicas. Na seção 2.1, introduzimos esses dois tipos de passivas, apontando suas similaridades e suas diferenças. Na seção 2.2, descrevemos o comportamento morfossintático do auxiliar *ser* das passivas canônicas, bem como o dos outros dois constituintes que, com ele, interagem para construir esse tipo de passivas: o particípio passado e o agente da passiva. Na seção 2.3, apresentamos como a passiva foi tratada no modelo de Princípios e Parâmetros e, mais recentemente, no Programa Minimalista. Duas abordagens minimalistas são apresentadas: a proposta de Chomsky (2001) e a proposta de Collins (2005), em termos de *smuggling*. Na Seção 2.4, apresentamos a nossa proposta de derivação das passivas canônicas do português. Partindo da proposta de Collins (2005), aliada a algumas adaptações, derivamos o auxiliar *ser* e toda a estrutura desse tipo de passivas. Finalmente, na seção 2.5, descrevemos as características das passivas não-canônicas e propomos uma análise sintática para elas. Na nossa proposta, as semelhanças observadas entre passivas canônicas e passivas não-canônicas se devem ao fato de haver uma ligação derivacional entre elas. Já as especificidades que caracterizam as passivas não-canônicas vão ser tratadas como resultado existência de um traço EPP no núcleo Asp e da presença de um núcleo funcional v^* .

2.1 As passivas do português: dois tipos, dois auxiliares

Nesta seção, descrevemos brevemente os dois tipos de passivas existentes em português, apresentando suas semelhanças e diferenças. O primeiro tipo é o das chamadas passivas canônicas (as mais estudadas e denominadas pela tradição gramatical de passivas perifrásticas ou passivas analíticas), que aparecem exemplificadas em (1):

- (1) a. Esse livro foi lido (pelos alunos).

- b. A maçã foi comida (pelo menino).

O segundo tipo de passivas, que até então não havia recebido atenção nos estudos sobre a sintaxe do português, é o das passivas que denominaremos de passivas não-canônicas, que são ilustradas em (2):

- (2) a. A população teve as casas destruídas (pela enxurrada).
b. O estudante teve o trabalho aceito (pelos organizadores do evento).

Observando as sentenças em (1) e (2), notamos que elas compartilham as cinco propriedades listadas abaixo:

- (3) Passivas canônicas e passivas não-canônicas: propriedades comuns
- a. presença de um verbo auxiliar
 - b. presença de um particípio passado
 - c. concordância do particípio com seu argumento interno direto
 - d. demissão do argumento externo
 - e. promoção do argumento interno direto

Elas, no entanto, diferem em três aspectos. O primeiro deles tem a ver com o auxiliar usado, que é *ser* nas passivas canônicas e *ter* nas passivas não-canônicas, conforme ilustrado nos exemplos (1) e (2).

A ordem entre o argumento interno e o particípio constitui o segundo ponto de divergência entre os dois tipos de sentenças passivas:

- (4) a. Foi consertada a maçaneta da porta (pelo marceneiro).
b. *Foi a maçaneta da porta consertada (pelo marceneiro).
- (5) a. *A porta teve consertada a maçaneta (pelo marceneiro).
b. A porta teve a maçaneta consertada (pelo marceneiro).

Como os exemplos ilustram, em uma passiva canônica, a posição que o argumento interno ocupa (quando ele não se desloca) em relação ao particípio é sempre a posição pós-particípio (4a), nunca a posição antes dele (4b). Em uma passiva não-canônica, por outro lado,

o padrão se inverte, uma vez que a posição pré-particípio é a única possível, como o contraste de gramaticalidade entre (5a) e (5b) mostra.

Por fim, a terceira diferença entre passivas canônicas e passivas não-canônicas se refere ao fato de as passivas não-canônicas licenciarem uma categoria vazia (*ec*) na posição do possuidor frente a sua impossibilidade nas passivas canônicas¹⁰:

- (6) a. [O computador da escola] foi roubado pelo ladrão.
 b. Foi roubado [o computador da escola] pelo ladrão.
 c. *[A escola]_i foi roubado [o computador *ec*_i] pelo ladrão.
- (7) a. *[O computador da escola] teve roubado pelo ladrão.
 b. *Teve [o computador da escola] roubado pelo ladrão.
 c. [A escola]_i teve [o computador *ec*_i] roubado pelo ladrão.

Como vemos nos exemplos acima, existe uma distribuição complementar entre passivas canônicas e passivas não-canônicas no que se refere ao licenciamento da categoria vazia na posição do possuidor: enquanto as passivas canônicas não permitem essa categoria vazia e realizam o possuidor e o possuído como parte do mesmo DP, as passivas não-canônicas apresentam o padrão oposto, pois permitem uma categoria vazia na posição do possuidor e não podem realizar o possuidor e o possuído dentro do mesmo DP.

¹⁰ Os dados abaixo poderiam ser usados como evidência contrária à afirmação de que as passivas canônicas não permitem uma categoria vazia na posição de possuidor:

- (i) a. Esses carros foram trocados o motor.
 b. Esse computador foi consertado a tela.

Rodrigues (2010: 128, nota 8)

Dados como esses devem ser analisados como exceções e não como o padrão, pois, como vemos abaixo, as passivas canônicas têm como característica não permitirem uma categoria vazia na posição do possuidor:

- (ii) a. *O Ari foi morto o pai.
 b. *O banco foi arrombado/arrombada a porta.
 c. *A Maria foi cortado/cortada/cortadas as unhas.
 d. *Nosso grupo foi aceito o trabalho.
 e. *Minha casa foi trocado/trocada o telhado todo.
 f. *O João foi visto a defesa ontem.

2.2 O verbo *ser* e a estrutura das passivas canônicas

Uma passiva canônica combina três constituintes: a) o verbo auxiliar *ser*, b) um particípio passado e c) um sintagma preposicional agente da passiva, introduzido pela preposição *por*. Nesta seção, descrevemos as propriedades desses três constituintes que juntos compõem a estrutura das passivas canônicas.

2.2.1 Características do auxiliar passivo *ser*

2.2.1.1 A ordem fixa na sentença

A primeira propriedade que caracteriza o verbo auxiliar *ser* é a sua posição fixa em relação ao verbo temático da sentença, ou seja, em qualquer sentença passiva, *ser* se coloca sempre imediatamente antes desse verbo. Como consequência dessa posição fixa que *ser* ocupa nas passivas, esse verbo é sempre o último auxiliar de uma sequência de auxiliares, (8b-f):

- (8)
- a. O livro foi escrito (pelo João).
 - b. O livro está sendo escrito (pelo João).
 - c. O livro tinha sido escrito (pelo João).
 - d. O livro vai ser escrito (pelo João).
 - e. O livro vai ter sido escrito (pelo João).
 - f. O livro vai estar sendo escrito (pelo João).

Quando essa exigência posicional de *ser* não é verificada, o resultado é uma sentença agramatical, como se vê em (9):

- (9)
- a. *O livro é estado escrevendo (pelo João).
 - b. *O livro era tido escrito (pelo João).
 - c. *O livro é ido escrever (pelo João).
 - d. *O livro vai ser tido escrito (pelo João).
 - e. *O livro vai ser estado escrevendo (pelo João).

2.2.1.2 A defectividade morfológica

O paradigma do auxiliar *ser* é defectivo em relação às formas de imperativo (10a) e de particípio passado (10b), como vemos a seguir:

- (10) a. *Seja beijada pelo ator!
 b. *A história foi sida contada.

A agramaticalidade de (10b) resulta da interação da exigência posicional de *ser* com suas propriedades morfológicas. Nesse exemplo, as duas instâncias do auxiliar passivo *ser* (*foi* e *sida*) estão competindo pela mesma posição estrutural (que vamos descrever como a posição anterior ao verbo temático). Enquanto a forma *sida*, tem a sua exigência posicional satisfeita, a forma *foi* não satisfaz a sua. Esse é um dos fatores que levam à agramaticalidade dessa sentença.

Além disso, quanto à forma *sida*, apesar de ela estar antes do verbo temático, ela se encontra em um contexto que exige o particípio, forma essa ausente do seu paradigma. Esse é o segundo fator que contribui para a agramaticalidade de (10b)¹¹.

A questão da defectividade de *ser* não parece ser tão simples assim. Dizer que esse auxiliar não apresenta o particípio passado não é uma afirmação de todo correta, como o exemplo (11) abaixo nos mostra:

- (11) A história tinha sido contada.

Nesse exemplo gramatical, o verbo auxiliar *ser* aparece na forma de particípio passado (*sido*). Esse fato se constitui como argumento contrário à hipótese que levantamos acima acerca da defectividade de *ser* em relação ao particípio passado. Esse exemplo nos conduz a uma situação contraditória: por um lado, a agramaticalidade de (10b) é explicada, entre outros fatores, pela ausência do particípio passado no paradigma morfológico de *ser*, mas, por outro, a gramaticalidade de (11) nos garante que *ser* apresenta essa forma. Como analisar os fatos? Um detalhe pode nos ajudar a entender o que se passa com o auxiliar *ser* nos exemplos acima. Se atentarmos para a configuração sintática desses exemplos, notaremos que ela é diferente:

- (12) a. **ser* [*ser*_{particípio passado...}] (= 10b)
 b. *ter* [*ser*_{particípio passado...}] (= 11)

O que vamos propor é que, de certa forma, concilia as observações acima é que existem em português duas posições para os particípios passados: uma, que é licenciada pelo

¹¹ Um terceiro fator se alia a esses dois para garantir a agramaticalidade de (10b): a restrição argumental, que atua sobre o tipo de verbo que forma particípios passivos em português e que será apresentada em 2.2.2.1.

auxiliar passivo *ser*, e outra, que é licenciada por *ter*. Como *ter* sempre vem antes de *ser* na ordem linear (ver os contrastes entre os exemplos (8c) e (9b) acima), vamos tomar esse fato como reflexo de uma derivação na qual *ter* c-comanda assimetricamente *ser*. Disso resulta que o particípio selecionado por *ter* (que chamaremos de particípio perfeito) está relacionado a uma posição estrutural que é mais alta que a posição do particípio selecionado por *ser* (que denominaremos de particípio passivo). O esquema abaixo ilustra essa afirmação¹²:

Como veremos, o auxiliar *ser* (assim como todos os auxiliares) não satisfaz as exigências para ser apassivado e a derivação em que ele aparece na voz passiva fracassa por razões sintáticas. Essa é a razão da defectividade desse auxiliar em relação ao Part_{PASSIVO}, o particípio passado que ocorre nas passivas. Por outro lado, esse verbo apresenta a forma Part_{PERFEITO}, que é o particípio selecionado pelo auxiliar *ter* para compor o perfeito. No decorrer desta tese, apresentaremos evidências para essa divisão dos particípios. Neste capítulo trataremos da projeção Part_{PASSIVO} P e, na seção 3.4 do capítulo 3, completaremos a argumentação em favor da diferenciação que propomos existir entre os dois tipos de particípios passados.

2.2.2 Características do particípio passado passivo

2.2.2.1 A restrição argumental

O particípio que ocorre nas passivas do português é sempre derivado, ou de um verbo transitivo direto, como em (14), ou de um verbo transitivo direto e indireto, como em (15):

¹² Por ora, adotamos uma representação simplificada em que os auxiliares são tratados apenas como Aux e os particípios como Part.

- (14) a. As meninas foram vistas (pelo menino).
b. O livro foi encontrado (pelo aluno).
- (15) a. A chave foi dada ao Miguel (pelo Pedro).
b. Todos os fatos foram contados aos repórteres (pelas testemunhas).

O que parece ser necessário (mas não suficiente) para a formação desses participípios é que o verbo de base tenha um argumento interno (direto) e um argumento externo. Essa exigência exclui outras classes de verbos (como os transitivos indiretos, os inergativos, os inacusativos, os auxiliares e os copulativos) de aparecerem nas passivas do português:

- (16) a. Todos concordaram com o meu argumento. (transitivo indireto)
b. *O meu argumento foi concordado por todos.
- (17) a. Os convidados dançaram muito. (inergativo)
b. *Os convidados foram dançados muito.
- (18) a. As encomendas chegaram. (inacusativo)
b. *As encomendas foram chegadas.
- (19) a. O João está lendo o jornal. (auxiliar *estar*)
b. *O jornal é estado lendo pelo João.
- (20) a. A casa está bonita. (cópula)
b. *A casa é estada bonita.

2.2.2.2 A concordância- ϕ

Um outro traço caracterizador do participípio passivo é a concordância em traços- ϕ (gênero e número) com o seu argumento interno direto:

- (21) a. Muitas coisas foram doadas aos pobres pela instituição.
b. *Muitas coisas foram doados aos pobres pela instituição.
c. *Muitas coisas foram doada aos pobres pela instituição.
d. *Muitas coisas foram doado aos pobres pela instituição.

Interessantemente, no português brasileiro falado, quando o argumento interno aparece *in situ*, além da concordância, há a possibilidade de não-concordância, como exemplificamos abaixo¹³:

- (22) a. Foram doadas muitas coisas aos pobres (pela instituição).
b. Foi doado muitas coisas aos pobres (pela instituição).

2.2.3 O agente da passiva

O agente da passiva é o constituinte que corresponde ao sujeito da sentença ativa, mas que é demovido na passiva e aparece introduzido pela preposição *por* (e, em menor número de casos, pela preposição *de*):

- (23) a. O meu relógio foi consertado [pelo meu avô].
b. Esse é um fato que já era conhecido [por / de todo mundo].

Além disso, como em outras línguas, esse constituinte pode ser omitido, gerando as chamadas passivas curtas ou passivas com agente implícito:

- (24) a. O meu relógio foi consertado.
b. Esse é um fato que já era conhecido.

O agente da passiva apresenta restrições em relação a sua ordem. Em uma sentença com entonação normal, neutra, ele pode aparecer em duas posições, ou em posição final absoluta (25a), ou imediatamente após o particípio (25b):

- (25) a. O livro foi devolvido à bibliotecária pelo aluno.
b. O livro foi devolvido pelo aluno à bibliotecária.
c. *O livro foi pelo aluno devolvido à bibliotecária.
d. *O livro pelo aluno foi devolvido à bibliotecária.
e. *Pelo aluno o livro foi devolvido à bibliotecária

¹³ Para uma análise de padrões como (22b), ver Simioni (2010), que argumenta que, nos casos de não-concordância, o argumento interno do particípio se encontra focalizado em FocP, uma posição da periferia baixa da sentença (cf. Belletti 2004).

A sentença (25c) torna-se gramatical se sua pronúncia for marcada por uma quebra entoacional, marcada abaixo pelas barras:

- (26) O livro foi / pelo aluno / devolvido à bibliotecária.

Interpretamos essa quebra entoacional como um indício de que o agente da passiva não está em sua posição canônica, mas que deve ter se deslocado para uma outra posição.

Apresentadas as características dos três constituintes que servem de base a uma passiva, passemos a descrever algumas propostas de análise para essa construção.

2.3 Um tratamento modular para as passivas

2.3.1 A perspectiva de Princípios e Parâmetros

Inicialmente tratadas como uma transformação sintática¹⁴, as passivas recebem uma nova análise na Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky & Lasnik 1977, Rouveret & Vergnaud 1980, Hoekstra 1984, Burzio 1986, Jaeggli 1986, Roberts 1987, Zubizarreta 1987, Baker 1988, Baker, Johnson & Roberts 1989). Partindo da idéia de que construções não são objetos teóricos legítimos, Chomsky (1981: 124) decompõe o que tradicionalmente se denomina passiva em duas características principais:

- (27) a. [NP, S] não recebe papel temático
b. [NP, VP] não recebe Caso

O que Chomsky faz é apresentar uma relação entre papel temático e Caso, pois a posição de sujeito [NP, S] de uma sentença passiva é caracterizada como uma posição não-temática, enquanto a posição de objeto/argumento interno [NP, VP] é tratada como uma posição cujo constituinte não recebe Caso. O fato de o argumento interno não poder receber Caso é consequência da presença do morfema de particípio passado *-en*, que tem a propriedade de absorver o Caso Acusativo do verbo ao qual se anexa.

- (28) a. He wrote the book.
b. The book was written (by him).

¹⁴ A esse respeito, ver o capítulo 1 desta tese.

Nessa análise, uma sentença como (28b) resulta da interação das propriedades em (27). Devido ao fato de o afixo *-en* ter absorvido o Caso acusativo do verbo *write*, a forma resultante *written* não pode atribuir Caso ao DP [*the book*] (propriedade 27b). Por ser um DP, [*the book*] precisa de Caso para ser licenciado, em conformidade com o Filtro do Caso. Há, na sentença, um possível atribuidor de Caso, o núcleo flexional da oração, I(nflection). Como a posição de sujeito de uma passiva é uma posição não-temática (propriedade 27a), o DP [*the book*] pode se mover para lá e receber Caso Nominativo do núcleo I:

(29) [_{IP} [_{DP} *the book*]_i was [_{VP} *written* t_i]]

Outros trabalhos surgiram e propuseram uma interpretação da proposta inicial de Chomsky (Jaeggli 1986, Roberts 1987, Baker 1988, Baker, Johnson & Roberts 1989, Åfarli 1989). Segundo esses trabalhos, o afixo de particípio passado passa a ser tratado como um argumento e, portanto, deve receber papel temático e Caso. Nessa nova perspectiva, a derivação de (28b), além de o afixo absorver o Caso acusativo, ele também absorve o papel temático externo.

Esse modo de tratar a derivação das passivas tem de explicar como o DP realizado dentro do sintagma preposicional agente da passiva recebe papel temático. Uma análise possível seria pensar que a preposição *by* atribui papel temático a esse DP. O problema dessa análise é que ela prevê que a interpretação do agente da passiva seria limitada a apenas um papel temático (aquele atribuído pela preposição), quando, na verdade, não é (os dados foram extraídos de Jaeggli 1986: 599):

(30)	a. Bill was killed by Mary.	(agente)
	b. The package was sent by John.	(fonte)
	c. The letter was received by Bill.	(alvo)
	d. That professor is feared by all students.	(experenciador)

O que os dados em (30) mostram é que o papel temático do agente da passiva varia em função do verbo escolhido, o que leva à conclusão de que esse constituinte recebe o papel temático externo atribuído pelo verbo lexical. Sendo essa a conclusão, a questão que se coloca é o que fazer para que esse papel temático (já absorvido pelo morfema de particípio passado) seja atribuído ao agente da passiva. O mecanismo geralmente empregado para esse fim é a transmissão de papel temático (Jaeggli 1986, Baker, Johnson & Roberts 1989, Lasnik 1988,

Grimshaw 1990, Fox & Grodzinsky 1998): o afixo absorve o papel-temático e, em seguida, o transmite ao agente da passiva:

Um ponto negativo dessa análise, segundo Collins (2005), é o fato de não haver uniformidade na atribuição do papel temático ao argumento externo, uma vez que, nas sentenças ativas, esse argumento o recebe de uma maneira e, nas sentenças passivas, ele o recebe por meio de outra (a transmissão de papel temático). Além disso, como aponta Ishizuka (2010), a transmissão de papel temático é uma saída que só se encontra nas passivas, sendo, portanto, um mecanismo específico dessa construção e sem motivação independente.

2.3.2 De Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista

Embora o Programa Minimalista esteja inserido dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros, ele introduz algumas modificações nessa teoria, que serão incorporadas na análise das passivas. Essas modificações serão apresentadas sob a ótica de duas propostas, a proposta de Chomsky (2001) e a de Collins (2005).

2.3.2.1 A proposta de Chomsky (2001): *Agree* em passivas

Para Chomsky (2001), a derivação de uma sentença passiva como (32a) apresenta (32b) como um de seus estágios derivacionais¹⁵:

- (32) a. Several fish have been caught.
b. [_α PART [VP catch [DO several fish]

¹⁵ O exemplo que Chomsky (2001) usa para descrever as relações de concordância nas passivas é (i):

(i) There seems to have been caught several fish.

Como o nosso propósito é apenas descrever as relações entre T, o particípio e o argumento interno, resolvemos adaptar esse exemplo, a fim de evitar complicações desnecessárias, tais como a discussão da concordância entre T e o expletivo *there*.

Nesse estágio, o morfema de particípio passado (PART) entra na derivação com um conjunto incompleto de traços- ϕ (de gênero e número) não-interpretáveis e não-valorados, além de um traço de Caso, também não-valorado. A presença de traços- ϕ não-valorados entre os traços do particípio o qualifica como uma sonda que sai a procura de um alvo ativo para valorar os seus traços- ϕ . No seu complemento, existe o objeto direto (DO) [*several fish*], que porta um conjunto completo de traços- ϕ valorados e um traço de Caso não-valorado. A presença do traço de Caso não-valorado faz desse DP um alvo ativo. Ocorre *Agree* e os traços- ϕ do particípio são valorados pelos traços- ϕ do DP, mas o traço de Caso desse DP permanece não-valorado, em virtude de o conjunto de traços- ϕ do particípio ser incompleto. Em consequência disso, tanto o particípio quanto o DP continuam com seu traço de Caso não-valorado.

A derivação dessa sentença prossegue até outro estágio derivacional (33):

(33) [C [β T have been [α PART [ν P catch [ν O several fish]

Nesse estágio, o núcleo T é introduzido na derivação com o seu conjunto completo de traços- ϕ não-valorados, o que faz desse núcleo uma sonda. Na busca de alvos ativos, T encontra dois alvos: o particípio e o DP [*several fish*]. Primeiramente, T entra em *Agree* com EXPL e valora o seu traço de pessoa. Em seguida, ocorre *Agree* entre T e o DP [*several fish*], concordância essa que resulta na valoração de todos os traços- ϕ de T, bem como na valoração do traço de Caso do alvo. Como as relações de valoração se estabelecem com a sonda T, os traços de Caso do particípio e do objeto direto são valorados como nominativo.

Como vemos, o estágio apresentado em (33) se caracteriza por uma concordância dupla: a) T-particípio, com valoração do traço de gênero e número de T, além do traço de Caso do particípio e b) T-DP, com valoração de todos os traços- ϕ de T e do traço de Caso do objeto. Além disso, o objeto direto e o particípio concordam diretamente em traços- ϕ e indiretamente em Caso, tendo em vista que estabeleceram *Agree* com a mesma sonda, T, que valora o traço de Caso de cada um desses alvos.

2.3.2.2 A proposta de Collins (2005): a abordagem *smuggling*

A perspectiva adotada por Collins (2005) para a derivação das passivas é conhecida pelo nome de abordagem em termos de *smuggling*. A hipótese central desse trabalho é a de

que, independentemente de a sentença ser ativa ou passiva, existe apenas uma posição estrutural para a inserção do argumento externo na derivação, o especificador de vP ¹⁶.

Assumir que as passivas projetam o argumento externo da mesma maneira que as ativas captura dois fatos relacionados à interpretação do agente da passiva: o fato de o papel temático atribuído a ele sempre corresponder ao papel temático externo e o fato de esse papel temático não ser fixo, mas variar em função do verbo, conforme foi visto nos exemplos em (30). Além disso, como o agente da passiva é inserido na derivação na posição de especificador de vP , é nessa posição que ele recebe papel temático, o que torna desnecessário um mecanismo especial de transmissão de papel temático para o agente da passiva¹⁷.

Nessa análise, sentenças ativas e passivas diferem em um único aspecto, que é a projeção da categoria Voice nas passivas¹⁸. O papel de Voice é duplo: ele atribui Caso acusativo ao DP no especificador de vP e atrai PartP para seu especificador, para licenciar o particípio passivo.

Ao se mover para o especificador de VoiceP, PartP carrega consigo (*smuggles*) o argumento interno do verbo. Esse movimento é uma saída para evitar um possível efeito de intervenção (Chomsky 2000, 2001) que o DP no especificador de vP poderia causar na relação de *Agree* entre I (a sonda) e o DP argumento interno (o alvo). Ao ser levado por PartP para o especificador de Voice, o argumento interno fica livre para poder estabelecer *Agree* com o núcleo I. A derivação de uma sentença passiva, segundo essa abordagem, é apresentada a seguir:

¹⁶ Para o autor, essa hipótese é a reinterpretação minimalista da proposta presente em *Syntactic Structures* (Chomsky 1957) para a derivação das passivas.

¹⁷ Essa análise para as passivas tem como consequência a rejeição da hipótese de que a morfologia passiva absorve o papel temático externo e o Caso acusativo. Com esse resultado, Collins (2005) conclui que não existe diferença entre o particípio passivo e o particípio perfeito e que os dois correspondem à projeção de uma categoria PartP, que é complemento de v e que toma o VP como complemento. Para reger a distribuição do particípio, Collins (2005: 90-91) sugere dois princípios:

- (i) Um particípio (PartP) deve ser licenciado por meio de:
 - a) c-seleção pelo auxiliar *have* ou
 - b) movimento para o especificador de VoiceP
- (ii) a) O verbo auxiliar *have* obrigatoriamente c-seleciona um particípio.
 - b) Voice exige que um particípio (PartP) se mova para o seu especificador.

Apesar de adotarmos a proposta de Collins (2005), não aceitamos sua análise para os particípios. Como veremos no capítulo 3 desta tese, o português fornece evidências em favor de uma distinção entre o particípio passivo e o particípio perfeito.

¹⁸ A proposta de Collins (2005) se aproxima da de Rivero (1990), que postula que a diferença entre ativas e passivas (para Rivero, a voz não ativa) reside na presença de um núcleo VoiceP acima do VP.

(34) a. The book was written by John.

Na análise de Collins (2005), cabe ao v introduzir o argumento externo, mas esse núcleo não é capaz de valorar o Caso acusativo. Em uma passiva, v introduz o argumento externo, mas cabe à preposição *by*, núcleo de VoiceP, o papel de valorar o Caso acusativo. Dada a relação de localidade entre *by* e o argumento externo de v , é esse argumento que vai ter seu Caso valorado pela preposição. O particípio passado é uma morfologia que precisa de licenciamento e, como já dissemos, o movimento de PartP para o especificador de VoiceP serve para licenciar essa morfologia. Nesse movimento, PartP leva junto (*smuggles*) o argumento interno, deixando-o em uma posição em que ele possa estabelecer *Agree* com I.

O autor ainda propõe que Voice, em inglês, tenha duas instâncias: a preposição *by* ou um núcleo foneticamente nulo. Quando Voice se realiza por *by*, o resultado é uma passiva longa, e, quando ele se realiza pelo núcleo foneticamente nulo, o resultado é uma passiva curta. Nesse caso, a versão foneticamente nula de Voice licencia um argumento externo PRO¹⁹:

(35) a. The book was written [by John].

b. The book was written [∅ PRO].

¹⁹ O comportamento das passivas encontra paralelo no domínio das sentenças infinitivas. Nessas sentenças, sujeitos lexicais são licenciados pela preposição *for* e sujeitos foneticamente nulos, como PRO, são licenciados por um núcleo C nulo:

(i) a. For John to win would be exciting.
b. PRO to win would be exciting.

(Collins 2005: 103)

Na próxima seção, voltamos nossa atenção para as passivas canônicas do português, fornecendo uma análise para elas.

2.4 A derivação das passivas canônicas do português

Nesta seção, apresentamos a derivação para as passivas canônicas do português. O nosso ponto de partida será a proposta de Collins (2005), com algumas modificações terminológicas e teóricas:

a) As três primeiras modificações são de natureza terminológica. Em vez de denominarmos a categoria do particípio como PartP, vamos denominá-la como AspP. Essa mudança visa a criar uma coerência interna com o texto desta tese, em que formas não-finitas como o gerúndio e o particípio são analisadas como projeções aspectuais. A segunda adaptação se refere ao rótulo do núcleo que introduz o argumento externo. Na proposta de Collins (2005), ele é tratado como *v*, mas, em consonância com a proposta mais recente de Chomsky (2001, 2004), vamos assumir que esse núcleo, na verdade, é *v**. Por fim, a terceira modificação se refere ao núcleo I, que Collins adota em sua proposta. Em conformidade com a proposta de Chomsky (1995), substituiremos esse núcleo por T.

b) A segunda adaptação que vamos introduzir se relaciona com o particípio passivo. Como em português, essa forma apresenta concordância de gênero e número, vamos adotar a proposta de Chomsky (2001), segundo a qual esse particípio porta um conjunto incompleto de traços- ϕ .

c) O núcleo de VoiceP (nas suas duas instanciações) vai ser analisado como uma preposição portadora de um conjunto completo de traços- ϕ não-interpretáveis e não-valorados, o que o torna uma sonda em busca de um alvo, nesse caso, o argumento externo do *v**P.

d) Diferentemente do que postula Collins, em relação ao licenciamento do particípio passado, propomos que cabe ao verbo auxiliar *ser* a tarefa de licenciar os traços dessa forma. Com isso, a motivação principal para o movimento da projeção verbal AspP para o especificador de VoiceP não é licenciar o particípio passado, mas levar o argumento interno

para uma posição que o deixe acessível para estabelecer *Agree* com um núcleo funcional sonda e, assim, ter seu traço de Caso valorado.

Nas subseções seguintes descrevemos a derivação das passivas canônicas do português. Na primeira subseção, focalizamos as passivas com agente manifesto e, na segunda, derivamos as passivas com agente implícito.

2.4.1 Passivas com agente manifesto

Nesta subseção, analisamos as passivas com agente manifesto do português, ou seja, passivas que realizam abertamente o agente da passiva, como exemplificado em (36):

(36) O carro foi destruído pelos vândalos.

Em (37) apresentamos a derivação dessa sentença até o ponto em que o núcleo Asp é introduzido:

O núcleo Asp tem um conjunto incompleto de traços- ϕ (gênero e número) não-valorados. Esse núcleo estabelece *Agree* com o DP [*o carro*] e, como resultado dessa operação, Asp tem seus traços- ϕ valorados, mas não consegue valorar o traço de Caso do DP alvo (pois seu conjunto de traços- ϕ é incompleto). O verbo se move para o núcleo de Asp.

A seguir v^* é inserido na derivação e introduz o argumento externo [*os vândalos*]. O núcleo Voice, realizado pela preposição *por*, é introduzido na derivação e, por ter um conjunto completo de traços- ϕ não-valorados, funciona como uma sonda em busca um alvo ativo para estabelecer *Agree*. Voice estabelece *Agree* com o DP [*os vândalos*] e valora seus traços- ϕ , ao mesmo tempo que valora o traço de Caso do DP. Voice atrai AspP para seu especificador e a derivação até esse ponto é mostrada em (38):

(38)

Lembremos que, na proposta de Collins (2005), o movimento do constituinte que aqui denominamos AspP para o especificador de VoiceP servia para Voice licenciar a morfologia de particípio e para livrar o argumento interno do efeito de intervenção defectiva causado pelo DP no especificador de v^*P . Como dissemos acima, divergimos dessa análise em um ponto: não é o movimento para Voice que licencia a morfologia participial nas passivas e sim o verbo auxiliar passivo *ser*. Na verdade, o movimento de AspP para o especificador de Voice tem como motivação principal deixar o argumento interno visível para a computação. Se não houver esse movimento, a derivação fracassa, pois não há como o argumento interno ter seu traço de Caso valorado, pois a relação entre esse DP e um possível núcleo funcional sonda será bloqueada pela intervenção do argumento externo. Essa impossibilidade é consequência da Restrição de Intervenção Defectiva, descrita abaixo:

(39) Restrição de Intervenção Defectiva:

$$\alpha > \beta > \gamma$$

Em uma configuração em que uma sonda α c-comanda β e β c-comanda γ , a relação de *Agree* entre α e γ é bloqueada pela intervenção de β , um alvo compatível com α , mas inativo por ter entrado em uma relação de *Agree* anterior com outra sonda.

(Chomsky 2000: 123)

Como vemos, se o DP [*o carro*] se mantiver em sua posição de base e um núcleo funcional sonda for inserido na derivação, teremos uma configuração que ilustra perfeitamente a restrição de intervenção defectiva. Nessa representação, não há como a sonda α estabelecer *Agree* com o argumento interno, devido à intervenção do argumento externo [*os vândalos*], que está inativo, por ter estabelecido *Agree* com Voice:

Com isso, concluímos com Collins que, nas passivas, não mover AspP não é uma opção. Mover esse constituinte é uma solução ótima para deixar o argumento interno livre dos efeitos de intervenção induzidos pelo argumento externo.

Voltando à derivação da sentença em análise, o próximo passo derivacional é a inserção do verbo auxiliar *ser* (ou os traços abstratos associados a ele). Por ser um verbo auxiliar, *ser* traz para a derivação o traço [*uV*] que precisa ser valorado. Como propusemos no capítulo 1, esse traço faz com que o auxiliar *ser* selecione como complemento uma projeção verbal ou um constituinte que contenha uma projeção verbal. O verbo *ser* seleciona VoiceP, que contém no seu especificador AspP, uma projeção verbal. O verbo em AspP licencia o traço [*uV*] de *ser* e esse auxiliar licencia o traço aspectual de Asp com o valor [perfectivo]. Esse traço, no componente morfológico, vai receber a forma de um particípio passado passivo, ou seja, o particípio licenciado no contexto do auxiliar *ser*:

A seguir entra na derivação o núcleo T, que atrai o verbo auxiliar. Em conformidade com Chomsky (2007, 2008), o núcleo C é inserido na derivação com seu conjunto completo de traços- ϕ não-valorados que são passados para T. Após herdar esses traços, T passa a funcionar como uma sonda e procura um alvo ativo para valorar esses traços. Há apenas um alvo disponível: o argumento interno em AspP. Eles concordam e, os traços- ϕ de T são

valorados, bem como o traço de Caso do alvo. O núcleo T porta um traço EPP que atrai o alvo para o seu especificador, derivando a representação a seguir:

2.4.2 Passivas com agente implícito

Nesta seção, apresentamos a derivação para as passivas com agente implícito (passivas curtas) do português. Continuaremos usando a proposta em termos de *smuggling*, com as alterações sugeridas na seção anterior. Como sabemos, as passivas curtas são sentenças passivas que apresentam a leitura agentiva, embora não manifestem o agente da passiva de maneira explícita. Na análise de Collins, esse tipo de passiva é derivado a partir de um VoiceP cujo núcleo é fonologicamente nulo e que seleciona um v^*P com PRO como argumento externo.

Como modificação à proposta inicial de Collins, propusemos tratar o núcleo de Voice como uma sonda portadora de um conjunto completo de traços- ϕ . Mantendo essa caracterização de Voice, somos levados a assumir que, também nas passivas curtas, v^*P seleciona um argumento externo. Qual é a natureza desse argumento em português?

Para chegarmos a uma conclusão sobre a natureza do argumento externo selecionado por v^*P nas passivas curtas, atentemos para a interpretação dos exemplos abaixo:

- (43)
- a. As pessoas foram empurradas na festa.
 - b. A melodia era ouvida a quilômetros de distância.
 - c. A vítima foi levada ao hospital.

- d. Um rapaz foi morto ontem no show.
- e. Foi montado o armário lá em casa na semana passada.
- f. Muitas pessoas foram demitidas da loja.

Como dissemos acima, a interpretação das passivas curtas envolve um componente agentivo que, apesar de não estar identificado, é o responsável pelas ações descritas nas sentenças. Nesse aspecto, a interpretação das passivas em (43) é paralela à das seguintes sentenças ativas:

- (43)
- a. Empurraram as pessoas na festa.
 - b. Ouviam a melodia a quilômetros de distância.
 - c. Levaram a vítima ao hospital.
 - d. Matou/mataram um rapaz no show de rock ontem.
 - e. Montou/montaram o armário lá em casa semana passada.
 - f. Demitiu/demitiram muitas pessoas da loja.

Os exemplos acima são analisados como sentenças que contêm um *pro* argumental não-referencial de 3ª pessoa (do singular ou do plural) na posição de sujeito. Tendo em consideração o paralelismo semântico entre as passivas curtas e as sentenças em (44), vamos adotar a mesma análise para o argumento externo das passivas curtas do português: nesse tipo de passiva, o v^* seleciona como argumento externo um *pro* argumental não-referencial de 3ª pessoa (do singular ou do plural). Com essa análise, a derivação de uma passiva curta como (45a) é a que vemos em (45b):

(45) a. O livro foi publicado.

b.

Os passos derivacionais por que (45b) passa são os mesmos que havíamos descrito na seção anterior. A única diferença fica por conta do núcleo Voice, que, nesses casos é fonologicamente nulo, e o argumento externo de v^*P , que é um *pro*. Apesar dessas diferenças, as operações de *Agree* se mantêm as mesmas, em especial, a que ocorre entre Voice e *pro*: Voice tem seus traços- ϕ valorados pelos traços de *pro* e, como resultado, Voice valora o traço de Caso de *pro*.

2.4.3 Consequências da proposta

Apresentadas as derivações que estão por trás dos dois padrões de passivas do português, passamos a apresentar algumas consequências da proposta aqui adotada para alguns fatos que envolvem passivas.

2.4.3.1 As propriedades do verbo auxiliar *ser*: ordem e defectividade

Com a proposta aqui apresentada, o verbo *ser* das passivas foi tratado como um verbo funcional, um auxiliar, que traz para a derivação um traço [uV], que faz com que esse auxiliar se concatene com uma projeção verbal ou com um constituinte que contenha uma projeção verbal. O auxiliar *ser* seleciona como complemento a projeção VoiceP, que tem em seu especificador a projeção AspP, que, por sua vez, domina o VP. A presença de um verbo nesse complemento garante que o traço [uV] de *ser* seja licenciado. Além disso, esse auxiliar

licencia o traço aspectual de Asp com o valor [perfectivo]. Em outras palavras, o auxiliar *ser* licencia um particípio passado passivo.

No início deste capítulo, descrevemos duas características do auxiliar passivo *ser*: a sua ordem fixa na sentença e a sua defectividade. Vejamos como essas características podem ser derivadas da proposta apresentada nesta seção. Começemos com os fatos relativos à ordem de *ser* na sentença. Os dados relevantes são apresentados em (46):

- (46) a. A minha carteira foi roubada pelo bandido.
b. A minha carteira estava sendo roubada pelo bandido.
c. *A minha carteira foi estada roubando pelo bandido.
d. A minha carteira tinha sido roubada pelo bandido.
e. *A minha carteira foi tida roubada pelo bandido.
f. A minha carteira vai ser roubada pelo bandido.
g. *A minha carteira foi ida roubar pelo bandido.

Como os dados ilustram, o verbo *ser* só pode aparecer em uma posição: imediatamente antes do verbo lexical. Esse fato reflete as propriedades de seleção de *ser*. Como argumentamos, esse verbo seleciona uma projeção VoiceP como complemento. Dado que VoiceP domina v^*P , AspP e VP, que são as projeções associadas ao verbo temático da sentença, isso implica que *ser* só pode aparecer antes desse verbo.

Passemos a analisar a defectividade morfológica de *ser*. Como havíamos visto na seção 4.1 deste capítulo, esse auxiliar não pode ser apassivado, como os dados em (47) nos mostram:

- (47) a. Os meus amigos foram vistos pela Maria.
b. *Os meus amigos foram sidos vistos pela Maria.
c. *Os meus amigos foram sido vistos pela Maria.

Essa defectividade (que não é característica exclusiva do auxiliar passivo, mas de toda a classe de verbos auxiliares) pode ser analisada como consequência das exigências seletivas do núcleo Voice: esse núcleo seleciona um v^*P como complemento e, se essa sua exigência não for satisfeita, a derivação não converge. Como sabemos, o auxiliar *ser* não atribui papéis temáticos, logo, não seleciona argumento externo nem está associado a uma projeção v^*P . Assim, ao combinarmos Voice com a projeção do auxiliar *ser*, o resultado será

a derivação parcial em (48b), na qual vemos claramente que a exigência seletional de Voice não está sendo satisfeita, o que gera uma derivação não-convergente:

(48) a. *Os meus amigos foram sido vistos pela Maria.

Nesta derivação, o núcleo Voice superior está se concatenando com AspP, contrariamente a sua exigência seletional. Essa violação, por si só, exclui essa sentença de existir. Em conclusão, devido ao fato de os auxiliares não estarem associados a uma projeção v^*P , eles não vão poder ser apassivados, porque no momento em que o núcleo Voice for inserido na derivação, as suas propriedades de seleção não serão satisfeitas.

Concatenar Voice com a projeção de um verbo auxiliar tem como consequência imediata o fato de que uma das sondas superiores (Voice ou T) não terá como valorar seus traços- ϕ . Por exemplo, em (48b), o núcleo Voice mais alto porta um conjunto de traços- ϕ que precisam ser valorados. Se ele estabelecer *Agree* com o argumento [*os meus amigos*], esse DP vai ficar inativo para a computação e, quando T for introduzido na derivação, não haverá nenhum alvo disponível para valorar seu seus traços- ϕ e o seu traço EPP. Nesse caso, a derivação fracassa porque os traços- ϕ de T não recebem valor.

Um outro caminho derivacional pode ser o seguinte. Quando o núcleo Voice superior é introduzido na derivação de (48b), a projeção AspP que contém o auxiliar se move para o especificador de Voice. Dessa forma, Voice não tem como valorar seus traços- ϕ . Quando T entra na computação, o DP [*os meus amigos*] está disponível (pois foi levado no movimento de AspP para o especificador de VoiceP) e os dois estabelecem *Agree*, valorando os traços de ambos. Nesse caso, é o fato de Voice não ter seus traços- ϕ valorados que leva a derivação ao fracasso.

2.4.3.2 Reinterpretando a restrição argumental

Na seção 2.2.2.1, mostramos que a formação de sentenças passivas é regulada por um tipo de restrição argumental, segundo a qual apenas verbos que possuem dois argumentos, um

externo e um interno, podem ser apassivados. A nossa análise fornece os meios para reinterpretar essa restrição tomando-a como consequência das exigências seletivas de Voice: esse núcleo seleciona um v^*P como argumento e, se essa sua restrição não for satisfeita, a derivação não converge.

Por conta disso, verbos inacusativos (49), verbos copulativos (50), verbos auxiliares (51) estão excluídos de formarem passivas, tendo em vista o fato de eles não estarem associados a um v^*P :

- (49) a. *As encomendas foram chegadas.
b. *As cabelos daquele homem foram caídos.
c. *Mais de dez bebês eram nascidos por dia naquele hospital.
- (50) a. *O céu é ficado escuro.
b. *A Maria foi sida linda na juventude.
c. *Aqueles carros eram continuados sujos.
- (51) a. *Os livros são estados lendo pela Maria.
b. *Os livros são tidos lido pela Maria.
c. *Os livros são idos ler pela Maria.

Se a questão da restrição argumental tem a ver unicamente com a seleção de Voice, os verbos inergativos do português deveriam poder ser apassivados, tendo em vista a análise de Hale & Keyser (1993) e Chomsky (1995) que os trata como verbos transitivos mascarados, ou seja, verbos associados a um v^*P . Inesperadamente, esses verbos não podem ser apassivados em português:

- (52) a. *A multidão foi gritada.
b. *O João foi tossido muito ontem à noite.
c. *Os cachorros foram corridos no parque.
d. *Os passarinhos foram cantados o dia todo.

Não dispomos de uma resposta elaborada para essa impossibilidade, mas uma sugestão tentativa poderia ser a de que o argumento interno subjacente nesse tipo de verbos não está sintaticamente ativo, em português, para a computação de *Agree*. Dessa forma, apesar de

haver um ν^*P na derivação, satisfazendo a exigência seletional de Voice, a derivação fracassa, pois os traços do núcleo Asp e os do núcleo T não vão ter como ser valorados. Vejamos esse argumento com base na derivação para a sentença (52a):

Quando AspP é introduzido na derivação, o verbo se move para esse núcleo. Não há argumento interno sintaticamente ativo, logo, não há como os traços- ϕ de Asp serem valorados. A seguir insere-se o núcleo ν^* , que introduz o argumento externo. Voice entra na derivação e estabelece *Agree* com o argumento externo [*a multidão*]. Em seguida, entram na derivação o auxiliar e os núcleos funcionais T e C. Após herdar os traços- ϕ de C, T se torna uma sonda, mas não há alvo ativo com o qual ele possa estabelecer *Agree*. Como resultado, a derivação é mandada para as interfaces sem valoração dos traços de Asp e de T, o que a leva ao fracasso²⁰.

Em conexão com o que foi dito em relação aos verbos inergativos, um outro conjunto de dados que merece atenção é composto pelos verbos transitivos indiretos, que não se comportam de maneira homogênea em relação à apassivação:

²⁰ Embora essa proposta sirva para os propósitos de excluir a derivação de passivas de inergativos em português, ela não pode ser a história completa, uma vez que há variação translinguística quanto à possibilidade de formação de passivas a partir de verbos inergativos, como podemos ver nos exemplos abaixo:

(i) Passivas de verbos inergativos

a. Norueguês (Åfarli 1989: 101)
 Det vart sunge
 EXP ser-3-SG-PRES cantar-PART
 ‘Cantaram’
 Literalmente: ‘Foi cantado’

b. Alemão (Jaeggli 1986: 595)
 Es wurde getanzt
 EXP ser-3-SG-PASS dançar-PART
 ‘Dançaram’
 Literalmente: ‘Houve dança’

c. Holandês (Jaeggli 1986: 595)
 Er wordt gefloten
 EXP ser-3-SG-PASS assoviar-PART
 ‘Assoviaram’
 Literalmente: ‘Houve assovio’

- (54) a. Os meninos gostaram *(d)o bolo de chocolate.
b. *O bolo de chocolate foi gostado pelos meninos.
- (55) a. Os melhores médicos trataram (d)a paciente.
b. A paciente foi tratada pelos melhores médicos.

O verbo *gostar* não forma passivas, ao passo que o verbo *tratar* (no sentido de ‘cuidar’) aceita a apassivação. Além disso, quando o complemento do verbo *gostar* aparece em sua posição canônica (pós-verbal), a preposição é obrigatória, diferentemente do que ocorre com o verbo *tratar*, que a emprega opcionalmente.

Como podemos interpretar os contrastes observados entre esses dois tipos de verbos?

Nunes (2008) e Kato & Nunes (2009), propuseram haver verbos em português que atribuem Caso inerente (cf. Chomsky 1986b) e que esse caso é realizado pela preposição *de*²¹. Assumindo com Nunes (2008) e Kato & Nunes (2009), que o verbo *gostar* atribui Caso inerente ao seu argumento interno, a derivação de uma passiva formada a partir desse verbo vai se caracterizar pela existência de *Agree* entre Voice e o argumento externo, com consequente valoração de todos os traços não-valorados (os traços- ϕ de Voice e o traço de caso do DP). No entanto, os traços- ϕ tanto de Asp e os de T não são licenciados, porque não há alvo ativo disponível, uma vez que o argumento interno está inativo, pois teve seu traço de Caso licenciado com Caso inerente. Isso faz com que a derivação fracasse²².

No caso dos padrões apresentados pelo verbo *tratar*, a análise deve ser, em algum aspecto, diferente da oferecida para o verbo *gostar*. Com base na opcionalidade do uso da preposição quando o argumento interno de *tratar* aparece em posição pós-verbal (55a) e na obrigatoriedade da omissão da preposição nas passivas (55b), vamos propor que esse verbo pode, por uma idiossincrasia lexical, estar associado a duas derivações²³. Em uma delas, ele

²¹ Kato (2010) faz uma proposta no mesmo espírito, mas, para ela, são as preposições que atribuem o Caso inerente e não os verbos.

²² Com essa explicação, a situação dos verbos transitivos indiretos em relação à passiva espelha o que acontece com os verbos inergativos: em ambos os casos, o argumento interno desses verbos não está ativo para estabelecer *Agree* nem com AspP nem com T, resultando daí que os traços desses núcleos não são valorados e a derivação fracassa.

²³ Ver Nunes (2008: 144) e Kato & Nunes (2009) sobre idiossincrasias lexicais na atribuição do Caso inerente.

atribui Caso inerente e na outra não atribui (nesse caso, a valoração do traço de Caso do seu argumento interno se faz mediante *Agree*)²⁴.

A primeira previsão dessa proposta é a de que, quando *tratar* atribui Caso inerente, ele se comporta exatamente como o verbo *gostar*: ele usa obrigatoriamente a preposição *de* para realizar o Caso inerente e não pode ser apassivado.

A segunda previsão da proposta é a de que, quando *tratar* não atribui Caso inerente, ele funciona como um verbo transitivo e, nessa situação, forma passivas gramaticais. Nesse caso, *tratar* permite a formação de passivas porque o seu argumento interno ainda não teve seu traço de Caso valorado e, portanto, é um alvo ativo para a computação de *Agree* com um núcleo funcional sonda (Asp e T, respectivamente).

Em resumo, o verbo *tratar* é um verbo atribuidor de Caso inerente (como *gostar*), mas está passando por um processo de mudança em suas propriedades lexicais, que está afetando a sua capacidade de atribuir Caso inerente e fazendo-o se comportar como um verbo transitivo direto.

Essa mudança pela qual o verbo *tratar* está passando talvez possa ter sido a mesma que afetou verbos como *assistir*, *atender*, *obedecer* e *perdoar*. Como sabemos, esses verbos são descritos nas gramáticas tradicionais como verbos transitivos indiretos, no entanto, no português brasileiro coloquial eles já deixaram de se comportar dessa maneira. Assumindo que a descrição da gramática tradicional reflete um estágio anterior em que esses verbos eram atribuidores de Caso inerente, a sua situação no português brasileiro atual mostra que eles já perderam essa possibilidade e se tornaram verbos transitivos diretos. Evidência em favor dessa análise é o fato de eles não empregarem mais a preposição *a* (que pode ser tratada como uma outra realização do Caso inerente) para introduzir os seus argumentos internos e a capacidade que eles apresentam de formar passivas gramaticais:

- (56) a. Os alunos assistiram (a)o filme → O filme foi assistido pelos alunos.
b. A funcionária atendeu (a)o cliente → O cliente foi atendido pela funcionária.

²⁴ Fatos mais complicados aparecem com verbos como *cuidar* e *aludir*, que parecem estar a meio caminho de *gostar* e *tratar*. Como *gostar*, esses verbos nunca permitem a queda da preposição, mas, como *tratar*, eles permitem a passiva:

- (i) a. Os melhores médicos da região cuidaram *(d)a paciente.
b. A paciente foi cuidada pelos melhores médicos da região.
(ii) a. O João aludiu *(a) esse fato na análise.
b. Esse fato foi aludido pelo João na análise.

c. Ninguém obedece (a) o regulamento → O regulamento não é obedecido por ninguém.

d. O avós perdoam (a) os netos → Os netos são perdoados pelos avós.

A queda da preposição em dados como (55) e (56) é relevante, porque mostra que os verbos em questão não valoraram o traço de Caso do seu argumento interno, o que faz com que esse argumento fique ativo para a computação de *Agree*, possibilitando a derivação de sentenças passivas.

Com isso, encerramos essa seção que se destina à descrição e análise das passivas canônicas do português. A análise aqui apresentada servirá de base para o tratamento das passivas não-canônicas, que constituem o tema da próxima seção.

2.5 Passivas não-canônicas do português: descrição e análise

Como dissemos na seção 2.1, além das passivas canônicas, o português apresenta um outro tipo de passivas, menos estudado, que denominamos passivas não-canônicas. Esses dois tipos de passivas são, mais uma vez, ilustrados a seguir:

- (57) a. O pé da Maria foi cortado pelo vidro.
b. A Maria teve o pé cortado pelo vidro.

Conforme salientamos ainda naquela seção, esses dois tipos de passivas apresentam semelhanças e diferenças. As semelhanças entre elas são: a) a presença de um auxiliar; b) a presença de um particípio passado; c) a concordância desse particípio com seu argumento interno direto; d) a demissão do argumento externo (que se realiza opcionalmente como um sintagma preposicional cujo núcleo é a preposição *por*); e) a promoção do argumento interno direto.

Já as diferenças entre os dois tipos de passivas são: a) a ordem entre o argumento interno e o particípio; b) a possibilidade de haver uma categoria vazia na posição do possuidor nas passivas não-canônicas, em contraste com a sua impossibilidade nas passivas canônicas, e c) o auxiliar usado em cada tipo de passiva.

Nosso objetivo nesta seção é apresentar uma análise sintática para as passivas não-canônicas do português. Considerando as semelhanças apontadas acima entre os dois tipos de passivas, a hipótese que adotamos é a de que essas semelhanças refletem uma ligação

derivacional entre os dois tipos de passivas. As características que distinguem as passivas não-canônicas das canônicas vão ser analisadas como o resultado da presença de um núcleo funcional v^* na sua Numeração, além da existência de um traço EPP no núcleo Asp. Juntas, essas duas propriedades vão resultar nas estruturas que aqui estamos denominando passivas não-canônicas do português.

2.5.1 Características próprias das passivas não-canônicas do português

Nesta seção, estudamos em detalhe três propriedades que singularizam as passivas não-canônicas em relação às passivas canônicas do português: a) a ordem do argumento interno em relação ao particípio passivo, b) a natureza do possuidor nulo que essas passivas permitem e c) o licenciamento do alçamento do possuidor e a interpretação de afetação.

2.5.1.1 A linearização do argumento interno em relação ao particípio

Como havíamos apontado, quando o argumento interno de uma passiva canônica não se move para o especificador de TP, sua posição em relação ao particípio passado é diferente da posição que ocupa o argumento interno de uma passiva não-canônica:

- (58) a. Foram arrancadas dez páginas do livro.
b. *Foram dez páginas do livro arrancadas.
- (59) a. *O livro teve arrancadas dez páginas.
b. O livro teve dez páginas arrancadas.

Nas passivas canônicas, a ordem é [particípio – argumento interno], ao passo que, nas passivas não-canônicas, a ordem que temos é [argumento interno – particípio]. Uma possibilidade de entendermos a derivação de (58a) é assumirmos que existe em sua Numeração um expletivo. Nesse caso, enquanto T tem seus traços- ϕ valorados pelo argumento interno, o seu traço EPP é satisfeito pela inserção do expletivo diretamente no seu especificador. Como analisamos Asp como um núcleo que só porta traços- ϕ e nenhum traço EPP, temos a explicação para a ordem observada: o argumento interno permanece dentro do VP e vai ser linearizado depois do particípio.

Para derivar a ordem entre o argumento interno e o particípio nas passivas não-canônicas, vamos propor que Asp, nessas estruturas, além de ter traços- ϕ , também tem um

traço EPP, que vai ser responsável pelo movimento do argumento interno para o seu especificador. Abaixo apresentamos as duas derivações:

- (60) A sintaxe de Asp e a linearização nos dois tipos de passiva do português

<i>Passivas canônicas</i>	<i>Passivas não-canônicas</i>
<pre> graph TD AspP --> Asp AspP --> VP Asp --> Vi Asp --> Asp VP --> ti VP --> DP </pre> <p>Asp: apenas traços-φ</p> <p>linearização: particípio – DP</p>	<pre> graph TD AspP --> DPj AspP --> Asp_prime[Asp'] Asp_prime --> Asp Asp_prime --> VP Asp --> Vi Asp --> Asp VP --> ti VP --> tj </pre> <p>Asp: traços-φ e EPP</p> <p>linearização: DP – particípio</p>

2.5.1.2 A natureza da categoria vazia na posição do possuidor

Um traço diferenciador das passivas não-canônicas é a possibilidade de esse tipo de passivas apresentar uma categoria vazia referente ao possuidor. A presença dessa categoria vazia nas passivas não-canônicas contrasta com a sua ausência nas passivas canônicas:

- (61) a. O retrovisor do meu carro foi quebrado pelo rapaz.
 b. Foi quebrado o retrovisor do meu carro pelo rapaz.
 c. *[O meu carro]_i foi quebrado o retrovisor *ec_i* pelo rapaz.
- (62) a. *O retrovisor do meu carro teve quebrado pelo rapaz.
 b. *Teve o retrovisor do meu carro quebrado pelo rapaz.
 c. [O meu carro]_i teve o retrovisor *ec_i* quebrado pelo rapaz.

Como havíamos dito na seção 2.1, os dois tipos de passivas apresentam distribuição complementar em relação à possibilidade de licenciarem um possuidor nulo: enquanto as

passivas canônicas não licenciam essa categoria vazia, as passivas não-canônicas a licenciam²⁵.

Um fato interessante tem a ver com a localização dessa categoria vazia. O possuidor nulo pode estar relacionado ao argumento interno direto do particípio (62), ao argumento interno indireto do particípio (63a) ou ao argumento externo/agente da passiva (63b):

- (63) a. Com o julgamento, [o réu]_i tem mais dez anos acrescentados à pena inicial *ec*_i.
 b. [O Pedro]_i teve as contas *ec*_i pagas pelo pai *ec*_i.

Qual é a natureza sintática dessa categoria vazia que as passivas não-canônicas licenciam? Para investigar a natureza dessa categoria vazia presente nas passivas não-canônicas, tomaremos como base os trabalhos de Floripi (2003), Rodrigues (2004, 2010) e Floripi & Nunes (2009). Começamos avaliando a possibilidade de essa categoria poder ser tratada como um pronome nulo.

Em relação à alternância entre pronomes nulos e pronomes lexicais em línguas *pro-drop*, Chomsky (1981) propôs haver um princípio responsável por regular o uso do sujeito nulo e do sujeito lexical/pleno nessas línguas. Segundo esse princípio, a alternância entre o sujeito nulo e o sujeito lexical não seria totalmente livre, existindo contextos em que uma forma seria preferida em relação à outra. O princípio em questão ficou conhecido como *Princípio Evite Pronome* (Chomsky 1986, Rizzi 1988):

(64) Princípio Evite Pronome

Sempre que houver possibilidade de alternância entre um pronome nulo e um pronome lexical, preferir o pronome nulo para veicular uma leitura neutra.

Com base nos efeitos do Princípio Evite Pronome, podemos analisar como se comporta a categoria vazia presente nas sentenças passivas não-canônicas:

²⁵ Ao longo deste capítulo, usaremos a noção de *possuidor* como um termo geral, tendo em vista que as passivas não-canônicas permitem categorias vazias em posições em que elas não são necessariamente interpretadas como possuidor, como vemos abaixo:

(i) a. O menino teve a bicicleta <i>ec</i> amassada pelo carro.	<i>ec</i> = possuidor (posse alienável)
b. A menina teve a vida <i>ec</i> salva pelo médico.	<i>ec</i> = possuidor (posse inalienável)
c. O homem teve a esposa <i>ec</i> resgatada pelo policial.	<i>ec</i> = “possuidor” (nome relacional)
d. O prédio teve a construção <i>ec</i> embargada pela justiça.	<i>ec</i> = tema (nome deverbal)
e. Minha casa teve o telhado <i>ec</i> arrancado pelo furacão.	<i>ec</i> = todo (relação parte-todo)

- (65) a. A Maria teve a filha dela encontrada pelo bombeiro.
 b. A Maria teve a filha *ec* encontrada pelo bombeiro.

Como podemos ver, não existe diferença entre (65a) e (65b) em termos de marcação. Ou seja, a sentença (65a) não é interpretada como uma sentença marcada e a sentença (65b) não é sentida como neutra. Ambas têm o mesmo estatuto, o que nos mostra que não estamos diante de uma variação entre um pronome lexical e um pronome nulo. Esse fato nos leva a concluir que a categoria vazia existente em (65b) não é um pronome nulo.

Já sabemos que a categoria vazia em estudo não se comporta como um pronome. Vejamos mais alguns dados para podermos avaliar com precisão a sua natureza sintática:

- (66) a. [O João]_i teve o carro *ec*_{i/*j} entregue em dois dias.
 b. [O João]_k disse que [a Ana]_j falou que [o Luís]_i teve o nariz *ec*_{i/*j/*k} quebrado na briga.
 c. [A mãe [d[a Maria]_j]]_i teve uma amiga *ec*_{i/*j} operada na semana passada.
 d. [O João]_i acha que [a Rosa]_j teve o apartamento *ec*_{j / *i+j} roubado ontem.

No exemplo (66a), a categoria vazia licenciada nas passivas não-canônicas não pode tomar um antecedente discursivo. O seu antecedente tem de estar na mesma sentença que a categoria vazia e corresponde ao sujeito dessa sentença. Do exame dos exemplos (66b), (66c) e (66d), outras três características do antecedente dessa categoria vazia emergem: ele deve ser local (66b), deve c-comandar a categoria vazia (66c) e não deve ser cindido (66d).

A partir desses fatos, podemos concluir que o possuidor nulo presente nas passivas não-canônicas do português se comporta como uma anáfora. Seguindo a análise de Floripi (2003), Rodrigues (2004, 2010), Floripi & Nunes (2009), assumimos que essa categoria vazia é um vestígio deixado para trás em consequência de um movimento A: o alçamento do possuidor.

2.5.1.3 O alçamento do possuidor: licenciamento e interpretação de afetação

Voltemos aos contrastes em relação ao alçamento do possuidor nas passivas canônicas e nas não-canônicas:

- (67) a. Nesse momento a casa do suspeito é revistada pela polícia.
 b. Nesse momento é revistada a casa do suspeito pela polícia.
 c. *Nesse momento [o suspeito]_i é revistada [a casa t_i] pela polícia.

- (68) a. *Nesse momento a casa do suspeito tem revistada pela polícia.
 b. *Nesse momento tem a casa do suspeito revistada pela polícia.
 c. Nesse momento [o suspeito]_i tem [a casa t_i] revistada pela polícia.

Como já havíamos dito, dois contrastes podem ser notados nesses exemplos. O primeiro é o de que apenas as passivas não-canônicas permitem o alçamento do possuidor e o segundo é o de que apenas as passivas canônicas permitem que possuidor e possuído se mantenham unidos como um constituinte.

Analisemos como cada tipo de passiva é derivado. Começemos com os exemplos em (66), que equivalem à representação abstrata simplificada em (69):

Na sentença (67a), T²⁶ estabelece *Agree* com o DP [a casa do suspeito], e tem seus traços-φ valorados, ao mesmo tempo o traço do Caso do DP alvo é valorado. O DP possuidor [o suspeito] tem seu Caso licenciado no interior do constituinte [a casa do suspeito] pela preposição *de* (Müller 1996, Lunguinho 2006, Floripi, 2003, Floripi & Nunes 2009). Como T tem um traço EPP, todo o DP [a casa do suspeito] se desloca para o especificador de T para checar esse traço. Com todos os traços valorados, a derivação converge.

A derivação de (67b) é idêntica à de (67a) com a exceção de que a sua Numeração conta com um expletivo, que checa o traço EPP de T. Esse expletivo é lícito uma vez que não há nenhum traço temático para ser checado, pois, acima da posição onde se encontra o alvo [a casa do suspeito], são inseridos apenas núcleos não-atribuidores de papel temático (o auxiliar *ser* e o núcleo T).

Por fim, na derivação de (67c), T entra em *Agree* com o alvo [a casa o suspeito] e, da mesma forma que ocorreu em (67a) e (67b), os traços dos elementos envolvidos são valorados. Nessa derivação, o DP possuidor [o suspeito] não teve seu traço de Caso valorado (motivo pelo qual aparece sem a preposição na representação em 68) e, para satisfazer o traço

²⁶ Continuamos seguindo a proposta de Chomsky (2007, 2008), segundo a qual, para T se tornar uma sonda, é necessário que o núcleo C seja inserido na computação e doe os seus traços-φ para T.

EPP de T, ele se desloca para o especificador dessa categoria. Como esse DP continua com seu traço de Caso não-valorado, o resultado é que a derivação de uma passiva canônica com alçamento do possuidor fracassa porque o traço de Caso do possuidor não é valorado.

Vejamos agora o que ocorre nas derivações das passivas não-canônicas em (68). Não podemos assumir que as relações de valoração sejam as mesmas que ocorrem em uma passiva canônica, pois, se fossem, esperaríamos o mesmo estatuto de gramaticalidade para todas as sentenças, o que não se verifica.

Começemos a partir do exame de (68a). Nessa sentença o argumento interno não pode se mover para satisfazer o EPP de T. Assumindo que não haja um expletivo na Numeração que gera essa sentença, o fato de o argumento interno não poder se mover é indício de que ele não está ativo para a computação. Seguindo Chomsky (2000, 2001), a única maneira de desativar um possível alvo é valorando o seu traço de Caso. A partir desse raciocínio, para que o DP [*a casa do suspeito*] esteja inativo no momento em que T entrar na derivação, é necessário que esse DP já tenha estabelecido *Agree* com uma sonda anteriormente e que, nessa relação, seu traço de Caso tenha sido valorado. Vamos adotar a hipótese de que, nas passivas não-canônicas, haja uma sonda capaz de valorar o traço de Caso do DP [*a casa do suspeito*] e que é inserida antes de T entrar na derivação.

Uma questão surge em relação à natureza desse núcleo que funciona como sonda e que é inserido antes de T entrar na derivação. Propomos que esse núcleo funcional é v^* . Assim, antes de T ser introduzido na computação, v^* é introduzido e estabelece *Agree* com o argumento interno. O resultado dessa operação é a valoração dos traços- ϕ de v^* e a valoração do traço de Caso do argumento interno alvo. Valorado seu traço de Caso, esse alvo fica inativo para computações posteriores. Com base nessa proposta, a representação simplificada das sentenças em (68) é apresentada a seguir:

O núcleo v^* ainda traz para a derivação de (68a) um papel temático, que precisa ser atribuído a algum argumento. Como não há mais nenhum DP disponível, a derivação segue

sem esse núcleo ter atribuído esse papel temático. A seguir insere-se T, que porta traços- ϕ não-interpretáveis e não-valorados, além de um traço EPP. Como não há alvo ativo para estabelecer *Agree* com T, o resultado é que a derivação que gera (68a) fracassa por haver traços que não receberam valor.

A única diferença entre (68b) e (68a) é que a Numeração de (68b) contém um expletivo, que é selecionado para satisfazer o traço EPP de T. Porém, da mesma forma que aconteceu com (68a), a derivação de (68b) atinge as interfaces sem v^* ter atribuído seu papel temático e sem T ter valorado os seus traços- ϕ . Como resultado, essa derivação também fracassa.

Em (68c), v^* também estabelece *Agree* com o DP [*a casa o suspeito*] e, como resultado, os traços- ϕ desse núcleo e o traço de Caso do DP serão valorados. Esse núcleo funcional ainda precisa atribuir seu papel temático. Assumindo que papéis temáticos também podem ser satisfeitos no curso da derivação (Bošković 1994, Lasnik 1995, Bošković & Takahashi 1998 e Hornstein 1999, 2001), o possuidor pode satisfazer o papel temático de v^* , uma vez que ainda é um alvo ativo para a computação (seu traço de Caso não foi valorado dentre do DP que contém o possuidor e o possuído). Assim, esse DP se desloca da posição de possuidor e vai para a posição de especificador de v^* , onde recebe outro papel temático, mas ainda não valora seu traço de Caso, ficando mais uma vez disponível para a computação. A seguir entra o núcleo T com seus traços- ϕ não-valorados e estabelece *Agree* com esse DP. Nessa relação, os traços de ambos são valorados. O núcleo T ainda tem um EPP que é satisfeito com o movimento do possuidor para a posição de especificador de T²⁷.

Adotando a proposta de que existe na Numeração das passivas não-canônicas um núcleo funcional v^* , podemos explicar as características particulares dessas passivas: esse núcleo é responsável pelo licenciamento do Caso do argumento interno e pelo alçamento do possuidor.

Se há mesmo um v^* na derivação e esse núcleo precisa atribuir um papel temático, qual é a natureza desse papel temático traço que v^* traz para a derivação das passivas não-canônicas?

²⁷ Uma questão para a qual não temos resposta é por que o alçamento do possuidor para o especificador de T é obrigatório. Ou seja, qual é o mecanismo que barra uma derivação como (i) abaixo, em cuja Numeração há um expletivo que poderia ser usado para satisfazer o traço EPP de T?

(i) Nesse momento tem o suspeito a casa revistada pela polícia.

Observando a interpretação que o possuidor adquire nas passivas não-canônicas, podemos, notamos que, geralmente, esse constituinte é interpretado como um tipo de argumento afetado pelo evento descrito pelo predicado participial:

- (71) a. A atriz teve a vida destruída pelas drogas.
b. A atriz teve a vida totalmente mudada pela chegada do bebê.
- (72) a. A Marta tinha a casa invadida por formigas.
b. A Marta teve a casa pintada pelos pedreiros.
- (73) a. O jovem teve as mãos cortadas pelo vidro.
b. O jovem teve as mãos tratadas pela enfermeira.

Em todos os exemplos acima, as passivas não-canônicas do português exprimem algum tipo de afetação do sujeito do verbo *ter*. Nos exemplos em (a), temos a afetação negativa e, nos exemplos em (b), temos a afetação positiva. A natureza dessa afetação (se positiva ou negativa) depende das propriedades do predicado base da sentença²⁸.

Com base nesse fato, podemos concluir que temos argumentos para propor a existência do núcleo *v** na estrutura das passivas não-canônicas. Ele valora o Caso acusativo do argumento interno, ao mesmo tempo em que seleciona um argumento externo, o possuidor, que sai de sua posição temática para outra posição temática na qual vai receber a interpretação de “afetado pelo evento descrito no predicado participial”. Qualquer que seja o rótulo que dermos a esse papel temático, temos de estar cientes de que ele deve ser compatível com a interpretação de afetação.

2.5.2 A derivação das passivas não-canônicas e a natureza do verbo *ter*

Com base nas propriedades descritas acima, nesta seção, apresentamos uma derivação para as passivas não-canônicas do português. Antes de descrevermos os passos dessa derivação, precisamos nos deter na natureza do verbo *ter* que aparece nessas sentenças.

²⁸ Estamos utilizando o termo afetado em uma acepção ampla, genérica que sirva tanto para abarcar casos como os que vimos nos exemplos acima quanto para casos como os abaixo, em que a afetação do DP sujeito de *ter* não parece ser muito clara:

- (i) a. A Maria teve um amigo intimado pela justiça para depor.
b. A Maria teve um amigo entrevistado por um programa de TV.

2.5.2.1 Sobre a natureza do verbo *ter*

No início deste capítulo, havíamos visto que uma das propriedades que diferenciavam as passivas canônicas das passivas não-canônicas era o tipo de auxiliar empregado em cada uma delas: *ser* nas passivas canônicas e *ter* nas passivas não-canônicas.

Com a conclusão a que chegamos no final da subseção anterior, segundo a qual grande parte das propriedades das passivas não-canônicas eram derivadas da presença de um núcleo funcional v^* na sua derivação, é impossível não fazermos a pergunta: seria o verbo *ter* das passivas não-canônicas o núcleo funcional v^* ?

Afirmar que *ter* é o núcleo v^* não parece ser uma análise correta, uma vez que, se equacionarmos esse verbo ao núcleo v^* , não teremos meios de explicar certos paralelismos morfológicos e sintáticos que se observam no comportamento de *ter* e *ser*, os auxiliares dos dois tipos de passivas aqui analisados. Os paralelismos a que nos referimos são os seguintes.

Da mesma forma que *ser*, o verbo *ter* das passivas não-canônicas não apresenta as formas de imperativo e de particípio passivo em seu paradigma:

- (74) a. *Vocês todos, tenham os exercícios corrigidos pelo monitor até o fim da semana!
b. *A ginasta foi tida a performance avaliada pelo comitê.
- (75) a. *Sejam os exercícios de vocês todos corrigidos pelo monitor até o fim da semana!
b. *A performance da ginasta foi sida avaliada pelo comitê.

O paradigma morfológico de *ter* apresenta o particípio passado perfeito, como o do verbo *ser*:

- (76) a. A ginasta tinha tido a performance avaliada pelo comitê.
b. A performance da ginasta tinha sido avaliada pelo comitê.

Uma segunda propriedade, que também aproxima o verbo *ter* das passivas não-canônicas do verbo *ser* das passivas canônicas é a sua ordem na oração. Esses dois verbos sempre aparecem antes do verbo lexical, como vemos em (77), e, na sequência de auxiliares, esses dois verbos sempre são os últimos, como vemos em (78) e (79):

- (76) a. O meu computador teve as teclas consertadas²⁹.
 b. As teclas do meu computador foram consertadas.
 c. Foram consertadas as teclas do meu computador.
- (77) a. O meu computador está tendo as teclas consertadas.
 b. *O meu computador tem as teclas estadas consertando.
 c. O meu computador tinha tido as teclas consertadas.
 d. *O meu computador tinha tidas as teclas consertado.
 e. O meu computador ia ter as teclas consertadas.
 f. *O meu computador tinha idas as teclas consertar.
- (78) a. As teclas do meu computador estão sendo consertadas.
 b. *As teclas do meu computador são estadas consertando.
 c. As teclas do meu computador tinham sido consertadas.
 d. *As teclas do meu computador eram tidas consertado.
 e. As teclas do meu computador iam ser consertadas.
 f. *As teclas do meu computador eram idas consertar.

Os paralelismos apresentados acima devem ser levados em consideração na análise das passivas não-canônicas. Para garantir que essa semelhança de comportamento entre *ter* e *ser* seja mantida, vamos propor que o verbo *ter* das passivas não-canônicas seja derivado a partir do verbo auxiliar *ser* das passivas canônicas. Mais especificamente, analisamos *ter* como um verbo que contém os traços do verbo *ser* em sua estrutura.

Para explicar por que *ter* é o auxiliar empregado nas passivas não-canônicas, vamos assumir que esse verbo resulta da combinação dos traços associados ao auxiliar *ser* com o núcleo funcional v^* presente na derivação das passivas não-canônicas:

²⁹ Nesse exemplo, o verbo *ter* não se encontra imediatamente antes do verbo lexical por causa do traço EPP de Asp, que atraiu o DP [*as teclas o meu computador*] para o seu especificador.

Com essa proposta, *ter* passa a ser analisado como um auxiliar derivado pelo Sistema Computacional, a partir da incorporação dos traços associados ao verbo auxiliar *ser*, representados como v_{SER} , aos traços de v^* . O conjunto de traços [v_{SER} - v^*] gerado pela computação sintática vai ser realizado no componente morfológico da gramática como o verbo auxiliar *ter*³⁰.

2.5.2.2 A derivação de uma passiva não-canônica

Como havíamos proposto no início deste capítulo, uma das hipóteses que usaríamos para derivar as semelhanças entre as passivas canônicas e as não-canônicas seria assumir que essas semelhanças são derivadas do fato de elas compartilharem um estágio derivacional comum.

As especificidades das passivas não-canônicas são captadas pela interação de dois fatores: a presença de v^* na Numeração dessas passivas e fato de o núcleo Asp, nas passivas não-canônicas, apresentar além de um conjunto (incompleto) de traços- ϕ não-valorados um traço EPP. O verbo *ter* que é usado nessas sentenças foi analisado como um produto computacional, resultado da incorporação dos traços associados ao auxiliar *ser* aos traços do núcleo funcional v^* .

Com base nessas informações sobre as passivas não-canônicas, podemos afirmar que o estágio derivacional comum aos dois tipos de sentenças passivas é o momento em que vP (os traços do verbo auxiliar *ser*) é inserido na derivação. Após esse estágio, a derivação pode tomar dois caminhos: a) ela pode resultar em uma passiva canônica, caso não haja v^* em sua Numeração ou b) ela pode resultar em uma passiva não-canônica, se esse núcleo funcional estiver presente na sua Numeração³¹.

Apresentamos abaixo a derivação que resulta em uma passiva não-canônica do português:

³⁰ Embora tenhamos definido, no capítulo 1, que verbos auxiliares não estão associados a papéis temáticos nem selecionam argumentos, vamos continuar tratando *ter* como um auxiliar pelo fato de ele conter em sua estrutura os traços do auxiliar *ser*.

³¹ Cabe ressaltar que deve-se levar em consideração também os diferentes arranjos de traços de Asp, especificamente a presença de um traço EPP em sua estrutura de traços.

(80) a. A menina teve a vida salva pelo bombeiro.

Alguns passos dessa derivação merecem destaque. Nas passivas não-canônicas, o núcleo funcional Asp, além de ter um conjunto incompleto de traços- ϕ , também tem um traço EPP, que força o movimento do DP [*a vida a menina*] para o seu especificador.

Os traços do auxiliar *ser* são introduzidos na derivação e um desses traços é o traço [*uV*] que é valorado pelo verbo *salvar* em AspP. Esse auxiliar valoriza o traço aspectual de Asp como [perfectivo], e esse traço vai ser realizado como um particípio passado passivo.

A seguir insere-se v^* na computação e esse núcleo entra em *Agree* com o DP [*a vida a menina*]. A presença desse núcleo funcional na derivação desencadeia o alçamento do DP possuidor [*a menina*] para o seu especificador. Nessa posição esse DP recebe a interpretação de afetado.

Os traços do auxiliar *se* incorporam a v^* e o complexo [$v_{SER} - v^*$] é realizado como o auxiliar *ter*.

A seguir entram os outros núcleos T e C, que desencadeiam as relações de valoração que já vimos.

Com isso, concluímos a nossa análise para as passivas canônicas e não-canônicas do português. Resumimos o que foi dito no quadro comparativo a seguir, em que apresentamos os núcleos presentes em cada uma dessas passivas e a constituição de cada um deles:

(81) Passivas canônicas e não-canônicas do português

Passivas do português		
Núcleos funcionais	Canônicas	Não-canônicas
C-T	traços- ϕ completos EPP	traços- ϕ completos EPP
v^*	----	traços- ϕ completos papel temático: alçamento do possuidor
v_{AUX}	<i>Ser</i>	<i>ter</i> , após incorporação com v^*
Voice	traços- ϕ completos	traços- ϕ completos
Asp	traços- ϕ incompletos	traços- ϕ incompletos EPP

2.6 Conclusões Preliminares

Neste capítulo, tratamos do domínio dos auxiliares que servem à formação das passivas em português. A hipótese defendida é a de que existem, em português, dois tipos de verbos auxiliares passivos que integram a estrutura de dois tipos diferentes de passivas: um deles é o auxiliar *ser*, usado nas passivas canônicas, e o outro é *ter*, usado nas passivas que aqui denominaremos de passivas não-canônicas. Na seção 2.1, introduzimos esses dois tipos de passivas, apontando suas similaridades e suas diferenças. Na seção 2.2, descrevemos o comportamento morfossintático do auxiliar *ser* das passivas canônicas, bem como o dos outros dois constituintes que, com ele, interagem para construir esse tipo de passivas: o particípio passado e o agente da passiva. Na seção 2.3, apresentamos como a passiva foi tratada no modelo de Princípios e Parâmetros e, mais recentemente, no Programa Minimalista. Duas abordagens minimalistas foram apresentadas: a proposta de Chomsky (2001) e a proposta de Collins (2005), em termos de *smuggling*. Na Seção 2.4, apresentamos a nossa análise de derivação das passivas canônicas do português. Partindo da proposta de Collins (2005), aliada a algumas adaptações, derivamos o auxiliar *ser* e toda a estrutura desse tipo de passivas. Finalmente, na seção 2.5, descrevemos as características das passivas não-canônicas e propusemos uma análise sintática para elas. Na nossa proposta, as semelhanças observadas entre passivas canônicas e passivas não-canônicas se devem ao fato de haver uma ligação derivacional entre elas. Já as especificidades que caracterizam as passivas não-canônicas

foram tratadas como resultado da existência de um traço EPP no núcleo Asp e da presença de um núcleo funcional v^* .

Capítulo III

O verbo auxiliar *ter* e a estrutura do perfeito

O principal objetivo deste terceiro capítulo é apresentar uma análise sintática para o perfeito do português, com destaque para o auxiliar perfectivo *ter*. Na seção 3.1 descrevemos as principais características dos dois constituintes que formam a estrutura do perfeito, a saber, o auxiliar *ter* e o particípio. Na seção 3.2 apresentamos a análise de Kayne (1993) para as sentenças com o verbo *have* em seus usos como verbo possessivo e auxiliar, com especial destaque para os usos auxiliares desse verbo. A seção 3.3 traz a nossa proposta de análise e se divide em duas partes: a primeira em que tratamos da derivação do auxiliar *ter* e a segunda, em que nos voltamos à sintaxe do domínio participial. No que se refere à natureza do auxiliar perfectivo *ter*, assumimos, com base em Kayne (1993), que esse verbo é derivado na sintaxe a partir da incorporação dos traços de uma categoria abstrata a um auxiliar abstrato v_{AUX} . Quanto à natureza dessa categoria abstrata, analisamo-la como uma preposição com significado de P_{DEPOIS} , numa adaptação da proposta de Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997, 2000, 2002). Em relação ao particípio, propomos que ele é a realização dos traços de um núcleo funcional Aspecto. Ainda nessa seção são apresentados argumentos contra um tratamento isomórfico do particípio perfeito e do particípio passivo.

3.1 O perfeito e sua constituição

Em português, as sequências formadas a partir da combinação do verbo auxiliar *ter* mais o particípio passado (não-flexionado) têm recebido diversos nomes: *conjugações perifrásticas*, *tempos compostos*, *perfeitos*. Por uma questão terminológica, neste capítulo, vamos adotar a denominação *perfeito* para fazer referência a tais sequências, que constituem o nosso objeto de estudo e que aparecem exemplificadas em (1):

- (1) a. A Maria tem lido muito ultimamente.
b. Todos já tinham saído quando eu cheguei.

Além de *ter*, o verbo *haver* também pode funcionar como auxiliar perfectivo. No entanto, conforme Santos (1998) apontou, nesse uso, *haver* sofre mais restrições do que *ter*:

- (2) a. João tinha / havia ido ao cinema.

- b. Tem / *há feito muito sol.
- c. A nave terá / *haverá percorrido dez mil quilômetros no mês que vem.
- d. Pedro *teve / *houve comido muita carne. (Santos, 1998: 103)

Apesar de poder ser usado como auxiliar perfectivo, *haver* é um item adquirido tardiamente (na escola), cujo uso é regulado por questões estilísticas, tais como, a formalidade da situação de fala ou o registro escrito da língua. O fato é que o verbo usado atualmente como o auxiliar do perfeito do português brasileiro é *ter* e é para esse auxiliar que vamos propor uma análise neste capítulo. Para tanto, o objetivo desta seção é descrever as características básicas dos dois componentes do perfeito já mencionados: o auxiliar *ter* e o particípio passado que com ele se combina.

3.1.1 Características do verbo auxiliar perfectivo *ter*

3.1.1.1 O paradigma defectivo

Uma primeira propriedade do verbo auxiliar perfectivo *ter* é a presença de lacunas em seu paradigma. Esse verbo não apresenta três formas, a saber, o pretérito perfeito, o particípio passado e o imperativo:

- (3) a. Os preços têm aumentado muito de uns meses para cá³².
b. Eu já tinha lido esse livro quando o professor indicou.
c. Quando ela chegar, as plantas já terão morrido.
d. Os meus amigos teriam me ajudado se soubessem do problema.
e. *Todos tiveram visto esse filme antes.
- (4) a. Espero que elas tenham chegado a tempo no aeroporto.
b. Se o governo tivesse agido na hora certa, nada disso teria acontecido.
c. Quando você tiver encontrado a resposta, me ligue.
- (5) *Tenham terminado o trabalho quando eu chegar!

³² Nesta tese, não abordaremos aspectos semânticos que emergem quando o auxiliar perfectivo aparece flexionado no presente do indicativo. O que chama atenção nessa combinação é o fato de ela poder indicar ou uma leitura iterativa ou uma leitura durativa da eventualidade descrita pelo particípio, diferente do que ocorre quando o auxiliar *ter* se encontra flexionado em outros tempos. Para descrição e análises dessa faceta do perfeito do português, remetemos o leitor interessado aos seguintes trabalhos: Giorgi & Pianesi (1997), Ilari (1997, 2001), Ambar (1998, 1999), Schmitt (2001), Bertinetto & Bianchi (2003), Molsing (2005, 2006, 2010, 2011), Medeiros (2008), Laca (2009, 2010), Amaral & Howe (2010).

- (6)
- a. Não se preocupe, porque amanhã a essa hora eu já vou ter voltado.
 - b. Ter escolhido esse tema foi a melhor coisa que fizemos.
 - c. *O sistema operacional está tendo apresentado muitos problemas.
 - d. Tendo apresentado muitos problemas, o sistema operacional foi mudado.
 - e. *O menino tinha tido estudando.

A observação do exemplo (6c) em isolamento poderia nos levar a postular uma outra lacuna no paradigma do auxiliar perfectivo *ter*, desta vez relacionada ao gerúndio. Essa, porém, não é uma análise coerente com os fatos, pois o exemplo (6d) nos mostra que *ter* apresenta sim a forma de gerúndio. Tendo essa forma em seu paradigma, a agramaticalidade de (6c) deve ser explicada de outra maneira. A maneira de tratá-la vai ter a ver com uma outra característica desse auxiliar: sua ordem fixa na sentença. Esse é o tópico da subseção seguinte.

3.1.1.2 A ordem fixa de *ter* na sentença

Como os outros auxiliares, o verbo *ter* apresenta ordem fixa na sequência de verbos auxiliares. De acordo com o que vimos no capítulo anterior, a derivação de uma passiva em português envolve o núcleo funcional Voice, que seleciona um v^*P como complemento. Devido ao fato de os verbos auxiliares não projetarem essa categoria, eles não satisfazem a exigência seletional de Voice e, portanto, não podem ser apassivados. Em consequência disso, *ter* não pode aparecer nem depois do auxiliar *ser* formador das passivas canônicas nem depois do auxiliar *ter* formador das passivas não-canônicas:

- (7)
- a. *As paredes do prédio foram tidas destruído pelo vento.
 - b. *O prédio teve as suas paredes tidas destruído pelo vento.

Quando o auxiliar perfectivo *ter* aparece antes dos auxiliares passivos, a sentença é gramatical:

- (8)
- a. As paredes do prédio tinham sido destruídas pelo vento.
 - b. O prédio tinha tido as suas paredes destruídas pelo vento.

Da combinação dos dados em (7) com o dado (6e), chegamos a uma conclusão importante sobre a defectividade do auxiliar *ter* formador do perfeito: esse verbo não apresenta nenhuma das formas de particípio passado, nem aquela selecionada para compor o

perfeito, nem aquela selecionada pelos auxiliares passivos (cf. Said Ali 1964, Lobato 1975, Lunguinho 2005).

O dado (8b) é revelador, pois ele nos mostra que estamos lidando, de fato, com duas instâncias diferentes de auxiliares *ter*: o auxiliar perfectivo, que não dispõe de nenhuma das duas formas de particípio passado, e o auxiliar passivo, que apresenta o particípio perfeito.

O contraste presente em (9) nos mostra mais um fato sobre a posição desse verbo na sequência de auxiliares: o de que o auxiliar perfectivo *ter* só é gramatical quando aparece antes do verbo *estar* formador do progressivo. Mudando a ordem, a sequência se torna agramatical:

- (9) a. *O sistema operacional está tendo apresentado muitos problemas.
b. O sistema operacional tem estado apresentando muitos problemas.

No capítulo seguinte, voltaremos a esses dados e veremos que o português brasileiro exibe uma interessante área de variação quanto à aceitabilidade de sentenças como (9a).

3.1.1.3 A inexistência de restrições de seleção

O auxiliar *ter*³³ não impõe nenhum tipo de restrição de seleção quanto à classe sintática do particípio com o qual ele coocorre:

(10) a. O policial tinha prendido os bandidos.	(verbo transitivo direto)
b. A população tem precisado de orientação.	(verbo transitivo indireto)
c. A Maria tinha dado dinheiro aos filhos.	(verbo bitransitivo)
d. Todas as plantas tinham secado.	(verbo inacusativo)
e. Os atletas tinham corrido muito.	(verbo inergativo)
f. A parede tinha ficado nova.	(verbo copulativo)
g. O computador tinha sido consertado.	(verbo auxiliar)

3.1.2 Características do particípio passado perfeito

3.1.2.1 Invariabilidade morfológica

O particípio perfeito apresenta como uma de suas características morfológicas a invariabilidade:

³³ Doravante neste capítulo, usaremos a forma auxiliar *ter* para falar do auxiliar perfectivo.

- (11) a. As crianças tinham comido os chocolates.
b. *As crianças tinham comidas os chocolates.
c. *As crianças tinham comidos os chocolates.

A invariabilidade morfológica a que nos referimos pode ser vista nos exemplos acima, em que, independentemente dos traços- ϕ dos argumentos, o particípio que ocorre no perfeito do português sempre termina pelo segmento /o/. Mais exemplos são dados abaixo:

- (12) a. Nós tínhamos marcado dez pontos na partida.
b. Eu tinha marcado dez pontos na partida.
c. Nós tínhamos marcado um ponto na partida.
d. Eu tinha marcado um ponto na partida.

Esse fato diferencia os particípios perfeitos dos particípios passivos que, como já vimos, concordam em gênero e número com o argumento interno direto do verbo³⁴:

- (13) a. Os chocolates foram comidos pelas crianças.
b. O chocolate foi comido pelas crianças.
c. As frutas foram comidas pelas crianças.
d. A fruta foi comida pelas crianças.

3.1.2.2 Manutenção das propriedades de valoração de Caso

Os particípios perfeitos não interferem nas propriedades de seleção argumental e de valoração de Caso do predicado base. Essa transparência do particípio perfeito às propriedades de seleção e de Caso do predicado base contrasta com o que ocorre com o particípio passivo, que, como vimos (no capítulo 2), aparece associado a uma configuração sintática que se caracteriza por uma alteração no modo como o Caso acusativo é valorado e por uma reorganização dos argumentos na sentença:

- (14) a. O jogador chutou a bola.
b. O jogador tinha chutado a bola.

³⁴ Lembremos que, nas passivas, quando o argumento interno aparece em posição pós-verbal (isto é, após o particípio passado), há a possibilidade de variação na concordância do particípio. A esse respeito, ver a seção 2.2.2 do capítulo 2.

- c. *O jogador foi chutado a bola.
- d. A bola foi chutada (pelo jogador).

O exemplo (14a) é a sentença que contém o que aqui denominamos predicado base, ou seja, uma sentença em que há apenas o verbo temático e seus argumentos, sem auxiliares. Nela, o argumento interno [*a bola*] estabelece *Agree* com v^* , tendo seu traço de Caso valorado como acusativo e é realizado como o objeto. O argumento externo [*o jogador*] tem seu traço de Caso valorado como nominativo via *Agree* com T (após esse núcleo herdar os traços- ϕ de C) e é realizado como o sujeito da sentença.

As operações de valoração em (14b) são as mesmas que ocorrem em (14a), uma vez que as propriedades de seleção argumental e de valoração de Caso do predicado base se mantêm nas sentenças no perfeito.

Nas passivas, o licenciamento dos argumentos não ocorre da mesma maneira que em (14a) e (14b), conforme se nota a partir da agramaticalidade de (14c). Dado que a sentença gramatical é (14d), deve haver alguma diferença no que se refere ao licenciamento dos argumentos em ativas e passivas. Conforme mostramos no capítulo 2, adotando a derivação por *smuggling* proposta por Collins (2005), o que ocorre nas passivas é que elas conservam as propriedades temáticas do predicado base, mas o mecanismo de valoração de Caso Acusativo é diferente³⁵. Em (14d), o argumento externo [*o jogador*] estabelece *Agree* com o núcleo funcional Voice (e não com o v^* , como nas ativas) e tem seu traço de Caso valorado. A seguir, ocorre *smuggling* de AspP, o constituinte que contém o particípio e o argumento interno [*a bola*], para a posição de especificador de VoiceP. Nessa posição, esse argumento escapa do efeito de intervenção defectiva induzido pelo argumento externo e se torna um alvo visível para a sonda T. Ocorre *Agree* entre sonda e alvo e o Caso do argumento [*a bola*] é valorado como nominativo. Da interação da valoração de Caso entre o argumento externo e o núcleo Voice com a operação de *smuggling* resulta a reorganização dos argumentos, que é característica das passivas.

³⁵ Conforme foi apresentado no capítulo 2, na proposta de Collins (2005), as passivas diferem das ativas em um único aspecto: a presença do núcleo funcional Voice nas passivas, frente a sua inexistência nas ativas. A presença/ausência desse núcleo se reflete nas propriedades de v^* (para o autor, apenas v): nas ativas, em cuja Numeração não há Voice, v^* é responsável por introduzir o argumento externo e por valorar o Caso acusativo do objeto; já nas passivas, v^* apenas introduz o argumento externo, ficando a cargo de Voice valorar o Caso do argumento externo.

3.2 Kayne (1993): interligando sentenças possessivas e sentenças no perfeito

Como tratar os auxiliares que aparecem no perfeito? Há, pelo menos, duas respostas a essa pergunta. A primeira delas é analisar esses auxiliares como primitivos gramaticais, ou seja, verbos que existem no Léxico e que de lá são selecionados pelo Sistema Computacional para, juntamente com outros itens, compor uma Numeração cujo resultado será uma configuração sintática que receberá o nome de perfeito.

A segunda resposta é contrária à resposta anterior e, de acordo com ela, os auxiliares que aparecem no perfeito não são primitivos gramaticais, mas um subproduto computacional. Essa é a perspectiva de análise proposta por Kayne (1993) e que será descrita nesta seção.

O ponto de partida dessa análise é o reconhecimento da existência de variação translinguística em relação à escolha do auxiliar usado nas construções não-passivas do tipo [AUX + particípio passado]. Esse fenômeno é conhecido pelo nome de seleção do auxiliar, e é definido como a alternância de auxiliares nos perfeitos ou tempos compostos (cf. MacFadden 2007). Da perspectiva da seleção de auxiliares, as línguas se distribuem em dois grupos: a) línguas que usam sistematicamente apenas uma forma, que vai ser um equivalente de HAVE ou de BE³⁶, e b) línguas que usam as duas formas (HAVE e BE), sendo a escolha de uma ou outra sensível a certas propriedades linguísticas, tais como, estrutura argumental do particípio, traços- ϕ do sujeito, tempo, modo ou aspecto da sentença, entre outras³⁷. A proposta de Kayne vai ser então uma teoria modular sobre a seleção de auxiliares, capaz de explicar como é possível derivar, ora um auxiliar do tipo HAVE, ora um auxiliar do tipo BE, a partir da interação de certas propriedades linguísticas com um esqueleto estrutural uniforme.

3.2.1 A sintaxe das sentenças possessivas

Baseado em uma sugestão de Benveniste (1966), segundo a qual a história do auxiliar perfectivo e a do verbo possessivo devem ser tomadas lado a lado, Kayne inicia sua análise propondo um tratamento para o verbo *have* que ocorre nas sentenças possessivas do inglês.

³⁶ Na descrição dos padrões de seleção de auxiliares, seguiremos MacFadden (2007) e reservaremos as maiúsculas para fazer referência aos dois tipos de auxiliares mais comuns do ponto de vista translinguístico, a saber, HAVE e BE. O itálico vai servir para mostrar instanciações desses verbos nas diferentes línguas. Por exemplo, os verbos auxiliares *ter* (português), *haber* (espanhol), *have* (inglês) são auxiliares do tipo HAVE, ao passo que auxiliares como *essere* (italiano), *être* (francês), *sein* (alemão) são auxiliares do tipo BE.

³⁷ Remetemos o leitor interessado nos fatores que podem influenciar a seleção de auxiliares, bem como para exemplos e análises desse fenômeno, aos seguintes trabalhos: Hoekstra (1984, 1999), Burzio (1986), Vikner & Sprouse (1988), Kayne (1993), den Dikken (1994), Mahajan (1994), Lieber & Baayen (1997), Sorace (2000, 2004), Mateu (2002, 2005), Aranovich (2003, 2007), Bentley & Eythórsson (2003), Washio (2004), Legendre (2007), MacFadden (2007).

Segundo ele, esse tipo de sentença é derivado a partir da estrutura (15), a mesma que Szabolcsi (1981, 1983) propõe para o húngaro³⁸:

Na estrutura que subjaz às sentenças possessivas há uma cópula abstrata (BE) que seleciona um DP cujo núcleo é D°/P_e, um determinante preposicional oblíquo nulo. Esse núcleo nulo seleciona uma projeção AgrP que contém o DP possuidor e o QP/NP possuído.

Para derivar uma sentença possessiva como (16a), primeiramente o possuidor (DP_{POSS}) se move da posição de especificador de AgrP para o especificador do DP cujo núcleo é o D°/P_e. Em seguida, esse DP_{POSS} se move para o especificador da cópula. O que motiva esses movimentos é a necessidade de Caso, uma vez que, segundo Kayne, não há atribuição de Caso na posição de especificador do D°/P_e. A representação a que chegamos é (16b):

- (16) a. John has a sister.
b.

Como o próprio Kayne reconhece, o resultado a que se chega com essa derivação é a sentença *John is a sister*, que não corresponde a uma sentença possessiva. Para o autor, a

³⁸ No seu texto, Kayne não menciona que categoria sintática a cópula BE projeta.

representação (16b) é mal-formada porque há nela uma instância de movimento impróprio. O raciocínio empregado é o seguinte: adotando a ideia de Szabolcsi, acerca do paralelismo entre DP e CP, o especificador de D^0/P_e deve ser tomado como uma posição A-barra e o movimento do DP_{poss} do especificador de D^0/P_e para o especificador de BE configura um movimento impróprio, uma vez que esse constituinte está se movendo de uma posição A-barra para uma posição A. Para salvar a derivação, o núcleo D^0/P_e se incorpora ao verbo BE. Com isso, a posição de especificador de D^0/P_e passa a contar como uma posição-A. Além desse resultado sintático, a incorporação tem um efeito morfológico, pois o complexo [D^0/P_e + BE] é realizado como *have*³⁹. Assim, a representação de (16a) passa a ser (17):

3.2.2 Das sentenças possessivas às sentenças no perfeito

Apresentada a derivação de uma sentença possessiva, Kayne vai passar à análise das sentenças com o auxiliar *have*. Para tanto, ele vai manter que, no esqueleto estrutural dessas sentenças, exista uma cópula BE que seleciona um DP cujo núcleo é D^0/P_e . A diferença está em considerar que, no uso auxiliar de *have*, a constituição interna do DP argumento de BE é mais complexa, pois, nesse caso, esse DP tem natureza participial e está associado a uma estrutura oracional completa, como vemos em (18) a seguir:

³⁹ Nesse ponto, a análise de Kayne (1993) resgata, em linhas gerais, a proposta de Freeze (1992), segundo a qual o verbo *have* é o resultado da incorporação de uma preposição a BE.

É esse o esqueleto estrutural que vai ser usado pelas línguas para a derivação de sentenças na forma [AUX + particípio passado] não-passivas. A seguir, ilustramos como esse esquema vai ser usado para derivar dois tipos de padrões observados: a) o padrão do inglês, em que o único auxiliar usado é *have*, e b) o padrão do italiano, que usa formas equivalentes a HAVE e BE⁴⁰. Começamos pelo padrão do inglês.

3.2.2.1 O padrão do inglês: *have* generalizado

Em inglês, usa-se apenas um auxiliar nas sentenças do perfeito, o verbo *have*:

- (19) a. John has broken the window.
 b. John has slept.
 c. The window has broken.

Na derivação das sentenças (19a) e (19b), com verbo transitivo e inergativo, respectivamente, o DP [*John*], argumento externo do particípio, se desloca em busca de Caso e, nesse trajeto, passa pelo especificador de AgrSP e pelo de D°/P_e. Para evitar o movimento impróprio, esse núcleo se incorpora ao verbo abstrato BE. Ao mesmo tempo em que torna lícito o movimento do DP argumento externo pelo seu especificador, a incorporação de D°/P_e a BE gera o verbo *have*. Abaixo apresentamos a derivação parcial dessas sentenças:

⁴⁰ No seu texto, Kayne analisa outros padrões, mas, para os propósitos deste capítulo, bastam os dois que serão descritos. O leitor interessado na análise dos outros padrões tratados pode consultar o texto de Kayne (1993).

(20)

Para verbos inacusativos, a derivação é a mesma. A única diferença está no fato de que o DP que vai se deslocar é o argumento interno do particípio:

(21)

Assim são derivadas as sentenças no perfeito do inglês e também de línguas com padrão semelhante. O fato de os DPs não usarem o especificador de Agr_oP no seu caminho para o especificador de D^0/P_e se reflete na ausência da concordância de particípio⁴¹.

⁴¹ Ao propor que a concordância de particípio corresponde à projeção Agr_oP , Kayne resgata sua proposta anterior (Kayne 1985, 1989), segundo a qual a concordância de particípio corresponde a uma projeção Agr .

Descrito o padrão de uma língua com HAVE generalizado, passemos a descrever o padrão característico do italiano.

3.2.2.2 O padrão do italiano: a seleção de auxiliares HAVE e BE

Em italiano, empregam-se os dois tipos de auxiliares, um de tipo HAVE (*avere*) e um de tipo BE (*essere*):

(22) a. Maria ha / *é comprato i libri.

b. *Maria ha comprata i libri.

‘A Maria comprou os livros’

Literalmente: ‘A Maria há comprado os livros’

c. Maria ha / *é dormito.

d. *Maria ha dormita.

‘A Maria dormiu’

Literalmente: ‘A Maria há dormido’

e. Maria *ha / è arrivata.

f. *Maria è arrivato.

‘A Maria chegou’

Literalmente: ‘A Maria é chegada’

(Kayne 1993: 11, 12, 19)

Pelos dados acima, podemos notar que a distribuição dos auxiliares é dependente de informações do predicado: o verbo *avere* é reservado para verbos transitivos e inergativos e o verbo *essere* é usado com verbos inacusativos. Além disso, o particípio dos verbos transitivos e inergativos não apresenta concordância com o sujeito, ao contrário do particípio de verbos inacusativos, que apresenta concordância com o seu sujeito.

Descritos os padrões do italiano, vejamos como a estrutura proposta será explorada a fim de derivá-los. Começamos com as sentenças com verbos transitivos e inergativos. A derivação dessas sentenças é idêntica à derivação das sentenças do inglês: o argumento externo se move de sua posição temática, passa pelo especificador de Agr_SP e depois se move para o especificador de D⁰/P_e. Como esse DP não utiliza o especificador de Agr_OP, a concordância de particípio não é ativada:

(23)

Para as sentenças com verbos inacusativos, Kayne vai propor que elas envolvam uma estrutura em que o verbo BE seleciona diretamente um Agr_oP participial. O autor motiva essa estrutura argumentando que uma projeção Agr_sP não pode funcionar como argumento de um predicado superior, daí a necessidade do núcleo D°/P_e. Como predicados inacusativos não precisam estar associados Agr_sP, não existe necessidade do núcleo D°/P_e. Assim, a derivação de (22e) tem o movimento do argumento interno [*Maria*] passando pelo especificador de Agr_oP. Por ter sido ativado o especificador dessa categoria, o resultado é a manifestação morfológica da concordância com o particípio passado. Além disso, como não há D°/P_e, não há como se formar o verbo *avere*, sendo *essere* o verbo usado nesse caso⁴²:

(24)

Concluindo esta seção, na proposta de Kayne (1993), o verbo HAVE não é um primitivo, mas o resultado de uma manobra computacional em que o determinante

⁴² Cocchi (1994) apresenta uma análise alternativa para os inacusativos do italiano que mantém o núcleo D°/P_e na sua derivação.

preposicional nulo D^0/P_e se incorpora ao verbo BE, incorporação essa motivada pela necessidade de evitar um movimento impróprio. Nessa perspectiva, o uso auxiliar do verbo HAVE é o resultado da combinação do D^0/P_e com uma subestrutura verbal/participial.

Apresentada a proposta decomposicional de Kayne para o verbo HAVE, podemos passar a apresentar a nossa proposta para o verbo auxiliar perfectivo *ter* e para a sintaxe de seu complemento não finito.

3.3 A sintaxe do perfeito em português

Nesta seção, apresentamos a nossa proposta de análise para o perfeito do português, isto é, para as sequências formadas a partir do verbo *ter* mais um particípio passado não-flexionado. A análise a ser apresentada para o auxiliar perfectivo *ter* se inspira na proposta de Kayne (1993), segundo a qual auxiliares de tipo HAVE não são primitivos sintáticos. Assim, a ideia a ser defendida é a de que o auxiliar perfectivo *ter* não é um primitivo, mas o produto da incorporação dos traços associados a um verbo auxiliar abstrato, aos de uma preposição. Para a sintaxe do domínio não-finito, assumimos que ele é uma projeção AspP que se localiza em uma posição externa ao domínio temático. Apresentada essa caracterização do particípio perfectivo, procedemos a uma comparação de sua sintaxe com a sintaxe do particípio passivo, com vistas a mostrar que eles correspondem a dois tipos diferentes de particípios.

3.3.1 Decompondo o auxiliar perfectivo *ter*: $v_{AUX} + P_{DEPOIS}$

Para a análise do auxiliar formador do perfeito *ter*, seguimos a linha de investigação proposta por Kayne (1993) e adotamos a ideia de que a estrutura dos perfeitos é composta por três elementos: um verbo auxiliar abstrato, uma categoria abstrata e um domínio participial. Além disso, adotamos como hipótese de trabalho que o auxiliar perfectivo é um verbo derivado no Componente Computacional a partir da incorporação dos traços associados a essa categoria abstrata aos traços do verbo auxiliar abstrato, que aqui representaremos por v_{AUX} . No componente morfológico da gramática, esse conjunto vai receber a forma equivalente a *ter*.

Antes de apresentar as características dessa categoria que se incorpora a v_{AUX} , convém ressaltar que há, na literatura, várias posições acerca da sua natureza sintática. Abaixo, esquematizamos algumas das análises propostas:

(25)

Na análise a ser desenvolvida, assumiremos que a categoria que se combina com v_{AUX} e que deriva o verbo auxiliar perfectivo *ter* é de natureza preposicional. Assim, estamos de acordo com Kayne (1993), Kempchinsky (1996), Torrego (2002) e Larsson (2009), sobre a natureza sintática dessa categoria. Ainda assumimos, em concordância com Watanabe (1996) e Torrego (2002), que essa categoria tem importe semântico relacionado com a expressão do aspecto.

Como v_{AUX} é um conjunto de traços abstratos, desprovido de conteúdo semântico próprio, propomos que a semântica associada ao auxiliar perfectivo *ter* seja derivada das propriedades dessa preposição abstrata cujos traços se combinam com os desse auxiliar abstrato. Mas quais são as propriedades desse núcleo P que estão na base da formação do verbo auxiliar perfectivo *ter*? É o que passamos a motivar a partir de agora.

Para motivar o papel do componente preposicional na estrutura de *ter*, vejamos como se caracterizam as sentenças no perfeito do ponto de vista das relações temporais que elas estabelecem. Para tanto, voltamos a explorar essas relações dentro do sistema de representações espaço-temporais proposto por Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997, 2000, 2002, 2005).

Para as autoras, o perfeito do inglês (isto é, a combinação de *have-V_{ed}*) está relacionado à projeção AspP e corresponde a um predicado espaço-temporal que significa DEPOIS. Por ser uma das realizações de Asp, seu papel é estabelecer uma relação entre o momento da asserção e o momento do evento: momento da asserção (AST-T) se localiza DEPOIS do momento do evento (EV-T). Sob essa ótica, a sentença no perfeito (26a) recebe a representação (26b):

(26) a. A Maria tinha almoçado.

Nessa sentença, a contribuição de Asp é o perfeito que, como vimos, vai ordenar o AST-T DEPOIS do EV-T:

A representação em (27) nos mostra que o evento [*a Maria almoçar*] aconteceu/se completou em um momento anterior ao momento da referência (AST-T).

A contribuição do núcleo T vai ser o pretérito imperfeito que, sendo um tipo de passado, também vai ter o papel de ordenar momentos temporais. Nesse caso, o ordenamento vai envolver o tempo da enunciação UT-T em relação ao AST-T. Como se trata de passado, a sua semântica também corresponde a DEPOIS. Dessa maneira, em sentenças no passado, o momento da enunciação (UT-T) se localiza depois do AST-T, como podemos ver na ilustração completa a seguir:

Observando a representação (28), outra semelhança emerge: o perfeito e o passado se comportam da mesma forma em relação ao seu papel, pois ambos ordenam intervalos de tempo, estabelecendo entre eles uma relação de posterioridade, DEPOIS.

Apresentada essa análise do perfeito, estamos em condição de discutir a contribuição do componente P que entra na estrutura do auxiliar perfectivo *ter*.

Levando em consideração a afirmação de Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997, 2000, 2002) de que o perfeito corresponde a um núcleo com significado de DEPOIS, vamos

adotar a hipótese de que esse significado provém da preposição abstrata que propomos fazer parte da estrutura do perfeito. Essa preposição tem natureza aspectual e significa DEPOIS, P_{DEPOIS} . O auxiliar perfectivo *ter* é o resultado da incorporação dos traços dessa preposição abstrata aos traços de v_{AUX} , conforme se ilustra abaixo (na representação, omitimos o AST-T e o EV-T):

Adotar tal proposta leva a uma rediscussão do papel do auxiliar *ter* no perfeito. Em vez de ser visto como um auxiliar vazio de significado, cujo papel é apenas o de ser suporte de morfemas gramaticais, esse auxiliar passa a ter uma função aspectual no perfeito: localizar o AST-T DEPOIS do EV-T. Em outras palavras, é como se o verbo *ter*, nesses casos, funcionasse como um verbo específico para marcar um tipo de passado ou anterioridade.

Essa análise para o verbo auxiliar *ter* apresenta pontos de contato com propostas anteriores. Por exemplo, ela se aproxima das propostas de McCawley (1971) e Schachter (1983), que tratam o auxiliar *have* do inglês como um verbo associado ao significado de passado⁴³. Resgata ainda a proposta de Ferreira (2009), para quem o auxiliar perfectivo *ter* do português brasileiro é um verbo funcional que realiza o núcleo T(passado) da hierarquia funcional de Cinque (1999, 2006). Além disso, a proposta aqui apresentada se aproxima da análise que Martin (1975, 1976) oferece para o verbo auxiliar *ter* do português como a realização de um traço de [anterioridade] e da proposta de McFadden & Alexiadou (2010), que analisam o auxiliar *have* do inglês como a realização de um núcleo Perf, associado à semântica de anterioridade. Na proposta aqui apresentada, é tornado claro o lugar de onde provém essa semântica de passado ou anterioridade que se associa ao auxiliar *ter*: ela é fruto da presença da preposição P_{DEPOIS} (um dos componentes do perfeito), que se incorpora ao auxiliar abstrato v_{AUX} , derivando, assim, o auxiliar perfectivo *ter*.

⁴³ Para McCawley (1971), o verbo auxiliar *have*, no perfeito, é a realização de um morfema subjacente de passado. Já para Schachter (1983), esse auxiliar tem como função primária marcar que o seu complemento (o participípio passado) encontra-se em um passado relativo a um dado ponto no tempo.

Apresentada a motivação semântica para a existência de P_{DEPOIS} na estrutura do auxiliar *ter*, passamos a apresentar evidências em favor da presença de uma preposição na constituição do perfeito e em favor da sua incorporação a um auxiliar abstrato para a formação do auxiliar perfectivo *ter*.

3.3.1.2 Evidências em favor da postulação de P_{DEPOIS} na estrutura do perfeito

Nesta seção apontamos três evidências em favor da presença do núcleo preposicional na estrutura do perfeito. A primeira fonte de evidência vem do galês, língua em que a preposição não se incorpora ao verbo abstrato e, conseqüentemente, o perfeito se realiza como uma sequência de um verbo BE mais uma preposição/marcador aspectual. A segunda vem do hiberno-inglês, variedade de inglês que exhibe incorporação e não-incorporação na construção dos seus tipos de perfeito. Juntos, esses dois conjuntos de dados fornecem apoio tanto para a hipótese de que existe um componente preposicional nos perfeitos, como para sua identificação como uma preposição de tipo P_{DEPOIS} . A terceira fonte de evidência que apresento vem da comparação dos paradigmas morfológicos dos auxiliares perfectivos com os paradigmas dos verbos possessivos. Assumindo que esses dois tipos de verbos são derivados computacionalmente, diferenças morfológicas entre eles refletem diferenças sintáticas, em termos dos componentes que entram na constituição de cada um desses verbos.

3.3.1.2.1 Parametrizando a incorporação: as realizações de P

Nesta seção, argumentamos em favor da hipótese de existir uma preposição na composição do perfeito. Apresentaremos dados de duas línguas que vão servir para mostrar que, no perfeito, a incorporação dessa preposição a um verbo abstrato é parametrizável. Essa situação é ilustrada com dados do galês, língua que não apresenta a possibilidade de incorporação, e com dados do hiberno-inglês, língua que exhibe um padrão misto, havendo incorporação e não-incorporação, a depender da semântica associada ao perfeito.

3.3.1.2.1.1 O galês e a preposição/partícula aspectual

O galês é uma língua que se comporta de maneira oposta ao português no que se refere à incorporação da preposição ao verbo abstrato. Segundo Roberts (2005), para a formação do perfeito nessa língua não se emprega um verbo auxiliar de tipo HAVE⁴⁴. O perfeito em galês

⁴⁴ Embora não use um verbo do tipo HAVE para formar perfeitos, Roberts (2005: 178, nota 10) mostra que o galês utiliza o auxiliar *cael* (traduzido como *get*, um auxiliar de tipo HAVE) para a formação de passivas perifrásticas:

se constrói com o verbo *bod* (*ser*), uma preposição/partícula aspectual *wedi* e um particípio, como vemos em (30a), cuja representação simplificada é dada em (30b):

(30) a. Mae Megan wedi gweld Iolo.

é Megan ASP ver-PART Iolo

‘Megan viu Iolo’

(Roberts 2005: 101)

Para Roberts (2005), a preposição/partícula aspectual usada nos perfeitos do galês corresponde à preposição que Kayne (1993) propõe em sua análise. A diferença entre elas reside no fato de a preposição utilizada em galês não ser abstrata e nem permitir incorporação.

Observando o dado do galês e comparando-o com o que ocorre em línguas em que se dá a incorporação, poderíamos tentar relacionar a incorporação da preposição à sua natureza: quando a preposição presente no perfeito for abstrata, haverá incorporação, resultando em um auxiliar de tipo HAVE, quando essa preposição não for abstrata, não haverá incorporação e o auxiliar usado será de tipo BE. Na seção seguinte, trazemos dados do hiberno-inglês, que se comportam como evidências contrárias a essa correlação da incorporação à natureza (abstrata ou não) da preposição, além de darem suporte a nossa proposta de que a preposição que se incorpora aos traços do auxiliar abstrato v_{AUX} para formar o verbo auxiliar *ter* do português é P_{DEPOIS} .

(i) cafodd y dyn ei ladd gan y plismon
foi ('got') o homem sua morte por o policial
‘O homem foi morto pelo policial’

Roberts (2005: 178,

nota 10)

Para o autor, é possível que as passivas perifrásticas do galês ilustrem um caso em que AspP seja a projeção de uma preposição abstrata que se incorpora ao auxiliar, gerando o verbo *cael*.

3.3.1.2.1.2 O hiberno-inglês e as estruturas do perfeito

O hiberno-inglês, variedade de inglês falada na Irlanda, apresenta um padrão peculiar de perfeitos: há três maneiras de construir uma sentença no perfeito, a depender do significado que se queira veicular.

Como a sintaxe dos perfeitos em hiberno-inglês tem a ver com a leitura que eles vão ter, começaremos a apresentação mostrando a que tipos de leituras os perfeitos podem estar associados.

No inglês padrão, o *present perfect* pode receber quatro leituras: perfeito experiencial, perfeito de resultado, perfeito de passado recente e perfeito universal (cf. McCawley 1971, Comrie 1976, Binnick 1991, Iatridou, Anagnostopoulou & Izvorsky 2001)⁴⁵:

- (31) a. I have read *Principia Mathematica* five times. (perfeito experiencial)
 ‘Eu li *Principia Mathematica* cinco vezes’
- b. I have lost my glasses. (perfeito de resultado)
 ‘Eu perdi meus óculos’
- c. I have just read *The Order of the Phoenix*. (perfeito de passado recente)
 ‘Eu acabei de ler *A ordem da Fênix*’
- d. I have been sick continuously since 1990. (perfeito universal)
 ‘Eu tenho estado doente desde 1990’

O perfeito experiencial relata um tipo de experiência que o sujeito vivenciou, como na sentença (31a), em que se afirma que o sujeito teve a experiência de ler os *Principia Mathematica* cinco vezes. O perfeito de resultado, por sua vez, descreve um estado do sujeito no momento presente, como em (31b), em que se relata que o sujeito se encontra no estado de estar com seus óculos perdidos⁴⁶. Já o perfeito de passado recente é usado para descrever eventos que acabaram de acontecer, como em (31c), em que temos a informação de que o

⁴⁵ Os exemplos (31a) e (31b) foram extraídos de Iatridou, Anagnostopoulou & Izvorsky (2001: 155-156) e os exemplos (31c) e (31d) foram retirados de Cottell (2003: 2-3).

⁴⁶ A sentença (32b) só vai ser interpretada como um perfeito de resultado se, no momento de sua enunciação, os óculos ainda estiverem perdidos. Se ela for usada em um momento em que os óculos não estão mais perdidos, corresponderá a um perfeito experiencial.

sujeito acabou de ler *A Ordem da Fênix*. Por fim, o perfeito universal descreve uma situação que tem seu ponto inicial em algum momento do passado e se estende até o presente, como se verifica em (31d), em que se tem a informação de que o estado de estar doente começou no passado (desde 1990) e se estende até o momento presente.

Apresentadas as possíveis interpretações associadas ao *present perfect* do inglês padrão, vejamos como essas quatro interpretações se realizam em hiberno-inglês (os dados foram extraídos de Cottell 2003):

- (32) a. I have read *The Goblet of Fire* twice. (perfeito experiencial)
 ‘Eu li *O Cálice de Fogo* duas vezes’
- b. I have lost my glasses. (perfeito de resultado)
 ‘Eu perdi meus óculos’
- c. I am (just) after reading *The Order of the Phoenix*. (perfeito de passado recente)
 ‘Eu acabei de ler *A Ordem da Fênix*’
 Literalmente: ‘Eu sou/estou (já) depois de ler *A Ordem da Fênix*’
- d. I’m sick continuously since 1990. (perfeito universal)
 ‘Eu tenho estado doente continuamente desde 1990’
 Literalmente: ‘Eu estou continuamente doente desde 1990’

Embora não haja diferenças entre as interpretações dos quatro tipos de perfeito no inglês padrão e no hiberno-inglês, há diferenças notáveis na sua constituição sintática: enquanto o inglês padrão generaliza a estrutura *have* + particípio passado para todos os tipos de perfeito, o hiberno-inglês apresenta três estruturas para o perfeito, cada uma delas relacionada a uma interpretação, como podemos ver abaixo:

- (33) Variação na expressão do perfeito: inglês padrão e hiberno-inglês

Perfeito: interpretações	Inglês padrão	Hiberno-inglês
<i>Perfeito existencial</i>	<i>have</i> – particípio	<i>have</i> – particípio
<i>Perfeito de resultado</i>		
<i>Perfeito de passado recente</i>		<i>be</i> – <i>after</i>
<i>Perfeito universal</i>		<i>be</i>

Diante desse contraste entre as duas variedades, uma pergunta surge: já que hiberno-inglês tem a possibilidade de formar um tipo de perfeito usando o verbo *have*, porque essa língua evita a criação desse auxiliar no perfeito de passado recente e no perfeito universal?

Para responder a essa pergunta, Cottell (2003) vai propor que nos perfeitos exista um núcleo Asp que pode ou não se incorporar ao arquiauxiliar BE: quando houver a incorporação, o verbo *have* aparecerá e, quando não houver, aparecerá o verbo *be*. Nessa perspectiva, a incorporação vai depender das propriedades lexicais dos itens que projetam esse núcleo aspectual. Em inglês padrão, sempre há incorporação de Asp a BE, resultando em *have* generalizado, mas em hiberno-inglês não necessariamente. No perfeito existencial e no perfeito de resultado, esse núcleo se incorpora a BE, formando o auxiliar *have*. No perfeito de passado recente não existe incorporação e, em sua sintaxe, as duas peças são realizadas independentemente como o verbo *be* e o núcleo aspectual realizado pela preposição *after*. O dado interessante vem do perfeito universal que, devido à correspondência de sentido com o perfeito universal do inglês padrão, vai ser analisado como um caso em que existe o verbo BE e uma preposição abstrata que não se incorpora a esse verbo. As possibilidades de formação de sentenças no perfeito nessas duas gramáticas são ilustradas abaixo:

(34) Inglês padrão

Todos os tipos de perfeito: núcleo aspectual abstrato que se incorpora a BE

Estrutura: *have* + particípio passado

(35) Hiberno-inglês

a. Perfeito existencial e de resultado: núcleo aspectual abstrato que se incorpora a BE

Estrutura: *have* + particípio passado

b. Perfeito de passado recente: núcleo aspectual *after* que não se incorpora a BE

Estrutura: *be* + *after* + gerúndio

c. Perfeito universal: núcleo aspectual abstrato que não se incorpora a BE

Estrutura: *be* + $\emptyset$ + predicado estativo

Os fatos do hiberno-inglês nos mostram que três núcleos podem ocupar a posição de Asp e que as propriedades lexicais desses núcleos definem a sintaxe e a semântica de cada um dos tipos de perfeito dessa língua. Ou seja, na mesma língua se verifica a possibilidade e a

impossibilidade de incorporação. Esses dados, além de darem apoio a postulação da presença de um núcleo preposicional na estrutura do perfeito, fornecem uma evidência (indireta) para a identificação do conteúdo desse núcleo que pode ou não se incorporar a BE para gerar auxiliares de tipo HAVE, trata-se de uma preposição P_{DEPOIS} .

3.3.1.2.2 Reflexos morfológicos

Torrego (2002) sugere que diferenças morfológicas entre o auxiliar perfectivo e o verbo possessivo podem estar relacionadas às características das preposições que entram na composição de cada um desses verbos. Adotaremos essa sugestão como verdadeira e, nesta seção, contrastamos os paradigmas dos dois tipos de verbos em algumas línguas, tomando as diferenças morfológicas identificadas como reflexos de diferenças na constituição dos verbos auxiliares perfectivos e verbos possessivos.

Em romeno, o verbo *a avea* pode ser usado tanto como auxiliar perfectivo (integrando as construções conhecidas como *perfect compus*) quanto como verbo possessivo. Apesar dessa semelhança, há diferenças entre os dois usos desse verbo que se refletem em seus paradigmas (cf. Dobrovie-Sorin 1993, Avram 1994, 1998), como podemos ver abaixo:

(36) Paradigmas morfológicos do verbo *a avea* (Avram 1998: 66-67)

Verbo <i>a avea</i>			
<i>Número</i>	<i>Pessoa</i>	Verbo auxiliar (<i>perfect compus</i>)	Verbo possessivo
Singular	1	<i>am</i>	<i>am</i>
	2	<i>ai</i>	<i>ai</i>
	3	<i>a</i>	<i>are</i>
Plural	1	<i>am</i>	<i>avem</i>
	2	<i>ați</i>	<i>aveți</i>
	3	<i>au</i>	<i>au</i>

Seguindo Torrego (2002), podemos dizer que esses fatos morfológicos podem ser tomados como expressão de diferentes elementos constitutivos do verbo *a avea*: esse verbo aparece em diferentes paradigmas, a depender do tipo de preposição que se incorpora ao verbo abstrato para gerar um verbo possessivo ou um auxiliar.

A mesma linha de raciocínio que foi empregada para o caso do verbo romeno *a avea*, pode ser usada para entender os dados do inglês e do português. Da mesma forma que em romeno, nessas línguas, o verbo possessivo e o auxiliar perfectivo têm a mesma forma (*have* em inglês e *ter* em português), mas apresentam paradigmas diferentes, sendo o auxiliar

caracterizado por um paradigma defectivo. Em inglês, por exemplo, o auxiliar *have* não possui a forma do particípio passado (cf. Baker 1981), diferentemente do verbo possessivo:

- (37) a. *John has had written the book.
 Literalmente: ‘John tem tido escrito o livro’
 b. John has had a beautiful car.
 ‘John teve um carro bonito’

Em português, o auxiliar *ter* não possui nem o pretérito perfeito nem o particípio passado perfeito, contrastando assim com o verbo possessivo⁴⁷:

- (38) a. *A Maria teve lido o livro⁴⁸.
 b. A Maria teve coragem para dizer a verdade.
 c. *A Maria tinha tido lido o livro.
 d. A Maria tinha tido coragem para dizer a verdade.

Os fatos do português confirmam a sugestão de Torrego. Vejamos de que maneira. Estudando as sentenças possessivas do português brasileiro, Avelar (2009a,b) propõe que o verbo possessivo *ter* é a realização de um complexo que envolve os traços associados à copula *estar* mais os traços de uma preposição comitativa. Comparando a análise de Avelar com a nossa análise, chegamos ao resultado abaixo:

- (39) a. verbo auxiliar perfectivo: [$v_{AUX} + P_{DEPOIS}$]
 b. verbo possessivo: [$v_{estar} + P_{COM}$]

Conforme ilustrado em (39), os dois verbos correspondem a estruturas de traços completamente distintas tanto em relação ao tipo da preposição quanto em relação ao componente verbal presente. Nesse caso, essa diferente estrutura de traços se revela nos diferentes paradigmas morfológicos exibidos por esses verbos.

⁴⁷ Uma explicação para o fato de o auxiliar perfectivo *ter* não apresentar o pretérito perfeito nem o particípio passado no seu paradigma poderia estar relacionada a algum tipo de incompatibilidade entre a preposição P_{DEPOIS} e o traço aspectual [perfectivo] que está presente na estrutura dessas formas. Não discutiremos as origens da defectividade morfológica de *ter*, mas deixamos aqui essa sugestão como uma possível perspectiva de investigação futura.

⁴⁸ Medeiros (2008: 83-85) oferece uma proposta de explicação para esse tipo de agramaticalidade.

O espanhol ilustra um caso excepcional em relação aos reflexos morfológicos da preposição incorporada ao verbo abstrato BE para gerar o auxiliar ou o verbo possessivo. Nessa língua, a distinção chega ao extremo de realizar as diferentes composições de traços por meio de itens lexicais totalmente diferentes: o auxiliar perfectivo é o verbo *haber* e o verbo possessivo é *tener*:

(40) a. Te he preparado la cena.

‘Eu preparei o jantar para você’

Literalmente: ‘Te hei/tenho preparado o jantar’

b. Homer tiene un buen trabajo.

‘Homer tem um bom trabalho’

(Castillo 1998: 160)

As diferenças morfológicas vistas acima podem ser entendidas como o reflexo da presença de diferentes categorias abstratas na estrutura dos diferentes tipos de HAVE: um tipo que gera o verbo possessivo e um outro que deriva o auxiliar, que argumentamos ser P_{DEPOIS} no português.

3.3.1.2.3 Síntese

À luz do exposto nesta seção, podemos concluir que é plausível propor que exista uma preposição na estrutura sintática das sentenças no perfeito. Os dados do galês fornecem evidência para essa proposta, uma vez que nessa língua, a preposição se realiza abertamente como um tipo de preposição/marcador aspectual *wedi* e o auxiliar usado é *bod* (um auxiliar de tipo BE).

Os dados do hiberno-inglês são reveladores à medida que ilustram os dois processos na mesma língua: a incorporação (na construção dos perfeitos existencial e de resultado) e a não-incorporação (nos perfeitos de passado recente e de resultado). Além disso, a maneira que o hiberno-inglês usa para construir perfeitos de passado recente pode ser pensada como o extremo oposto do que acontece em português: enquanto o português ativa a incorporação generalizada de P_{DEPOIS} aos traços de v_{AUX} , gerando o auxiliar perfectivo *ter*, o hiberno-inglês não a ativa e gera perfeitos de passado recente com a forma *be + after*. Essa preposição nada mais é do que o equivalente aberto de P_{DEPOIS} , que propomos estar presente na estrutura do auxiliar perfectivo *ter* do português.

Nesse cenário, os dados de línguas como romeno, inglês, português e espanhol serviram para evidenciar que, mesmo havendo incorporação, essa preposição está ativa e é

possível detectar os efeitos de sua presença a partir da comparação dos paradigmas morfológicos dos auxiliares perfectivos com os paradigmas dos verbos possessivos.

Apresentada a estrutura que subjaz ao auxiliar perfectivo *ter*, passamos agora a analisar a sintaxe do domínio participial que esse verbo seleciona.

3.3.3 A sintaxe do domínio participial

Sabemos que o auxiliar perfectivo *ter* seleciona um particípio passado. A questão agora é saber como formalizar as relações entre esse verbo e o seu complemento de natureza verbal, bem como a natureza sintática desse domínio. Começemos com as relações entre o particípio e o auxiliar.

Pela proposta apresentada neste capítulo, o perfeito é o resultado da articulação de três componentes (o domínio participial, a preposição P_{DEPOIS} e o auxiliar abstrato v_{AUX}) que interagem da seguinte forma: P_{DEPOIS} seleciona uma projeção verbal não-finita (XP) a qual atribui um traço aspectual [perfectivo], que vai ser realizado no componente morfológico pelo particípio passado e, na interface conceito-intensional, vai equivaler a uma eventualidade concluída⁴⁹.

O auxiliar abstrato v_{AUX} vai trazer para a derivação o traço [uV] que vai exigir que o seu complemento seja uma projeção verbal ou contenha uma projeção verbal. No caso do auxiliar perfectivo, o complemento desse auxiliar vai necessariamente conter uma projeção verbal para valorar o seu traço [uV]. Dizemos que o complemento vai “conter a projeção verbal” e não “ser uma projeção verbal”, porque no que se refere às relações de seleção, o auxiliar seleciona a projeção de P_{DEPOIS} e essa preposição seleciona uma projeção verbal não-finita (XP), como ilustramos abaixo:

⁴⁹ Estamos usando o termo eventualidade no sentido de Bach como um termo geral que engloba todas as classes de predicados.

Com o raciocínio acima, chegamos a uma proposta unificada para o licenciamento das formas não-finitas no progressivo e no perfeito. No progressivo, a forma selecionada tem o traço [imperfectivo], e, no perfeito, esse traço é [perfectivo], como vimos acima.

3.3.3.1 O particípio como uma projeção AspP

No estudo dos tempos compostos, há duas propostas para a descrição da natureza sintática do domínio participial: há aqueles trabalhos que assumem ser o particípio uma projeção associada a um TP (Kayne 1993, Tortora 1994, Cowper 1995, Âmbar 1998, 1999, Julien 2001) e há trabalhos que assumem que esse domínio é estruturalmente menor, pois se trata de uma projeção AspP ou PartP (Gonçalves 2001, Corso 2002, Rech 2009). Nesta seção, avaliamos qual das duas propostas é a mais adequada para os dados do português brasileiro.

Uma primeira característica dos perfeitos é a impossibilidade de termos adjuntos adverbiais com valores temporais diferentes, cada um associado a um verbo, como nos exemplos abaixo (extraídos de Gonçalves 2001: 48):

- (42) a. Os jornalistas, anteontem, tinham divulgado a fotografia do culpado.
b. *Os jornalistas, anteontem, tinham divulgado a fotografia do culpado, ontem.

A impossibilidade de modificarmos o domínio do auxiliar e o domínio participial por meio de advérbios com valores temporais diferentes aponta para duas possíveis interpretações: a) há dois domínios temporais e a interpretação temporal do domínio não-finito é dependente do domínio matriz, ou b) não há dois domínios temporais. O que os dados acima mostram com certeza é que existe, pelo menos, um domínio temporal nas sentenças no perfeito.

Avaliemos a primeira das interpretações acima. Assumindo que os particípios perfeitos são a projeção de um TP cuja interpretação temporal é dependente da interpretação temporal do domínio matriz, poderíamos imaginar que essa característica, associada a outras propriedades desse TP encaixado, levaria à formação de um predicado complexo (cf. Wurmbrand 1998, 2001; Gonçalves 1999). Essa previsão pode ser testada com base em um dos diagnósticos de formação de predicado complexo: a subida de clítico.

Como sabemos, o que caracteriza a subida de clítico é o fato de o clítico ser selecionado tematicamente por um verbo em um domínio sintático inferior, mas aparecer cliticizado junto a um outro verbo em um domínio superior. É o que se observa no perfeito do português europeu:

- (43) a. O João não me tem contado o que se passa na escola.
b. *O João não tem contado-me o que se passa na escola. (Gonçalves 2001: 46)

Esse não é o caso do português brasileiro, que apresenta o padrão oposto:

- (44) a. *O João não me tem contado o que se passa na escola.
b. O João não tem me contado o que se passa na escola.

No português brasileiro, o clítico não se anexa ao auxiliar *ter* nas sentenças no perfeito. Nessas sentenças, ele aparece proclítico ao verbo temático (Pagotto 1993, Abaurre & Galves 1996, Galves 2001, Kanthack 2002, Duarte, Matos & Gonçalves 2005, Galves, Torres Morais & Ribeiro 2005). Em outras palavras, nas sentenças com o auxiliar perfectivo, não há formação de predicado complexo em português brasileiro, o que enfraquece a análise segundo a qual o particípio corresponderia a um TP (temporalmente dependente do TP matriz)⁵⁰.

Um outro argumento contra a caracterização do domínio participial no perfeito como um domínio TP vem da impossibilidade de negação no domínio encaixado (Gonçalves 1992, 1996; Pires 1996):

- (45) a. A Maria tinha comido o chocolate.
b. A Maria não tinha comido o chocolate.
c. *A Maria tinha não comido o chocolate.
d. *A Maria não tinha não comido o chocolate.

Como vemos, as sentenças no perfeito admitem apenas uma posição para a negação sentencial e ela se refere ao auxiliar *ter*, que, nos exemplos acima, é o verbo que se desloca para T. Esses fatos podem ser interpretados se assumimos com Zanutinni (1996) e Gonçalves (1996, 1999, 2001) que a presença da negação sentencial é dependente da presença de um

⁵⁰ Sobre a perda da possibilidade de formação de predicados complexos em português brasileiro, ver Cyrino (2010a,b) e Reis (2011). Além disso, Pagotto (1991, 1993) e Cyrino (1993, 1994) traçam a história da perda da subida de clítico no português brasileiro. Para análise da subida de clíticos no português europeu, consultar Torres Morais (1993, 1995), que enfoca o português clássico e o português europeu moderno, e de Andrade (2010), que estuda o fenômeno do século XVI ao século XX nessa variedade.

núcleo T ativo na derivação. Como não há um T (ativo) no domínio participial, segue-se a impossibilidade de uma negação sentencial afetando esse participípio⁵¹.

Com isso, concluímos que o participípio é a projeção de uma categoria mais baixa que um TP. Assumiremos que se trata de uma projeção aspectual. Em conformidade com o que estamos propondo para a estrutura do perfeito, essa projeção aspectual é selecionada como o complemento de P_{DEPOIS}. Adotar a visão de que o domínio participial é uma projeção de AspP está de acordo com os fatos apresentados acima:

- a) não há a possibilidade de dois advérbios temporais com valores temporais distintos, uma vez que há apenas um domínio temporal na sentença;
- b) não há subida de clíticos porque o português brasileiro não mais instancia esse tipo de operação; a posição para a qual o clítico se desloca nas sentenças com o verbo auxiliar *ter* vai ser uma posição mais baixa que aquela ocupada pelo auxiliar e
- c) a impossibilidade de duas posições para negação sentencial é consequência da inexistência da projeção de um T (ativo) no domínio participial.

Uma vez definida a categoria sintática do participípio passado perfectivo, passamos agora a determinar a sua posição exata na derivação. Para tanto, voltaremos a uma característica do participípio passado perfectivo: o fato de ele poder pertencer a qualquer classe de verbos, como vemos abaixo:

(46)	a. O cachorro tinha mordido a Maria.	(verbo transitivo)
	b. A mulher tinha gritado muito.	(verbo inergativo)
	c. As cartas têm chegado tarde.	(verbo inacusativo)
	d. A porta tinha permanecido fechada.	(verbo copulativo)
	e. Esse tipo de doença tem sido combatido.	(verbo auxiliar)

Além disso, recordemos que o participípio perfectivo não altera as propriedades de seleção e de valoração de Caso do predicado base. A partir dessas observações, propomos que o AspP que corresponde ao participípio passado perfeito domina a projeção que define os

⁵¹ O participípio passado perfectivo pode ser negado, mas nesse caso estamos lidando com a negação de constituinte e não a negação sentencial:

(i) A Luísa tinha não comido o chocolate, mas escondido para o irmão não ver.

papéis temáticos da sentença, representada como XP abaixo (um rótulo que serve para abarcar qualquer classe verbal):

Com essa proposta, concluímos a análise sintática do perfeito. Em resumo, na análise aqui apresentada, tratamos o perfeito como uma configuração composta por três componentes: um verbo auxiliar abstrato v_{AUX} , uma preposição abstrata P_{DEPOIS} e uma projeção verbal. O auxiliar *ter* foi tratado como o resultado da incorporação dessa preposição abstrata P_{DEPOIS} com o verbo auxiliar abstrato v_{AUX} . O domínio não-finito foi analisado como uma projeção AspP cujo traço aspectual é valorado como [perfectivo] pela preposição P_{DEPOIS} . No componente morfológico, o complexo de traços [$P_{DEPOIS} + v_{AUX}$] vai receber a forma *ter* e o traço [perfectivo] associado ao verbo vai ser realizado pelo particípio passado. Com essa proposta, a derivação de uma sentença no perfeito do português como (48a) é apresentada como (48b)⁵²:

⁵² Convém ressaltar que deixamos de lado a representação dos três momentos temporais (UT-T, AST-T e do EV-T) nessa estrutura.

(48) a. A Maria tinha lido o livro.

3.4 Sobre a não-uniformidade dos participípios em português

Muitos trabalhos têm proposto um isomorfismo entre o participípio perfectivo e o participípio passivo (cf. Hoekstra 1984, Roberts 1987, Cowper 1989, 1995, Iatridou 1996, Ackema 1999). No entanto, as análises apresentadas nesta tese para o participípio perfeito e para o participípio passivo apontam justamente na direção contrária, em favor de um não-isomorfismo entre esses dois tipos de participípio. Nesta seção, apresentaremos três fatos que podem ser usados como evidências em favor da hipótese de não-uniformidade dos participípios do português. O primeiro fato examinado tem a ver com as propriedades do movimento do verbo para a formação desses dois participípios. O segundo se refere à forma e ao licenciamento de cada um dos participípios, com especial atenção aos contextos de participípios duplos e inovadores do português brasileiro. Por fim, o terceiro fato se relaciona com os contrastes em relação à presença/ausência de marcas de concordância.

3.4.1 O movimento do verbo e a interação dos participípios com advérbios

Abaixo são apresentadas as estruturas que propomos nesta tese para os dois participípios. Como vemos, para a formação desses participípios, o verbo se desloca para um núcleo Asp, acima do VP, mas a extensão do movimento do verbo é diferente: para a

formação do particípio perfeito, o verbo se move para uma projeção funcional AspP mais alta do que a projeção AspP para onde o verbo se desloca na formação do particípio passivo⁵³.

(49) A sintaxe dos dois particípios do português

O nosso objetivo é mostrar que, além da extensão do movimento do verbo, particípios perfeitos e particípios passivos diferem quanto à natureza do movimento empregado. Assumindo com Emonds (1978), Pollock (1989) e Cinque (1999) que os advérbios apresentam posições fixas na estrutura oracional, o teste será avaliar a interação desses dois tipos de particípios com advérbios. Como o movimento do particípio passivo parece ser o mais curto (ele se desloca para a primeira projeção funcional acima do VP), os dados ilustrativos vão envolver apenas advérbios de VP, também conhecidos como advérbios baixos. Três serão as classes de advérbios utilizadas:

- a) advérbios do tipo de *completamente* e *totalmente*, que medem o grau de desenvolvimento do evento,
- b) advérbios de modo, como *bem* e *mal* e
- c) advérbios como *lindamente* e *maravilhosamente*, denominados por Blight (2004), como advérbios de grau de perfeição de um evento.

⁵³ Esse fato já havia sido notado antes por Cinque (1999) para o italiano, romeno e espanhol e por Blight (1999, 2004), com relação ao inglês. Caponigro & Schutze (2000) oferecem uma abordagem paramétrica para as diferenças entre o movimento dos particípios ativos/perfectivos e passivos em inglês e italiano.

Começamos a descrição a partir da interação do particípio perfeito com os três tipos de advérbios:

- (50) a. *O furacão tinha *totalmente/completamente* destruído a casa.
 b. O furacão tinha destruído *totalmente/completamente* a casa.
 c. O furacão tinha destruído a casa *totalmente/completamente*.
- (51) a. *Os grevistas tinham *bem / mal* recebido os termos do acordo.
 b. Os grevistas tinham recebido *bem / mal* os termos do acordo.
 c. Os grevistas tinham recebido os termos do acordo *bem / mal*.
- (52) a. *A orquestra tinha *lindamente / maravilhosamente* executado o réquiem.
 b. A orquestra tinha executado *lindamente / maravilhosamente* o réquiem.
 c. A orquestra tinha executado o réquiem *lindamente / maravilhosamente*.

Pelos dados, podemos ver que a ordem [*ter* – advérbio – particípio] é agramatical ao passo que a ordem [*ter* – particípio – advérbio] é gramatical. Esse contraste já era previsto pela nossa análise. As sentenças agramaticais (50a), (51a) e (52a) resultam de uma derivação na qual o particípio perfeito não deixa o VP, contrariamente ao que se espera, pois essa forma verbal se desloca do VP em direção a AspP. As sentenças gramaticais (50b,c), (51b,c) e (52b,c) espelham uma derivação na qual o particípio se desloca do VP para essa posição mais alta que o advérbio⁵⁴.

⁵⁴ O fato de as sequências gramaticais apresentarem sempre a ordem [*ter* – particípio – advérbio] levanta a questão acerca da existência em português do mesmo tipo de restrição que impede que se quebre a adjacência entre o particípio e o auxiliar, como acontece em espanhol (Suñer 1987; Zagana 1988, 2002; Castillo 1998), em catalão (Llinàs i Grau 1991, Llinàs 1993; Cortès 1992, 1993) e em romeno (Dobrovie-Sorin 1990, Avram 1998):

(i) Espanhol

- a. (?) Maria había probablemente leído esse libro. (Zagana 2002 160)

(ii) Catalão

- a. L' Aina ha (*sempre) mirat (sempre) el ceu.
 A Aina tem (*sempre) olhado (sempre) o céu (Llinàs i Grau 1991: 131)
- b. Havien (*sovint) vingut (sovint)
 Tem-PL (*frequentemente) vindo (frequentemente) (Cortès 1993: 226)

(iii) Romeno (Dobrovie-Sorin 1990: 101)

- a. Am (*adesea) văzut (adesea) filme bune.
 Tenho (*frequentemente) visto (frequentemente) filmes bons
- b. Elevii tăi au (*toți) citit (toți) un poem de Verlaine.
 Alunos seus tem (*todos) lidos (todos) um poema de Verlaine

Uma questão que precisa ser investigada com mais rigor são as diferenças de ordem entre o objeto direto e o advérbio, nos exemplos acima. Como vemos, há variação na ordem entre esses dois constituintes, pois tanto podemos ter [particípio – advérbio – objeto] quanto [particípio – objeto – advérbio].

Em relação à ordem [particípio – advérbio – objeto], ilustrada na versão (b) dos exemplos acima, podemos sugerir que ela resulta de uma derivação na qual o objeto direto está *in situ* e o advérbio à esquerda de VP, ou seja, ambos em suas posições canônicas. A questão maior tem a ver com a derivação da ordem [particípio – objeto – advérbio], presente nos exemplos em (c). Vamos tratar dessa ordem no momento em que analisarmos os dados sobre o particípio passivo. O que é importante a ser ressaltado é que, tanto nos exemplos (b) quanto nos exemplos (c), o particípio está antes do advérbio, conforme a nossa proposta prevê.

Passemos ao exame do particípio passivo e sua interação com os advérbios:

- (53) a. A casa foi *totalmente* / *completamente* destruída pelo furacão.
b. A casa foi destruída *totalmente* / *completamente* pelo furacão.
c. A casa foi destruída pelo furacão *totalmente* / *completamente*.
- (54) a. Os termos do acordo foram *bem* / *mal* recebidos pelos grevistas.
b. Os termos do acordo foram recebidos *bem* / *mal* pelos grevistas.
c. Os termos do acordo foram recebidos pelos grevistas *bem* / *mal*.
- (55) a. O réquiem foi *lindamente* / *maravilhosamente* executado pela orquestra.
b. O réquiem foi executado *lindamente* / *maravilhosamente* pela orquestra.
c. O réquiem foi executado pela orquestra *lindamente* / *maravilhosamente*.

Os fatos do português mostram que essa restrição não é ativa nessa língua, uma vez que advérbios e quantificadores flutuantes podem se interpor entre o auxiliar e o particípio:

- (iv) a. Eles tinham certamente me visto no calçadão (Duarte, Matos & Gonçalves 2005: 134)
b. Os alunos tinham todos chegado à mesma conclusão.
c. Os músicos tinham todos executado lindamente suas canções.

O fato de não haver essa restrição em português fornece apoio para a análise que estamos propondo para a agramaticalidade dos exemplos (53a), (54a) e (55a): ela se deve à ausência do movimento do verbo para AspP, movimento esse que é obrigatório no perfeito.

Os exemplos em (53), (54) e (55) são interessantes, pois todas as ordens são possíveis. Pela nossa proposta, a ordem entre o particípio passivo e os advérbios em questão deveria ser a mesma do particípio perfectivo [particípio – advérbio], estando o particípio passivo no AspP inferior e o advérbio à esquerda do VP. Essa previsão é confirmada pela gramaticalidade dos exemplos (53b), (54b) e (55b).

A gramaticalidade dos dados (53a), (54a) e (55a), em que aparece a ordem [advérbio – particípio], é uma questão para a nossa análise. Porque esses dados são gramaticais? Há duas maneiras de descrever o que se passa nesses exemplos. A primeira é assumir que o movimento do verbo para o AspP inferior é opcional e a segunda é propor que esse tipo de advérbio pode se adjungir tanto ao VP quanto com ao AspP inferior.

Para os propósitos desta tese, vamos adotar a primeira opção, uma vez que com ela podemos aproximar o comportamento do particípio passivo do português ao do particípio passivo do italiano, cujo movimento também é opcional, como podemos ver nos exemplos abaixo (extraídos de Cinque 1999: 102), em que se ilustra a interação dos dois tipos de particípio com o advérbio de maneira *bene* ('bem'):

- (56) a. Hanno accolto *bene* il suo spettacolo solo loro.
 haber.3.PL recebido bem o seu espetáculo apenas eles
 b. *Hanno *bene* accolto il suo spettacolo solo loro.
 haber.3.PL bem recebido o seu espetáculo apenas eles
 ‘Apenas eles tinham recebido bem o seu espetáculo’
 Literalmente: ‘Apenas eles haviam recebido bem o seu espetáculo’
- (57) a. Questo genere di spettacoli è sempre stato *bene* accolto da tutti.
 Este tipo de espetáculo é sempre estado bem recebido por todos
 ‘Este tipo de espetáculo tem sido sempre bem recebido por todos’
 Literalmente: ‘Este tipo de espetáculo é sempre estado bem recebido por todos’
 b. Questo genere di spettacoli è sempre stato accolto *bene* da tutti.
 Este tipo de espetáculo é sempre sido recebido bem por todos
 ‘Este tipo de espetáculo tem sido sempre recebido bem por todos.’
 Literalmente: ‘Este tipo de espetáculo é sempre estado recebido bem por todos’

Como vemos, o movimento do particípio perfectivo (particípio ativo para Cinque) é obrigatório em italiano, ao passo que o movimento do particípio passivo é opcional. À luz

desses fatos, parece plausível assumirmos que o particípio passivo do português também pode se deslocar opcionalmente para o AspP inferior, diferentemente do particípio perfeito, que se desloca obrigatoriamente para o AspP superior.

A questão agora é como explicar os dados com a ordem [particípio – agente da passiva – advérbio]. Eles se alinham aos dados em que temos a ordem [particípio – objeto – advérbio], vistos acima. Tomando-os em conjunto, eles ilustram que os advérbios aqui estudados também podem aparecer em posição final absoluta. Vamos desconsiderar esses dados na análise, pois eles nos revelam muito mais sobre a sintaxe dos advérbios do que sobre a sintaxe dos particípios. Os dados que consideraremos nesta análise, ou seja, as versões (a) e (b) dos dados (50) a (57), apresentam o seguinte padrão de distribuição (na descrição dos padrões, XP corresponde ao objeto direto e ao agente da passiva, que aparecem no perfeito e na passiva, respectivamente):

(58) Os particípios do português e sua interação com advérbios baixos

Particípio	[Adv – Particípio – XP]	[Adv – XP – Particípio]
Perfectivo	*	✓
Passivo	✓	✓

Os padrões acima ilustram um ponto importante sobre a sintaxe dos particípios do português: o movimento do particípio perfeito para a projeção AspP é obrigatório, ao passo que o movimento do particípio passivo é opcional.

Para mostrar que as posições estruturais correspondentes aos dois particípios são de fato diferentes, vejamos os exemplos abaixo, em que combinamos esses dois particípios com os advérbios vistos nesta seção:

(59) a. *A casa tinha *totalmente* / *completamente* sido destruída pelo furacão.
 b. A casa tinha sido *totalmente* / *completamente* destruída pelo furacão.
 c. A casa tinha sido destruída *totalmente* / *completamente* pelo furacão.

(60) a. *Os termos do acordo tinham *bem* / *mal* sido recebidos pelos grevistas.
 b. Os termos do acordo tinham sido *bem* / *mal* recebidos pelos grevistas.
 c. Os termos do acordo tinham sido recebidos *bem* / *mal* pelos grevistas.

(61) a. *O réquiem tinha *lindamente* / *maravilhosamente* sido executado pela orquestra.

- b. O réquiem tinha sido *lindamente* / *maravilhosamente* executado pela orquestra.
- c. O réquiem tinha sido executado *lindamente* / *maravilhosamente* pela orquestra.

Há duas maneiras de entendermos a agramaticalidade das sentenças (59a), (60a) e (61a). A primeira é a seguinte: mantendo constante que os advérbios se encontram adjungidos à esquerda de VP, essas sentenças são agramaticais porque o particípio perfectivo não se moveu, contrariando a natureza obrigatória do movimento desse constituinte. A segunda é: assumindo o que particípio perfeito se moveu para a posição AspP superior, temos que os advérbios estão adjungidos à esquerda dessa projeção, contrariamente a sua natureza de advérbios baixos ligados ao VP. Qualquer que seja a interpretação que dermos aos dados, o resultado será sempre agramatical, pois, em cada uma delas, há violações gramaticais.

As contrapartes gramaticais dos exemplos acima, são possíveis porque os advérbios estão adjungidos à esquerda do VP e os particípios passivos podem se mover, opcionalmente, para o AspP imediatamente acima do VP ao qual os advérbios estão adjungidos.

Com os dados vistos nesta seção, apresentamos uma evidência em favor da não-uniformidade dos dois particípios. Essa evidência revelou que o movimento de cada um desses particípios tem naturezas distintas: enquanto o movimento do particípio perfeito para fora do VP é obrigatório, o movimento do particípio passivo para além dos limites do VP é opcional. Além disso, com os dados (59), (60) e (61), reforçamos a hipótese de que a extensão do movimento de cada particípio é diferente, pois o particípio perfeito se move para uma posição hierarquicamente superior àquela para a qual o particípio passivo (opcionalmente) se move.

3.4.2 A forma e a distribuição dos particípios: particípios duplos e inovadores

Uma outra evidência em favor da diferença entre os particípios perfeitos e os particípios passivos emerge quando estudamos com atenção dois fenômenos do português: os particípios duplos e os particípios inovadores.

Os particípios duplos se inserem na questão mais geral sobre os mecanismos de formação e licenciamento dos particípios em português e sobre esse tópico já é sabido, desde as gramáticas tradicionais, que há duas possibilidades de formação de particípios, uma chamada regular e outra, irregular.

De um ponto de vista descritivo, os particípios regulares apresentam em sua estrutura o radical verbal, uma vogal temática e o morfema de particípio passado *-d*. O material que vem após esse morfema vai variar dependendo do tipo de particípio: a) se for um particípio

perfeito, haverá invariavelmente o segmento /o/, b) se for um particípio passivo, haverá os afixos *o(s)*, *-a(s)*, relativos aos traços- ϕ de gênero e número do argumento interno desse particípio. Essa formação é a mais geral de todas, estando presente nas três conjugações verbais do português. Além dessas características formais, nos particípios regulares, o acento tônico não cai no radical, mas na vogal temática (por isso eles são incluídos no grupo das formas arrizotônicas pela tradição gramatical). Exemplos desse tipo de particípio são apresentados abaixo, divididos pelas três conjugações do português:

(62) Particípios regulares

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
<i>dar: dado</i>	<i>ser: sido</i>	<i>rir: rido</i>
<i>ganhar: ganhado</i>	<i>viver: vivido</i>	<i>partir: partido</i>
<i>entregar: entregue</i>	<i>esconder: escondido</i>	<i>discutir: discutido</i>
<i>amedrontar: amedrontado</i>	<i>anoitecer: anoitecido</i>	<i>instituir: instituído</i>

Diferentemente dos particípios regulares, os particípios irregulares apresentam em sua estrutura apenas o radical verbal e o afixo de particípio passado. Após esse afixo, ainda se verifica a variação entre /o/ nos particípios perfeitos e *-o(s)* e *-a(s)* nos particípios passivos. Interessantemente, nos particípios irregulares, o afixo de particípio passado não se realiza como *-d*, mas como alomorfes⁵⁵. Essas modificações alomórficas do afixo de particípio podem afetar inclusive o radical verbal, produzindo alterações que são percebidas quando comparamos a forma do radical verbal no infinitivo com a forma do radical no particípio passado irregular. Uma outra diferença formal em relação aos particípios regulares tem a ver com a ausência de realização da vogal temática nos particípios irregulares. Do ponto de vista acentual, os particípios irregulares são formas rizotônicas, isto é, formas cujo acento tônico recai no radical. Em (63) temos exemplos de particípios irregulares:

(63) Particípios irregulares

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
<i>matar: morto</i>	<i>ver: visto</i>	<i>vir: vindo</i>
<i>aceitar: aceito</i>	<i>dizer: dito</i>	<i>abrir: aberto</i>
<i>entregar: entregue</i>	<i>escrever: escrito</i>	<i>descobrir: descoberto</i>
<i>enxugar: enxuto</i>	<i>satisfazer: satisfeito</i>	

⁵⁵ Por conta das variações alomórficas que o afixo de particípio do português apresenta, Pires (1996) propôs tratar o morfema de particípio passado como um morfema abstrato -DO que pode ter *-do*, *-to* e *-o* como possíveis realizações.

Os verbos do português se distribuem em três grupos, a depender do tipo de particípio que formam: a) o dos verbos que formam exclusivamente particípios regulares, b) o dos que formam apenas particípios irregulares e c) o daqueles que formam os dois tipos de particípios (os verbos, nesse caso, são chamados de abundantes e os particípios que eles formam são os particípios duplos).

Os verbos do tipo (a) e os do tipo (b), não fornecem evidências claras sobre as diferenças formais e de licenciamento entre os dois tipos de particípio. Como esses verbos possuem apenas uma forma participial, é essa a forma que eles vão usar no perfeito e na passiva. Ou seja, a única forma de particípio que esses verbos têm é compatível tanto com a projeção AspP superior quanto com a inferior. Para evidenciar as diferenças entre os dois particípios, os dados mais claros são os que envolvem verbos do tipo (c), ou seja, verbos abundantes. O inventário desses verbos não é muito extenso e em (66) apresentamos uma amostra deles (exemplos extraídos de Lobato 1999, 2000):

(64) Particípios duplos⁵⁶

1ª conjugação	2ª e 3ª conjugações
<i>fritar: fritado; frito</i>	<i>acender: acendido; aceso</i>
<i>ganhar: ganhado; ganho</i>	<i>benzer: benzido; bento</i>
<i>gastar: gastado; gasto</i>	<i>eleger: elegido; eleito</i>
<i>limpar: limpadado; limpo</i>	<i>prender: prendido; preso</i>
<i>matar: matado; morto</i>	<i>suspender: suspendido; suspenso</i>
<i>pegar: pegado; pego</i>	
<i>salvar: salvado; salvo</i>	
<i>aceitar: aceitado; aceito</i>	
<i>entregar: entregado; entregue</i>	<i>imprimir: imprimido; impresso</i>
<i>enxugar: enxugado; enxuto</i>	<i>extinguir: extinguido; extinto</i>
<i>expulsar: expulsado; expulso</i>	<i>cobrir: cobrido; coberto</i>
<i>expressar: expressado; expresso</i>	

Como já foi dito, os verbos abundantes possuem o particípio regular e o particípio irregular em seu paradigma. Além das diferenças em relação a sua constituição morfológica e a posição do acento, já apontadas, os particípios duplos diferem em relação a sua distribuição. Os padrões de distribuição desses particípios já haviam sido notados antes, no âmbito da

⁵⁶ Como podemos ver a partir do cotejo de (63) e (64), todos os verbos de 1ª conjugação que formam particípios irregulares necessariamente formam particípios regulares. Esse padrão é característico da 1ª conjugação, conforme notado por Lobato (1999). O fato é que os verbos da 1ª conjugação não formam exclusivamente particípios irregulares. Esses verbos necessariamente formam particípios regulares e a formação de particípios irregulares é possível desde que haja a possibilidade da formação regular.

gramática tradicional, que propôs uma descrição dos seus contextos de ocorrência. Vamos denominar essa descrição de *seleção de particípio*:

(65) **Seleção de particípio**

Os particípios duplos dos verbos abundantes se distribuem da seguinte forma:

- a. O particípio regular ocorre com os auxiliares perfectivos *ter* e *haver*,
- b. O particípio irregular ocorre com os auxiliares passivos e com os verbos copulativos.

Os exemplos a seguir ilustram como funciona a seleção de particípio no português⁵⁷:

- (66) a. O treinador tinha prendido / *preso o leão na jaula.
b. O leão foi *prendido / preso na jaula pelo treinador.

Conforme vemos nos exemplos acima, o particípio regular é restrito ao contexto do perfeito, enquanto o irregular é reservado para as passivas.

Como entender esses fatos no contexto da nossa análise para o perfeito e para as passivas? Vamos assumir que a seleção de particípio pode ser reduzida a uma relação entre os traços dos auxiliares e os traços dos particípios. A versão regular dos particípios duplos realiza o traço [perfectivo] associado à projeção funcional AspP mais alta, licenciada pela preposição P_{DEPOIS} que entra na estrutura do auxiliar *ter* (daí a ideia tradicional de que é o auxiliar *ter* que licencia a forma regular). A versão irregular dos particípios duplos, por sua vez, realiza o traço [perfectivo] da projeção AspP mais baixa, licenciada pelos auxiliares da passiva (*ser* e *ter*). Em resumo, os dados em (66) ilustram claramente diferenças de forma e distribuição entre os dois tipos de particípio: a forma regular corresponde ao particípio perfeito e a forma irregular corresponde ao particípio passivo. Esses fatos também nos levam a questionar o isomorfismo entre o particípio perfeito e o particípio passivo.

No entanto, a distribuição dos dois particípios dos verbos abundantes não é tão simples como os dados em (66) parecem sugerir. O português brasileiro apresenta variações consideráveis no que se refere à distribuição desses particípios⁵⁸:

⁵⁷ Na apresentação dos exemplos, vamos nos ater aos contextos de particípio no perfeito e de voz passiva (com auxiliar *ser*).

⁵⁸ Para mais exemplos sobre a variação no uso dos particípios duplos em construções com *ter*, *ser* e *acabar* no português brasileiro, ver o trabalho de Rodero (2010).

- (67) a. O diretor tinha expulsado / %expulso o filho da professora Ana da escola.
 b. O guarda tinha acendido / %aceso as luzes do quarto andar.
 c. O secretário tinha imprimido / %impresso os textos do diretor.
 d. A equipe do colégio tinha ganhado / ganho o primeiro lugar.
- (68) a. O filho da professora Ana foi *expulsado / expulso da escola pelo diretor.
 b. As luzes do quarto andar foram *acendidas / acesas pelo guarda.
 c. Os textos do diretor foram *imprimidos / impressos pelo secretário.
 d. O primeiro lugar foi *ganhado / ganho pela equipe do colégio.

O exame dos exemplos acima nos mostra que, no perfeito, existe flutuação entre os dois tipos de particípio: enquanto o uso das formas regulares é perfeitamente gramatical, o uso das formas irregulares não é totalmente agramatical, mas sujeito à variação de aceitabilidade. Nas passivas, por sua vez, a seleção de particípio parece não permitir variações e apenas as formas irregulares são gramaticais⁵⁹.

Os dados acima ilustram o que pode ser uma mudança nas propriedades da versão irregular dos particípios duplos do português brasileiro. Essas formas estão ampliando seu uso e deixando de ser unicamente a realização do AspP inferior, que é licenciado pelo auxiliar passivo, e estão passando a ser também compatíveis com o AspP superior, cujos traços são licenciados pelo componente preposicional presente no auxiliar *ter*. Podemos dizer que essas formas estão começando a se tornar subespecificadas e, portanto, compatíveis com os dois núcleos aspectuais.

⁵⁹ Lobato (2000: 103) apresenta os dados abaixo como ilustrativos da possibilidade de os dois tipos de particípios (o regular e o irregular) poderem ocorrer na passiva:

- (i) a. Ter sido elegido foi bom.
 b. Ter sido eleito foi bom.

Para a autora, nesses casos, há diferenças de significado associadas ao uso de cada um dos particípios e, segundo ela (2000: 102), o uso do particípio regular *elegido* estaria restrito a contextos em que a agentividade do processo é enfatizada, ao passo que o uso da forma *eleito* focalizaria o resultado do processo.

Dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, não é clara para nós a diferença semântica apontada pela autora e que se correlaciona com o uso de uma ou outra forma de particípio. Em segundo lugar, caberia um estudo mais aprofundado sobre exemplos como (ia) para avaliar: a) a produtividade de tais exemplos no português brasileiro, bem como o seu grau de aceitabilidade entre os falantes, e b) os fatores que tornam possível a presença do particípio regular nesse contexto. Em relação a esse segundo aspecto, parece que é a presença do auxiliar *ter* no exemplo (ia) que licencia o aparecimento da versão regular dos particípios duplos nas passivas. Isso pode ser comprovado nos exemplos a seguir em que, na falta desse auxiliar, a aceitabilidade do particípio regular nas passivas decresce:

- (ii) a. ??Ser elegido foi bom.
 b. Ser eleito foi bom.

O que parece se manter constante nesses exemplos são as propriedades da contraparte regular dos participípios duplos, que continuam a realizar apenas os traços do AspP superior que é licenciado pela preposição P_{DEPOIS} . Devido a ter seus traços licenciados por essa preposição, explica-se porque esses participípios nunca ocorrem nas passivas. Enquanto a versão irregular se subespecifica e amplia seu uso, a versão regular continua especificada, ocorrendo única e exclusivamente no contexto do perfeito.

Relacionado ainda à questão da forma e do licenciamento dos participípios, podemos apresentar o caso de um fenômeno relativamente recente no português brasileiro falado: a criação de participípios inovadores, irregulares, para uma pequena classe de verbos que antes só apresentava participípios regulares. Nessas novas criações, a forma irregular, inovadora, popular, nunca ocorre na passiva; ela só ocorre no perfeito (variando com a forma regular):

- (69) a. Eu tinha falado / %falo a verdade para eles.
b. A verdade foi falada / *fala para eles por mim.
- (70) a. A Maria tinha comprado / %compro muitas verduras no supermercado.
b. Muitas verduras foram compradas / *compras no supermercado.

Exemplos dessas formas inovadoras e populares de criação de participípios irregulares são apresentados na Tabela abaixo:

Tabela 2: PARTICÍPIOS INOVADORES NO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Verbo	Participípio regular	Participípio inovador: participípio irregular
chegar	chegado	chego (Chagas de Souza 2007, Silva 2008)
comprar	comprado	compro (Lobato 1999, 2000)
falar	falado	falo (Lobato 2000)
ficar	ficado	fico (Silva 2008)
pedir	pedido	peço (Chagas de Souza 2007)
salgar	salgado	salgo (Silva 2008)
trazer	trazido	trago (Chagas de Souza 2007)
lembrar	lembrado	lembro
perder	perdido	perco

Os participípios inovadores também fornecem evidências em favor de um não-isomorfismo entre os participípios perfeitos e os passivos, pois nesse caso, a forma inovadora aparece especificada como a realização dos traços da categoria funcional AspP mais alta que é licenciada por P_{DEPOIS} . Por ser dependente dessa preposição para ter os seus traços licenciados,

esse participípio só vai ocorrer no perfeito e nunca nas passivas, pois nas passivas não há P_{DEPOIS} para licenciá-lo. Os resultados a que chegamos sobre o não-isomorfismo entre os participípios do português brasileiro são apresentados abaixo:

(71) Particípios duplos e inovadores do português brasileiro: forma e licenciamento

O caso dos participípios duplos e o dos participípios inovadores é mais um exemplo importante das diferenças entre os dois tipos de participípios do português. No exame dos participípios duplos vimos como a versão irregular desses participípios está passando por um processo de subespecificação cuja consequência está sendo a ampliação dos seus contextos, ou seja, essa forma está começando a realizar tanto os traços do AspP inferior quanto os do AspP superior. A versão regular desses participípios continua especificada para realizar os traços dos AspP superior. A consequência desses dois processos é a possibilidade de usarmos a forma irregular no perfeito e na passiva enquanto a forma regular se mantém restrita ao perfeito e agramatical na passiva. A criação de participípios inovadores vai na mesma direção: é uma forma irregular, mas que é especificada para um único contexto, o perfeito.

3.4.3 A questão da concordância

Já foi apontado que os dois tipos de participípios contrastam em relação à possibilidade de manifestarem ou não concordância. Enquanto o participípio passivo em (72) exibe

concordância de gênero e número com o argumento interno, o particípio perfectivo em (73) não apresenta concordância:

- (72) a. As flores foram colhidas no jardim pelo jardineiro.
 b. *As flores foram colhido no jardim pelo jardineiro.
- (73) a. *O jardineiro tinha colhidas as flores no jardim.
 b. O jardineiro tinha colhido as flores no jardim.

O nosso objetivo não é propor uma explicação para o porquê de os fatos serem como são em português⁶⁰. Para os propósitos desta tese vamos adotar a proposta de Ippolito (1999: 115) de considerar o segmento /o/ que invariavelmente aparece no particípio perfeito como um item de vocabulário *default*, não-especificado para traço algum e que, portanto, pode ser inserido sempre que não houver outro elemento mais especificado na competição para a inserção.

O que queremos ressaltar nesta seção é que o fato de que os contrastes que os dois particípios acima exibem em relação à presença/ausência de concordância parecem ser parte de um processo mais geral que, em certos casos, ativa a concordância e, em outros, a restringe.

Lois (1990), estudando as línguas românicas, apontou uma relação entre a concordância do particípio perfeito e o sistema de auxiliares empregado por essas línguas na construção dos perfeitos. A autora notou que línguas que manifestam concordância de particípio perfeito também se caracterizam pela alternância de auxiliares (francês, italiano, occitano entre outras), como se vê nos dados abaixo do francês:

- (74) a. Les enfants *sont* arrivés.
 ‘As crianças chegaram’
 Literalmente: ‘As crianças são chegadas’
- b. (Les lettres) je les *ai* écrites.
 ‘(As cartas) eu as escrevi’
 Literalmente: ‘(As cartas) eu as hei/tenho escritas’ (Lois 1990:243)

⁶⁰ Remetemos o leitor interessado nas questões que envolvem a concordância de particípio passado aos trabalhos existentes na literatura, entre os quais podemos citar: Kayne (1985, 1989, 1993), Iatridou (1997), Belletti (2001, 2005), Iatridou, Anagnostopoulou & Izvorsky (2001), D’Alessandro & Roberts (2008).

Por outro lado, línguas que não manifestam concordância de particípio (espanhol, romeno e português, por exemplo) empregam apenas um auxiliar: um auxiliar de tipo HAVE. Diante desses fatos, Lois apresenta a seguinte correlação:

(75) Concordância de particípio passado (Lois 1990: 244)

A concordância de particípio passado com auxiliar *avoir* só é encontrada em línguas em que existe alternância de auxiliares em tempos compostos.

O que a generalização da autora mostra é que a concordância com auxiliares de tipo HAVE só vai existir se a língua possuir alternância de auxiliares. Essa generalização é ilustrada na abaixo (a coluna referente à concordância de particípio deve ser entendida como concordância de particípio no contexto do auxiliar de tipo HAVE, ou seja, com verbos transitivos):

(76) Concordância participial e alternância de auxiliares nas línguas românicas (Lois 1990: 245)

	Alternância de auxiliares	Concordância de particípio
Francês		
Italiano	+	+
Occitano		
Espanhol		
Português	-	-
Romeno		
Valão		
Piemontês	+	-

O piemontês não é um problema, pois o que a autora propõe é que se há concordância com auxiliares de tipo HAVE, essa concordância se correlaciona com a alternância de auxiliares no perfeito. A direção da generalização é da manifestação da concordância para o sistema de auxiliares e não o contrário.

Como vemos, o português está de acordo com esse padrão, uma vez que não possui nem a concordância de particípio passado no contexto do auxiliar HAVE nem possui a alternância de auxiliares no perfeito.

O padrão de concordância participial que caracteriza o perfeito de línguas como francês, italiano e occitano também se revela em português, mas em outro domínio: o das passivas. Como vimos no capítulo 2, as passivas do português apresentam concordância do particípio com o argumento interno e podem empregar o auxiliar *ser* ou *ter*, o que é um tipo

de alternância de auxiliares. O comportamento das passivas do português está em plena conformidade com a generalização apresentada por Lois (1990):

- (77) a. As bicicletas dos meus amigos foram consertadas pelo mecânico.
b. *As bicicletas dos meus amigos foram consertado pelo mecânico.
c. Os meus amigos tiveram as bicicletas consertadas pelo mecânico.
d. *Os meus amigos tiveram as bicicletas destruído pelo mecânico.

Os dados sobre as passivas são extremamente importantes à medida que revelam um fato interessante que pode nos ajudar a entender a generalização em (77).

Sabemos que nas passivas existe concordância de particípio e que um dos verbos auxiliares empregados é do tipo BE. Relacionando esse fato à generalização em (77), parece que o que está por trás da possibilidade de concordância do particípio perfeito não é a alternância de auxiliares em si, mas a presença de um auxiliar de tipo BE no sistema em análise (perfeito ou passiva). Dizendo de outro modo, a concordância de particípio parece estar relacionada com a possibilidade de instanciarmos um paradigma em que, pelo menos, um auxiliar de tipo BE se manifesta.

Essa sugestão de que auxiliares de tipo BE parecem estar relacionados à concordância fica mais fortalecida quando inserimos na discussão as sentenças existenciais.

Como sabemos, as línguas podem construir esse tipo de sentenças usando um verbo de tipo HAVE ou de tipo BE e, mais interessante ainda, a escolha do verbo vai ter impacto na possibilidade ou não de haver concordância desse verbo com um nominal presente na sentença existencial. Esse fato foi notado por Schoorlemmer (2007), que propôs a seguinte correlação entre o tipo de verbo (para ele, cópula) empregado e a possibilidade de concordância com um nominal presente nas sentenças existenciais. Essa correlação é descrita a seguir:

(78) **Correlação cópula-concordância (Schoorlemmer 2000: 279)**

Em línguas que utilizam o verbo HAVE como o verbo copular em construções existenciais, o nominal e o verbo copular não concordam. Em línguas que usam BE, o nominal e a cópula concordam.

Exemplifiquemos essa correlação com dados de algumas línguas. O primeiro conjunto de línguas usa um verbo de tipo BE como o verbo/cópula das existenciais e, nesses casos, esse

verbo concorda com um nominal presente na sentença (os dados (79) a (84) foram extraídos de Schoorlemmer 2007):

- (79) a. C' è un uomo nella stanza. Italiano

LOC BE.3S um homem em.a sala

‘Tem um homem na sala’

- b. Ci sonno degli uomini nella stanza.

LOC BE.3PL ART.PTTV homens em.a sala

‘Tem homens na sala’

- (80) a. There is a man in the kitchen. Inglês

LOC BE.3S um homem em a cozinha

‘Tem um homem na cozinha’

- b. There are two men in the kitchen.

LOC BE.3PL dois homens em a cozinha

‘Tem dois homens na cozinha’

- c. *There is two men in the kitchen.

LOC BE.3S dois homens em a cozinha

- (81) a. Er is een man in de kamer. Holandês

LOC BE.3S um homem em a sala

‘Tem um homem na sala’

- b. Er zijn mannen in de kamer.

LOC BE.PL homens em a sala

‘Tem homens na sala’

Os dados a seguir ilustram línguas que utilizam um verbo de tipo HAVE nas existenciais e, conforme a correlação, não se verifica concordância:

- (82) a. Había dos hombres en la cocina. Espanhol europeu

HAVE.PAST.3S dois homens em a cozinha

- b. *Habían dos hombres en la cocina.

HAVE.PAST.3P dois homens em a cozinha

‘Tinha dois homens na cozinha’

- (83) a. Il y a un homme dans la chambre. Francês
 EXP LOC HAVE.3S um homem em a sala
 ‘Tem um homem na sala’
 b. Il y a des hommes dans la chambre.
 EXP LOC HAVE.3S ART.PTTV homens em a sala
 ‘Tem homens na sala’
- (84) a. Habet in biblioteca librum elephantinum. Latim
 HAVE.3S em biblioteca-ABL livro-ACC marfim-ACC
 ‘Tem na biblioteca um livro de marfim’
 b. In arca noe homines habuit.
 Em arca-ABL Noé homens-NOM/ACC HAVE.PERF.3S
 ‘Tinha homens na arca de Noé’

O português brasileiro também se encaixa nesse quadro⁶¹:

- (85) a. Tinha um homem estranho lá fora.
 b. Naquela rua tem vários problemas.

Abaixo ilustramos a correlação apresentada por Schoorlemmer (2007):

- (86) Correlação cópula - concordância em sentenças existenciais (baseada nos dados apresentados em Schoorlemmer 2007)

	Verbo da sentença existencial	Concordância com DP
Inglês	BE	+
Italiano		
Holandês		
Alemão (Suíça)		
Catalão (padrão)		
Espanhol europeu		

⁶¹ Sentenças existenciais nas quais o verbo *ter* concorda com um DP não são totalmente agramaticais em português brasileiro. Conforme mostra Avelar (2009a: 46), no português brasileiro falado na região metropolitana do Rio de Janeiro esse tipo de sentenças é perfeitamente gramatical:

- (i) a. Tinham dois amigos meus gripados.
 b. Tinham alguns países africanos querendo entrar para o Conselho de Segurança da ONU.

Francês		-
Grego moderno	HAVE	
Latim tardio		
Português brasileiro		
Sardo		

Com esses dados, chegamos à conclusão de que a concordância de particípio passado no perfeito e nas passivas parece estar inserida em um conjunto muito mais amplo de fenômenos que envolvem a alternância entre os verbos HAVE e BE e a possibilidade de manifestação de concordância, seja ela de que tipo for. Embora tenhamos descrito padrões de concordância que se manifestam em diferentes fenômenos, um fato estável se revelou: que verbos do tipo BE, de alguma maneira, licenciam a concordância, ao passo que verbos do tipo HAVE não a licenciam, a menos que haja alternância entre os dois.

Concluimos essa discussão que se iniciou a partir do contraste entre a presença/ausência de concordância do particípio no contexto do perfeito e das passivas do português, com a citação de Pires (1996: 17), sobre a ausência de concordância de particípio no contexto do perfeito em português:

(...) parece-nos que a ausência de flexão nas formas V-DO integrantes de tempos compostos com *ter* e *haver* é simplesmente o fruto de uma confluência de fatores gramaticais, inibidores de concordância.

3.5 Conclusões Parciais

Neste capítulo apresentamos a nossa análise sintática para o verbo auxiliar *ter*, formador do perfeito. Partindo da proposta decomposicional de Kayne (1993) propusemos que o verbo auxiliar perfectivo *ter* é o resultado da incorporação de um verbo auxiliar abstrato v_{AUX} com os traços de uma preposição abstrata. Com base no trabalho de Demirdache & Uribe-Etxebarria (2000, 2002), para o perfeito do inglês adotamos a ideia de essa preposição abstrata ter o traços correspondentes a depois, P_{DEPOIS} . Essa preposição vai conferir ao auxiliar *ter* uma interpretação que o associa a passado, anterioridade ou posterioridade. Além disso, essa preposição licencia um núcleo Asp com valor perfectivo que vai ser realizado pela morfologia participial.

Evidências em favor dessa caracterização do perfeito são apresentadas. Elas provêm de línguas em que não há a incorporação da preposição e do verbo em seus perfeitos e de

paradigmas morfológicos diferentes entre *ter* perfectivo e *ter* possessivo, o que leva a supor que esses verbos, apesar de a mesma forma fonológica, são verbos com estruturas diferentes.

Apresentada a análise para o auxiliar, passamos à análise do domínio não-finito. Como dissemos, o particípio passado perfeito vai corresponder a um núcleo AspP licenciado pela preposição P_{DEPOIS}. Esse núcleo tem traços que atraem o verbo para ele, e da combinação do seu traço [perfectivo] licenciado por P_{DEPOIS} com o verbo, resulta a forma de particípio passado perfeito.

Finalmente apresentamos dados em favor da não-uniformidade das projeções AspP perfectivo e passivo. O primeiro conjunto de dados envolveu a relação desses particípios com advérbios, que mostrou que eles se movem de natureza distinta e para distintas posições: o particípio passivo se move para a primeira projeção funcional acima de VP, enquanto o particípio perfectivo se move para além do vP. Além disso, os movimentos têm natureza distinta: o particípio perfectivo se move obrigatoriamente, enquanto o particípio passivo se move opcionalmente. O segundo conjunto de dados analisados envolveu a questão dos particípios duplos e dos inovadores, mostrando que eles são licenciados de maneira diferente e que, em português, está havendo uma mudança nas propriedades dos particípios irregulares, que estão podendo corresponder ao AspP mais alto. Quanto aos particípios inovadores, sua criação nos fornece evidências de que eles são licenciados no AspP mais alto da derivação. Por fim, relacionado à diferente manifestação da concordância participial nos particípios passivos e perfectivos, levantamos a hipótese de que as diferenças apontadas se inserem em um contexto mais amplo de distribuição, em que certos fatores a inibem e outros a favorecem. Entre os fatores que favorecem a concordância apontamos a presença do verbo *ser*, em seus vários usos.

Capítulo IV

O auxiliar *estar* e a estrutura do progressivo

A hipótese de P_{DENTRO}

Neste capítulo analisamos o verbo auxiliar *estar* e o domínio não-finito selecionado por ele para a derivação das sentenças progressivas do português. Para tanto, iniciamos o capítulo mostrando as características dos componentes do progressivo, na seção 4.1. O tópico da seção 4.2 é apresentar as características do auxiliar *estar* e as do domínio não-finito selecionado por esse verbo. Para a derivação do verbo *estar*, vamos explorar a análise de Kayne (1993) e propor que esse verbo também pode ser analisado como a combinação de um auxiliar abstrato com os traços de uma preposição abstrata. Apresentamos ainda motivação para essa análise das sentenças progressivas com base em línguas que usam adposições para construir sentenças progressivas. Por fim, nesta seção ainda tentamos mostrar que a variação entre português brasileiro e português europeu em relação ao domínio não finito que é selecionado por *estar* é apenas aparente e tem a ver com as propriedades [$\pm$ afixais] de AspP nas duas línguas. Na seção 4.3 analisamos uma interessante área de variação no português brasileiro envolvendo a ordem entre os auxiliares *ter* e *estar*. Como veremos, essa variação vai ser analisada em termos de duas gramáticas distintas, com restrições distintas a serem observadas, e que geram os padrões observados.

4.1 O verbo auxiliar *estar* e a estrutura do progressivo

O verbo *estar*, na qualidade de auxiliar, forma as estruturas que denominamos de progressivo, que são o resultado da combinação desse auxiliar com o gerúndio ou o infinitivo preposicionado, como ilustramos abaixo:

- (1) a. Os meninos estão brincando no jardim.
 b. Os meninos estão a brincar no jardim.

Nesta seção, apresentamos as características sintáticas desses dois constituintes do progressivo do português, como meios de estabelecer as bases para a nossa proposta de análise para o verbo *estar* e a estrutura do progressivo.

4.1.1 Características do auxiliar *estar*

4.1.1.1 O paradigma morfológico pleno

Estar é um auxiliar com um paradigma morfológico pleno. Ele apresenta tanto as formas do indicativo (2), as do subjuntivo (3), o imperativo (4), além das formas não-finitas (5):

- (2) a. Está chovendo muito hoje.
b. As pessoas estavam reclamando do barulho.
c. Os fiéis estiveram rezando durante toda a noite.
d. Parte de nós estará montando as barracas amanhã.
e. Eles estariam se divertindo se tivessem ido à festa.
- (3) a. Espero que todos estejam se comportando bem na cerimônia.
b. Se você estivesse fazendo o que te mandaram, nada disso teria acontecido.
c. Quando a orquestra estiver se apresentando, me avisem.
- (4) Estejam todos estudando quando eu voltar!
- (5) a. Essa menina tem estado chorando desde cedo.
b. A nossa loja já vai estar funcionando por volta das dez da manhã.
c. Estar trabalhando é muito bom!
d. Os funcionários estando trabalhando, fica mais fácil coordenar a equipe.

Como podemos ver a partir dos exemplos acima, o auxiliar *estar* apresenta todas as formas (finitas e não-finitas) em seu paradigma. Nesse aspecto, ele difere dos auxiliares já estudados nesta tese, por apresentar um paradigma morfológico sem lacunas.

4.1.1.2 Ordem fixa de *estar* na sentença

Uma segunda característica desse auxiliar é a sua ordem fixa quando combinado com os outros auxiliares. Por exemplo, ele não pode ser apassivado, porque, como vimos no capítulo 2, os auxiliares não se associam a um *v*P*, a projeção selecionada por VoiceP:

- (6) a. *O bandido foi estado procurando pela polícia.
b. *O bandido teve estado a prisão decretada pelo juiz.

O auxiliar *estar* pode anteceder os auxiliares formadores de passivas:

- (7) a. O bandido está sendo procurado pela polícia.
b. O bandido neste momento está tendo a prisão preventiva decretada pelo juiz.

Quando se combina com o auxiliar perfectivo *ter*, *estar* sempre vem depois desse verbo:

- (8) a. A família tinha estado discutindo o problema durante o jantar.
b. *A família estava tendo discutido o problema durante o jantar.

Voltaremos a esses dados na seção 4.3 deste capítulo e veremos que o português brasileiro exibe uma interessante área de variação no que se refere à aceitabilidade de sentenças como (8a).

O auxiliar *estar* também nunca pode anteceder o auxiliar de futuro *ir*:

- (9) a. Amanhã por essas horas o João vai estar chegando ao Brasil.
b. *Amanhã por essas horas o João está indo chegar ao Brasil.

Finalmente, o verbo auxiliar *estar* não pode ser o auxiliar de outro verbo *estar*:

- (10) *O aluno está estando estudando.

Em resumo, a descrição dos padrões de ordenamento do verbo auxiliar *estar* em relação aos outros auxiliares revela dois fatos importantes. O primeiro é o de que esse verbo apresenta uma ordem fixa quando aparece em combinação com os demais auxiliares: em sequências de auxiliares, *estar* deve vir depois dos auxiliares *ir* e *ter*, mas deve anteceder os auxiliares formadores de voz passiva. E o segundo é o de que combinações de verbo *estar* são proibidas.

4.1.1.3 As restrições de seleção

No que se refere à relação do verbo auxiliar *estar* com o seu sujeito, esse verbo se caracteriza por não impor nenhum tipo de restrição:

- (11) a. *pro* está chovendo muito hoje. sujeito expletivo
 b. *O telhado* está caindo aos poucos. sujeito [-ANIMADO]
 c. *Os meus amigos* estão comentando sobre esse filme. sujeito [+ANIMADO]

Como consequência disso, sujeitos de expressões idiomáticas são gramaticais com esse verbo auxiliar:

- (12) a. *A casa* estava *caindo* para os bandidos.
 b. *A cobra* está *fumando* lá no meu trabalho.
 c. *O tempo* está *fechando* lá em casa.

Qualquer classe sintática de verbo pode ocorrer como o gerúndio no domínio não-finito que acompanha o verbo auxiliar *estar*⁶²:

- (13) a. *A Maria* estava *lendo* a revista. (verbo transitivo direto)
 b. *A plateia* estava *gostando* do espetáculo. (verbo transitivo indireto)
 c. *Ela* está *contando* histórias para os sobrinhos. (verbo bitransitivo)
 d. *Os documentos* estavam *chegando*. (verbo inacusativo)
 e. *Os cantores* estarão *cantando* muito amanhã. (verbo inergativo)
 f. *A casa* está *ficando* nova. (verbo copulativo)
 g. *As provas* estão *sendo* corrigidas. (verbo auxiliar)

Como podemos ver a partir dos exemplos desta seção, o auxiliar *estar* não impõe nenhum tipo de restrição sintática, nem quanto à natureza do seu sujeito, nem quanto à natureza sintática do verbo com o qual se combina.

4.1.2 Características do domínio não-finito

4.1.2.1 A variação entre o português brasileiro e o português europeu

A primeira característica do domínio não-finito que acompanha o auxiliar *estar* é que ele pode ser tanto um gerúndio quanto um infinitivo preposicionado.

- (14) a. *As crianças* estão brincando no jardim.
 b. *As crianças* estão a brincar no jardim.

⁶² Ou como infinitivo preposicionado, no caso do português europeu.

Como vemos, o progressivo pode estar associado a duas estruturas. Essas duas maneiras de construir o progressivo em português constituem um fator de variação entre o português brasileiro e o português europeu. Enquanto no português brasileiro o progressivo se compõe de *estar* mais a forma de gerúndio, no português europeu o progressivo se constrói, predominantemente, a partir da combinação de *estar* mais um infinitivo preposicionado encabeçado pela preposição *a* (Gonçalves 1996). Existem algumas áreas dialetais no português europeu que, em vez de empregarem o infinitivo preposicionado, utilizam o gerúndio para construir sentenças progressivas.

4.1.2.2 A invariabilidade morfológica

O domínio não-finito que segue o verbo *estar* no progressivo se caracteriza por não apresentar concordância de qualquer tipo, nem com o sujeito nem com o objeto (quando ele está presente). Essa situação caracteriza os gerúndios que formam progressivos no português brasileiro⁶³:

- (15) As crianças estão apresentando seus trabalhos.

O português europeu apresenta infinitivos flexionados em certos contextos, mas no contexto das sentenças progressivas, o infinitivo preposicionado que acompanha o verbo *estar* não exibe marcas de concordância (Gonçalves 1996; Lobo 2003: 381):

- (16) a. Eles estão a fazer barulho.
b. *Eles estão a fazerem barulho.
(Lobo 2003: 381)

Como mencionamos na seção anterior, existem dialetos do português europeu que se assemelham ao português brasileiro ao selecionarem o gerúndio como a forma não-finita a ser combinada ao auxiliar *estar* para a derivação de sentenças progressivas. É importante investigar a constituição mórfica do gerúndio que acompanha o verbo auxiliar *estar* nesses dialetos por duas razões. A primeira delas é que nessas variedades, o gerúndio pode apresentar marcas de concordância visíveis, como podemos ver no paradigma:

⁶³ Na verdade, essa é a situação de todos os gerúndios do português brasileiro, que nunca manifestam concordância.

- (17) Paradigma de conjugação dos gerúndios nos dialetos portugueses (Lobo 2003: 374)

		Verbo <i>vir</i>
Número	Pessoa	Forma
Singular	1	<i>vindo-ø</i>
	2	<i>vindo-s</i>
	3	<i>vindo-ø</i>
Plural	1	<i>vindo-mos</i>
	2	<i>vind(o)-eis</i>
	3	<i>vind(o)-em</i>

A segunda delas é que, nesses dialetos, o progressivo é construído com gerúndio.

O fato de esses dialetos apresentarem a possibilidade de flexão no gerúndio nos leva a questionar se os gerúndios também podem aparecer flexionados.

Segundo Lobo (2003), os complexos verbais dos dialetos do português europeu, entre eles as estruturas que envolvem o auxiliar *estar* seguido de gerúndio, se caracterizam por uma completa ausência de gerúndios flexionados. A autora constatou no seu *corpus* apenas uma ocorrência de gerúndios com marcas de pessoa e número (Lobo 2003: 381):

- (18) Estão me chamandem.

Esse padrão vai na mesma direção do padrão observado no português brasileiro e no português europeu (não dialetal) de não exibir marcas de concordância no domínio não-finito selecionado por *estar*. Esse é um fato importante que deve ser levado em consideração na análise das características sintáticas desse domínio.

4.1.2.3 Manutenção das propriedades temáticas e de valoração de Caso

Da mesma forma que vimos em relação ao auxiliar perfectivo *ter*, o auxiliar progressivo *estar* se caracteriza por manter as propriedades temáticas e de valoração de Caso do predicado base:

- (19) a. O poeta escreveu um soneto.
b. O poeta está escrevendo um soneto.

A seleção argumental do predicado base (19a) é mantida nas sentenças progressivas, da mesma forma que os mecanismos usados para a valoração do traço de Caso dos

argumentos desse predicado de base. Em todos os casos, os dois argumentos são licenciados por meio de *Agree*. O argumento interno concorda com v^* e o argumento externo concorda com C-T.

Uma conclusão que tiramos desses dados é que o auxiliar *estar* (da mesma forma que o auxiliar perfectivo *ter*) não exerce nenhuma influência na seleção dos argumentos nominais da sentença. Esse é um fato esperado dada a caracterização desse verbo como um auxiliar, um tipo de verbo que, por excelência, não apresenta uma grade temática própria. Outra conclusão dos dados é a de que *estar* não define relações de concordância que licenciam DPs na oração.

Apresentadas as características do auxiliar *estar* e do domínio não finito que com ele interage para a formação das sentenças progressivas, na próxima seção, apresentaremos a nossa análise para a derivação desse verbo e das sentenças no progressivo.

4.2 Derivando o verbo auxiliar *estar* e o domínio não-finito

Nesta seção apresentamos a nossa análise para o verbo auxiliar *estar* e para o domínio não-finito que com ele interage para a formação das sentenças no progressivo.

4.2.1 Sobre a natureza do verbo auxiliar *estar*

A maioria dos trabalhos que propuseram uma análise sintática para o verbo auxiliar *estar* do português analisaram esse verbo como um primitivo lexical, ou seja, um item que existe no Léxico e de lá é selecionado para compor a Numeração associada a uma sentença progressiva. Entre esses trabalhos, podemos citar, por exemplo, Tavares de Macedo (1972), Lobato (1975), Longo (1990), Gonçalves (1996), Mendes (1999), Jönck (2002), Wachowicz (2003), Lunguinho (2005), Ferreira (2009).

Existe uma outra perspectiva de análise na literatura segundo a qual o verbo *estar* (não necessariamente o auxiliar progressivo) é analisado como um verbo que apresenta uma constituição sintática complexa. Essa é a proposta que seguem Schmitt (2005), Avelar (2009a), Gallego & Uriagereka (2009) e Zagona (2010), por exemplo. Apresentamos os pontos básicos de cada uma dessas propostas, de maneira esquemática, a seguir.

Schmitt (2005), estudando as cópulas e as semi-cópulas, propõe tratar o verbo *estar* (em seu uso copulativo) como a realização de um núcleo complexo que combina um v (para ela, um verbalizador) e uma preposição P, que traz a noção de estado como sua informação aspectual. Por ser a combinação de um verbalizador com essa preposição aspectual estativa, a cópula *estar* denota um estado. A estrutura desse verbo é dada abaixo:

Avelar (2004) propõe que o verbo *estar*, em seus usos locativo e possessivo, é a entrada vocabular que corresponde à combinação dos núcleos *v*, *T* e um traço *D*. Esse traço *D* pode estar associado ao complexo [*v*-*T*] por ser um traço intrínseco a *T* ou por estar em adjacência a ele:

Gallego & Uriagereka (2009) também propõem que o verbo copulativo *estar* seja analisado como o resultado da combinação de *ser* mais uma preposição. Essa preposição se origina dentro do complemento XP do verbo *ser* e de lá se move para se incorporar ao verbo *ser* e gerar o verbo *estar*:

Por fim, um último trabalho que atribui uma estrutura de traços complexa para todos os usos do verbo *estar* é Zagana (2010). Para ela, *estar* é um elemento verbal que porta um

traço preposicional não-interpretável, *uP*. Por ser não-interpretável, esse traço preposicional precisa ser checado. No uso auxiliar, que é o que mais nos interessa aqui, *estar* seleciona como complemento um *AspP*, cujo núcleo é uma preposição temporal. É essa preposição que vai checar o traço *uP* de *estar*:

Embora os trabalhos apresentados acima, com exceção de Zagona (2010), não tenham analisado o uso auxiliar de *estar*, todos eles compartilham uma ideia central, que é a de tratar *estar* como um verbo que apresenta uma sintaxe complexa.

Para a análise que desenvolveremos neste capítulo, adotaremos como hipótese de trabalho que o auxiliar *estar* é um verbo derivado na computação sintática a partir da combinação de núcleos sintáticos. A motivação para a adoção dessa hipótese vem dos resultados que obtivemos nos capítulos anteriores ao analisarmos os auxiliares *ter* passivo (capítulo 2) e *ter* perfectivo (capítulo 3) como verbos derivados na sintaxe a partir da combinação de núcleos sintáticos abstratos.

4.2.2 A composição do verbo auxiliar *estar*: a sintaxe de P_{DENTRO}

Uma vez que adotamos como hipótese de trabalho que *estar* não é um primitivo lexical, mas um produto da computação sintática, precisamos definir quais são os núcleos sintáticos relevantes em uma derivação que gera uma sentença progressiva. Seguindo a nossa proposta para a derivação do verbo auxiliar perfectivo *ter*, inspirada em Kayne (1993), vamos propor que as sentenças progressivas também resultam da articulação de três constituintes: o verbo auxiliar abstrato v_{AUX} (o mesmo presente nas sentenças passivas e no perfeito), uma preposição e um domínio não-finito (que corresponde a uma projeção de um gerúndio no português brasileiro e a um infinitivo preposicionado no português europeu). Sendo assim, (24) é a representação parcial de uma sentença no progressivo em português:

Seguindo a nossa hipótese de trabalho, o auxiliar progressivo vai ser o resultado da incorporação (dos traços) da preposição abstrata ao(s) traço(s) do verbo auxiliar abstrato v_{AUX} . A questão que precisamos responder agora diz respeito à natureza dessa preposição que faz parte do verbo auxiliar *estar*. Um primeiro passo em direção a uma resposta a essa questão é o reconhecimento de que os traços (todos eles ou alguns, pelo menos) dessa preposição devem ser diferentes dos traços de P_{DEPOIS} , a preposição que entra na estrutura do perfeito.

Para definir a natureza da preposição abstrata que entra na formação do verbo auxiliar *estar*, vamos adotar a proposta de análise sugerida em Postma (1993), Wachowicz (2003) e Castilho (2005), segundo a qual o verbo *estar*, de alguma maneira, é associado a um traço locativo ou a uma interpretação locativa. Relacionando essa análise à nossa proposta, a fonte desse elemento locativo vai estar na preposição abstrata, tendo em vista que o v_{AUX} ao qual ela se incorpora tem conteúdo semântico mínimo. A partir dessa afirmação, surge a primeira característica da preposição abstrata que entra na estrutura do progressivo: ela é uma preposição de natureza locativa.

Definido esse primeiro traço da preposição que faz parte da estrutura do verbo *estar*, precisamos entender que tipo de preposição locativa é essa. Para tanto, vamos explorar mais uma vez o sistema de representações espaço-temporais proposto por Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997, 2000, 2002, 2005), já apresentado no capítulo 3 desta tese.

Na abordagem das autoras, as categorias funcionais Tempo e Aspecto são tratadas como predicados diádicos, que denotam significados de natureza preposicional e cujo papel é estabelecer relações entre os argumentos temporais da oração, que são: o momento da enunciação (UT-T), o momento da asserção (AST-T) e o momento do evento (EV-T). Como predicados diádicos, cada uma dessas categorias tem dois argumentos temporais. Assim, o momento da enunciação e o momento da asserção são, respectivamente, o argumento externo e o argumento interno da categoria Tempo, ao passo que o momento da asserção e o momento do evento são, respectivamente, o argumento externo e o argumento interno da categoria Aspecto.

Para as autoras, progressivo do inglês (isto é, a combinação de *be-V_{ing}*) é analisado como uma projeção AspP e corresponde a um predicado espaço-temporal que significa DENTRO. Como é uma realização do núcleo funcional Asp, o papel do progressivo vai ser estabelecer uma relação entre os seus dois argumentos, o AST-T (o momento da asserção, seu argumento externo) e o EV-T (seu argumento interno). Dessa forma, uma sentença no progressivo significa que o AST-T se localiza DENTRO do EV-T. Em outras palavras, o progressivo vai operar uma relação de inclusão do AST-T no EV-T. Com base nessa análise, uma sentença no progressivo como (25a) recebe a representação (25b):

(25) a. A menina está lendo o livro.

Nessa sentença, a contribuição de Asp é o progressivo que, como vimos, vai ordenar o AST-T DENTRO do EV-T:

Nessa perspectiva, uma sentença no progressivo sempre terá o AST-T definido como um momento localizado DENTRO do intervalo denotado pelo EV-T, ou seja, AST-T é um subintervalo do EV-T. Por conta disso, em uma sentença no progressivo, nenhuma asserção pode ser feita sobre os pontos inicial e final do evento, uma vez que esses pontos encontram-se fora do escopo do AST-T. Sendo assim, a representação em (26) nos mostra que a única asserção que podemos fazer em relação ao evento [*a menina ler o livro*] é aquela que se refere a um dos seus subeventos, ou seja, só podemos dizer que esse evento está em progresso.

Ainda falta avaliarmos a contribuição do núcleo T para a interpretação da sentença. Sabemos que T tem como argumentos temporais o UT-T (momento da enunciação, seu

argumento externo) e o AST-T (momento da asserção, seu argumento interno). Esse núcleo está no presente, logo, corresponde à interpretação DENTRO. Seu papel vai ser ordenar seus argumentos com base em sua interpretação. Assim, a contribuição de T vai ser ordenar UT-T DENTRO do AST-T. Em (27) temos a representação completa da sentença (25a):

O papel do progressivo é, portanto, idêntico ao papel do presente: ambos relacionam os intervalos de tempo e estabelecem entre eles a relação de inclusão, DENTRO.

Adaptando a proposta de Demirdache e Uribe-Etxebarria para o progressivo à nossa própria análise, vamos assumir que é a preposição locativa que existe na estrutura do progressivo que opera a relação de inclusão do AST-T DENTRO do EV-T. Ao fazer isso, assumimos que AST-T e EV-T são argumentos temporais dessa preposição. Em outras palavras, o papel que Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997, 2000, 2002, 2005) reservavam para o núcleo Asp, no contexto da nossa proposta, passa a ser desempenhado pela preposição. Ou seja, a preposição abstrata que entra na estrutura do progressivo também funciona como um elemento de natureza aspectual, da mesma como definimos a preposição que entra na estrutura do perfeito.

Dessa forma, *estar* é o verbo auxiliar que se forma a partir da incorporação da preposição locativa P_{DENTRO} aos traços do verbo auxiliar abstrato v_{AUX} , como vemos abaixo:

Essa análise para o verbo auxiliar *estar* tem como consequência a sua identificação com um verbo locativo. Essa é justamente a interpretação que Schachter (1983) dá ao verbo auxiliar *be* do inglês. Para ele, esse auxiliar, no progressivo, adquire o significado de “inclusão”, que, por sua vez, é um significado derivado do sentido locativo de *be*, que é “estar localizado”.

Uma outra consequência dessa nossa proposta é a identificação do progressivo como um tipo de sentença locativa. Na seção seguinte, argumentaremos que existem evidências em favor dessa caracterização para as sentenças progressivas.

4.2.3 Evidência translinguística: a base locativa

Embora as línguas do mundo se utilizem de diferentes estruturas para construir uma sentença progressiva, essas estruturas exibem sempre uma base comum: o progressivo é/ou deriva de um tipo de expressão locativa (Comrie 1976; Heine 1993; Bybee, Perkins & Pagliuca 1994). Essa conexão do progressivo com as expressões locativas pode ser resumida na citação abaixo:

The majority of progressive forms in our database derive from expressions involving locative elements (...) The locative notion may be expressed either in the verbal auxiliary employed or in the use of postpositions or prepositions indicating location - *at*, *in*, or *on*. The verbal auxiliary may derive from a specific postural verb, such as *sit*, *stand*, or *lie*, or it may express the notion of being in a location without reference to a specific posture but meaning only *be at*, *stay*, or, more specifically, *live* or *reside*. (...) The form of the main verb is usually nominal (cited as a verbal noun or a gerund), although serial constructions are attested.

Bybee, Perkins & Pagliuca (1994 : 129-130)

Para ilustrar essa relação do progressivo com as expressões locativas, apresentaremos dados de algumas línguas, que usam adposições locativas como elementos essenciais na estruturação dos seus progressivos. Como veremos, as estruturas dos progressivos variam de língua para língua, mas o que se mantém constante em todas é o fato de essas estruturas sempre apresentarem a adposição locativa, o que confirma o seu papel essencial na arquitetura das sentenças progressivas.

Tomando como base o tipo de estrutura usada para veicular o progressivo, os dados que apresentaremos podem ser agrupados em três padrões: a) adposição – forma verbal não-finita; b) cópula/auxiliar – adposição – forma verbal não-finita e c) verbo – adposição – forma nominal (nome ou nominalização).

O primeiro padrão é ilustrado pelo chinês mandarim, que combina a preposição *zai* com uma forma não-finita do verbo para formar uma sentença progressiva:

- (29) Ta zai kanshu
 ele ZAI estudar
 ‘Ele está estudando’

(Woo 2011:2)

Essa preposição é a mesma empregada em construções locativas, confirmando a proximidade entre essas sentenças e as sentenças progressivas:

- (30) Ta zai tushuguan
 ele ZAI biblioteca
 ‘Ele está na biblioteca’ (Woo 2011:2)

No segundo padrão, a estrutura do progressivo envolve a combinação de três elementos, um verbo copulativo ou auxiliar, a adposição locativa e uma forma não-finita do verbo principal:

- (31) Mende
 Nya lo tewe-ma
 1-PRES AUX cortar-LOC
 ‘Eu estou cortando’ (Anderson, 2006: 97)

- (32) Alemão
 Ich bin am trinken
 Eu sou PRT beber-INF
 ‘Eu estou bebendo’ (Barrie & Spreng 2009: 375)

- (33) Holandês
 Ik bem het huis aan het bouwen
 Eu sou DET casa PREP DET construir-INF
 ‘Eu estou construindo a casa’ (Demirdache & Uribe-Etxebarria 2000: 178)

- (34) Gaélico escocês
 Bha Calum ag òl uisge beatha
 ser-PASS Calum AG bebendo uísque
 ‘Calum estava bebendo uísque’ (Adger & Ramchand 2003: 330)

(35) Galês

Mae ef yn ei daro (ef)

é ele ASP 3.SG.MASC machucar

‘Ele o está machucando’

(Roberts 2005: 103)

O terceiro padrão é ilustrado pelo basco, que utiliza um verbo, uma posposição e uma forma nominal (nome ou nominalização) para construir as sentenças progressivas⁶⁴:

(36) a. emakume-a adntza-n ari da

mulher-DET dança-LOC envolvida/ocupada é

Literalmente: ‘A mulher está envolvida/ocupada na dança’

‘A mulher está dançando’

b. emakume-a ogi-a ja-te-n ari da

mulher-DET pão-DET comer-NOMLZ-LOC envolvida/ocupada é

Literalmente: ‘A mulher está envolvida/ocupada em comer o pão’

‘A mulher está comendo o pão’

(Laka 2006: 174)

Os dados acima podem ser usados em favor de nossa proposta de caracterizar as sentenças progressivas do português como estruturas que englobam um núcleo preposicional locativo, P_{DENTRO} . A diferença entre essas línguas e o português reside na sintaxe dessas preposições: enquanto a preposição locativa do português se incorpora a v_{AUX} , resultando no auxiliar *estar*, as preposições nas línguas apresentadas nesta seção não se incorporam aos verbos que com elas coocorrem, sendo realizadas abertamente.

4.2.4 A sintaxe do domínio não-finito

Já vimos na seção 4.1.2.1 que o verbo auxiliar *estar* pode ser complementado, tanto por um gerúndio, quanto por um infinitivo preposicionado. Naquela ocasião, também apontamos que o tipo sintático desse complemento define uma área de variação entre o português brasileiro e o português europeu: o auxiliar *estar* seleciona um gerúndio no português brasileiro e um infinitivo preposicionado no português europeu.

⁶⁴ Na representação que Laka (2006: 174-175) oferece para esses exemplos, *da* é um item funcional inserido como núcleo de IP.

- (37) a. A Maria está comendo uma maçã. (português brasileiro)
 b. A Maria está a comer uma maçã. (português europeu)

Nossos objetivos nesta seção são analisar como se dá a relação entre os traços do auxiliar e os do domínio não-finito, bem como definir com exatidão a natureza sintática desse domínio selecionado pelo auxiliar *estar* nas duas variedades do português.

Começemos com a relação de seleção entre os componentes de uma sentença progressiva. De acordo com a nossa representação para as sentenças no progressivo, o domínio não-finito é selecionado pela preposição P_{DENTRO} e a projeção dessa preposição é complemento do v_{AUX} , o verbo auxiliar abstrato, como vemos abaixo:

As relações entre os traços são estabelecidas da seguinte maneira. A preposição P_{DENTRO} valora o traço aspectual da forma verbal, atribuindo-lhe o valor [imperfectivo]. No componente semântico, esse traço vai estar associado a uma leitura durativa do evento. O traço [uV] do verbo auxiliar abstrato vai ser checado pela presença de um verbo no seu complemento.

Passemos agora a investigar a natureza sintática do complemento do verbo auxiliar *estar*. O nosso foco de atenção vai estar na variedade que caracteriza o português brasileiro, em que *estar* se combina com a forma de gerúndio.

Há na literatura pelo menos três maneiras de analisar a natureza sintática do complemento do verbo auxiliar progressivo. Ele pode ser definido como uma projeção temporal (Julien 2001) ou como uma projeção aspectual, AspP ou GerP (Borgonovo 1992, Tortora 1994, Gonçalves 1996, Corso 2002, Jönck 2002, Wachowicz 2003, Rech 2009).

Para sabermos qual é a natureza exata dessa projeção em português, vamos seguir os passos que seguimos no capítulo anterior, em que determinamos a natureza sintática da projeção selecionada pelo auxiliar perfectivo *ter*.

Começamos a análise avaliando a possibilidade de esse domínio não-finito corresponder à projeção de um TP. Para tanto, vejamos como ele se comporta frente a dois testes: a) o licenciamento de adjuntos adverbiais com valores temporais diferentes e b) o licenciamento de duas posições para a negação sentencial:

(39) Licenciamento de adjuntos adverbiais com valores temporais diferentes

- a. Os alunos estavam ontem reclamando do professor novo.
- b. *Os alunos estavam ontem reclamando do professor novo hoje.

A impossibilidade de sentenças progressivas licenciarem dois adjuntos adverbiais com valores temporais diferentes nos mostra que, nessas sentenças, não existem dois domínios temporais distintos. O que o contraste em (39) nos mostra é que existe apenas um domínio temporal para toda a sentença, codificado pelo núcleo funcional T.

Vejamos como essas sentenças se comportam frente à possibilidade de licenciamento de mais de uma posição para a negação sentencial:

(40) Licenciamento da negação sentencial

- a. A paciente não estava tomando os remédios direito.
- b. *A paciente estava não tomando os remédios direito.
- c. *A paciente não estava não tomando os remédios direito.

Como vemos, as sentenças progressivas não licenciam uma posição de negação sentencial no domínio não-finito. Existe apenas uma posição para a negação sentencial e ela se encontra associada ao verbo auxiliar. Assumindo a argumentação em Zanuttini (1996) e Laka (1990) que a negação sentencial é dependente da presença de um núcleo temporal (ativo) na derivação, somos levados a considerar que o domínio do verbo principal não se caracteriza pela presença de um núcleo funcional T.

Com isso, chegamos à conclusão de que o domínio não finito que *estar* seleciona no progressivo corresponde a uma projeção de natureza aspectual: AspP. Com esse resultado, a derivação das sentenças com *estar* fica idêntica à derivação das sentenças com o auxiliar perfectivo *ter*. Ambas se compõem de três constituintes, que são um verbo auxiliar abstrato, uma preposição abstrata e uma projeção aspectual, selecionada por essa projeção.

Resta-nos definir com exatidão a posição em que AspP é inserido na derivação. Já vimos que há evidência para duas posições para esse núcleo na sintaxe do português: uma

posição mais baixa que é usada nas passivas e uma posição mais alta usada no perfeito. Em qual dessas duas posições o AspP gerundivo é projetado?

Vimos na seção 4.1 que o verbo *estar* não impõe nenhum tipo de restrição quanto à classe sintática do predicado com o qual se combina:

- (41)
a. O macaco está comendo as bananas.	(verbo transitivo)
b. Todos estavam correndo.	(verbo inergativo)
c. As plantas estão morrendo.	(verbo inacusativo)
d. A porta está ficando fechada à noite.	(verbo copulativo)
e. A empresa está sendo pressionada.	(verbo auxiliar)

Ainda tínhamos visto que *estar* não altera as relações temáticas e casuais do predicado base:

- (42)
a. As crianças cortaram papel celofane.
b. As crianças estão cortando papel celofane.

Esses dois fatos servem como evidência em favor de propor que o núcleo AspP que *estar* seleciona se localiza acima da projeção verbal que define os papéis temáticos (v^*P e VP) e que vamos definir como XP, por comodidade. Com isso, chegamos à seguinte representação de uma sentença progressiva do português:

Como se pode ver, a estrutura das sentenças progressivas é semelhante à estrutura das sentenças no perfeito.

Agora que apresentamos o esqueleto estrutural de uma sentença progressiva, passamos a derivar as sentenças progressivas do português brasileiro e as do português europeu.

4.2.5 Derivando a variação: progressivos em português brasileiro e português europeu

Uma vez apresentada a análise estrutural para as sentenças progressivas, cabe-nos agora derivar a variação que havíamos apontado no início deste capítulo entre o português brasileiro e o português europeu, no que se refere ao domínio não-finito selecionado pelo auxiliar *estar*. Começemos apresentando a análise para o progressivo do português brasileiro, que, como já sabemos, se constrói com base na combinação do auxiliar *estar* com um gerúndio.

Uma sentença como (44a) é derivada conforme (44b):

As relações que mais nos interessam nessa derivação são as que envolvem a preposição locativa P_{DENTRO} e o auxiliar abstrato v_{AUX} . A primeira delas é a seleção que essa preposição faz da projeção AspP. Vejamos como essa relação acontece.

Quando Asp é inserido na derivação, esse núcleo atrai o verbo para satisfazer sua natureza afixal. Em seguida a projeção AspP é concatenada com P_{DEPOIS} . Como propusemos, essa preposição valora o traço aspectual de Asp como [imperfectivo]. No componente morfológico, quando esse traço for realizado, a natureza afixal de Asp vai se revelar, pois o traço [imperfectivo] vai ser realizado como o afixo *-ndo* que se anexa ao verbo, dando origem à forma de gerúndio.

A outra relação relevante é a que forma o auxiliar progressivo. Depois que a projeção de P_{DENTRO} se forma, ela é concatenada ao auxiliar abstrato v_{AUX} , e P_{DENTRO} se incorpora a v_{AUX} , formando o complexo $[P_{\text{DENTRO}} v_{\text{AUX}}]$ que, no componente morfológico, vai ser realizado como o verbo auxiliar *estar*. O auxiliar abstrato traz para a derivação o seu traço $[uV]$, que precisa ser checado. Ao se concatenar com a projeção da preposição locativa P_{DENTRO} , esse traço é satisfeito porque essa projeção domina AspP, que por sua vez tem um verbo incorporado ao seu núcleo. Assim, os traços dos componentes de uma sentença progressiva do português brasileiro são licenciados.

Passemos à descrição da derivação da sentença progressiva (45a), a contraparte progressiva de (44a), no português europeu.

(45) a. As crianças estão a ver um filme.

As relações de valoração são as mesmas observadas para o português brasileiro: a preposição locativa P_{DENTRO} valora o traço aspectual de Asp como [imperfectivo]. A diferença entre o português europeu e o português brasileiro vai se localizar nos traços do Asp selecionado por P_{DEPOIS} : enquanto esse núcleo é [+afixal] no português brasileiro, no português europeu, ele é [-afixal]. Isso vai ter como consequência o fato de o verbo não se mover para Asp nas sentenças progressivas do português europeu. No componente morfológico, esse

traço vai ser realizado por um morfema livre, o marcador aspectual *a* (Gonçalves 1996, Mothé 2007). Como o verbo se encontra dissociado do núcleo Asp, ele é realizado como um infinitivo, que podemos interpretar como uma forma não-finita desprovida de aspecto (Camara Jr 1970, Pontes 1972, Almeida 1983, Travaglia 1985).

Vejamos como o auxiliar abstrato tem seu traço [*uV*]. Assim que a projeção da preposição locativa se forma, essa projeção é concatenada com v_{AUX} . Como sabemos, o traço [*uV*] desse auxiliar precisa ser checado. Como essa checagem se dá? No português europeu, ela se faz normalmente, sem violar a Condição de Impenetrabilidade da Fase (PIC), que é assim definida, tomando H como o núcleo de uma Fase HP:

(46) *Condição de Impenetrabilidade da Fase* (Chomsky 2001: 13)

O domínio de H não é acessível a operações fora de HP; apenas H e sua fronteira são acessíveis a tais operações.

Assumindo com Chomsky (1999, 2001) que v^* é uma Fase, nas sentenças progressivas do português europeu, com o movimento do verbo *ver* de V para v^* , ele consegue escapar dos efeitos da Condição de Impenetrabilidade da Fase e estar acessível para que o auxiliar abstrato possa valorar seu traço [*uV*]. Caso esse verbo permanecesse dentro do VP, no momento que a Fase v^*P se completasse, o domínio dessa Fase (ou seja, o VP) seria mandado para *Spell Out*, levando consigo o verbo *ver*, tornando-o inacessível para a computação posterior. Assim, no momento que o v_{AUX} entrasse na derivação, ele não teria como checar o seu traço [*uV*], o que levaria a derivação ao fracasso.

O maior resultado a que chegamos com a proposta apresentada nesta seção foi o de reduzir a variação linguística existente entre as formas de progressivo no português brasileiro e no português europeu à propriedade [$\pm$ afixal] do núcleo funcional Asp selecionado por P_{DENTRO} . No português europeu, esse núcleo tem o traço [-afixal], enquanto que no português brasileiro ele tem o traço [+afixal]. Essa diferença vai ser responsável pelas diferentes expressões do progressivo nas duas variedades linguísticas em estudo e aparece resumida abaixo⁶⁵:

⁶⁵ Gonçalves (1996:28) assume que o marcador aspectual *a* constitui um morfema descontínuo com a marca de infinitivo *-r*, estando em alguns contextos em distribuição complementar com o gerúndio. Essa distribuição complementar entre gerúndio e infinitivo preposicionado no progressivo, poderia nos levar a analisar o gerúndio como a combinação de um verbo com um núcleo preposicional abstrato. A esse respeito, ver Fábregas (2007) e Gallego (2010). Deixamos a discussão dessa hipótese para um trabalho futuro.

(47) Os traços de Asp e a derivação da variação no progressivo

4.3 Uma área de variação no português brasileiro: a ordem entre *ter* e *estar*

Como havíamos dito na seção 4.1.1.2, enquanto a agramaticalidade de sequências de auxiliares como (48a) é unânime em português brasileiro, o mesmo não se pode dizer dos julgamentos em relação a exemplos como (48b):

- (48) a. *O sistema operacional está tendo apresentado muitas falhas.
 b. O sistema operacional tem estado apresentando muitas falhas.

Pimenta-Bueno (1983) trata sequências do tipo de (48b) como agramaticais, uma vez que, para ela, os auxiliares *ter* e *estar* são dois verbos que se excluem no português.

Consideramos essas sentenças perfeitamente gramaticais, mas, consultando outros falantes, verificamos uma variação quanto aos julgamentos: para alguns essa sentença era perfeitamente gramatical, enquanto que, para outros, ela era agramatical (ou, no mínimo, degradada), compartilhando, assim, o julgamento apresentado por Pimenta-Bueno.

Com isso, chegamos ao que parece ser uma interessante área de variação dentro do português brasileiro, em que duas gramáticas regem a distribuição dos verbos auxiliares *estar* e *ter*, formadores, respectivamente, do progressivo e do perfeito:

(49) Distribuição dos auxiliares *ter* e *estar*: áreas de variação no português brasileiro

Dados relevantes	Gramáticas	
	<i>Gramática₁</i>	<i>Gramática₂</i>
(48a) O sistema operacional está tendo apresentado muitas falhas.	*	*
(48b) O sistema operacional tem estado apresentando muitas falhas.	*	✓

Para os propósitos desta tese, denominaremos de gramática₁ o sistema descrito por Pimenta-Bueno e que se caracteriza pela agramaticalidade de (48a) e (48b). A gramática₂ será tomada aqui como o nosso próprio sistema de conhecimento linguístico sobre o português brasileiro, cujo padrão se caracteriza pela agramaticalidade de dados como (48a) e pela gramaticalidade de dados como (48b)⁶⁶. A seguir descreveremos como cada uma dessas gramáticas se organiza, na tentativa de explicar os padrões observados.

4.3.1 A organização da gramática₁: a restrição sintática

Laca (2004, 2005) argumenta em favor da não-recursividade da projeção responsável por codificar aspecto sintático, AspP (não confundir com a nossa projeção AspP, cujos traços são realizados pelas formas de gerúndio e de particípio passado). Para a autora, uma sentença consiste do seguinte arranjo de núcleos sintáticos:

Nessa proposta, o VP mais encaixado é o verbo base que contém a eventualidade em questão. O segundo VP é a projeção de um verbo que serve para modificar a eventualidade contida no VP mais baixo (esse verbo forma um tipo de perífrase aspectual que a autora denomina perífrases modificadoras de eventualidade). Acima temos a projeção de aspecto (sintático), que, para a autora, é uma projeção não-recursiva e que abriga alguns verbos que formam um outro tipo de perífrase aspectual, as perífrases de aspecto sintático. Acima de AspP vem o TP. O papel dessas projeções últimas projeções é, respectivamente, exprimir uma relação entre o AST-T e o EV-T (Asp) e exprimir uma relação entre o UTT-T e o AST-T (T), tal como proposto por Demirdache & Uribe-Extebarria (1997, 2000, 2002).

Levando em consideração a hipótese de Laca (2004, 2005) sobre a não-recursividade de AspP, uma maneira de entender o que se passa na gramática₁ seria assumir que nela os auxiliares *ter* e *estar* estão associados a um mesmo núcleo funcional, não-recursivo, que aqui

⁶⁶ Esse sistema é compartilhado por outros autores como Tavares de Macedo (1972), Pontes (1973), Lobato (1975), Perini (1976), Longo (1991), Lunguinho (2005) e Rech (2009).

chamaremos de FP⁶⁷. Com essa proposta, as sentenças (48a) e (48b) são agramaticais porque há dois auxiliares disputando uma mesma posição sintática:

Além de barrar sequências de auxiliares *ter* e *estar*, essa descrição da gramática₁ também prevê como agramaticais combinações de um mesmo auxiliar, como ilustrado a seguir:

- (52) a. *Dois atletas tinham tido se machucado.
 b. *Dois atletas estão estando treinando.

Para esses casos, vale a mesma explicação dada acima, ou seja, os auxiliares estão competindo pela mesma posição estrutural.

Notemos que, para explicar todos os exemplos acima, a gramática₁ se vale apenas da restrição estrutural: há apenas uma posição disponível e mais de um candidato para ocupar essa posição.

4.3.2 A organização da gramática₂: restrições semânticas e morfológicas

Para descrever o que se passa na gramática₂, a explicação deve ser de outra natureza, tendo em vista que pelo menos uma das combinações de auxiliares *ter* e *estar* é gramatical, (48b). A possibilidade de combinar esses dois auxiliares é um indício de que, nessa gramática, eles estão associados a posições distintas, ou que a restrição à recursividade da categoria funcional FP não é ativa. Vamos assumir que, na gramática₂, a restrição à recursividade de FP não é ativa e vamos perseguir a hipótese de que, apesar de *ter* e *estar* serem auxiliares que podem coocorrer, seu ordenamento não é livre, mas regido por restrições de natureza

⁶⁷ Para facilitar a exposição, estamos denominando essa projeção como FP, uma vez que já usamos o rótulo AspP para a projeção associada às formas não-finitas de particípio e gerúndio. Convém ressaltar que, apesar dessa diferença notacional, nosso FP é perfeitamente compatível com o AspP proposto por Laca (2004, 2005). Deixaremos em aberto como esses auxiliares chegam à FP, se por meio de *Merge* externo (do componente proposicional P_{EM}/P_{DEPOIS}) ou por *Merge* interno (movimento), nos termos de Chomsky (2001, 2004, 2007, 2008). Além disso, vamos simplificar a representação desses auxiliares e, em vez de apresentá-los como [v_{AUX} + P], vamos simplesmente apresentá-los como *ter* e *estar*.

semântica e morfológica. Essas restrições serão responsáveis pelos padrões observados nessa gramática.

Uma das restrições que regem o ordenamento entre esses dois auxiliares é apresentada por Demirdache & Uribe-Etxebarria (2000, 2002). Vamos adotar a proposta das autoras e vamos descrevê-la, usando as adaptação sugerida nesta tese.

Como já vimos, as autoras tratam o progressivo como um núcleo aspectual com significado de DENTRO e o perfeito, como um outro núcleo aspectual com significado de DEPOIS. Esses núcleos tomam como argumento interno o AST-T e como argumento externo o EV-T. Nesta tese, reinterpretamos esses núcleos aspectuais como preposições abstratas P_{DENTRO} e P_{DEPOIS} que se incorporam aos traços do auxiliar abstrato v_{AUX} e derivam os auxiliares *estar* e *ter*, respectivamente. Assim, o papel que as autoras atribuem aos núcleos aspectuais é reanalisado como o papel que os auxiliares *estar* e *ter* desempenham (ou pelo menos é o papel que desempenha a contraparte preposicional que integra a estrutura desses auxiliares): orde o momento da asserção AST-T (seu argumento externo) em relação ao momento do evento EV-T (seu argumento interno). Nessa perspectiva, os dois ordenamentos possíveis são os seguintes:

- (53) a. progressivo: AST-T DENTRO do EV-T
b. perfeito: AST-T DEPOIS do EV-T

Em sentenças com mais de um núcleo aspectual, as autoras assumem que há um AST-T para cada núcleo, mas apenas um EV-T para a sentença toda. Nesse caso, um núcleo aspectual mais alto vai ter como argumento externo o seu AST-T e como argumento interno o AST-T relacionado ao núcleo aspectual imediatamente inferior. Na adaptação aqui proposta, são os núcleos preposicionais (P_{DENTRO} e P_{DEPOIS}) que vão entrar na computação sintática e trazer para ela os AST-Ts. A livre combinação desses dois núcleos resulta em quatro possibilidades de ordenamento entre os auxiliares *ter* e *estar* que são ilustradas em (54):

- (54) a. O sistema operacional tem estado apresentando muitas falhas.
b. *O sistema operacional está tendo apresentado muitas falhas.
c. *O sistema operacional está estando apresentando muitas falhas.
d. *O sistema operacional tem tido apresentado muitas falhas.

Como se vê, dessas quatro possibilidades, apenas uma é gramatical. O desafio agora é ver como o sistema proposto permite (54a) e exclui as demais sentenças. A representação em (55) deixa mais clara a derivação de cada uma das sentenças em (54), bem como traz os ordenamentos entre os momentos AST-T e EV-T em cada caso:

(55)

Sentença	Núcleos P	Ordenamento temporal
(54a)	P _{DEPOIS}	P _{DENTRO} [EV-T [AST-T ₁]] [AST-T ₂] / [EV-T [AST-T ₁] [AST-T ₂]]
(54b)	P _{DENTRO}	[EV-T] [AST-T ₁ [AST-T ₂]]
(54c)	P _{DENTRO}	[EV-T [AST-T ₁ [AST-T ₂]]]
(54d)	P _{DEPOIS}	[EV-T] [AST-T ₁] [AST-T ₂]

Na representação da sentença (54a), a preposição P_{DENTRO} vai ordenar o AST-T₁ como DENTRO do EV-T trazido pelo v*P e a preposição P_{DEPOIS} vai ordenar o AST-T₂ como DEPOIS do AST-T₁. Com base no sistema proposto por Demirdache & Uribe-Etxebarria (2002), há duas possibilidades de alocarmos o AST-T₂ em relação ao AST-T₁: ou ele está incluído no EV-T ou fora dele. Nos dois casos, o papel de P_{DEPOIS} está sendo respeitado: ela ordena AST-T₂ DEPOIS do AST-T₁. O que cada preposição faz é introduzir um novo ponto de vista em relação ao EV-T: P_{DENTRO} focaliza um intervalo de tempo (AST-T₁) que é propriamente contido no EV-T (progressivo) e P_{DEPOIS} focaliza um outro intervalo que se localiza antes depois do

AST-T₁ (perfeito). Devido ao fato de cada preposição introduzir um ponto de vista diferente em relação ao EV-T, a sentença é gramatical.

Na sentença (54b), P_{DEPOIS} organiza o AST-T₁ como DEPOIS do EV-T e a preposição P_{DENTRO}, por sua vez, ordena o AST-T₂ como DENTRO do AST-T₁. Seguindo Demirdache & Uribe-Etxebarria (2000) o que há de errado nessa representação é o fato de o AST-T₂ estar propriamente incluído no AST-T₁. Como consequência disso, não se verifica nenhuma alteração no ponto de vista em relação ao EV-T. O fato de não haver mudança de ponto de vista é suficiente para excluir esse tipo de sentença, pois, para as autoras, existe uma restrição à recursão do aspecto, segundo a qual não é permitida a introdução de um elemento aspectual (um progressivo ou um perfeito) cujo resultado não seja uma mudança de ponto de vista, ou introduza um tipo de alteração cujo resultado é vácuo (Demirdache & Uribe-Etxebarria 2000: 173).

Vejamos como essa restrição explica a agramaticalidade de (54b). Como vimos, a preposição P_{DEPOIS} veicula um ponto de vista em relação ao momento do evento ao focalizar um intervalo de tempo depois desse momento. Ao introduzirmos P_{DENTRO}, o ponto de vista em relação ao EV-T não muda, pois o que essa preposição vai fazer é localizar o AST-T₁ dentro do AST-T₂. Estando dentro de AST-T₂, o AST-T₁ é propriamente contido nesse intervalo. Sendo propriamente contido em AST-T₂, AST-T₁ é não-distinto de AST-T₂. Logo, P_{DENTRO} não introduz um ponto de vista diferente em relação ao EV-T e, nesse exemplo, o seu papel é semanticamente vácuo. Por ser vácuo é que a sentença é agramatical. Dessa maneira, a gramática₂ exclui sentenças como (54b), apelando para uma restrição semântica sobre a recursividade da informação aspectual.

A sentença (54c) é excluída pela mesma razão que a sentença (54b). A preposição P_{DENTRO} mais encaixada vai localizar o seu AST-T₁ dentro do EV-T enquanto a P_{DENTRO} superior vai localizar o AST-T₂ dentro do AST-T₁. Com isso, se gera mais uma vez uma inclusão própria do AST-T₂ no AST-T₁, cujo resultado é vácuo, ou seja, não há alteração do ponto de vista em relação ao EV-T, o que torna a sentença agramatical.

Por fim, vejamos como a sentença (54d) é analisada nessa perspectiva. A preposição P_{DEPOIS} hierarquicamente inferior vai ordenar o seu AST-T₁ depois do EV-T e a preposição P_{DEPOIS} mais alta vai ordenar o AST-T₂ depois do AST-T₁. Dentro do sistema proposto pelas autoras, essa representação é perfeitamente possível, uma vez que não há operações cujo resultado seja vácuo. O que faz, então, com que ela não se atualize em português? Propomos, com base em Said Ali (1964), Lobato (1975) e Lunguinho (2005), que o que torna (54d) agramatical é uma restrição de natureza morfológica: não existe no paradigma do auxiliar perfectivo *ter*

nenhuma forma de particípio passado, nem passivo, nem perfectivo (a esse respeito, ver 4.1.1.2). Se falta essa forma a esse verbo, ele não vai poder aparecer em contextos em que ela seja exigida, como na posição de complemento do verbo auxiliar *ter*.⁶⁸

Com isso apresentamos uma proposta de explicação para os padrões observados na gramática₂. Como vimos, essa gramática se caracteriza por permitir a livre combinação de auxiliares *ter* e *estar* na sintaxe, cabendo a restrições de natureza semântica e morfológica o papel de permitirem ou excluïrem derivações, tomando como base sua compatibilidade ou não com essas restrições.

Nesta seção foi detectada uma área de variação no português brasileiro, relativa à ordem entre os auxiliares *ter* perfectivo e *estar* progressivo. Essa área de variação foi analisada em termos de duas gramáticas com uma diferente organização. A gramática₁ se caracteriza por uma restrição sintática que impede qualquer tipo de coocorrência entre os auxiliares em questão. Já a gramática₂ permite a associação entre *ter* e *estar*, mas essa associação é restrita por fatores semânticos e morfológicos. O fato de as duas gramáticas descritas rejeitarem igualmente (54b), (54c) e (54d) e divergirem apenas quanto à gramaticalidade de (54a), poderia ser usado como argumento em favor da hipótese de que elas apresentam mais semelhanças do que diferenças. No entanto, levando em consideração a nossa proposta de explicação, essa semelhança é ilusória, uma vez que as duas gramáticas se valem de mecanismos distintos para rejeitar as mesmas sentenças. É também devido à atuação desses diferentes mecanismos que emergem contrastes como o que se vê em relação ao diferente estatuto que cada gramática atribui a sentenças como (54a).

4.4 Conclusões parciais

O foco principal deste capítulo foi o verbo auxiliar *estar* e o domínio não-finito selecionado por ele para a construção das sentenças progressivas do português.

Esse verbo foi analisado da mesma forma que o verbo *ter* perfectivo. Seguindo a linha de análise proposta por Kayne (1993), *estar* foi tratado como um produto derivacional. Os ingredientes básicos que entram na estrutura desse verbo são um verbo auxiliar abstrato e uma preposição locativa abstrata. Dessa combinação resulta o verbo *estar*, que apresenta como função básica servir como um instrumento de localização do AST-T dentro do EV-T. O

⁶⁸ Em línguas nas quais tal restrição morfológica não existe, essa representação é gramatical, gerando formas como o *passé surcomposé* e o *passato surcomposto* no domínio das línguas românicas ou como os auxiliares duplos nas línguas germânicas. A esse respeito, ver Demirdache & Uribe-Etxebarria (2002), Laca (2005) e Polletto (2009).

gerúndio do português brasileiro foi analisado como a projeção de um núcleo AspP selecionado pela preposição locativa abstrata e que dela recebe valor para o seu traço aspectual. Esse núcleo Asp, em português brasileiro, apresenta um traço [+afixo] que vai forçar o movimento do verbo até ele. Da combinação do verbo com o traço [imperfectivo] de Asp resulta a forma de gerúndio.

Os fatos do português europeu são analisados da mesma forma, mas a diferença é que AspP nessa língua tem traço [-afixo], que resulta em ausência do movimento do verbo para Asp, acarretando a realização desse núcleo pela preposição aspectual *a*.

Na seção 4.3 tratamos de uma interessante área de variação no português brasileiro envolvendo a ordem entre os auxiliares *ter* e *estar*. Essa variação foi analisada com base na existência de duas gramáticas regulando o uso desses dois auxiliares. Em uma gramática os dois auxiliares estão associados à mesma projeção sintática, o que explica a impossibilidade de os dois verbos coocorrerem. Na outra gramática, os verbos estão associados a diferentes posições e o seu ordenamento resulta de restrições de natureza semântica e morfológica.

Capítulo V

O verbo auxiliar *ir* e a articulação de núcleos sintáticos

Neste capítulo apresentamos uma proposta de análise para o verbo auxiliar de futuro *ir*. Para tanto, na seção 5.1 apontamos, de maneira muito breve, a situação geral de variação linguística no domínio da referência futura no português brasileiro. Nas demais seções do capítulo, analisamos as características da variante denominada futuro perifrástico, por ser essa a variante que emprega o verbo auxiliar *ir*. Na seção 5.2, apresentamos três características do verbo *ir*, que compõe essas perífrases: a) seu paradigma morfológico defectivo, b) sua ordem fixa na sequência de auxiliares e c) a ausência de restrições de seleção. O foco da seção 5.3 é mostrar como esse verbo auxiliar *ir* foi tratado na literatura gerativista sobre o português. Apresentamos e avaliamos criticamente duas propostas, a saber, Lunguinho (2005) e Ferreira (2009). Como veremos, essas propostas encontram dificuldades em relação às previsões que fazem e esses problemas são o ponto de partida para a nossa análise do verbo auxiliar *ir*. A proposta de análise para a derivação das sentenças com o futuro perifrástico é o tema da seção 5.4. Em linhas gerais, a interpretação de futuro vai ser tomada como o resultado da articulação de dois núcleos sintáticos: um núcleo modal *woll* e o núcleo temporal (TP). O verbo auxiliar *ir* é tratado como um verbo modal, uma instância de *woll*. Na seção 5.5, destacamos duas consequências dessa proposta: a) como a natureza modal de *ir* pode ser confirmada e b) como essa análise pode nos ajudar a compreender as coocorrências de verbos *ir*. Na seção 5.6, mostramos como o futuro morfológico pode ser interpretado no contexto da presente proposta. Nessa seção, também incorporamos os futuros morfológicos na análise. Esse tipo de futuro também vai se construir usando as mesmas peças que estão na base dos futuros perifrásticos, ou seja, usando a combinação do núcleo modal *woll* com o núcleo T. Com essa análise, abrimos uma via para o entendimento da natureza cíclica do futuro (do português e das Línguas Românicas em geral), que se caracteriza por períodos em que esse conceito se expressa, ora por meio de uma perífrase, ora por meio de um morfema flexional.

A análise descrita nas seções 5.4, 5.5 e 5.6 leva naturalmente à seção 5.7, em que tratamos de um fenômeno denominado sobreposição de futuros, que se caracteriza pela presença do auxiliar *ir* flexionado no futuro (como *irei* / *iria*) seguido de verbo no infinitivo. Nosso objetivo é apresentar uma derivação para os dados com sobreposição de futuros de

modo a captar como a interpretação de futuro se constrói nesses casos, bem como derivar as características dessa construção.

5.1 Da expressão da futuridade em português: variação e gramaticalização

Muitos trabalhos têm se voltado à descrição dos meios de expressão do futuro em português brasileiro e a conclusão geral desses trabalhos é de que existe, nessa língua, uma situação de variação na expressão da referência futura que envolve quatro variantes: o presente, o futuro simples (morfológico), o futuro perifrástico com auxiliar *ir* e o futuro simples perifrástico. Cada uma dessas variantes é apresentada abaixo:

(1)	a. Amanhã eu levo os livros para você.	(presente)
	b. Amanhã eu levarei os livros para você.	(futuro morfológico)
	c. Amanhã eu vou levar os livros para você.	(futuro perifrástico)
	d. Amanhã eu irei levar os livros para você.	(futuro simples perifrástico)

No exemplo (1a), temos o presente com valor de futuro. Para conseguirmos tal efeito, é necessário que haja um advérbio cuja referência temporal seja futura. Em (1b), ilustra-se o uso do futuro simples, ou morfológico, que se constrói a partir da associação do morfema modo-temporal (*-re*, no caso do futuro de presente, e *-ria*, no caso do futuro do pretérito) ao tema de um verbo, nesse caso *levar*-. Os exemplos (1c) e (1d) apresentam casos de futuros perifrásticos, em cuja estrutura há a combinação do verbo auxiliar *ir* com um verbo no infinitivo.

Em relação a preferências, no português brasileiro falado, a perífrase *ir* + infinitivo é o meio mais geral de expressar o futuro, ficando o futuro morfológico em segundo plano. (cf. Santos 1997, Gibbon 2000, Pereira 2001, Gryner 2002, Silva 2002, Malvar 2003, Oliveira 2006, Poplack & Malvar 2007, Malvar e Poplack 2008).

Sobre o surgimento do auxiliar *ir*, os trabalhos têm mostrado que esse verbo, nessas perífrases, passou por um processo de gramaticalização, ou seja, deixou de ser um verbo lexical e passou a ser um verbo menos lexical ou auxiliar. Vamos entender como se deu esse processo. Em português, o verbo *ir* apresenta um uso lexical em que denota movimento no espaço e seleciona dois argumentos, como podemos ver nos exemplos abaixo:

- (2) a. Os meninos vão para casa.
 b. Os meninos iam lá na minha casa.
 c. Os meninos foram no colégio.
 d. #Os meninos vão.

Nesse uso, *ir* impõe uma restrição rígida ao seu argumento interno, que deve ser um argumento locativo, interpretado como alvo do movimento descrito por *ir*. Quanto ao argumento externo, este não sofre restrições rígidas, podendo ser [$\pm$ animado]:

- (3) a. Os alunos vão para o parque. [$+$ animado]
 b. Esse pacote vai para Brasília. [$-$ animado]
 c. O dinheiro arrecadado vai para a conta do projeto. [$-$ animado]

O esquema conceitual que o verbo *ir* evoca envolve o deslocamento do sujeito de uma posição no espaço L_1 para uma posição posterior L_2 . Esse deslocamento envolve a combinação de tempo e espaço, pois a localização do sujeito em L_2 é posterior a sua localização em L_1 .

Na passagem de *ir* lexical para *ir* auxiliar, manteve-se a idéia de movimento, mas o tipo de movimento mudou, pois, em vez de denotar movimento espacial, *ir* auxiliar passou a descrever um movimento mais abstrato, um movimento no tempo (Castilho 1997). O deslocamento passa a ser não em relação à posição do sujeito, mas em relação ao tempo de enunciação da sentença. Com isso, o traço de posterioridade também se manteve, pois, como o movimento é sempre para um tempo posterior ao tempo de enunciação da sentença, o evento que o auxiliar *ir* denota vai ser um evento que terá lugar em um momento temporal posterior, ou seja, no futuro.

As mudanças que afetaram o verbo de movimento *ir* e que culminaram no desenvolvimento do auxiliar *ir* não foram apenas semânticas. Esse verbo também sofreu mudanças em seus traços. Uma hipótese que levantamos, consoante com as idéias desta tese, é a de que uma outra alteração, pela qual esse verbo passou, afetou o seu traço [V], que passou a ser não-valorado, tornando-se [u V]. Com a presença desse traço, *ir* passou a ter de se combinar com uma projeção verbal (ou uma projeção que contenha uma projeção de natureza verbal), para poder valorar seu traço. Como reflexo da alteração de sua estrutura de traços, *ir* perdeu a propriedade de atribuir papéis temáticos e, como ocorre com verbos auxiliares, a seleção dos argumentos passa a ser responsabilidade do verbo lexical da sentença.

5.2. Características do verbo *ir* auxiliar

5.2.1 O paradigma morfológico

No que se refere à organização do seu paradigma morfológico, o verbo auxiliar *ir* apresenta um paradigma defectivo no qual faltam as formas não-finitas:

- (4)
- a. Os alunos vão pensar no tema da festa.
 - b. Os alunos iam pensar no tema da festa.
 - c. #Os alunos foram pensar no tema da festa.
 - d. Os alunos irão pensar no tema da festa.
 - e. Os alunos iriam pensar no tema da festa.
- (5)
- a. *Ir pensar no tema da festa a essa altura é uma piada.
 - b. *Os alunos começaram a ir pensar no tema da festa.
 - c. *Os alunos indo pensar no tema da festa é hilário.
 - d. *Os alunos estão indo pensar no tema da festa.
 - e. *Os alunos tinham ido pensar no tema da festa.

Como podemos ver dos exemplos em (5), o verbo auxiliar *ir* não apresenta as formas não-finitas de infinitivo, gerúndio e particípio. Por não haver leitura de futuro para esse auxiliar nessas sentenças, elas aparecem marcadas com o símbolo *.

Uma palavra deve ser dita em relação ao exemplo (4c). Essa sentença está marcada com o símbolo #, porque, da maneira como ela aparece, é difícil atribuir interpretação de futuro ao verbo *ir*. Porém, se acrescentarmos mais material linguístico, como em (6), poderemos analisar esse verbo como um verbo auxiliar de futuro:

- (6) Os alunos foram pensar no tema da festa depois que a diretora deu a autorização.

Nesse caso, temos dois eventos que se passam no passado e que são temporalmente ordenados: o evento de os alunos pensarem no tema da festa é posterior à autorização da festa pela diretora. O fato de haver essa ordenação temporal pode nos ajudar a esclarecer o porquê de usarmos uma perífrase de futuro nesse exemplo: o auxiliar marca a precedência do evento de os alunos pensarem no tema da festa em relação à autorização da festa pela diretora. O tempo verbal do auxiliar (pretérito perfeito do indicativo) marca o ponto em que se avalia essa

posterioridade: em relação ao passado. Isso quer dizer que o uso do auxiliar *ir*_{PRETÉRITO PERFEITO} + infinitivo serve para relacionar eventos no passado.

5.2.2 A ordem fixa em relação a outros verbos auxiliares

Analisando a ordem do auxiliar *ir* em relação aos outros auxiliares, podemos ver que esse auxiliar precede *ser*, *ter* e *estar*:

- (7)
- a. As folhas da árvore vão ser arrancadas pelo vento forte.
 - b. Por volta de setembro todas as folhas da árvore vão ter caído.
 - c. As folhas da árvore vão estar caindo no outono.

Quando invertemos as posições dos verbos, as sentenças se tornam agramaticais. O que nos leva a concluir que o auxiliar de futuro *ir* não aceita ser precedido de outros auxiliares:

- (8)
- a. *As folhas da árvore foram *idas* arrancar pelo vento forte.
 - b. *Por volta de setembro todas as folhas da árvore tinham *ido* cair.
 - c. *As folhas da árvore estão *indo* cair no outono.

Os fatos em (8) são facilmente explicados se levarmos em consideração o paradigma defectivo do auxiliar *ir*. Os auxiliares do exemplo em questão (*ser*, *ter* e *estar*) selecionam um tipo de formas não-finitas; já sabemos que o auxiliar *ir* não apresenta formas não-finitas em seu paradigma. Da combinação dessas informações, resulta que *ir* vai ser agramatical depois de qualquer auxiliar, pois, nesse contexto, vão ser selecionadas formas que *ir* não apresenta, logo, esse verbo está excluído de aparecer em tais contextos.

5.2.3 A ausência de restrições de seleção

O auxiliar *ir* não impõe nenhum tipo de restrição quanto à natureza sintática dos infinitivos com os quais se combina:

- (9) a. As meninas vão apresentar o trabalho. (verbo transitivo direto)
b. As pessoas vão precisar de ajuda. (verbo transitivo indireto)
c. As alunas vão entregar o troféu ao ganhador. (verbo bitransitivo)
d. A ponte vai cair. (verbo inacusativo)
e. O cachorro vai latir. (verbo inergativo)
f. A parede vai ser azul. (verbo copulativo)
g. A prova vai ser entregue amanhã. (verbo auxiliar)

5.2.4 Sobre a ambiguidade: futuro e movimento

Pontes (1973) já havia notado que, em certos casos, o verbo *ir* da sequência *ir* + infinitivo pode ser interpretado como verbo de movimento ou como verbo auxiliar. Um desses casos é apresentado abaixo:

- (10) O Pedro vai pegar a bola.

Além da leitura de futuro, é possível associar a (10) uma leitura em que a idéia de movimento espacial se sobressai, por exemplo, o Pedro está se deslocando para um determinado lugar com vistas a pegar a bola. A sentença (10) é, portanto, ambígua.

Um dos fatores que contribui para essa ambiguidade é a presença de sujeitos que são ao mesmo tempo [+animados] e [+agentivos]:

- (11) a. O João vai falar com o Paulo sobre o ocorrido.
b. O gato vai mexer nas suas coisas.
c. A comissão vai discutir o seu projeto.

Para mostrar que os exemplos em (11) têm leitura de futuro, basta inserirmos as sentenças em questão em ambientes que ressaltem essa leitura:

- (12) a. O João vai falar com o Paulo sobre o ocorrido na próxima reunião.
b. Se você deixar a porta aberta, o gato vai mexer nas suas coisas.
c. A comissão vai discutir o seu projeto na semana que vem.

Na leitura de movimento, é possível inserirmos um sintagma locativo entre o verbo *ir* e o verbo no infinitivo. É no lugar denotado por esse locativo que vai acontecer a ação descrita pelo infinitivo:

- (13) a. O João vai na sala dos professores falar com o Paulo sobre o ocorrido.
b. O gato vai lá para a sala mexer nas suas coisas.
c. A comissão vai para a sala 123 discutir o seu projeto.

Não estando presentes sujeitos [+animados] e/ou [+agentivos], a ambiguidade desaparece e a única leitura possível é a de futuro:

- (14) a. O bebê do casal vai nascer.
b. Esse vestido vai ser um sucesso.
c. A comissão vai gostar de seu projeto.
d. Vai chover forte hoje.
e. A paciente vai sentir uma leve tontura.
f. Sua proposta vai ser discutida pela comissão.
g. O bolo vai agradar a todos.

Em sentenças em que o verbo *ir* aparece em uma forma não-finita, a ambiguidade também se desfaz e a leitura de movimento é a única existente:

- (15) a. O João está indo falar com o Paulo sobre o ocorrido.
b. O gato tinha ido mexer nas suas coisas.
c. O menino está indo chorar.
d. A comissão tinha ido discutir o seu projeto.
e. Não ir votar contra essa proposta é um absurdo!

5.3 Análises anteriores

Nesta seção, apresentamos duas propostas de análise para as sentenças com o auxiliar de futuro *ir* em português brasileiro e a discussão dos aspectos problemáticos que elas envolvem.

5.3.1 Lunguinho (2005)

Os dados apresentados na seção 5.2 parecem motivar uma análise do auxiliar *ir* como um item funcional marcador de futuro. O fato de esse verbo não poder aparecer em ambientes não-finitos e por ter uma posição fixa na oração são as evidências usadas para sustentar a seguinte proposta:

(16) Hipótese de gramaticalização de *ir* (Lunguinho 2005: 74)

O verbo *ir* apresenta um uso gramaticalizado em que deixou de ser interpretado como um verbo lexical que projeta um sintagma verbal (VP), passando a ser interpretado como um item funcional inserido diretamente no núcleo funcional Tempo [+finito].

Essa hipótese de gramaticalização permite a seguinte derivação para sentenças com o auxiliar *ir*:

(17) a. Os alunos vão apresentar o trabalho.
b.

5.3.2 Ferreira (2009)

Para Ferreira (2009), o verbo auxiliar *ir* também é um verbo funcional. Adotando a proposta de Cinque (1999, 2006) sobre a existência de múltiplas projeções funcionais hierarquizadas na estrutura oracional, a autora trata *ir* como a lexicalização de um T_{futuro}. Na sua proposta, a hierarquia parcial dos núcleos funcionais do Português Brasileiro é a seguinte:

(18) HIERARQUIA PARCIAL DOS NÚCLEOS FUNCIONAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

[Modal_{epistêmico} [T(futuro) [T(passado) [Asp_{repetitivo} [Asp_{continuativo} [Asp_{retrospectivo} [Asp_{durativo}
[Asp_{inceptivo} [Modal_{obrigação} [Modal_{habilidade} [Modal_{permissão} [Asp_{interruptivo} [Asp_{completivo} [Voz
(FERREIRA 2009: 186)

Sendo assim, as sentenças com auxiliar de futuro *ir* teriam a seguinte derivação esquemática em que *ir* lexicaliza o núcleo T(futuro):

5.3.3 Discussão das propostas

Como vemos, ambas as propostas identificam *ir* como uma instância de T. A diferença fica por conta de quais traços de T cada proposta privilegia. Lunguinho (2005) privilegia finitude como o traço relacionado a *ir*: esse auxiliar lexicaliza T portador de um traço [+finito]. A proposta de Ferreira (2009) privilegia o traço temporal: *ir* se relaciona a um T [futuro].

As duas propostas são problemáticas para os dados do Português Brasileiro. Vejamos por que.

Começemos com a proposta de Lunguinho (2005). O problema dessa proposta tem a ver com a posição relativa do auxiliar *ir* e da negação sentencial. Assumindo que a ordem entre os núcleos funcionais Tempo e Negação é a que vemos em (20) com TP dominando NegP (como propõem Vitral 1999 e Cavalcante 2007):

a proposta em exame prediz que, em sentenças com o auxiliar *ir*, a ordem deve ser: *ir* – *não*, quando, na verdade, a ordem é *não* – *ir*, conforme vemos em (21):

- (21) a. *A Maria *vai* não estudar.
 b. A Maria não *vai* estudar.

Apesar de captar os fatos relativos à posição de *ir* na sentença, bem como os ambientes em que esse verbo pode aparecer, Lunguinho (2005) tem o inconveniente de fazer previsões erradas quando temos a presença de negação sentencial coocorrendo com o auxiliar de futuro.

A proposta de Ferreira (2009) também apresenta problemas. O primeiro deles tem a ver com a hierarquia proposta. Segundo a autora, sequências de Modal_{epistêmico} e T(futuro) são possíveis em Português, uma vez que elas obedecem à hierarquia proposta. O que ela propõe, porém, nunca ocorre, pois, como vimos anteriormente, o auxiliar *ir* deve sempre ocupar a primeira posição na sequência de auxiliares; ele não pode aparecer em outra posição devido ao seu paradigma defectivo:

- (22) a. O Paulo *vai* ser nosso representante.
b. * O Paulo deve *ir* ser o nosso representante.
c. * O Paulo pode *ir* ser o nosso representante.

Um outro problema que essa proposta enfrenta tem a ver com a ordenação de T(futuro) e T(passado). Se T(futuro) c-comanda T(passado), devemos entender que o auxiliar *ir* não pode aparecer flexionado no passado, uma vez que esse auxiliar é inserido acima de T(passado). Como foi apresentado anteriormente, *ir* pode sim ser flexionado no passado, como nos exemplos em (23):

- (23) a. O carro *ia* cair na ladeira se o motorista não tivesse desviado a tempo.
b. O delegado *ia* descobrir toda a verdade ontem.
c. Os alunos só *foram* entender o problema depois que o professor deu a explicação.

Como vemos, essa proposta também apresenta certos problemas em relação às previsões que faz. Diante disso uma nova proposta para a derivação das sentenças com o auxiliar *ir* se faz necessária. Tal proposta vai ser apresentada na seção seguinte.

5.4. Uma nova proposta: articulando núcleos sintáticos e a interpretação do futuro

Nesta seção apresento uma proposta que foi levantada na literatura para entender a semântica do futuro em Inglês. O que vou fazer aqui vai ser adaptar essa análise aos dados do Português e, nas subseções seguintes, vou explorar suas consequências empíricas.

Abusch (1988) trata o futuro do inglês não como um tempo simples, mas como um tempo que se compõe de duas porções: uma porção temporal e uma porção modal (cf. Abusch 1985, 1988; Copley 2003, 2009; Wurmbrand 2007)⁶⁹. Essas duas porções correspondem a dois núcleos sintáticos: a porção temporal corresponde ao núcleo funcional Tempo (T); a porção modal corresponde ao núcleo de um verbo modal *woll*, uma forma abstrata desprovida de tempo. Do ponto de vista semântico *woll* traz, como traço lexical, a força modal de posterioridade (Wurmbrand 2007). A categoria funcional Tempo traz o traço temporal T (Chomsky 1995). Essa análise é apresentada abaixo:

Da combinação de *woll* com os traços de T resultam as duas formas do auxiliar de futuro do inglês, *will* e *would*:

- (25) a. T_[presente] + *woll* = *will*
 b. T_[passado] + *woll* = *would*

Como se vê, o futuro é o resultado da articulação (do traço lexical de posterioridade) do verbo modal *woll* mais os traços temporais [presente] ou [passado] do núcleo T.

Aplicando essas idéias ao português, temos que o futuro com auxiliar *ir* tem a mesma estrutura do inglês. A diferença é que o núcleo *woll* em português é lexicalizado por *ir*, como se vê abaixo:

⁶⁹ Cabe ressaltar que outros estudiosos como Lyons (1977) e Palmer (1986) já haviam notado a conexão íntima entre futuro e modalidade.

Como interpretamos as sentenças a seguir?

- (27) a. O Paulo *vai* contar o segredo.
b. O Paulo *ia* contar o segredo.

Vou adotar o sistema proposto em Pesetsky & Torrego (2007), que é uma reanálise do sistema de valoração de Chomsky (2000, 2001).

Para os autores, o valor de um dado traço qualquer e a sua interpretabilidade nas interfaces são duas propriedades independentes. Quanto ao valor, um traço pode ser valorado ou não; e quanto à interpretabilidade, ele pode ser interpretável [*i*] ou não interpretável [*u*]. Assim, os autores definem quatro possíveis combinações para um traço qualquer F:

- (28) a. F interpretável e valorado: *iF val*
b. F interpretável e não valorado: *iF []*
c. F não-interpretável e valorado: *uF val*
d. F não-interpretável e não valorado: *uF []*

Segundo Pesetsky & Torrego, o sistema de Agree proposto por Chomsky (2001) só permite duas das quatro combinações acima, a saber, (28a) e (28d). Isso se dá porque Chomsky adota o que os autores denominam Valoração Bicondicional Interpretabilidade:

- (29) VALORAÇÃO BICONDICIONAL INTERPRETABILIDADE

Um traço F é não interpretável se e somente se é não valorado

(PESETSKY & TORREGO 2007: 3)

Os autores vão adotar a proposta presente no sistema de Chomsky de que o traço que age como sonda é sempre um traço não valorado, mas vão rejeitar a Valoração Bicondicional /Interpretabilidade.

Num sistema de valoração por *Agree* (Chomsky 2000, 2001, 2004), deve haver uma categoria funcional sonda e uma categoria alvo. Na relação entre T e o verbo finito, a sonda e o alvo são assim definidos por Pesetsky & Torrego (2007: 270 – tradução minha)⁷⁰:

O traço T do verbo finito (...) é um traço não-interpretável que participa de uma relação de *Agree* com o traço T de Tns. Uma vez que Tns c-comanda o verbo finito, seu traço T deve ser a sonda nessa relação. Consequentemente, T em Tns deve ser um traço interpretável que é não valorado e age como sonda. Do mesmo modo, T no verbo finito deve ser um traço não-interpretável que é valorado e age como alvo.

Com base nesse sistema, proponho que a categoria TP entra na derivação com um traço temporal interpretável *i*T, mas não valorado. As formas verbais do auxiliar *ir*, por outro lado, entram na derivação com um traço temporal não-interpretável *u*T, mas valorados como [presente], [passado]. Essas formas ainda entram com o traço relativo à posterioridade, componente da interpretação de futuro.

O traço *i*T de TP entra em uma relação *Agree* com o traço *u*T do auxiliar. O traço *i*T em TP atua como sonda e encontra o traço *u*T do auxiliar. Devido ao fato de esse traço temporal do auxiliar ser não-interpretável, esse traço está ativo para a computação sintática. Ocorre *Agree* e o traço *i*T de TP é valorado de acordo com o valor da forma verbal do auxiliar e o traço *u*T do auxiliar também é valorado.

No caso de (30a), o auxiliar entra com o traço [presente] e em (30b) entra com o traço [passado] ou [pretérito imperfeito]. O mecanismo de valoração é apresentado abaixo:

⁷⁰ No original em inglês: “This means that T on the finite verb in such languages is an uninterpretable feature that participates in an *Agree* relation with T on Tns. Since Tns c-commands the finite verb, its T must be the probe in this relation. Consequently, T on Tns must be an interpretable feature that is unvalued and acts as a probe. Likewise, T on the finite verb must be an uninterpretable feature that is valued and acts as a goal.”

Da combinação do traço *iT* de T (agora valorado) com o traço P (responsável pela força modal de posterioridade) do auxiliar *ir* resulta a interpretação de futuro.

5.4.1 Resolvendo problemas

Uma questão interessante que essa nova proposta compartilha com as propostas apresentadas na seção 5.3 é o fato de as orações com futuro, de certa forma, envolverem o núcleo funcional Tempo. A diferença está no componente modal que se associa a essas sentenças. Essa característica modal das orações com futuro já havia sido notada em trabalhos anteriores sobre o português (cf. Coroa 2005, Silva 2002). O que faço de novo é trazer uma formalização para essa intuição.

Uma vez apresentada a base da proposta, devemos resolver os problemas que apontei nas propostas anteriores. Começemos pela negação.

Mantendo a idéia de que TP c-comanda NegP, há duas posições para *wollP*: a) *wollP* c-comanda NegP ou b) NegP c-comanda *wollP*. Se adotarmos (a), cairemos no mesmo problema da proposta de Linguinho (2005), que era prever como gramaticais sequências de *ir* – negação, contrariamente aos fatos. Nesse caso, a saída é propor que *wollP* é c-comandado por NegP, como vemos abaixo:

A dinâmica da derivação envolvendo esses três núcleos é a seguinte: após completado o *wollP*, esse sofre *merge* com *não*. Como a negação sentencial em Português é um afixo (cf. Mioto 1992, Vitral 1999, Cavalcante 2007), isso significa que ela tem um traço EPP que precisa ser valorado. A maneira de valorar esse traço é via movimento do verbo para Neg. Dessa forma, *ir* se move e se adjunge a Neg. Insere-se Tns na derivação e, devido ao fato de esse núcleo ter um traço temporal não valorado, ele sonda seu domínio de c-comando e encontra o alvo: o traço temporal não-interpretável do auxiliar *ir*. Ocorre *Agree*, como mostramos em (30). O núcleo T também tem um traço EPP que precisa ser valorado e isso se dá mediante o movimento do complexo [*ir* – Neg] para Tns. Essa proposta tem a vantagem de derivar as sentenças com futuro sem os problemas relativos à negação que Lunguinho (2005) apresentava.

Passemos agora a tratar da ordem fixa do auxiliar de futuro *ir*.

Vimos que esse auxiliar só expressa futuro quando em posição inicial absoluta da sequência de auxiliares. Se ele aparecer em outra posição ele não expressa futuro. Como explicar esse fato com a proposta aqui apresentada?

Primeiramente vejamos por que nas sentenças em (8), renumeradas como (32), *ir* não expressa futuro:

- (32)
- a. * As folhas da árvore estão *indo* cair no outono.
 - b. * Por volta de setembro todas as folhas da árvore tinham *ido* cair.
 - c. * As folhas da árvore foram *idas* arrancar pelo vento forte.
 - d. * As folhas da árvore podem *ir* cair.

Tendo em mente que o significado do futuro resulta da combinação dos traços de *wollP* com TP, passamos a derivar (32) – o raciocínio será o mesmo que para as outras derivações.

Nessa sentença, temos dois verbos: *estar*, que entra com traço *uT* e [presente], e *ir* que entra com o traço P, *uT* e nenhum traço de tempo, porque está no gerúndio. O núcleo T entra com *iT* sem valor:

Nesse caso, a sentença é agramatical porque o traço *uT* de *ir* não é valorado. A categoria Tns já estabeleceu *Agree* com *está* e desse verbo recebeu valor para o seu traço *iT*.

Essa não pode ser a história toda, pois, se for assim, nunca teremos como derivar sentenças com verbos auxiliares seguidos de outros verbos (auxiliares ou não), uma vez que os verbos que imediatamente virão depois do auxiliar nunca terão seu traço *uT* valorado. Algo deve estar errado nesse sistema.

Vejam os se o problema é a idéia de que verbos em formas não-finitas têm traço T. Vou assumir que os domínios não-finitos selecionados por verbos auxiliares não têm traços T. Isso explicaria o porquê de nesses domínios só serem possíveis formas verbais como infinitivo, gerúndio e particípio. Nesse caso, a derivação passa a ser (34), em que *ir* entra na derivação sem traço T, apenas com o traço P:

Mais uma vez, não há problemas com essa derivação. Por que então não podemos interpretar *ir* em (32a) como auxiliar de futuro?

Minha idéia é a de que essa sentença não expressa futuro porque, para expressar futuro, é necessário que *ir* esteja em relação local com T. Lembremos que o futuro é a

combinação dos dois núcleos T e *woll*. Nesse caso, vou propor que a interpretação de futuro surge quando T e *woll* mantém relação de *Agree* (dada a presença do traço EPP em Tns, com consequente movimento de *woll* para T). Quando isso acontece, *ir* é interpretado como auxiliar de futuro, pois as duas peças que formam o futuro encontram-se sintaticamente combinadas.

Em (33) e (34), apesar de haver esses dois núcleos, eles não mantêm relação alguma, pois o auxiliar *estar* intervém entre eles. O resultado é que *ir*, nesse contexto, não pode expressar futuro. Esse requisito de que Tns e *woll* devam estabelecer uma relação sintática local, explica o porquê de o auxiliar de futuro *ir* não poder aparecer em outra posição que não seja a inicial absoluta em uma sequência de auxiliares.

Mas essa não parece ser toda a história, mais uma vez. Se a questão por trás da interpretação do futuro fosse apenas a de combinar *woll* e T, poderíamos também ter interpretação de futuro mesmo quando T é não-finito. Isso não acontece, como vimos no paradigma de *ir*, na seção 5.2. Tomemos como exemplo o infinitivo selecionado por um verbo de alçamento como *parecer* ou por um de controle como *querer*. Como sabemos que os domínios infinitivos selecionados por esses verbos em português contêm (no mínimo) um TP, então fica fácil ver como o auxiliar *ir* vai se comportar nesses contextos:

- (35) a. * A Maria parece ir convidar o André para a festa.
b. * A Maria quer ir convidar o André para a festa.

Como vemos, nesses contextos não-finitos *ir* é agramatical como auxiliar de futuro. Podemos ligar esse fato à característica de que o T desses exemplos é não-finito. Com isso surge mais uma característica que se associa ao futuro em Português. Ele é a combinação de um Tns_[+finito] e *woll*⁷¹. Com essa característica, explicamos por que *ir* deve ser o primeiro auxiliar de uma sequência de verbos auxiliares e porque ele não aparece em outros contextos.

Ir deve aparecer como primeiro de uma sequência de auxiliares porque ele deve estar em relação local com um Tns_[+finito]. Ele não aparece como em outras posições na sequência de verbos auxiliares, porque assim ele não estaria em relação com T e, nesse caso, não haveria interpretação de futuro. *Ir* também não aparece como primeiro verbo, mesmo que o contexto seja não-finito, porque desse modo esse verbo não estaria em relação com T_[+finito], como ele

⁷¹ Essa proposta resgata a minha proposta de 2005 de que o auxiliar *ir* se combinava apenas com Tns_[+finito].

exige. Assim, podemos reinterpretar as lacunas no paradigma de *ir* como consequência do fato de ele ser especificado apenas com as formas [+finitas].

Em resumo, o auxiliar *ir* sofre *external merge* em *woll*, mas, para expressar futuro deve manter relação local com um $T_{[+finito]}$, uma vez que os dois combinados é que geram a interpretação de futuro. Devido à característica de Tns possuir um traço EPP, *ir* acaba sendo atraído para esse núcleo. Eis a configuração que expressa futuro perifrástico em Português:

5.5. Consequências da proposta

5.5.1 A natureza modal de *ir*

A proposta aqui apresentada trata o futuro como a combinação de dois núcleos sintáticos, T e *woll*. O auxiliar *ir* é o modal *woll* que traz o traço de posterioridade, P. Tal tratamento de *ir* levanta a seguinte questão: Sendo *ir* uma instância de um verbo modal, ele compartilha alguma característica com os outros modais? Dizendo de outro modo: *ir* se comporta como um verbo modal?

A resposta a essa pergunta é sim. O verbo auxiliar *ir* se comporta como os modais *poder* e *dever* em dois aspectos.

O primeiro aspecto em que *ir* auxiliar de futuro se comporta como um modal tem a ver com a forma não-finita que ele seleciona para o verbo que imediatamente o segue: *ir*, *poder*, *dever* e *ter que/ter de* selecionam apenas infinitivo como complementos:

- (37)
- a. A carta vai *chegar* amanhã.
 - b. *A carta vai *chegando*.
 - c. *A carta vai *chegada* / *chegado*.

- (38)
- a. A carta pode *chegar* amanhã.
 - b. *A carta pode *chegando*.
 - c. *A carta pode *chegada* / *chegado*.

- (39) a. A carta deve *chegar* amanhã.
 b. *A carta deve *chegando*.
 c. *A carta deve *chegada* / *chegado*.

Um segundo aspecto que os aproxima tem a ver com o sentido epistêmico de *poder* e *dever*. Modais são verbos ambíguos que podem expressar uma multiplicidade de sentidos como possibilidade, probabilidade, capacidade, habilidade, permissão, obrigação, necessidade. Essas interpretações se distribuem entre interpretações epistêmicas e interpretações deônticas. Na interpretação epistêmica, *poder* expressa a noção de possibilidade; *dever*, por sua vez, nessa interpretação, expressa o sentido de probabilidade. Quando têm significado deôntico, *poder* veicula os sentido de capacidade, habilidade e permissão e *dever* os de necessidade e obrigação:

- (40) a. O João *pode* ler esse livro.
 a₁: ‘É possível que o João leia esse livro’ leitura epistêmica
 a₂: ‘O João é capaz de ler esse livro’ leitura deôntica
 a₃: ‘O João tem permissão para ler esse livro’ leitura deôntica
- b. O João *deve* ler esse livro.
 b₁: ‘É provável que o João leia esse livro’ leitura epistêmica
 b₂: ‘O João tem obrigação de ler esse livro’ leitura deôntica

Se nós focalizarmos a atenção na leitura epistêmica dos modais *poder* e *dever*, veremos que elas apresentam as mesmas restrições que a leitura de futuro do auxiliar *ir*.

Assim como *ir*, que apresenta um paradigma defectivo, pois não tem as formas não-finitas, os modais *poder* e *dever*, também apresentam a mesma defectividade quando usados com a leitura epistêmica. Essa leitura é restrita aos domínios finitos, como podemos ver abaixo:

- (41) a. A polícia *pode* chegar a qualquer momento.
 b. A polícia *podia* chegar a qualquer momento.
 c. A polícia *poderá* chegar a qualquer momento.
 d. A polícia *poderia* chegar a qualquer momento.
 e. #A polícia *pôde* chegar a qualquer momento.

- f. #A polícia *poder* chegar a qualquer momento é uma piada.
 - g. #A polícia precisa *poder* chegar a qualquer momento.
 - h. #A polícia *chegando* a qualquer momento vai ser hilário.
 - i. #A polícia está *podendo* chegar a qualquer momento.
 - j. #A polícia tinha *podido* chegar a qualquer momento.
- (42)
- a. A polícia *deve* chegar a qualquer momento.
 - b. A polícia *devia* chegar a qualquer momento.
 - c. A polícia *deverá* chegar a qualquer momento.
 - d. A polícia *deveria* chegar a qualquer momento.
 - e. *A polícia *deveu* chegar a qualquer momento.
- f. *A polícia *dever* chegar a qualquer momento é uma piada.
 - g. *A polícia precisa *dever* chegar a qualquer momento.
 - h. *A polícia *devendo* chegar a qualquer momento vai ser hilário.
 - i. *A polícia está *devendo* chegar a qualquer momento.
 - j. *A polícia tinha *devido* chegar a qualquer momento.

Na análise aqui desenvolvida, esses dados encontram uma explicação: a similitude entre os padrões de defectividade do auxiliar *ir* e dos modais epistêmicos se deve ao fato de o auxiliar *ir* ser um verbo modal (o componente *woll* da estrutura do futuro), como aqui é proposto. Sendo modal, ele está sujeito às mesmas restrições que outros modais (os epistêmicos) apresentam. Qualquer que seja a explicação para a restrição à leitura epistêmica de *poder* e *dever*, essa explicação deve se aplicar à leitura de futuro de *ir*. Com a proposta aqui apresentada, é possível fazer essa correlação entre os fatos; sem ela, essas correlações não passariam de mera coincidência.

5.5.2 Iteração de verbos *ir*

Sendo o verbo auxiliar *ir* um verbo que realiza o núcleo *woll*, cabe perguntar: Como analisar o uso de *ir* como verbo de movimento?

- (43) João vai para a escola.

Vou adotar a hipótese de que nesses casos *ir* é um verbo pleno que projeta um VP e que seleciona como argumento interno o PP. Os dois verbos *ir* são estruturalmente distintos. Se isso é verdade, espera-se que esses dois verbos possam coocorrer. Esse fato é comprovado em português:

- (44) O menino *vai ir* para a escola.

A possibilidade de iteração de verbos *ir*, mais uma vez evidencia o paralelismo entre *ir* auxiliar de futuro e o domínio dos verbos modais. *Poder* é um modal que pode iterar⁷²:

- (45) a. A mesa *pode* não *poder* aguentar esse peso.
b. O Paulo *pode* não *poder* suportar essa pressão da família.

Além desse fato interessante, mais chama a atenção o fato de nesse caso, o primeiro modal expressar significado epistêmico e o segundo deôntico. Algo parecido acontece com *ir* em (44): o primeiro *ir* expressa futuro e o segundo é o verbo de movimento.

Além disso, podemos ainda combinar o auxiliar *ir* com verbos como *vir* e *voltar*, fato que não seria possível caso esse verbo fosse interpretado como verbo de movimento, uma vez que a orientação do movimento de *ir* tem direção contrária à orientação do movimento de *vir* e *voltar*:

- (46) a. Acredito que um dia eles *vão voltar*.
b. A secretária falou que alguém *vai vir* me ajudar.

Esses fatos representam mais uma evidência de que a gramática do português já trata o auxiliar *ir* como distinto do verbo *ir* de movimento. Se minha análise estiver certa, o auxiliar *ir* é a realização do núcleo *woll* (que contribui com o traço P de posterioridade), parte da estrutura sintática que representa o futuro em português.

5.6. Implicações para o futuro morfológico

Uma das possibilidades de essa proposta ser expandida se refere à história do futuro nas línguas românicas. Como salientei no começo deste Capítulo, nessas línguas, o futuro é

⁷² O modal *dever* não itera porque esse verbo exibe um paradigma que não apresenta formas não-finitas nem a forma de pretérito perfeito. Para mais detalhes, consultar Lunguinho (2005).

marcado por uma trajetória em que dois períodos se alternam: um período em que o futuro é expresso por meio de uma perífrase e um período em que ele é expresso por meio de um morfema.

O que é interessante é que a origem do morfema de futuro nas línguas românicas advém de um verbo modal que se gramaticaliza em morfema de futuro (cf. Fleischman 1982, Roberts 1993, 2007, Bybee, Perkins & Pagliuca 1994, Gryner 2002, Roberts & Roussou 2002, 2003). Com base na proposta aqui apresentada para a descrição sincrônica das perífrases de futuro, vou assumir que o futuro morfológico também realiza uma instância de *woll*. Nesse caso, temos que ambas as formas de futuro são instâncias de *wollP*, o que não poderia ser diferente, devido a três fatores:

- a) a história do morfema de futuro que surge inicialmente como uma forma livre (um auxiliar) e se gramaticaliza em uma forma presa (um afixo verbal),
- b) tanto o futuro morfológico como o perifrástico são expressões do futuro e
- c) o fato de em português brasileiro haver uma variação entre essas duas formas.

Dessa forma, entender como se organiza a natureza cíclica do futuro nas línguas românicas é nada mais nada menos do que entender a história de como *woll* se constitui em termos de traços abstratos. Isso levanta a seguinte questão: Se nas perífrases verbais, o auxiliar *ir* é o núcleo de *wollP*, a que corresponde esse núcleo no futuro morfológico?

Tomando por base o seguinte padrão de combinação morfológica para as formas verbais portuguesas:

(47) ***Constituintes das formas verbais portuguesas***⁷³

e adotando a análise clássica de Mattoso Câmara (1970) para as formas de futuro, temos os seguintes paradigmas de formas de futuro no português⁷⁴:

⁷³ O símbolo √ representa raiz, radical verbal.

(48) *Futuro do Presente*

		1ª conjugação <i>amar</i>	2ª conjugação <i>vender</i>	3ª conjugação <i>partir</i>
1Sg	<i>eu</i>	am-a-re-I	vend-e-re-i	part-i-re-i
2Sg	<i>tu</i>	am-a-rá-s	vend-e-rá-s	part-i-rá-s
	<i>você</i>	am-a-rá-Ø	vend-e-rá-Ø	part-i-rá-Ø
3Sg	<i>ele/ela</i>	am-a-rá-Ø	vend-e-rá-Ø	part-i-rá-Ø
1Pl	<i>nós</i>	am-a-re-mos	vend-e-re-mos	part-i-re-mos
	<i>a gente</i>	am-a-rá-Ø	vend-e-rá-Ø	part-i-rá-Ø
2Pl	<i>vós</i>	am-a-re-is	vend-e-re-is	part-i-re-is
	<i>vocês</i>	am-a-ra-/N/	vend-e-ra-/N/	part-i-ra-/N/
3Pl	<i>eles/elas</i>	am-a-ra-/N/	vend-e-ra-/N/	part-i-ra-/N/

(49) *Futuro do Pretérito*

		1ª conjugação <i>amar</i>	2ª conjugação <i>vender</i>	3ª conjugação <i>partir</i>
1Sg	<i>eu</i>	am-a-ria-Ø	vend-e-ria-Ø	part-i-ria-Ø
2Sg	<i>tu</i>	am-a-ria-s	vend-e-ria-s	part-i-ria-s
	<i>você</i>	am-a-ria-Ø	vend-e-ria-Ø	part-i-ria-Ø
3Sg	<i>ele/ela</i>	am-a-ria-Ø	vend-e-ria-Ø	part-i-ria-Ø
1Pl	<i>nós</i>	am-a-rá-mos	vend-e-rá-mos	part-i-rá-mos
	<i>a gente</i>	am-a-ria-Ø	vend-e-ria-Ø	part-i-ria-Ø
2Pl	<i>vós</i>	am-a-ríe-is	vend-e-ríe-is	part-i-ríe-is
	<i>vocês</i>	am-a-ria-/N/	vend-e-ria-/N/	part-i-ria-/N/
3Pl	<i>eles/elas</i>	am-a-ria-/N/	vend-e-ria-/N/	part-i-ria-/N/

Com base nesses fatos, uma primeira resposta à questão acima formulada seria relacionar o núcleo *woll* ao morfema de modo-tempo *-re/-ra* no futuro do presente e *-ria/-rie* no futuro do pretérito, seguindo a análise de Mattoso Câmara (1970).

Com essa análise, porém, nós só captamos o núcleo modal da estrutura. Que constituinte realiza o núcleo temporal? Além disso, nós sabemos que *-ra/-re* e *-ria/-rie* não se comportam como uma unidade na sintaxe. Podemos usar a mesóclise para mostrar que esses “morfemas” não são, de fato, morfemas:

- (50) a. Levar-te-ei os presentes amanhã.
b. Contar-me-iam toda a história se pudessem.

Pelos exemplos, vemos que a mesóclise consegue dividir o suposto morfema em duas partes *-r* e *-e/-a* (no futuro do presente) e *-r* e *-ia/-ie* (no futuro do pretérito). Partindo da evidência fornecida pela mesóclise, não vou assumir que o morfema seja *-re/-ra* ou *-ria/-rie*

⁷⁴ Eu adicionei as formas referentes aos pronomes *você*, *a gente* e *vocês* ao paradigma original apresentado por Mattoso Câmara.

como adota Mattoso Câmara. Vou propor que, da mesma forma que *will* e *would* são o *Spell-Out* da combinação de um modal abstrato *woll* com traços temporais de [presente] e [passado] em inglês, os morfemas de futuro e tempo em português se combinam e formam parte do que Câmara denominou morfema modo/tempo. Essa forma abstrata pode ser identificada como uma forma remanescente do auxiliar *haver* que, combinada com traços temporais e traços- ϕ , deriva as formas que aparecem abaixo:

(51) *Spell-Out do constituinte [woll + Tns + traços- ϕ]*

<i>woll</i>	Tns	Traços- ϕ		<i>Spell-Out</i>
		Número	Pessoa	
<i>WOLL</i>	T _[presente]	Singular	1	-ei
			2	-ás
			3	-á
		Plural	1	-emos
			2	-eis
			3	-ão /-aN/
	T _[passado]	Singular	1	-ia
			2	-ias
			3	-ia
		Plural	1	-íamos
			2	-iam /iaN/
			3	-iam /iaN/

Com essa proposta, tratamos ambos os tipos de futuro (morfológico e perifrástico) como resultado da combinação dos mesmos núcleos funcionais: *woll* e Tns. Além disso, conseguimos captar uma uniformidade em relação à forma do constituinte selecionado por *woll*: tanto no futuro morfológico quanto no futuro perifrástico, *woll*, por ser um núcleo modal, seleciona um infinitivo⁷⁵:

⁷⁵ Para os propósitos dessa exposição, a natureza sintática de XP não é relevante. O que é relevante é o paralelismo seletional entre o auxiliar e o afixo de futuro: ambos selecionam infinitivos como seus complementos.

(52) **futuro morfológico: *cantar-ei*** (53) **futuro perifrástico: *vou cantar***

Uma vez apresentada essa análise, o nosso próximo passo é mostrar quais os traços de *woll* que fazem com que o resultado dessa derivação seja, ou um futuro morfológico, ou um futuro perifrástico.

5.6.1 Os traços de *woll*

Qual é a constituição de *woll*? Sabemos que na história das línguas românicas, em geral, e na história do português, em particular, *woll* podia se realizar como afixo ou como auxiliar. No primeiro caso, teríamos um futuro morfológico e, no segundo caso, um futuro perifrástico. Como disse, se a hipótese aqui formulada estiver no caminho correto, a história do futuro se relaciona com a constituição de *wollP* em termos de seus traços abstratos.

Vou assumir que *woll* pode estar associado ou não a um traço EPP que atrai o verbo. *Woll* tem traço EPP quando realizado por um afixo. Nesse caso, esse traço força o movimento do verbo para *woll* e o resultado é a expressão morfológica do futuro.

Woll também pode não ter traço EPP; nesse caso, é realizado por um verbo auxiliar que não exige movimento do verbo. Com isso, deriva-se um futuro perifrástico. Essa proposta é visualizada a seguir:

(54) Traços de *woll*

De acordo com essa proposta, a diferença entre o futuro morfológico e o perifrástico reside na especificação do núcleo *woll*, notadamente o fato de ele ter ou não ter um traço EPP que ativa o movimento do verbo. Ou seja, o fator de variação é o traço EPP em *woll*:

(55) *woll*: [α EPP]

Onde α pode ter os valores: + ou -

Se esta proposta estiver no caminho correto, nós podemos afirmar que a natureza cíclica do futuro nas línguas românicas é de certa forma esperada. Ela é o resultado da atribuição do valor para [α]. Mais, se é na aquisição que se processa a mudança linguística (cf. Lightfoot 1979, 1991; Roberts 1993, 2007; Roberts & Roussou 2003), podemos dizer que a natureza cíclica do futuro nas línguas românicas é produto da atribuição de um valor diferente para [α] quando do processo de aquisição de língua pelas crianças.

Podemos traduzir essa afirmação nos seguintes esquemas (com base em Roberts, 2007):

(56) *A natureza cíclica do futuro*

a. futuro morfológico > futuro perifrástico

b. futuro perifrástico > futuro morfológico

O que os esquemas mostram é que a mudança linguística é derivada da maneira como as crianças reinterpretam os dados linguísticos primários a que elas têm acesso quando do momento de aquisição de língua.

No caso da substituição do futuro morfológico pelo perifrástico, as crianças encontram-se em um meio em que a Geração₁ conta com a Gramática₁ que por sua vez produz o Corpus₁. Essa Gramática₁ possui a categoria *woll* dotada de traço EPP e, conseqüentemente, o Corpus₁ é um corpus em que há futuros morfológicos. A Geração₂, por sua vez, reinterpreta as descrições estruturais do Corpus₁ e adquire uma Gramática₂ idêntica à Gramática₁ exceto em um aspecto: a categoria *woll* passa a não mais ter associado a ela o traço EPP. Como resultado, essa nova geração não mais tem futuros morfológicos. Ela desenvolveu futuros perifrásticos.

O mesmo raciocínio pode se aplicar na ordem inversa. Nesse caso a categoria *woll* deixa de ser interpretada como não associada ao traço EPP e passa a ter um traço EPP. Nesse caso, a nova geração desenvolve o futuro morfológico.

5.7. Sobreposição de futuros

Como foi apresentado anteriormente, tanto o futuro perifrástico como o morfológico podem receber uma análise em termos de combinação de projeções sintáticas: *woll*P e TP. O auxiliar de futuro *ir* e o morfema de futuro, derivativo do antigo auxiliar *haver*, trazem para a

derivação o traço de posterioridade P e ocupam ambos o núcleo *woll*. O auxiliar e o morfema diferem em relação à presença / ausência do traço EPP: o auxiliar não tem o traço EPP e o morfema tem. Dessa diferença, segundo minha proposta, resulta a natureza perifrástica ou não do futuro.

Um possível contra-exemplo a essa proposta vem de dados como os seguintes:

- (57) a. Não se preocupe porque *irei* estar ausente da cidade esses dias.
b. Na verdade, eu *iria* contar a novidade a todos naquela ocasião.

No estudo desses exemplos, não vou discutir se eles fazem parte da gramática nuclear do português brasileiro ou da sua periferia (cf. Chomsky 1986), nem questões de natureza sociolinguística, tais como, se os exemplos em tela são resultado de hipercorreção ou não. Vou tratá-los como possibilidades que existem e que são exploradas pelas gramáticas de alguns falantes do Português Brasileiro.

O que faz os exemplos de (57) problemáticos para a proposta aqui apresentada? Vejamos o primeiro problema com base na derivação que deveria ser atribuída às formas *irei* e *iria*, seguindo a proposta apresentada neste capítulo:

Para derivar essas formas, é necessária a combinação do morfema com o auxiliar. Como vimos, existe uma simetria em relação aos complementos selecionados por *woll* em sua versão afixal e na sua versão auxiliar: em ambos os casos, *woll* seleciona um infinitivo.

Assim, o auxiliar seleciona um XP verbal infinitivo e o afixo *-ei/-ia* seleciona a forma infinitiva do auxiliar. Aí que reside o primeiro problema em relação a essas formas. Havíamos visto nas seções anteriores que um traço de *ir* é a ausência de formas não-finitas em seu paradigma e para a geração de formas com sobreposição de futuros é justamente uma forma que não existe no paradigma do auxiliar que é selecionada.

Uma saída seria admitir que nesses casos o infinitivo não seria do auxiliar *ir*, mas do verbo de movimento *ir*. A ideia de futuro viria dos traços do *woll* afixal *-ei/-ia*:

Apesar de interessante, essa proposta encontra uma dificuldade. Como vimos, certos contextos anulam a leitura de movimento do verbo *ir* e favorecem a leitura de futuro. Quando não há sujeitos [+AGENTIVO] e [+ANIMADO] a leitura favorecida é a de futuro como vemos abaixo. A gramaticalidade desses exemplos e a impossibilidade de interpretar *ir* como verbo de movimento é uma refutação da proposta de que nas formas *irei* e *irá* há um verbo de movimento *ir* no infinitivo:

- (61)
- a. As provas irão ser entregues na semana que vem.
 - b. Irá chover a tarde toda.
 - c. O bebê irá nascer no tempo certo.

Um segundo problema (relacionado ao anterior) diz respeito à interpretação que dados com os das sentenças em (57) trazem. Assumindo que sua estrutura é (58) e (59), esses dados combinam as duas formas de *woll*: o auxiliar e o afixo (*ir-ei* e *ir-ia*). Nesse caso, cabe a pergunta: De onde vem a informação sobre posterioridade, componente do significado do futuro, nesses exemplos? Outra pergunta que pode ser feita é: Esses exemplos são diferentes de (62) e (63) a seguir?

- (62)
- a. Não se preocupe porque *vou* estar ausente da cidade esses dias.

b. Na verdade, eu *ia* contar a novidade a todos naquela ocasião.

(63) a. Não se preocupe porque *estarei* ausente da cidade esses dias.

b. Na verdade, eu *contaria* a novidade a todos naquela ocasião.

Começamos tentando dar uma resposta à segunda pergunta. Assumindo que a derivação de (57) é como apresentado em (58) e (59), existe sim uma diferença formal entre (57), de um lado, em que há dois constituintes que trazem o traço P, e (62) e (63), do outro, com apenas um.

Estaria essa diferença formal, de alguma maneira, correlacionada com uma diferença interpretativa? Ou seja, o fato de (57) apresentar dois traços P seria interpretado no componente semântico como um futuro mais remoto do que aquele expresso por (62) e (63)?

A resposta é não. Os três grupos de sentenças expressam eventos futuros que semanticamente não se distinguem. Uma vez que todos são idênticos semanticamente, mas formalmente diferentes, voltamos à questão inicial: De onde vem a indicação de posterioridade dessas sequências? Do auxiliar ou da morfologia?

Essa é uma questão interessante, uma vez que se respondermos que, nos dados de (57) o traço P, componente do futuro, vem do auxiliar, não temos como explicar de onde ele vem em (63), visto que não há auxiliar aqui.

Se respondermos que P está no afixo de futuro, a explicação não vale para (62), onde só temos o auxiliar.

Se respondermos que P pode vir dos dois (auxiliar e afixo), explicamos (62) e (63), mas ficamos com (57) onde há dois elementos responsáveis por esse traço. Isso parece redundante, uma vez que dois elementos servem ao mesmo propósito, uma fuga do ideal minimalista de que as derivações contêm o material mínimo necessário para a convergência, não contando, nem com passos desnecessários, nem com traços supérfluos (cf. Chomsky 1995).

Com esse ideal minimalista em mente, temos uma questão a ser respondida aqui. Por um lado, temos dois traços P na mesma derivação e que servem ao mesmo propósito, que é o de ser uma peça da derivação do significado das sentenças no futuro. Isso em si já é uma fuga a esse ideal. Mas, mesmo com essa aparente redundância, as sentenças em discussão são gramaticais. Diante disso, como então devemos entender a derivação dessas sentenças? Qual mecanismo está por trás de sua gramaticalidade?

Diante dos dois problemas apresentados para essas sentenças, vou assumir que formas como *irei* e *iria* são itens lexicais em si. Eles já saem do Léxico assim formados e sua estrutura apresenta apenas um núcleo *wollP* e não dois. Assim, a derivação de formas como *irei* e *iria* seria como a seguir:

Assumir que *irei* e *irá* são itens lexicais que já saem plenamente formados do Léxico, explica tanto a idiossincrasia dessas formas em termos morfológicos quanto interpretativos. A idiossincrasia morfológica tem a ver com a possibilidade de derivar essas formas a partir de uma base infinitiva inexistente no paradigma de *ir*. O problema interpretativo tem a ver com a falta de efeitos de composicionalidade, pois se há dois *wollP* na geração dessas formas, esperaríamos uma interpretação condizente com a presença de dois deles, o que não é o caso. Com (64), isso fica explicado: não há interpretação de futuro remoto. Só há a interpretação de futuro simples, pois há apenas um núcleo *woll* na derivação. Assim capta-se o paralelo interpretativo entre formas como *irei cantar*, *vou cantar* e *cantarei*.

5.8 Conclusões parciais

Neste Capítulo apresentei uma análise para a derivação das sentenças com o verbo auxiliar *ir*, indicador de futuridade.

Comecei apontando na seção 5.1 o contexto geral de variação em que *ir* participa como uma das variantes de expressão de referência futura. As outras variantes são o futuro morfológico e o presente.

Na seção 5.2 foram apresentadas três características do verbo auxiliar *ir*. A primeira delas é seu paradigma defectivo em relação às formas não-finitas. Em outras palavras, como auxiliar de futuro, *ir* não apresenta as formas de infinitivo, gerúndio e particípio.

A segunda característica é que, em uma sequência de verbos auxiliares, ele deve aparecer em posição inicial absoluta. Caso *ir* apareça em outra posição diferente dessa, não expressará futuro. Essa característica, de certa forma, se relaciona ao seu paradigma, pois, se

ir não apresenta as formas não-finitas, ele não pode aparecer em contextos que exijam tais formas, como a posição pós-verbos auxiliares.

A terceira característica desse verbo é o fato de ele não impor nenhum tipo de restrição de seleção, nem quanto ao tipo sintático, nem quanto ao tipo aspectual de seu complemento.

Na seção 5.3 apresentei as propostas de Lunguinho (2005) e Ferreira (2009) para a derivação das sentenças com esse auxiliar. Lunguinho (2005) propõe uma hipótese de gramaticalização de *ir* segundo a qual esse verbo é diretamente inserido como o núcleo de um T_[+finito]. Essa proposta gera um problema em relação à ordem quando da presença da negação sentencial. Assumindo que NegP está abaixo de TP, a proposta prevê como gramatical sequências de *ir-não*. Em seguida, apresentei a proposta de Ferreira (2009), que adota a hierarquia funcional de Cinque e trata *ir* como a lexicalização de T(futuro). Dada a hierarquia proposta pela autora, dois problemas se colocaram: primeiro, ela prevê que *ir* pode aparecer como auxiliar de futuro, mesmo quando acompanhado de um verbo modal e em forma não-finita, e, segundo, assume-se que *ir* não tem a forma de passado. Ambas as previsões são falsas.

Na seção 5.4 apresentei a minha proposta para a derivação das sentenças no futuro. Seguindo trabalhos como Abusch (1985, 1988), Copley (2003, 2009) e Wurmbrand (2007), propus que o futuro pode ser encarado como a combinação de dois núcleos sintáticos: *woll* e T. O núcleo *woll* traz para a derivação o caráter modal (aqui tratado com o traço P de posterioridade) e é realizado pelo auxiliar *ir* e T traz a informação temporal. Nessa proposta, *ir* é um verbo modal. A interpretação de futuro surge como um resultado da relação sintática entre os traços de *woll* e os de T. Essa relação faz com que *ir* tenha que estar em uma relação local com T para que a interpretação de futuro se concretize. Se essa relação for quebrada pela intervenção de algum outro núcleo, não temos a leitura de futuro.

Seguindo essa proposta, argumentei que, se *ir* é um verbo modal, ele deveria compartilhar características com os modais *poder* e *dever*. Mostrei que essa previsão é verdadeira e *ir* se comporta como *poder* e *dever* em pelo menos três aspectos: a) ele seleciona um infinitivo, b) a defectividade morfológica desse verbo é a mesma que *poder* e *dever* apresentam quando de sua leitura epistêmica e c) como esses modais, *ir* pode ser seguido de outra instância de *ir*.

Tentei expandir essa proposta e integrar a ela o futuro morfológico. A minha hipótese é a de que esse futuro pode ser descrito como a combinação de *woll* e T. Mostrei como analisar esse futuro e propus que *woll*, nesse caso, é a realização de um resquício de *haver* que, quando combinado com traços temporais e traços ϕ , resulta nas formas para *woll*

presentes em (64). O resultado foi uma proposta unificada para as construções de futuro do Português.

Como consequência dessa unificação, levantei a hipótese de que a natureza cíclica do futuro nas línguas românicas está relacionado aos traços de *woll*. Para tanto, passei a investigar como *woll* poderia ser composto em termos de traços. Minha proposta liga essa natureza cíclica à presença do traço EPP em *woll*.

Por fim, apresentei uma análise para as construções com sobreposição de futuro e mostrei que elas não poderiam ser derivadas da mesma forma que o futuro morfológico e o perifrástico. Propus que elas são derivadas no Léxico e que entram na derivação como um item lexical só. Isso ajuda a dar uma explicação tanto para a sua interpretação, como para sua idiossincrasia morfológica. Um resultado condizente com sua característica marginal e não natural no português brasileiro.

Considerações Finais

O objetivo desta tese foi apresentar uma análise para os verbos auxiliares do português. Quatro questões serviram para nortear a pesquisa:

- 5) Quais as propriedades que definem um verbo auxiliar?
- 6) Existem verbos auxiliares em português?
- 7) Se existem, quais são os verbos que integram a classe dos verbos auxiliares do português?
- 8) Como se caracteriza a derivação desses verbos?

As três primeiras questões foram respondidas já no primeiro capítulo. Nele, definimos os verbos auxiliares como verbos que apresentam as seguintes propriedades:

Verbos auxiliares

- 1) São categorias verbais [+V, -N]
 - 2) Apresentam um traço [*u*V]
 - 3) Não atribuem papel temático
 - 4) Estão na mesma oração que o verbo lexical
-

Com base nessas propriedades, voltamos aos critérios de auxiliaridade já propostos na literatura sobre o português e redefinimos muitos deles para fazê-los derivar dessas propriedades. Com esse passo, definimos oito critérios de auxiliaridade que foram aplicados a verbos candidatos a auxiliares e, dentre eles, delimitamos quatro verbos, cujo comportamento se adequa aos critérios, como integrantes dessa classe: *ser*, *ter*, *ir* e *(es)tar*.

Esses quatro auxiliares formam uma classe coesa, tanto em termos do seu comportamento sintático frente aos testes de auxiliaridade, quanto em termos de sua caracterização fonológica, pois os quatro verbos elencados são todos monossilábicos.

Apresentados os membros da classe dos auxiliares do português, procedemos à análise de cada um desses auxiliares isoladamente.

No capítulo referente às passivas, analisamos os auxiliares formadores de passiva do português, mostrando que nessa língua existem dois tipos de passivas e dois tipos de verbos auxiliares. O primeiro tipo de passivas analisado foi denominado de passivas canônicas, cujo auxiliar empregado é o verbo *ser*, e o segundo tipo analisado foram as passivas não-canônicas, cujo auxiliar é *ter*. O verbo *ser* foi analisado como um núcleo funcional *v*, que

integra a estrutura das passivas canônicas e que precisa valorar seu traço [*uV*]. Nessa relação de valoração, esse auxiliar valoriza os traços aspectuais da forma não-finita.

Na análise do verbo *ter*, que se associa à estrutura das passivas não-canônicas, foi proposto que esse verbo é derivado no componente computacional, a partir da combinação dos traços associados ao auxiliar *ser* com os traços do núcleo funcional *v**.

Essa mesma perspectiva decomposicional, foi usada para tratar dos verbos *ter* perfectivo e *estar* progressivo. Seguindo a linha de análise inaugurada por Kayne (1993), propusemos que esses verbos eram compostos a partir da combinação dos traços de um verbo auxiliar abstrato com os traços de uma preposição, também abstrata. A fim de caracterizar melhor essa preposição, reinterpretamos o trabalho de Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997, 2000, 2002) e postulamos a presença de uma preposição *P_{DEPOIS}* e *P_{DENTRO}* na estrutura de *ter* e *estar*, respectivamente.

Na análise do auxiliar de futuro, tratamos *ir* como um núcleo modal que, associado ao núcleo funcional *T*, dá origem à interpretação de futuro.

Com a proposta aqui apresentada, os auxiliares podem ser inseridos em um projeto mais amplo que visa a derivar computacionalmente verbos de natureza funcional a partir de átomos sintáticos. Essa perspectiva foi avançada, por exemplo, por Avelar (2009a) para tratar dos verbos *ser*, *ter* e *estar* que fazem parte do domínio das sentenças existenciais, copulativas e possessivas. De certa forma, nossa proposta estende a análise de Avelar a outro domínio.

Esta pesquisa abre muitas perspectivas de trabalho futuro. Uma delas é analisar a natureza aspectual do constituinte formado a partir de um verbo auxiliar mais a forma não-finita que com ele coocorre. Por exemplo, no caso do progressivo e do perfeito, essas construções poderiam ser tratadas como estados, tendo em vista a existência de preposições basicamente estativas em sua composição, a saber, *P_{DENTRO}* e *P_{DEPOIS}*, respectivamente.

Uma outra questão relativa à natureza aspectual sobre a qual a proposta aqui avançada pode nos dar pistas é sobre as restrições em relação à natureza aspectual do domínio não finito selecionado pelos verbos auxiliares. Em relação a esse ponto, apenas o verbo *estar* impõe restrições ao tipo aspectual do seu complemento, como vemos a seguir:

(1)	a. A atleta está correndo.	(atividade)
	b. O escritor estava escrevendo dois romances.	(<i>accomplishment</i>)
	c. O telhado estava caindo.	(<i>achievement</i>)
	d. *A população estava sendo feliz.	(estado)
	e. Os convidados estavam sendo inconvenientes.	(estado)

Os dados em (1) evidenciam que apenas uma parte dos predicados estativos pode se combinar com *estar*. Nossa análise abre a possibilidade de associar essa restrição aos traços intrínsecos da preposição P_{DENTRO}, que entra na estrutura de *estar*.

Por fim, uma terceira questão que a proposta aqui apresentada não abordou tem a ver com a distribuição das formas não-finitas nos contextos em que não se verificam verbos auxiliares como abaixo:

- (2) a. Casa está destruída.
b. Destruída a casa, ficamos desolados.
c. A casa destruída é a minha.
- (3) a. A menina cantando é minha irmã.
b. Eu vi a menina cantando.
c. A menina cantando é um desastre.
- (4) Não sei o que estudar.

Nesses casos, as formas não-finitas aparecem e não existe verbo auxiliar para licenciar os traços aspectuais dessas formas. Como elas são licenciadas? Essas formas apresentam comportamento diferente das formas que aparecem no contexto dos verbos auxiliares?

Essas são algumas das questões que a proposta apresentada nesta tese suscita e que, por enquanto, ficam em aberto, à espera de resposta futura.

Referências Bibliográficas

- ABAURRE, Maria Bernadette & GALVES, Charlotte (1996) Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba & BASÍLIO, Margarida (eds.) *Gramática do Português Falado*, Volume 4. Campinas: Editora da Unicamp, p. 267-312.
- ABNEY, Steven (1986) Functional elements and licensing. Department of Linguistics, University of Michigan [Disponível em: <http://www.vinartus.net/spa/86b.pdf> Acesso: 19 fev 2011].
- ABNEY, Steven (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Tese de Doutorado. Cambridge, MA: MIT.
- ABUSCH, Dorit (1985) *On Verbs and Time*. Tese de Doutorado. Amherst: University of Massachusetts, Amherst.
- ABUSCH, Dorit (1988) Sequence of tense, intensionality, and scope. In: Borer, Hagit (ed.) *Proceedings of the 7th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Stanford: CSLI Publications, pp. 1-14.
- ACKEMA, Peter (1999) *Issues in Morphosyntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- ADGER, David & RAMCHAND, Gillian. (2003) Predication and Equation. *Linguistic Inquiry* 34: 325-359.
- ÅFARLI, Tor (1989) Passive in Norwegian and in English. *Linguistic Inquiry* 20(1): 101-108.
- AKMAJIAN, Adrian; STEELE, Susan & WASOW, Thomas (1979) The category AUX in Universal Grammar. *Linguistic Inquiry* 10(1): 1-64.
- ALMEIDA, João de (1983) O verbo e a estrutura do discurso. *Alfa* 27:23-29.
- AMARAL, Patricia & HOWE, Chad (2010) Detours along the perfect path. In: COLINA, Sonia; OLARREA, Antxon & CARVALHO, Ana Maria (eds.) *Romance Linguistics 2009*. Amsterdam: John Benjamins, p. 387-403.
- AMBAR, Manuela (1998) Inflected infinitives revisited: genericity and single event. *Canadian Journal of Linguistics* 43(1): 5-36.
- AMBAR, Manuela (1999) Infinitives and participles. In: TREVIÑO, Stella & LEMA, José (eds.) *Semantic Issues in Romance Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, p. 1-20.
- ANDERSON, Gregory (2006) *Auxiliary Verb Constructions*. Oxford: Oxford University Press.
- ARANOVICH, Raúl (2003) The semantics of auxiliary selection in Old Spanish. *Studies in Language* 27:1-37.
- ARANOVICH, Raúl (2007) *Split auxiliary systems: A cross-linguistic perspective*. Amsterdam: John Benjamins.

- AVELAR, Juanito (2004) *Dinâmicas Morfossintáticas com ter, ser e estar em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- AVELAR, Juanito (2009a) *Ter, Ser e Estar: dinâmicas morfossintáticas no Português Brasileiro*. Campinas: RG Editora.
- AVELAR, Juanito (2009b) The comitative-copular basis of possessive-existential constructions
- AVRAM, Larisa (1994a) A contrastive analysis of modals in English and Romanian. *Revue Romaine de Linguistique* 3-4: 267-284.
- AVRAM, Larisa (1994b) Auxiliary configurations in English and Romanian. *Revue Romaine de Linguistique* 5-6: 493-510.
- AVRAM, Larisa (1998) Romanian *have*: merge and reconsider. *Revue Romaine de Linguistique* 1-2: 65-92.
- BAKER, Carl L. (1981) Learnability and the English auxiliary system. In: BAKER, Carl L. & McCARTHY, John J. (eds.) *The Logical Problem of Language Acquisition*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 296-323.
- BAKER, Mark (1988) *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- BAKER, Mark (2003) *Lexical Categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAKER, Mark, JOHNSON, Kyle & ROBERTS, Ian (1989) Passive arguments raised. *Linguistic Inquiry* 20(2): 219-251.
- BARRIE, Michael & SPRENG Bettina (2009) Noun incorporation and the progressive in German. *Lingua* 119: 374-88
- BELLETTI, Adriana (2004) Aspects of low IP area. In: RIZZI, Luigi (ed.) *The Structure of CP and IP*. Oxford: Oxford University Press, p. 16-51.
- BENTLEY, Delia & EYTHÓRSSON, Thórhallur (2003) Auxiliary selection and the semantics of unaccusativity. *Lingua* 114: 447-471.
- BENVENISTE, Émile (1966) *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Gallimard.
- BERTINETTO, Pier M. & BIANCHI, Valentina (2003) Review article: Tense, aspect and syntax. *Linguistics* 41(3): 565-606.
- BIBERAUER, Theresa & ROBERTS, Ian (2009) Subjects, tense and verb movement. In: BIBERAUER, Theresa; HOLMBERG, Andres; ROBERTS, Ian & SHEEHAN, Michelle (eds.) *Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 263-302.
- BINNICK, Robert (1991) *Time and the Verb: a guide to tense and aspect*. Oxford: Oxford University Press.

- BJORKMAN, Bronwyn (2011) *BE-ing Default: the morphosyntax of auxiliaries*. Tese de Doutorado. Cambridge, MA: MIT.
- BLIGHT, Ralph (2004) *Head Movement, Passive and Antipassive in English*. Tese de Doutorado. University of Texas at Austin.
- BORGONOVO, Claudia (1992) *The Parametric Syntax of Gerunds*. Tese de Doutorado. Brandeis University.
- BOŠKOVIĆ, Željko & TAKAHASHI, Daiko (1998) Scrambling and Last Resort. *Linguistic Inquiry* 29 (3):347-366.
- BOŠKOVIĆ, Željko (1994) D-Structure, theta-criterion, and movement into theta-positions. *Linguistic Analysis* 24 (3/4): 247-286.
- BOYE, Kasper (2005). Raising verbs vs auxiliaries. In: FORTESCUE, Michael; JENSEN, Eva Skafte; MOGENSEN, Jens Erik & SCHØSLER, Lene (eds.) *Historical Linguistics 2003*. Amsterdam: John Benjamins, p. 31-46.
- BURZIO, Luigi (1986) *Italian Syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Press.
- BUTLER, Jonny (2003) A minimalist treatment of modality. *Lingua* 113: 967-996.
- BUTLER, Jonny (2004) *Phase Structure, Phrase Structure and Quantification*. Tese de Doutorado. York: The University of York.
- BUTLER, Jonny (2005) The phrase structure of tense. In: MCGINNIS, Martha & RICHARDS, Norvin (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics 49: Perspectives on Phases*. Cambridge, MA, p.69-85.
- BYBEE, Joan; PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William (1994) *The Evolution of Grammar: Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CABREDO HOFHERR, Patricia; LACA, Brenda & CARVALHO, Sandra (2010) When perfect means “plural”: the present perfect in Northeastern Brazilian Portuguese. In: CABREDO HOFHERR, Patricia & LACA, Brenda (eds.) *Layers of Aspect*. Stanford: [CSLI](#), p. 63-
- CAMPOS, Odette (1998) Um aspecto da gramaticalização de auxiliares: a interveniência de elementos entre o auxiliar e a perífrase. *Veredas* 2(3): 77-83.
- CANN, Ronnie (1993) Patterns of headedness. In: CORBETT, Greville; FRASER, Norman & and Scott McGLASHAN (eds.) *Heads in Grammatical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 44-72.
- CAPONIGRO, Ivano & SCHÜTZE, Carson (2000) Parameterizing passive participle movement. *Linguistic Inquiry* 34 (2): 293-307.
- CASTILHO, Ataliba (1997) A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários* 19: 25-64.
- CASTILHO, Célia Moraes de (2005) *O Processo de Redobrimento Sintático no Português Medieval: a formação das perífrases com estar*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

- CASTILLO, Juan C. (1998) A syntactic account of perfective and possessive verb selection in Romance Languages. In: LEMA, José & TREVIÑO, Stella (eds.) *Theoretical Analyses on Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, p. 159-174.
- CAVALCANTE, Rerisson (2007) *A Negação pós-Verbal no Português Brasileiro: Análise Descritiva e Teórica de Dialectos Rurais Afro-descendentes*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- CHAGAS DE SOUZA, Paulo (2007) Athematic participles in Brazilian Portuguese: a syncretism in the making. *Acta Linguistica Hungarica* 54: 119-128.
- CHOMSKY, Noam & LASNIK, Howard (1977) Filters and Control. *Linguistic Inquiry* 8(3): 425-504.
- CHOMSKY, Noam (1957) *Syntactic Structures*. Hague: Mouton.
- CHOMSKY, Noam (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1972) Some empirical issues in the theory of transformational grammar. In: PETERS, Stanley (ed.) *Goals of Linguistic Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall Inc, p. 63-130.
- CHOMSKY, Noam (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, Noam (1986) *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, Noam (1986a) *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, Noam (1986b) *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1993) A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, Ken & KEYSER, Samuel J. (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, p.1-52.
- CHOMSKY, Noam (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1995a) *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1995b) Bare phrase structure. In: WEBELHUTH, Gert (ed.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell, p. 383-439.
- CHOMSKY, Noam (2000) Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David & URIAGEREKA, Juan (eds.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 89-155.
- CHOMSKY, Noam (2000) Minimalist inquiries: the framework. In: Martin, Roger; Michaels, David & Uriagereka, Juan (eds.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 89-155.
- CHOMSKY, Noam (2001) Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 1-52.
- CHOMSKY, Noam (2001) Derivation by phase. In: Kenstowicz, Michael (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 1-52.

- CHOMSKY, Noam (2004) Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, Adriana (ed.) *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, p.104-131.
- CHOMSKY, Noam (2004) Beyond explanatory adequacy. In: Belletti, Adriana (ed.) *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, pp.104-131.
- CHOMSKY, Noam (2007) Approaching UG from below. In SAUERLAND, Uli & GÄRTNER H-M. (eds.) *Interfaces + Recursion = Language? Chomsky's Minimalism and the View from Syntax-Semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, p.1-30.
- CHOMSKY, Noam (2008) On Phases. In: Freidin, Robert; Otero, Carlos & Zubizarreta, Maria Luisa (eds.) *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 133-166.
- CHOMSKY, Noam (2008). On phases. In: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos & ZUBIZARRETA, Maria Luisa (eds). *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 133-166.
- CINQUE, Guglielmo (1999) *Adverbs and Functional Heads: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- CINQUE, Guglielmo (2006) *Restructuring and Functional Heads*. Oxford: Oxford University Press.
- COCCHI, Gloria (1994) An explanation of the split in the choice of perfect auxiliaries. *Probus* 6 (2/3): 2-3.
- COLLINS, Chris (2005) A smuggling approach to the passive in English. *Syntax* 8 (2): 81-120.
- COMRIE, Bernard. 1976. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COPLEY, Bridget (2003) *The Semantics of the Future*. Tese de Doutorado. Cambridge, MA: MIT.
- COPLEY, Bridget (2009) *The Semantics of the Future*. Nova Iorque: Routledge.
- CORMACK, Annabel & SMITH, Neil (2002) Modals and negation in English. In: BARBIERS, Sjef, BEUKEMA, Frits & VAN DER WURFF, Wim (eds.) *Modality and its Interaction with the Verbal System* Amsterdam: John Benjamins, p. 133-163.
- COROA, Maria Luiza (2005) *O Tempo nos Verbos do Português: uma Introdução à sua Interpretação Semântica*. 2ª edição. São Paulo: Parábola Editorial.
- CORSO, Sofia. Verbos auxiliares no português brasileiro. Florianópolis: Universidade
- CORTÈS, Corinne (1992) *Issues in Catalan Syntax*. Tese de Doutorado. Los Angeles: UCLA.
- CORTÈS, Corinne (1993) Catalan participle agreement, auxiliary selection and the Government Transparency Corollary. *Probus* 5: 193-240
- COTTELL, Siobhán (2003) The syntax of perfective aspect in Hiberno-English. *Belfast Working Papers in Language and Linguistics* 16: 1-23.

- COWPER, Elizabeth (1989) Perfective *-en* is Passive *-en*. In: FEE, J. & HUNT, K (eds) *Proceedings of the Eighth West Coast Conference on Formal Linguistics*, p. 85-93.
- COWPER, Elizabeth (1995) English participle constructions. *Canadian Journal of Linguistics* 40(1): 1-38.
- COWPER, Elizabeth (2010) Where auxiliary verbs come from. In: HEIJL, Melinda (ed.) *Proceedings of the 2010 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association*. [Disponível em: http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2010/CLA2010_Cowper.pdf Acesso: 15 abr 2011].
- CYRINO, Sonia (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary (eds.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p. 163-184.
- CYRINO, Sonia (1994) *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- CYRINO, Sonia (2010a) On Romance syntactic complex predicates: why Brazilian Portuguese is different. *Estudos da Língua(gem)* 8(1)
- CYRINO, Sonia (2010b) On complex predicates in Brazilian Portuguese. *Iberia -International Journal of Theoretical Linguistics* 2(2): 1-21.
- D'ALESSANDRO, Roberta & ROBERTS, Ian (2008) Movement and agreement in Italian past participles and defective phases. *Linguistic Inquiry* 39(3): 477-491.
- DEMIRDACHE, Hamida & URIBE-ETXEBARRIA, Miriam (1997) The Syntax of Temporal Relations: A Uniform Approach to Tense and Aspect. *Proceedings of WCCFL XVI*: 145-159.
- DEMIRDACHE, Hamida & URIBE-ETXEBARRIA, Miriam (2000) The Primitives of Temporal Relations. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David & URIAGEREKA, Juan (eds.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 157-186.
- DEMIRDACHE, Hamida & URIBE-ETXEBARRIA, Miriam (2002) La grammaire des prédicats spatio-temporels: Temps, aspect et adverbess de temps. In: LACA, Brenda (ed.) *Temps et aspect: De la morphologie à interprétation*. Paris: Presses Universitaires de Vincennes, p. 125-175.
- DEMIRDACHE, Hamida & URIBE-ETXEBARRIA, Miriam (2005) Aspect and temporal modification. In: KEMPCHINSKY, P & SLABAKOVA, S. (eds.). *Aspectual Inquiries*. Dordrecht : Springer, p. 191-221.
- DEN DIKKEN, Marcel (1994) Auxiliaries and participles. In: GONZÁLEZ, Mercè (ed.) *Proceedings of NELS 24*: 65-79.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen (1990) Auxiliaries and sentence structure in Romanian. In: MASCARÓ, Joan & NESPOR, Marina (eds.) *Grammar in Progress*. Dordrecht: Foris, p. 101-111.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen (1993) *The Syntax of Romanian*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela & GONÇALVES, Anabela (2005) Pronominal clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 4(2): 113-141.

- EMONDS, Joseph (1976) *A Transformational Approach to English Syntax*. New York: Academic Press.
- EMONDS, Joseph (1978) The verbal complex V'-V in French. *Linguistic Inquiry* 9(2): 151-175.
- EMONDS, Joseph (1985) *A Unified Theory of Syntactic Categories*. Dordrecht: Foris.
- ERNST, Thomas (2002) *The Syntax of Adjuncts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FÁBREGAS, António (2007) Ordered Separationism: The Morphophonology of *ir*. In: *Selected Proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse*. Somerville, Cascadilla Proceedings Project, p. 59-67.
- FALK, Yehuda (1984) The English auxiliary system. *Language* 60(3): 483-509.
- FERREIRA, Nubia (2009) *Auxiliares: uma Subclasse dos Verbos de Reestruturação*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Federal Universidade Federal de Santa Catarina.
- FLEISCHMANN, Suzanne (1982) *The Future in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FLORIPI, Simone & NUNES, Jairo (2009) Movement and resumption in null possessor constructions in Brazilian Portuguese. In: NUNES, Jairo (ed) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 51-68.
- FLORIPI, Simone (2003) *Argumentos Nulos dentro de DPs em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- FOX, Danny & GRODZINSKY, Yosef (1998) Children's passive: a view from the *by*-phrase. *Linguistic Inquiry* 29(2): 311-332.
- FREEZE, Ray (1992) Existential and other locatives. *Language* 68 (3): 553-595.
- GALLEGO, Ángel J. & URIAGEREKA, Juan (2009) *Estar = Ser + P*. Manuscrito.
- GALLEGO, Ángel J. (2010) On the prepositional nature of non-finite verb. *Catalan Journal of Linguistics*. Barcelona: UAB.
- GALVES, Charlotte; TORRES MORAIS, Maria Aparecida & RIBEIRO, Ilza (2005) Syntax and Morphology in the Placement of Clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 4 (2): 143-177.
- GAZDAR, Gerald; PULLUM, Geoffrey & SAG, Ivan (1982) Auxiliaries and related phenomena in a restrictive theory of grammar. *Language* 58(3): 591-638.
- GIBBON, Adriana (2000). *A Expressão do Tempo Futuro na Língua Falada de Florianópolis: Gramaticalização e Variação*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- GIORGI, Alessandra & PIANESI, Fabio (1998) *Tense and Aspect. From Semantics to Morphosyntax*. Oxford University Press.

- GONÇALVES, Anabela & COSTA, Teresa (2002) *(Auxiliar a) Compreender os Verbos Auxiliares*. Lisboa: Edições Colibri.
- GONÇALVES, Anabela (1996) Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do português europeu. In: GONÇALVES, Anabela; COLAÇO, Madalena; MIGUEL, Matilde & MÓIA, Telmo (eds.) *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*. Lisboa: Colibri, p. 7-51.
- GONÇALVES, Anabela (1999) *Predicados Verbais Complexos em Contexto de Infinitivo não-preposicionado em Português Europeu*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, Anabela (2002) Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do Português Europeu. *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, p. 45-57.
- GRIMSHAW, Jane. 1990. *Argument structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- GRYNER, Helena (2002) Emergência do futuro perifrástico no Português carioca: o princípio da marcação. *Veredas* 6 (2): 149-160.
- GUÉRON, Jacqueline & HOEKSTRA, Teun (1988) T-chains and the constituent structure of auxiliaries. In: CARDINALETTI, Anna; CINQUE, Guglielmo & GIUSTI, Giuliana (eds.) *Constituent Structure*. Dordrecht: Foris, p. 35-100.
- GUÉRON, Jacqueline (2004) Tense construal and the argument structure of auxiliaries. In: GUÉRON, Jacqueline & LECARME, Jacqueline (eds.) *The Syntax of Time*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 299-328.
- HAEGEMAN, Liliane (1994) *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford: Blackwell.
- HAIDER, Martin (2005) *Theta Theory*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- HALE, Ken & KEYSER, Samuel J. (1993) On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, Ken & KEYSER, Samuel J. (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 53-109.
- HALLE, Morris & MARANTZ, Alec (1993) Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Ken & KEYSER, Samuel Jay (eds.) *The View From Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 111-176.
- HEINE, B. 1993. *Auxiliaries. Cognitive forces and grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press.
- HOEKSTRA, Teun (1984) *Transitivity: grammatical relations in Government-Binding theory*. Dordrecht: Foris Publications.
- HOEKSTRA, Teun (1999) Auxiliary selection in Dutch. *Natural Language and Linguistic Theory* 17 (1): 67-84.
- HORNSTEIN, Norbert (1999) Movement and control. *Linguistic Inquiry* 30(1): 69-96.
- HORNSTEIN, Norbert (2001) *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.

- IATRIDOU, Sabine & ZEIJLSTRA, Hedde (2010) On the scopal of negation and deontic modals. *Logic, Language and Meaning. Lecture Notes in Computer Science*, 6042: 315-324.
- IATRIDOU, Sabine (1996) To have and have not: on the deconstruction approach. *Proceedings of WCCFL XIV*. pp.: 185-201.
- IATRIDOU, Sabine; ANAGNOSTOPOULOU, Elena & IZVORSKY, Roumyama (2001) Observations about the form and meaning of the Perfect. In: KENSTOWICZ, Michael (ed.) *Ken Hale: a Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 189-238.
- ILARI, Rodolfo (2001a) *A Expressão do Tempo em Português*. 2ª edição. São Paulo: Contexto.
- ILARI, Rodolfo (2001b) Notas sobre o passado composto em português. *Revista Letras* 55: 129-152.
- IPPOLLITO, Michela (1999). On the past participle morphology in Italian. In: ARREGI, Karlos; BRUENING, Benjamin; KRAUSE, Cornelia & LIN, Vivian (eds) *MIT Working Papers in Linguistics* 33 (Papers on Morphology and Syntax, Cycle One), p. 111-137.
- JACKENDOFF, Ray (1977) *X' Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- JAEGGLI, Osvaldo (1986) Passive. *Linguistic Inquiry* 17(4): 587-622
- JELINEK, Eloise (1983) Person-subject marking in AUX in Egyptian Arabic. In: HENY, Frank & RICHARDS, Barry (eds.) *Auxiliaries and Related Puzzles*. Volume I. Dordrecht: Reidel, p. 21-46.
- JÖNCK, Gisela Gertrudes (2002) *ESTAR – uma proposta de análise inacusativa*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina
- JULIEN, M. 2001. The syntax of complex tenses. *The Linguistic Review* 18, 125-167.
- KAISSE, Ellen (1981) Luiseño particles and the universal behavior of clitics. *Linguistic Inquiry* 12(3): 424-434.
- KANTHACK, Gessilene (2002) *Clíticos no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- KATO, Mary & NUNES, Jairo (2009) A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, Jairo (ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, pp. 93-120.
- KATO, Mary (2010) Optional prepositions in Brazilian Portuguese. In: ARREGI, Karlos; FAGYAL, Zsuzsanna; MONTRUL, Silvina & TREMBLAY, Annie (eds.) *Romance Linguistics 2008. Interactions in Romance*. Amsterdam: John Benjamins, p. 171-184.
- KAYNE, Richard (1985). L'accord du participe passé en français et en italien. *Modèles Linguistiques* VII: 73-90.
- KAYNE, Richard (1989) Facets of Romance past participle agreement. In: Benincà, Paola (ed.) *Dialect Variation and the Theory of Grammar*. Dordrecht: Foris, p. 85-103.
- KAYNE, Richard (1993) Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica* 47(1): 3-31.

- KELLY, Justin (2006) A minimalist account of auxiliary/main verb asymmetries in English. In: DIERCKS, Michael & GRUBER, James (eds.) *Georgetown University Working Papers in Linguistics IV*, p. 51-86.
- KEMPCHINSKY, Paula (1996) Perfective auxiliaries, possession and existence in Romance. In ZAGONA, Karen (ed.) *Grammatical Theory and Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, p. 135-144.
- KOOPMAN, Hilda & SPORTICHE, Dominique (1991) The position of subjects. *Lingua* 85: 211-258.
- KOOPMAN, Hilda (1984) *The Syntax of Verbs*. Dordrecht: Foris.
- KRAPOVA, Ilyiana (1999) The system of auxiliaries in Bulgarian. In: DIMITROVA-VULCHANOVA, Mila & HELLAN, Lars (eds.) *Topics in South Slavic Syntax and Semantics*. Amsterdam: John Benjamins, p. 59-89.
- KUTEVA, Tania (2001) *Auxiliation: an enquiry into the nature of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press.
- LACA, B. (2004) Romance aspectual periphrases: eventuality modification versus syntactic aspect. In J. Guéron & J. Lecarme (eds) *The syntax of time*. MIT Press.
- LACA, B. (2005) Périphrases aspectuelles et temps grammatical dans les langues romanes, in BAT-ZEEV SCHYLDKROT, H & LE QUERLER, N. (eds) *Les périphrases verbales*, Amsterdam: John Benjamins, p. 47-66.
- LACA, Brenda (2010) Perfect semantics: how universal are Ibero-American present perfects? In: BORGONOVO, Claudia; ESPAÑOL-ECHEVARRIA, Manuel & PREVOST, Philippe (eds.) *Selected Proceedings of the 12th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project, p.1-16.
- LAKA, Itziar. 1990. *Negation in Syntax: On the Nature of Functional Categories and Projections*. Ph.D. dissertation, MIT, Cambridge, Mass
- LAKA, Itziar. 2006. Deriving split ergativity in the progressive: The case of Basque. In *Ergativity: Emerging issues*, ed. JOHNS, Alana; MASSAM, Diane & NDAYIRAGIJE, Juvenal. Dordrecht: Springer, p. 173–196.
- LAPOINTE, Steven (1980) A note on Akmajian, Steele & Wasow's treatment of certain verb complement types. *Linguistic Inquiry* 11(4): 770–787.
- LARSSON, Ida (2009) *Participles in Time: the development of perfect in Swedish*. Göteborg: Göteborg Universitet.
- LASNIK, Howard (1988) Subjects and the theta criterion. *Natural Language & Linguistic Theory* 6 (1): 1-18.
- LEGENDRE, Géraldine (2007) On the typology of auxiliary selection. *Lingua* 117: 1522–1540.
- LIEBER, Rochelle & BAAYEN, Harald (1997) A semantic principle of auxiliary selection in Dutch. *Natural Language and Linguistic Theory* 15:789–845.
- LIGHTFOOT, David (1979) *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LIGHTFOOT, David (1991) *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, MA: MIT Press.
- LLINÀS I GRAU, Mireia (1991) The affix-like status of certain verbal elements. *Catalan Working Papers in Linguistics* 1: 129-147.
- LLINÀS, Mireia (1993) An Incorporation Analysis Revisited *Catalan Working Papers in Linguistics* 3(1): 139-152.
- LOBATO, Lucia (1975) Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, Lucia ; POTTIER, Bernard; D'INTRONO, Francisco; LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie & VIDAL, Anne-Marie. *Análises Lingüísticas*. Petrópolis: Vozes, p. 27-91.
- LOBATO, Lucia M. P. (1999) Sobre a forma do particípio do português e o estatuto dos traços formais. *D.E.L.T.A.* 15(1): 113-141.
- LOBATO, Lucia M. P. (2000) Formal features and parameter setting: a view from Portuguese past participle and romance future tenses. *D.E.L.T.A* 16 (volume especial): 99-128.
- LOBO, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- LOHNDAL, Terje (2006) The phrase structure of the copula. *Working Papers in Scandinavian Syntax* 78: 37-75.
- LOHNDAL, Terje (2009) The copula cycle. In: VAN GELDEREN, Elly (ed.) *Cyclical Change*. Amsterdam: John Benjamins, p. 209 -242.
- LOIS, Ximena (1990) Auxiliary selection and past participle agreement in Romance. *Probus* 2 (2): 233-255.
- LONGO, Beatriz & CAMPOS, Odette (2002) A auxiliaridade: perífrases de tempo e aspecto no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete & RODRIGUES, Ângela (eds.) *Gramática do Português Falado*. Volume VIII. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p. 445-477.
- LONGO, Beatriz (1990) *A Auxiliaridade e a Expressão do Tempo em Português*. Tese de Doutorado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista.
- LONGO, Beatriz (1998) Perífrases temporais no português falado. *Veredas* 2(3): 9-24.
- LUNGUINHO, Marcus (2005) *A Ordem dos Verbos Auxiliares: uma Análise em Termos de Traços*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- LUNGUINHO, Marcus (2006a) Partição de constituintes no Português do Brasil: características sintáticas. In: SILVA, Denize E. G. (ed.) *Língua, Gramática e Discurso*. Goiânia: Editora Cânone, p. 133-147.
- LUNGUINHO, Marcus (2006b) Dependências morfossintáticas: a relação verbo auxiliar-forma nominal. *Revista de Estudos da Linguagem* 14 (2): 457-489.
- LYONS, John (1977) *Semantics. Volume II*. Cambridge: Cambridge University Press.

- MACFADDEN, Thomas (2007) Auxiliary selection. *Language & Linguistics Compass* 1(1): 674-708.
- MAHAJAN, Anoop (1994) The ergativity parameter: have-be alternation, word order and split ergativity. In: GONZÁLEZ, Mercè (ed.) *Proceedings of NELS 24*: 317-331.
- MALVAR, Elisabete & POPLACK, Shana (2008) O presente e o passado do futuro no Português do Brasil. In: Votre, Sebastião & Roncarati, Cláudia (orgs.) *Anthony Julius Naro e a Lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: Sete Letras, pp. 186-203.
- MALVAR, Elisabete (2003) *Future Temporal Reference in Brazilian Portuguese: Past and Present*. Tese de Doutorado. Ottawa: University of Ottawa.
- MARTIN, John (1975) Sobre a noção de “novo verbal” em português. *Letras* 24: 191-202.
- MARTIN, John (1976) Tense mood and the inflected infinitive in Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam: north Holland Publishing Company, p. 1-61.
- MATEU, Jaume (2002) *Argument structure: relational construal at the syntax-semantics interface*. Tese de Doutorado. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- MATEU, Jaume (2005) La selecció de l'auxiliar en els verbs intransitius del català antic: alguns aspectes descriptius i explicatius. *Caplletra* 38: 211-240.
- MATTOSO CÂMARA, Joaquim (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- MCCAWLEY, James D. (1971) Tense and time reference in English. In: FILLMORE, Charles & LANGENDOEN, Terrence (eds.) *Studies in Linguistics Semantics*. New York: Holt, Rinehart & Winston, p. 96-113.
- McFADDEN, Thommas & ALEXIADOU, Artemis (2010) Perfects, resultatives, and auxiliaries in Earlier English. *Linguistic Inquiry* 41(3): 389-425.
- MEDEIROS, Alessandro (2008) *Traços Morfossintáticos e Subespecificação Morfológica na Gramática do Português: um Estudo das Formas Participiais*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- MENDES, Ronald (1999) *A Gramaticalização de estar+gerúndio no Português Falado*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- MIOTO, Carlos (1991). *Negação Sentencial no Português Brasileiro e a Teoria da Gramática*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- MOLSING, Karina V. (2005) Reflexões teóricas sobre o passado composto. *Revista Letras* 81: 177-191.
- MOLSING, Karina V. (2005) The Present Perfect at the Semantics/Pragmatics Interface: American English and Brazilian Portuguese. In: EBERT Cristian & ENDRISS, Cornelia (eds.) *Proceedings of Sinn und Bedeutung* 10, p. 239-250
- MOLSING, Karina Veronica (2006) The tense and aspect of the present perfect in English and Portuguese. *Revista Letras* 69: 133-156.

- MOLSING, Karina Veronica (2010) *The Present Perfect: an exercise in the study of events, plurality and aspect*. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes (2007) *Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no Português dos séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ
- MÜLLER, Ana (1996) A estrutura do sintagma nominal com argumentos genitivos. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 31: 71-89.
- NAPOLI, Donna Jo (1989). *Predication theory: a case study for indexing theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NUNES, Jairo (2008). Preposition insertion in the mapping from Spell-Out to PF. In: BROEKHUIS, Hans & VOGEL, Ralf (eds). *Linguistics in Potsdam* 28: 133-156.
- OLIVEIRA, Josane (2006) *O Futuro da Língua Portuguesa Ontem e Hoje: Variação e Mudança*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OUHALLA, Jamal (1991) *Functional Categories and Parametric Variation*. London: Routledge.
- PAGOTTO, Emílio (1992) *A Posição dos Clíticos em Português: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- PAGOTTO, Emílio (1993) Clíticos, mudança e seleção Natural. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary (eds.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p. 185-207.
- PALMER, Frank (1986) *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PESETSKY, David & Esther TORREGO (2007) The syntax of valuation and the interpretability of features. In: KARIMI, Simin; SAMIAN, Vida & WILKINS, Wendy (eds.) *Phrasal and Clausal Architecture: Syntactic Derivation and Interpretation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 262-294.
- PIMENTA-BUENO, Mariza (1983) *Aspects of Verbal Syntax in Brazilian Portuguese within the Framework of the Extended Theory of Grammar*. Tese de Doutorado. Stanford: Stanford University.
- PIRES, Acrísio (1996) *As Formas V-DO do Português do Brasil: Características Sintáticas e Semânticas*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- POLETO, Cecilia. 2009. "Double Auxiliaries, Anteriority and Terminativity". *Journal of Comparative Germanic Linguistics* 12(1): 31-48.
- POLLOCK, Jean-Yves (1989) Verb movement, Universal Grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20(3): 365-424.
- PONTES, Eunice (1973) *Verbos Auxiliares em Português*. Petrópolis: Vozes.
- POPLACK, Shana, & MALVAR, Elisabete (2007) Elucidating the transition period in linguistic change. *Probus* 19 (1): 169-199.

- POSTMA, G. (1993). The syntax of the morphological defectivity of BE. *HIL Manuscripts* 1, 31-67
- PULLUM, Geoffrey & WILSON, Deirdre (1977) Autonomous syntax and the analysis of auxiliaries. *Language* 53(4): 741-788.
- PULLUM, Geoffrey (1981) Evidence against the “AUX” node in Luiseño and English. *Linguistic Inquiry* 12(3): 435-463.
- RADFORD, Andrew (1997) *Syntactic Theory and the Structure of English: a minimalist approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAPOPORT, Tova (1987) *Copular, Nominal and Small Clauses: a study of Israeli Hebrew*. Tese de Doutorado. Cambridge, MA: MIT.
- REIS, Fernanda (2011) *A Perda da Subida de Clítico no Português Brasileiro: séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- REULAND, Eric (1983). Government and the search for AUXes: a case study in cross-linguistic category identification. In: HENY, Frank & RICHARDS, Barry (eds.) *Auxiliaries and Related Puzzles*. Volume I. Dordrecht: Reidel, p. 99-168.
- RIVERO, María Luisa (1990) The location of Non-Active Voice in Albanian and Modern Greek. *Linguistic Inquiry* 21(1): 135-146.
- ROBERTS, Ian & ROUSSOU, Anna (2002) The history of future. In: Lightoot, David (ed.) *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press, 23-56.
- ROBERTS, Ian & ROUSSOU, Anna (2003) *Syntactic Change: a minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROBERTS, Ian & ROUSSOU, Anna (2003) *Syntactic Change: a Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROBERTS, Ian (1985) Agreement parameters and the development of English auxiliaries. *Natural Language and Linguistic Theory* 3: 21-58.
- ROBERTS, Ian (1987) *The Representation of Implicit and Dethematized Subjects*. Dordrecht: Foris.
- ROBERTS, Ian (1992) A formal account of grammaticalization in the history of Romance futures. *Folia Linguistica Historica* XIII (1/2): 219-258.
- ROBERTS, Ian (1993) *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Foris.
- ROBERTS, Ian (1997a) *Comparative Syntax*. Londres: Arnold.
- ROBERTS, Ian (1997b) Restructuring, head movement, and locality. *Linguistic Inquiry* 28 (3): 423-460.
- ROBERTS, Ian (1998) Have/Be raising, move F and Procrastinate. *Linguistic Inquiry* 29 (1): 113-125.
- ROBERTS, Ian (2005) Principles and parameters in a VSO language: a case study in Welsh (Oxford Studies in Comparative Syntax). Oxford: Oxford University Press. Pp. viii+207.

- ROBERTS, Ian (2007) *Diachronic Syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- RODERO, Aline (2010) Particípios duplos: inserção de vocabulário. *Estudos Linguísticos* 39(1): 272-285.
- RODRIGUES, Cilene (2004) *Impoverished Morphology and A-Movement out of Case Domains*. Tese de Doutorado. Maryland: University of Maryland.
- RODRIGUES, Cilene (2010) Possessor raising through thematic positions. In: HORNSTEIN, Norbert & POLINSKY, Maria (eds.) *Movement Theory of Control*. Amsterdam: John Benjamins, p. 119-146.
- ROSS, John Robert (1969) Auxiliaries as main verbs. In: TODD, William (ed.) *Studies in Philosophical Linguistics*. Series One. Evanston, IL: Great Expectations Press, p. 77-104.
- ROUVERET, Alain & VERGNAUD, Jean-Roger (1980) Specifying reference to the subject: French causatives and conditions on representations. *Linguistic Inquiry* 11(1): 97-202.
- RUDIN, Catherine (1983) *Da* and the category AUX in Bulgarian. In: HENY, Frank. & RICHARDS, Barry (eds.) *Auxiliaries and Related Puzzles*. Volume I. Dordrecht: Reidel, p. 3-20.
- SAID ALI, Manoel (1964) *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- SANTOS, Adriana Morcelles dos (1997) *O Futuro Verbal do Português do Brasil em Variação*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- SANTOS, Clóvis (1998) *Algumas Questões sobre a Construção Existencial e sua Análise face a Dados do Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- SAWADA, Harumi (1991) The perfective *have* and the progressive *be* as spec verbs and the INFL system in English. In: NAKAJIMA, Heizo (ed.) *Current English Linguistics in Japan*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 381-411.
- SCHACHTER, Paul (1983) Explaining auxiliary order. In: HENY, Frank. & RICHARDS, Barry (eds.) *Auxiliaries and Related Puzzles*. Volume II. Dordrecht: Reidel, p.145-204.
- SCHMITT, C. (2005). Semi-copulas: Event and aspectual composition. In P. Kempchinsky & R. Slabakova (Eds.), *Syntax, semantics and the acquisition of aspect* (pp. 121-145). Dordrecht: Kluwer
- SCHMITT, Cristina (2001) Cross linguistic variation and the present perfect: the case of Portuguese. *Natural Language and Linguistic Theory* 19: 403-453.
- SCHOORLEMMER, Erik (2008)
- SCHÜTZE, Carson (2003) When is a verb not a verb? *Nordlyd* 31(2): 400-415.
- SERRONE, Luiz Carlos (1992) *Critérios de Auxiliaridade em Português*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- SEUREN, Pieter (1983) The auxiliary system in Sranan. In: HENY, Frank. & RICHARDS, Barry (eds.) *Auxiliaries and Related Puzzles*. Volume II. Dordrecht: Reidel, p.219-251.

- SILVA, Ademar (2002) *A Expressão de Futuridade no Português Falado*. Araraquara, UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica.
- SILVA, Inaciane (2008) *O Uso do Particípio em Formações Verbais do Português do Sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SIMIONI, Leonor (2010) The relationship among subject positions, focus, and agreement in passive constructions in Brazilian Portuguese. *Estudos da Língua(gem)* 8: 173-187.
- SORACE, Antonella (2000) Gradients in auxiliary selection with intransitive verbs. *Language* 76: 859-890.
- SORACE, Antonella (2004) Gradience at the lexicon-syntax interface: evidence from auxiliary selection and implications for unaccusativity. In: ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena & EVERAERT Martin (eds.) *The Unaccusativity Puzzle*. Oxford: Oxford University Press, p.243-268.
- STEELE, Susan (1978) The category AUX as a Language Universal. In: GREENBERG, Joseph (ed.) *Universals of Human Language*. Volume 3: Word Structure. Stanford, California: Stanford University Press, p. 7-45.
- STEELE, Susan; AKMAJIAN, Adrian; DEMERS, Richard; JELINEK, Eloise; KITAGAWA, Chisato, OERHLE, Richard & WASOW, Thomas (1981) *An Encyclopedia of AUX: A study in cross-linguistic equivalence*. Cambridge, MA: MIT Press.
- SUÑER, Margarita (1987) *Haber* + past participle. *Linguistic Inquiry* 18(4): 683-690.
- SZABOLCSI, Anna (1981) The possessive construction in Hungarian: a configurational category in a non-configurational language. *Acta Linguistica Academiae Scientiarum Hungaricae* 31 (1/4): 261-289.
- SZABOLCSI, Anna (1983) The possessor that ran away from home. *The Linguistic Review* 3: 89-102.
- TAVARES DE MACEDO, Alzira (1972) *Dois Modelos de Análise para os Auxiliares em Português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TORREGO, Esther (2002) Aspect in the prepositional system of Romance. In: SATTERFIELD, Teresa; TORTORA, Christina & CRESTI, Diana (eds.) *Current Issues in Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, p. 337-357.
- TORTORA, C. (1994) Beyond the Perfect Construction: Auxiliary Selection in English. In: BORGATO, G. (ed.) *Teoria del Linguaggio e Analisi Linguistica*. Padova: Unipress, pp. 371-385.
- TRAVAGLIA, L. C. (1985) *O aspecto verbal: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Imprensa Universitária.
- VAN GELDEREN, Elly (1997) Structures of tense and aspect. *Linguistic Analysis* 27(3/4): 138-165.
- VAN GELDEREN, Elly (2003) ASP(ect) in English modal complements. *Studia Linguistica* 57 (1): 27-43.

- VENDLER, Zeno (1967) Verbs and times. In: Vendler, Zeno. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press.
- VIKNER, Sten, & SPROUSE, Rex (1988). Have/Be selection as a chain membership requirement. *Working Papers in Scandinavian Syntax* 38: 1-48.
- VITRAL, Lorenzo (1999) A Negação: Teoria da Checagem e Mudança Lingüística. *D.E.L.T.A.* 15 (1): 57-84.
- WACHOWICZ, Teresa Cristina (2003) As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- WASHIO, Ruichi (2004) Auxiliary selection in the East. *Journal of East Asian Linguistics* 13: 197-256.
- WATANABE, Akira (1996) *Case Absorption and Wh- Agreement*. Dordrecht: Kluwer.
- WILLIAMS, Edwin (1994) *Thematic Structure in Syntax*. Cambridge, MA: MIT PRESS.
- WOO, I-Hao. (2011) An analysis of the imperfective *zai* and the perfective *you* in Mandarin Chinese. Handout. 10 Chronos – Conference on tense, aspect, modality and evidentiality. Aston University, Birmingham/UK.
- WURMBRAND, Susi (1998) *Infinitives*. Tese de Doutorado. Cambridge, MA: MIT.
- WURMBRAND, Susi (2007) Infinitives are tenseless. *UPenn Working Papers in Linguistics* 13 (1): 407-420.
- WURMBRAND, Susi (2001) *Infinitives: Restructuring and Clause Structure*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- ZAGONA, K. (2010). Ser and Estar: phrase structure and aspect. In: Chiyo Nishida & Cinzia Russi (eds.), *Selected Proceedings of Chronos 8*. Cahiers Chronos, Amsterdam: Rodopi.
- ZAGONA, Karen (1988) *Verb Phrase Syntax: a parametric study of English and Spanish*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- ZAGONA, Karen (2002) *The Syntax of Spanish*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZANUTTINI, R. (1996) On the Relevance of Tense for Sentential Negation. In: BELLETTI, Adriana & RIZZI, Luigi (eds.). *Parameters and Functional Heads. Essays in Comparative Syntax*, Oxford University Press. pp. 181-207.
- ZUBIZARRETA, Maria Luisa (1987) *Levels of Representation in the Lexicon and in the Syntax*. Dordrecht: Foris.